

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**CAMILA PINHEIRO MEDEIROS**

NO RASTRO DE QUEM ANDA:  
comparações entre o *tempo do Parque* e o *hoje* em um  
assentamento no noroeste mineiro

RIO DE JANEIRO

2011

NO RASTRO DE QUEM ANDA:  
comparações entre o *tempo do Parque* e o *hoje* em um  
assentamento no noroeste mineiro

Camila Pinheiro Medeiros

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientador: Moacir Palmeira

Rio de Janeiro  
Dezembro 2011

NO RASTRO DE QUEM ANDA:  
comparações entre o *tempo do Parque* e o *hoje* em um  
assentamento no noroeste mineiro

Camila Pinheiro Medeiros

Moacir Palmeira

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Aprovada por:

---

Moacir Gracindo Palmeira, Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro  
(orientador)

---

Marcio Goldman, Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

José Sérgio Leite Lopes, Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Maria José Teixeira Carneiro, Doutora, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Antonádia Borges, Doutora, Universidade de Brasília

Rio de Janeiro

Dezembro 2011

Medeiros, Camila Pinheiro.

No rastro de quem anda: comparações entre o *tempo do Parque* e o *hoje* em um assentamento no noroeste mineiro/  
Camila Pinheiro Medeiros. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 2011.

xiii, 265f., il.

Orientador: Moacir Gracindo Palmeira

Tese (Doutorado) – UFRJ/ Museu Nacional/ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2011.

Referências Bibliográficas: f. 249-254.

1. Gerais. 2. Transformações. 3. Etnografia. 4. Comparação.  
5. Tempo e espaço. 6. Meio ambiente. I. Palmeira, Moacir Gracindo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

A Dete e Sancler,  
Aos Campos da casa de Dona Vera,  
A Aninha Carioca,  
A tio Paulo,  
  
e a meus pais,  
por fazerem do carinho, coisa corriqueira

## AGRADECIMENTOS

Qualquer palavra é fraca para expressar a qualidade das pessoas que a realização desta tese me deu o privilégio de conhecer e reencontrar. Foi acima de tudo por isso, que escrever valeu a pena.

Aos moradores do Assentamento São Francisco é vasta e sem fim minha gratidão. Pelos pousos, comida e alegria do convívio, agradeço em especial a Dete, Sancler, Adelson e Mariza. E também a: Dona Nica e Seu Miguel, Dona Lu, Tereza e Chico, Vande e Tavinho, Meire e Côca, Chica e Alberto, Seu Fançu, Seu Eduardo, Seu Tasso, Regina e Galdino, Aparecida e Elias, Dete Ferro-Velho e Toni, Dona Gimira, Ilda e Lero, Lena e Izmar, Marião e Gu, Jove e Zé Luiz, Idelina e Carmosino, Pedrão e Riva, Orlanda e Pezão, Idelino, Marcelina, Laurita, Brechó, Quincas e Luzia, Dão Cheque, Pedro Professor, Idelina e Messias, Lourdes e Zé Pretinho, Beatriz e Tiadú, Herculano e Lodilina, Paulina, Mariinha, Dona Binú, Vi, Vadú. E a seus meninos e meninas.

Cheguei na Chapada de carona com Ana Carneiro, que no sertão virou irmã. Por ser parceira de viagens e mudanças, testemunha (em cartório inclusive) de momentos muito especiais em minha vida, e de quebra ainda me ajudar na escrita, meu eterno obrigada. Nossa chegada foi acolhida pela família Campos, que se tornou nossa família na Chapada. Agradeço a Dona Vera pelos almoços, pelo afeto e pelas orações; a Daia, querida, pela música que ia muito além de notas afinadas; a Di, pelo ‘acorda Maria bonita’; a Seu Manel, pelas ‘de Januária’; a Lucas, gato de botas, por sua linda infância; e a Dami, por suas lições de que na vida em tudo dá-se um jeito, por sua presença barulhenta, por me ajudar não importa com quê nem em que hora – e com muita acuidade etnográfica – e, principalmente, pela amizade.

Continuando na Chapada, agradeço a: comadre Joana D’Arc, que, feito ciganinha, floresce mesmo no tempo da seca (e aos afilhados, Jennifer e Jackson); Uyara, pelo apoio em tantos momentos; Dona Plácida e Seu Jerominho; Guaraci; Uyassuí; Carmem Andriolli (que com sua tese, muito me ajudou); João Cofocó e Neguinha; Marilene Pereira Lima; Lúcia e Wilson; Dona Laura e Seu Duchim; Vitória e Bergues; Ambrosina; Antônia Farias; Márcia Pena; Keila; Dona Dilá e Seu Maneca; Zezo; Neguinha, Dona Arminda e Jaci; Dalciane; Gumercinda; Zé Elias; Nelmir e

Tiana; Vandinho e Sandra; William; Clarinda; Dalva Fonseca; Eloé Gabriel e Tita; Miguel Damatão; Dona Edite; Tim; Gercino; Joãozinho. Aos manuelzinhos-da-crôa. No Ibama, a Kolbe Soares, Cecília Barreto, Paula Leão, e Carlinhos Ramos. A Edsel Junior e seus colegas da Biotrópicos. Nos caminhos, a Seu Samu, Sebastião, Dona Arcanja, Roselito Gaúcho. À prefeitura de Chapada, agradeço em nome do prefeito José Raimundo Ribeiro Gomes. Agradeço também às funcionárias da biblioteca municipal.

Na Estiva, a Seu Pedrinho, Dona Ermínia, todos os filhos e filhas, Seu João de Alta, Jau, Dona Marinha e Seu Cláudio. Na Várzea Bonita, à família de Sancler.

À Funatura, pela abertura da casa na Chapada em momentos diversos; pela disposição de documentos e pela elaboração de registros que foram de grande valia para minha pesquisa; pelas caronas e pelo interesse que eu tivesse boas condições de trabalho de campo. A exposição de opiniões discordantes nunca resultou em restrição no fornecimento de informações, tampouco ameaçou o bom convívio. Por isso, e também pelo esforço do trabalho contínuo no Assentamento São Francisco, manifesto meu reconhecimento. Em especial, agradeço a Cesar Victor do Espírito Santo e a Ernane Faria, que também me ajudou com questões fundiárias no Parque e informações sobre os moradores. E, igualmente, a Fernando Lima, Arcanjo Daniel, e Paulinho.

No ‘giro’ de escrita da tese, deixo minha gratidão em vários lugares. No Rio, a meu orientador Moacir Palmeira, por sua paciência com meus problemas de método, pela gentileza no trato, e por encorajar-me na escrita. A Antonádia Borges, professora, pelos carreiros abertos, pelos rastros que você deixa pelo caminho. A Márcio Goldman, pelo estímulo de suas idéias e por seu compromisso com o conhecimento. A todos eles, agradeço também as sugestões feitas nas qualificações do projeto, e igualmente por comporem a banca de defesa de tese, pelo que estendo os agradecimentos a Maria José Carneiro e a José Sérgio Leite Lopes, e a John Comerford e Marcos Otávio Bezerra (pela suplência e pelos cursos de que fui aluna). Ainda a Maria José Carneiro, agradeço a experiência proporcionada durante pesquisa sobre políticas ambientais sob sua coordenação e que foi fundamental para reflexões deste trabalho. Aos professores do PPGAS-MN, pela contribuição dos cursos ao longo do mestrado e doutorado – se às vezes não explícita, presente nesse emaranhado de idéias que é uma tese. Em ordem de aparição, além dos já mencionados: Gilberto Velho, Luiz Fernando Dias Duarte, Eduardo Viveiros de Castro, Lygia Sigaud, Giralda Seyferth, Renata Menezes. De

outras instituições, agradeço às professoras Beatriz Heredia (IFCS/UFRJ) e Miriam Grossi (UFSC), minha orientadora de graduação, pelo reencontro recente.

Aos amigos do PPGAS, em especial a: Virna Virgínia Plastino, Julieta Quirós (também pelo estímulo e sugestões com o texto), Julia Sauma (também pelo abstract), Suiá Omim, Vicka Pereira, Zé Renato, Chico, Flávio, Clara, Marina, Cláudia, Nicolás, Luciana, Cecília, André, Paulinha, Artionka, Antônia, Salvador, Simone, Ricardo. Ao grupo de orientandas do professor Moacir, pelo semestre de debates em cima de textos de nossos campos: Fernanda Figurelli, Graziela Dainese, Elisa Cunha, Ariana Rumstain, Ana Amélia Xavier, Tamar. A Fernanda, agradeço igualmente pela companhia em Recife. À companheira de estágio didático Kátia Schweikardt, pelo bom convívio, apoio e troca de idéias, e também à professora Neide Esterci, do IFCS/UFRJ. A Wagner Chaves, que nos prestou valiosas informações sobre a Chapada e lá nos recebeu. E a Mariana Vale, pelo Niva.

Às funcionárias da secretaria e da biblioteca do PPGAS, ao Fabiano e à Carmen no xerox. À CAPES, pela bolsa concedida durante toda a pós-graduação.

Em Januária, agradeço em nome de Ros'elles Magalhães Felício a disposição da biblioteca da Unimontes; a Inácia; a Zeli Efigênia Santos Sales, pelos diálogos sobre Educação; aos companheiros de Opará; a Carlúcio e Rose, pelos mandins, mandiocas e poesias no trailer da gameleira na beira do rio; a Daniel, Diego e Marília, Marcelo; a Carmem, Ana Alaíde, Heitor Paladim; a Chico, Janete, Igor, Argemiro e demais parceiros de prosa, cachaça e viola no Reduto do Cabo Inácio; a Terezinha, Vânia e demais membros do Centro de Artesanato; aos vizinhos da Visconde de Ouro Preto. A Rinaldo José de Souza e Priscila Althoé, amiga de fotos e poesias no São Francisco; e a Natália Rust Neves, amiga nos mergulhos ao grande rio, pelas flores e músicas.

Em Florianópolis, agradeço a Aninha Beatriz Arêas da Luz Fontes, pelo encontro sempre intenso. A Ângela, Ivandro, Fábio e Silvana. E pelo reencontro que foi crucial para esta tese seguir adiante, agradeço a Andréa Luiza da Silveira, por seu profissionalismo até à distância.

Em Turrialba, meu agradecimento fresco pelo apoio latino, com salsa, rum e tapioca, dos amigos do Catie. Agradeço também aos funcionários da biblioteca Orton; e especialmente a Ildefonso Narváez, pelos mapas.

À família agora. No Rio, às minhas avós (hoje em Floripa), pelo aconchego e pelo amor que, como as receitas de domingo, espero um dia saber de que é feito; à Tia



Dita; aos tios queridos, Anunciata, Maria Ângela, Paulinho e Silvério, por estenderem o sentimento de casa; aos primos, e em especial a Paula Henriques Tavares, pelas estadas e amizade. À tia Dita e Terezinha.

À família belzontina: meu sogro Sebastião, pela calma; a Kênia, pela animação – e por aqueles conselhos decisivos que eu segui quase à risca; a Ana, Kerison e às meninas Helena e Bibi, pelo prazer da convivência.

Passo em Recife para agradecer a minha tia Helena e a meu tio Paulo, que me receberam quando eu ainda pesquisava onde iria fazer o campo. Sou muito feliz hoje por essa indefinição, que me fez passar dias inesquecíveis com meu tio. A pesquisa, não fiz perto dele, mas ela acabou me levando às veredas que ele tanto gostava.

Na Floripa natal, passei por momentos particularmente difíceis com a escrita, e por sorte estava no melhor lugar para acolhê-los. Na casa de meus pais, recebi apoio de toda ordem e o amor que faz a gente seguir em frente. Não tenho realmente como agradecer. Meu amor e gratidão vão também para minhas irmãs Isabela e Érica, para meus sobrinhos, Bruno, Thiago e Laura, pelo imenso gosto de estar junto; e para meus cunhados Geyson e Marcos, e tios Titi, Anderson e Lúcia.

Andando um bocado, conheci a pessoa a quem também dedico este trabalho. Pela beleza do cerrado, pela felicidade nas coisas simples, e pela paisagem colorida da nossa janela, Zim – meu companheiro deste e de outros giros –, essa é para você.

## RESUMO

NO RASTRO DE QUEM ANDA:  
comparações entre o *tempo do Parque* e o *hoje* em um  
assentamento no noroeste mineiro

Camila Pinheiro Medeiros

Moacir Palmeira

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Este trabalho é sobre mudanças de tempo e espaço percebidas por pessoas que habitavam a área em que se criou o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, ao norte de Minas Gerais, e que foram realocadas para o Assentamento São Francisco, no município de Formoso/MG. As comparações entre o lugar em que se vivia e aquele em que se vive – tema que emergiu do encontro etnográfico –, eram ativadas principalmente através dos conceitos nativos *tempo do Parque* e *hoje*. Esse par conceitual que acionava narrações comparativas em campo, estrutura também a narrativa desta tese. Além disso, a escrita busca acompanhar as andanças das pessoas, que, por sua centralidade como modo de conhecimento local, são aqui compreendidas como meio privilegiado para pensar transformações.

Palavras-chave: 1. Gerais, 2. Transformações, 3. Etnografia, 4. Comparação, 5. Tempo e espaço, 6. Meio ambiente.

Rio de Janeiro

Dezembro 2011

## ***ABSTRACT***

Tracking those who walk:  
comparisons between the *time of the Park* and *today*  
in a northeastern settlement in Minas Gerais

Camila Pinheiro Medeiros

Moacir Palmeira

*Abstract* da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

This work is about a change of time and space, as it is perceived by people that inhabited an area that became the National Grande Sertão Veredas Park, in the north of Minas Gerais State, Brazil, and who were relocated to the São Francisco Settlement, in the municipality of Formoso/MG. The comparisons between the place that was inhabited and the place that is now inhabited – a theme that emerged from the ethnographic encounter –, were mainly activated through the native concepts of *time of the Park* (*tempo do Parque*) and *today* (*hoje*). This conceptual pair, which triggered comparative narratives in the field, also structure this thesis' narrative. At the same time, the text attempts to follow the people's journeys ('*andanças*'), which are crucial to local knowledge and which are thus understood, here, as a privileged means to think about transformations.

Key Words: 1. Minas Gerais, 3. Transformations, 3. Ethnography, 4. Comparison, 5. Time and space, 6. Environment.

Rio de Janeiro

Dezembro 2011

## NOTAÇÕES

- *Itálico*: conceitos nativos e palavras em destaque
- ‘Aspas simples’: falas nativas e transcrições de trechos/conceitos de livros
- Garamond: registros gravados (para os quais não utilizarei aspas)
- “Aspas duplas”: em geral, desconforto com a palavra empregada
- \* (acompanhando um nome): nome fictício (usado quando a fala puder gerar constrangimento à pessoa mencionada)
- *Parque* (em itálico): conjugação nativa  
Parque (sem destaque): referência institucional

## SUMÁRIO

Introdução .....	14
<i>No tempo do Parque e hoje</i>	
<i>Vila dos Gaúchos e Parque</i>	
<i>Caminhos no campo e da construção do objeto</i>	
<i>Transformações</i>	
<i>Andanças (estrutura da tese)</i>	
Capítulo 1. Caminhos Cerrados .....	58
<i>Onça e Estiva</i>	
<i>Caçar melhora</i>	
<i>Botar brejo</i>	
<i>Ter conhecimento</i>	
<i>Caminhos cerrados</i>	
Capítulo 2. Vida Corrigida .....	114
<i>Até Dona Marinha e Seu Cláudio</i>	
<i>Vida corrigida</i>	
<i>Monocultura e Biodiversidade</i>	
<i>Preservacionismo</i>	
<i>Fogo e queimada</i>	
Capítulo 3. Carreiros Abertos .....	163
<i>Gentio e São Francisco</i>	
<i>Gerais e Terra de Cultura</i>	
<i>Carreiros abertos</i>	
<i>Passar em</i>	
<i>Mandioca e farinha</i>	
Capítulo 4. Vida Apertada .....	213
<i>Seu Nenzinho dos Bois</i>	
<i>Gado na solta</i>	
<i>Gado empresilhado</i>	
<i>Repunar</i>	
<i>Vida apertada (considerações finais) .....</i>	246
Referências Bibliográficas .....	249
Anexos .....	255

## INTRODUÇÃO

### *No tempo do Parque e hoje*

Esse trabalho é sobre transformações a respeito do tempo e do espaço percebidas por pessoas que viviam em um lugar posteriormente delimitado como ‘unidade de conservação de proteção integral’, e que – seguindo a legislação ambiental que veta a permanência de gente em áreas assim definidas – foram realocadas para um Assentamento criado para recebê-las. A unidade de conservação em foco é o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, que originalmente abrangia os municípios, no norte e noroeste mineiro, de Chapada Gaúcha, Arinos e Formoso, este último sede do Assentamento São Francisco, sobre o qual essa tese se detém – ambos, Parque e Assentamento, serão apresentados na seção a seguir. Embora os operadores da unidade<sup>1</sup> tenham explicitado em seus propósitos o cuidado com a continuidade geográfica entre o lugar que se fez Parque e aquele escolhido para receber o Assentamento, a percepção de se viver transformações é pungente entre os moradores.

O viver mudanças é pauta que em algum momento quase toda conversação se detém, algo que pude presenciar desde o início do trabalho de campo e muito antes deste se ater no Assentamento São Francisco; e é um topos acionado, para além do universo de pesquisa, principalmente através da expressão ‘tempo de primeiro’, ou ‘de primeiro’ somente<sup>2</sup>. O *de primeiro* versava sobre toda sorte de mudanças: o que se comia, o que se vestia, como se fazia a roça, como se criava o gado, como o homem tratava a mulher etc. Além disso, transitava na escala do tempo. Nesse sentido, não se referia a um período temporal preciso: poderia tanto remeter a um passado longínquo –

---

<sup>1</sup> Compreendo como operadores da unidade – designação que o capítulo 2 pretende esclarecer –, funcionários que atuam na unidade de conservação, mas principalmente seus idealizadores. A gestão do Parque é atualmente realizada pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), órgão federal, e conta com a parceria da Fundação Pró-Natureza (Funatura), organização não-governamental sediada em Brasília.

<sup>2</sup> O ‘de primeiro’ aparece com frequência também em teses e dissertações realizadas na região: em Cerqueira (2010:26 *et passim*), sobre os Buracos, situado na zona rural de Chapada Gaúcha; em Andriolli (2011:58 *et passim*), sobre Samu, vaqueiro que morava em terras abrangidas pelo Parque Nacional Grande Sertão Veredas e que aguardava sua indenização; em Jacinto (1998:53 *et passim*), que enfoca em especial moradores da Santa Rita, um dos principais cursos d’água da área feita Parque; e em Correia (1999:42 *et passim*; 2002), que, em dois trabalhos no território que se tornou Parque e imediações, abordou conflitos que enredavam aqueles que antes habitavam a região. O ‘de primeiro’ é também conjugado em área mais ampla, conforme podia escutar em viagens que fiz para outros lugares no período em que morei no norte de Minas. Em um trabalho realizado na região do Rio dos Cochos, próximo à cidade de Januária, vizinha a Chapada Gaúcha, ele surge também nos amplos relatos individuais de moradores, que compunham capítulos de livro organizado por Ribeiro (2010). Esses trabalhos serão referência constante nesta tese e sobre eles, em conjunto, falarei um pouco mais à frente nesta introdução.

e então assumia os correlatos *povo antigo, sistema antigo, tempo antigo* –, tais como a sorte de mudanças expressas acima; como aludir a situações ocorridas havia pouco, bastando que elas tivessem apresentado alguma variação – tal como a escola dos meninos do Assentamento, que ‘*de primeiro* dava merenda’, e que, depois de uma reunião, dissera que a comida deveria ser trazida de casa.

Às vezes, como a contextualizar o ouvinte, concluía a contação de uma ‘história antiga’: ‘*De primeiro*, pessoal antigo, tinha que namorar nas vistas’, concluía um rapaz após contar uma história sobre os cuidados que um jovem casal deveria ter em relação aos pais. Mas, em geral, não se encerrava sozinho; a continuação não-dita, mas sugerida, da frase do rapaz acima – a de que *hoje* já não seria mais desse jeito –, era em geral explicitada por um período subsequente que o ampliava o sentido, e que era aberto com um *hoje*, ou *agora*, ou *aqui*. Uma mulher dizia, no Assentamento, a respeito do marido: ‘*De primeiro*, ele vendia as coisas sem eu ficar sabendo. *Hoje* ele não faz nada sem a gente conversar antes’; em outra ocasião, falava-se sobre a vinda para o Assentamento: ‘*De primeiro*, quando a gente chegou aqui, morava em uma casinha de palha de buriti lá embaixo, perto da vereda. *Depois* é que construiu essa daqui e derrubou a de lá’. Assim, pelo fato de o *de primeiro* sugerir ou explicitar o seu par *hoje*, tanto um como o outro ganhavam sentido juntos. Pela comparação, portanto, é que um e outro se elucidavam<sup>3</sup>.

O que me parecia próprio ao Assentamento São Francisco com relação ao acionar de mudanças era que surgia amiúde a expressão ‘no tempo do Parque’ ou ‘no Parque’ a substituir ou acompanhar o *de primeiro* e seus correlatos. Assim, dizia-se: ‘*No tempo do Parque* era roça de toco’; ‘*No tempo do Parque*, plantava no brejo’; ‘*No tempo do Parque*, não precisava nem cercar’; ‘*No tempo do Parque*, o gado ficava era solto’. Ouvida desde minha primeira estada, ia percebendo-a como característica quando atentava que ela não aparecia fora dali. Nos três anos e meio que morei em Chapada Gaúcha e Januária, município vizinho (sobre o que falarei adiante), em que conheci

---

<sup>3</sup> Em trabalhos mencionados na nota anterior, vê-se (com atenção à forma comparativa sugerida, já que a análise do conteúdo de algumas delas reaparecerá nos capítulos): ‘A terra *de primeiro* (...), fazendeiro não importava com terra não. (...) E *hoje* não. Tem esse negócio de posse’; ‘E só quem votava *de primeiro* era a pessoa que sabia escrever. *Hoje* é que o analfabeto vota também, os idosos’ (Correia, *op. cit.*:42-3, 46, meus destaques). ‘*De primeiro*, o povo passeava muito, contam-me. *Hoje* é só correria, ninguém tem tempo’; ‘*De primeiro*, o sangue do povo era mais “forte”, diz-se quando se notam as restrições alimentares *hoje* recomendadas pelos médicos e pela televisão (...). O povo *de primeiro* nunca que tomava água depois de uma refeição, como essa gente toda faz *hoje*’ (Cerqueira, *op. cit.*:146, 150, meus destaques). A respeito, diz a autora: ‘Uma espécie de linha divisória – criada pela palavra de quem “sabe contar” o que já não é – separa o tempo “de primeiro” dos “tempos de hoje”’ (:149).

lugares mais ou menos afetados pelo Parque, não a escutava. Não era um tempo existente, por exemplo, na Estiva, vereda que fora em parte abrangida pela unidade, e que terá um papel de destaque nesse trabalho, como um fio condutor comparativo, conforme se exporá mais adiante. Foi em torno dela que nascera e crescera Sancler, marido de Dete, cuja casa era meu pouso no Assentamento. Meu último período de campo foi os seguintes durante alguns dias na antiga casa para um encontro anual com familiares e vizinhos de outrora, que eu já acompanhara em anos anteriores. Dona Ermínia, senhora que ainda morava na casa ao lado da que vivia a família de Sancler e que testemunhara a saída de muitos antigos vizinhos (a ser mais bem apresentada no capítulo 1), todavia não falava em *tempo do Parque* – assim como Seu João de Alta e Berto, irmão e filho que viviam próximos.

Nesse sentido, foi-me também reveladora a leitura da tese de Andriolli (2011, ver nota de rodapé 2) a respeito de Samu, um vaqueiro que morava em terras que foram transformadas em Parque, à espera da indenização estatal. Havia 21 anos que ele aguardava o ressarcimento de sua propriedade de 75 hectares na Vereda do Barbatimão, próxima à Estiva. Samu morava no Parque portanto; mas em vez de *tempo do Parque*, era acionado por ele o ‘tempo dos Carneiro’, família em cujas terras ele morava e para a qual trabalhava de vaqueiro antes de comprar as suas, na época das grandes fazendas de gado, quando o Parque nem pensava em existir. Sobre essa época, Andriolli discorre:

Falar sobre o ‘tempo dos Carneiro’ remetia ao tempo de fartura, de liberdade, tempo em que não precisavam pedir permissão para fazer roçado, para atear fogo para formar pasto ou para retirar madeira. Por outro lado, falar sobre o parque restringia-se a falar que com a chegada da unidade de conservação passaram a ‘viver do compra’. (2011:69)

O ‘tempo do Carneiro’, em Samu, era um tempo no qual se tinha o ‘direito de criar’ – o gado ficava solto no cerrado –, de fazer roçado no brejo e na vazante, de pôr fogo para a renovação de pasto; tempo que se cinde com a chegada do Parque, quando se tem de ‘pedir permissão’ e se depara com interdições sobre o que se fazia livremente, levando à situação de ter de comprar nos armazéns o que antes se produzia nas próprias terras. Pois esse ‘tempo’ de fartura que em Samu era definido a partir daqueles que o ‘deram morada’, os Carneiro, e se transforma com a chegada da unidade de conservação – mas atente-se que a chegada do Parque não resulta em um *tempo do Parque* para Samu –, entre os moradores que, saídos da unidade, foram para o Assentamento, era



usualmente trabalhado através da chave *Parque/tempo do Parque*. Das falas ouvidas no Assentamento e expostas dois parágrafos acima, vislumbra-se que o ‘tempo dos Carneiro’ remete a circunstâncias semelhantes àquelas acionadas pelo *tempo do Parque*. É o mesmo ‘tempo’, mas nomeado de formas diferentes. A maioria dos que moram no Assentamento foram também, como Samu, ‘agregados’ de fazendas – que, não tendo sua propriedade, viviam nas terras de um ‘patrão’ que lhes ‘dava morada’ e lugar para plantar, sem necessariamente trabalharem para ele (alguns casos serão mais detalhados no capítulo 1). No entanto, não ouvia um ‘tempo de Romão’, ‘tempo de Bastião’, ‘tempo de Manassés’, ou ‘tempo de Mariquinha’, ser referido no Assentamento pelos antigos agregados em relação aos fazendeiros que viviam na região antes da chegada da área de proteção integral. A respeito deles, se falava muito, mas sua existência tempo-espacial era sintetizada através do *Parque*<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> O *tempo do Parque* não é tratado como questão apenas por ser muito falado em campo. O fato de eu o ouvir e o trabalhar como um conceito se dá em razão de as definições nativas de ‘tempo’ serem uma preocupação antropológica que acompanhou trabalhos diversos. Embora se trate de qualidades distintas de ‘tempo’, esta inquietação-eixo da tese se aproxima daquelas desenvolvidas nos artigos de Palmeira e Heredia (1997), Palmeira (2001) e no livro de Borges (2003), em que se trata de investigar uma expressão recorrente no lugar pesquisado na busca de seus sentidos locais.

Em Palmeira e Heredia (1997), o objeto é a expressão nativa ‘tempo da política’, elaborada a partir de trabalhos de campo realizados em municípios da área canavieira e sertão de Pernambuco e do interior do Rio Grande do Sul. ‘[U]sada para designar o período eleitoral’, os autores qualificam o ‘tempo da política’ como um ‘período liminar’, de ‘caráter temporário’, em que conflitos são explicitados e autorizados e há ‘uma dimensão festiva manifesta’ (:160, 61, 67, 70). Dizem os autores que ‘[m]ais do que a suspensão do cotidiano, (...) temos (...) a criação de um outro “cotidiano” dentro do cotidiano’ (:170). Em artigo posterior, Palmeira (2001) revisita o ‘tempo da política’, dessa vez investindo mais no ‘tempo’ do que na ‘política’, conforme observa logo em seu início. Voltarei mais à frente, no corpo do texto, a esta elaboração. Por ora, pegaria de empréstimo uma citação de Câmara Cascudo em que, ao ser definido ‘tempo’, exemplifica-se com o ‘tempo antigo’, algo que eu ouvia em campo e que aparecia também entre as populações camponesas no Nordeste brasileiro estudadas por Palmeira: “Medida de duração das coisas, época. Diz-se sempre tomando-se um ponto de referência. Na linguagem popular usa-se no Tempo Antigo, no tempo dos Antigos, no Tempo do Rei Velho, referindo-se a El-Rei Dom João VI, especialmente em sua estada no Brasil [...]” (Cascudo *apud* Palmeira, 2001:172).

Já em Borges (2003), que igualmente se inspira nas formulações sobre o ‘tempo da política’ acima, o foco é o ‘tempo do Brasília’ – segundo a autora, uma ‘expressão (...) que perpassa a vida de todos os moradores no Recanto das Emas’ (:17), cidade-satélite da capital federal em que realizou sua etnografia. O ‘tempo de Brasília’ que dá nome ao livro é uma categoria nativa que condensa várias outras – como invasão, barraco, asfalto e lote –, fundamentais para falar sobre o ‘modo de vida’ local (:57), cujo ‘lugar-comum primordial (...) é o *lugar para morar*’ (:14, destaques no original). ‘Mais do que um conceito relativo a algo cronológico’, e mais do que ‘um item de uma fórmula’ manejada por órgãos governamentais para quantificar o ‘*quantum* de merecimento dos inscritos’ em programas de habitação, diz Borges, ‘o “tempo de Brasília” é a fórmula da vida no Recanto das Emas’ (:179, 166, 180).

Para encerrar esse quadro de leituras primordiais, é também fundamental a referência aos Nuer de Evans-Pritchard (2002), em especial por trabalhar mutuamente implicadas as categorias de ‘tempo e espaço’ (conforme é apresentado em seu terceiro capítulo), algo que intentarei fazer. Embora um ‘tempo e espaço’ de conteúdos e formas distintas de como irei tratar, deste clássico inspiro-me em sua elaboração etnográfica iluminadora de que o tempo, entre os Nuer, não se controla ‘por um sistema abstrato’, senão que é compreendido ‘enquanto relações entre atividades’ (:116). Desse modo, o tempo – e aqui faço uma

Note-se que, no Assentamento, o *tempo do Parque* não se referia ao período propriamente em que o Parque se instituía; mas, sim, recobria um tempo e espaço fundamentalmente anterior à chegada do Parque Nacional. ‘Fundamentalmente’ porque o *tempo do Parque* compreende um período final em que se viveu, de fato, dentro da unidade; em que se foi, enfim, ‘morador do Parque’. Porém, se ele finda com a saída para o Assentamento (pouco mais de 10 anos depois da criação da unidade), liga-se sobretudo a um modo de vida ‘na solta’ que já não é mais aquele vivido com o Parque *in situ*, período este liminar, de transição para a vida no Assentamento<sup>5</sup>. Como disse uma senhora em uma reunião no Assentamento: ‘Eu vivi 48 anos *no Parque*’ (sendo que o Parque, à época, fazia 20 anos de criação). Na verdade, o *tempo do Parque* começa a terminar a partir do momento em que o Parque se estabelece, quando se passa a gradualmente restringir modos de criação e cultivo dos que lá habitavam. Com o Parque, ‘a vida ficou mais corrigida’, diziam-me (ponto do capítulo 2). É nesse sentido que, quando se mencionava Eu já vi muito falar aí que lá *no Parque* era muito melhor, certamente não se estava referindo à vida dentro de uma área de proteção integral.

O *Parque*, portanto, não somente se refere aos anos subseqüentes a 1989, quando a unidade foi instituída, como também a um longo período precedente. Esse período que se finda com a saída para o Assentamento, a partir de 2001, tem como marco local de inauguração a vinda gradual de moradores de um lugar chamado Várzea Bonita, na zona rural de Januária, para habitar as regiões dos rios Preto, Santa Rita, Mato Grande e Carinhanha – os principais da área que se fez Parque (deslocamentos que são objeto do capítulo 1). ‘Pode perguntar: esse povo todo aí veio da Várzea Bonita’, costumava ouvir sobre aqueles que se tornaram ‘moradores do Parque’ (e essa ascendência foi também apontada por outros autores que realizaram trabalho na região, como Jacinto, 1999; Correia, 2002, 1999; e Souza, 2006). Sendo um período que se estabelece através de marcos, vê-se que ele é mais fixo do que o *de primeiro*, postado de modo variável na escala de tempo. Esses marcos ajudam a pensar o porquê de o *Parque* ser próprio ao Assentamento. Samu, Dona Ermínia e os seus, não o acionavam porque não haviam passado por um ‘fecho’ que tornava possível vê-lo em sua “inteireza”. Se o ‘tempo dos Carneiro’ ficara para trás, o ‘do Parque’ ainda não. E como o *Parque* não

---

leitura “interesseira” informada por minhas inquietações – se torna *tempo* na medida em que acumula características recorrentes que o faz distinguir de um outro *tempo* também assim definido.

<sup>5</sup> Na tese, essa diferença será demarcada, como vem sendo, através do uso de *Parque* (em itálico), em sua conjugação nativa, e de Parque (sem destaque), em sua referência institucional.

ficara para trás, não tinham com ele um distanciamento ‘tempo-espacial’ que permitia sua apreciação; não dispunham de um *hoje* e um *aqui* que desse ao *Parque* sua razão de existência<sup>6</sup>.

A razão de existência do *tempo do Parque* era a comparação com um *hoje/aqui* dele distanciado. Essa reflexão se fortaleceu com a leitura da dissertação de Jacinto (1998), também realizada na área que se fez Parque Nacional Grande Sertão Veredas, tecida a partir de moradores do córrego Santa Rita por ele abrangido. Na época de sua pesquisa de campo, as pessoas ainda viviam na unidade e não se aventava o Assentamento para a realocação de posseiros. *Parque*, semelhante ao modo como hoje se aciona no Assentamento, não aparecia entre aqueles de seu convívio, conforme se lê no trecho:

[P]or mais que atualmente todos reconheçam [a] idéia [de Parque], reconheçam seus limites espaciais e saibam classificar suas localidades como dentro ou fora do Parque, ela não surge como uma forma de identificação espacial êmica. Não se diz “vou ao Parque”, tampouco se pergunta se alguém mora no Parque, ou se acabou de vir de lá. Essas são falas estrangeiras, como a minha própria, de pesquisadora, e embora façam sentido, nunca são preferencialmente utilizadas. Ao contrário, permanecem as referências tradicionais: vai-se à Santa Rita, ou ao Rio Preto, vive-se na Onça, na Carinhanha, ou no Barbatimão. (1998:148)

O argumento de que o *tempo do Parque* passa a ser elaborado quando do Parque se sai vai ao encontro também de dados apresentados por Correia (2002), que acompanhou a região durante um período mais largo, quando por lá fez o seu trabalho de graduação e mestrado – o primeiro tomando como o foco as ‘distintas formas de apropriação espacial’ entre os que ele nomeia de ‘mineiros, gaúchos e conservacionistas’ (defendido em 1999, portanto próximo ao de Jacinto); o segundo, debruçando-se mais na relação entre os ‘territórios’ de ‘mineiros’ e ‘conservacionistas’. Neste trabalho, de 2002, moradores e gestores da unidade já idealizam o tema de mudar para um assentamento, processo que o autor presencia em seus primórdios. Mesmo com

---

<sup>6</sup> A reflexão a respeito do ‘fecho’ foi suscitada pela leitura do artigo de Palmeira e Heredia (*op. cit.*), no ponto em que se discorre sobre a delimitação do ‘tempo da política’: ‘A política ameaça, em primeiro lugar, pelo fato mesmo de representar uma ruptura do cotidiano. Fixar marcos para o início e o término do “tempo da política”, assegurando seu caráter temporário, é, pois, crucial e nada simples’ (1997:161). O ‘tempo da política’ era explicitado porque falava de um período que, por mais que houvesse indefinições a respeito de seu ‘fecho’, e por mais que dali a um tempo tornasse a voltar, sabia-se que tinha hora para começar e acabar. No caso do ‘tempo do Parque’, quem ainda nele vivia, não havia passado pelo marco que o findava; e, não o tendo ultrapassado – indo para outro lugar – não tinha elementos para comparar com o lugar em que se vive.

a iminência da mudança, que Correia não chega a testemunhar, o *Parque* nomeando um ‘tempo’ não aparece em seu trabalho. Ele dá destaque, por outro lado, ao ‘tempo do carrancismo’ (que eu ouvi em raras ocasiões), sugerindo a característica comparativa que é aqui insuflada:

Muitas são as referências ao “tempo do carrancismo”, o qual é entendido em oposição ao presente. O carrancismo é uma categoria que traz em si uma série de valores do passado quase não existente mais nos dias atuais. (2002:48)

Depois da sugestão de que o *tempo do Parque* é feito a partir de um *hoje* dele distinto – no caso que nos ocupa, o Assentamento –, tratemos de a isso unir mais elementos. Desdobrando algo já dito, o par analítico lança uma comparação (algo que se assemelha ao *de primeiro* mencionado). O ‘lá no Parque’ puxa, mais à frente, o ‘aqui’: *Lá* eles tinham o direito de posse deles, o mesmo jeito *daqui*, mas *lá* eles soltavam naquele mundão. E *aqui* não pode soltar. Gerando a comparação, o *no Parque* deve então ser pensado com seu par *aqui*, um se desvelando a partir do outro: ‘Não tinha nada *aqui*, só brachiaria. Nunca achei que pudesse deixar minha casa assim, como está; do jeito que era minha casa *lá no Parque*, toda ajeitadinha’, me dizia Dona Nica, senhora de quem essa tese muito falará, sobre a nova e a velha morada; *Lá no Parque* é outra coisa, porque os galhos tinham água. Para *cá* é tudo galho seco..., porque *aqui* a terra é mais seca, falava Dona Lu, outra senhora muito próxima, sobre uma diferença entre cursos d’água (chamados ‘galhos’) que costumava ser demarcada; ‘Eu fazia festa de fim de ano na minha casa *no Parque*, que não cabia mais ninguém, e não acontecia nada. *Aqui* é essa carniça que você está vendo’, reclamava uma senhora dos homens que bebiam pinga durante uma confraternização em uma das sedes a respeito das festas de lá e daqui.

Portanto, assim como o *de primeiro*, o *tempo do Parque* não é auto-referido, auto-centrado; ele emerge na medida em que posto em comparação com o *aqui*, e vice-versa. A vida no *Assentamento* era apreciada quando o *Parque* lhe fazia companhia. E era difícil obter dados sobre o *Parque* se ele fosse o único objeto da indagação. Sendo assim, o *Parque*, mais do que suscitar uma comparação, só *existe* devido a ela. Não havendo a possibilidade de comparar com algum tempo e lugar que dele fosse distanciado, não haveria por que ser conjugado – tal como o demonstra Dona Ermínia e Samu, que não o tinham em seu vocabulário, bem como os que moram no *Assentamento* quando ainda viviam no *Parque*.

Outra característica é a do ‘tempo’ e do ‘espaço’ aí implicados. O ‘tempo’ parece mais evidente, uma vez que se inscreve na designação. Nessas situações, a comparação se fazia a partir do *hoje, agora, ou depois*: ‘Antes, *no Parque*, usava mais é fazer queijo; *agora* é o leite que aproveita mais’, falava-me Dete, de Sancler, sobre efeitos da mudança na criação. Tal como o ‘tempo de primeiro’ às vezes surgia em sua forma reduzida ‘de primeiro’, o *no Parque* parecia então como um *no tempo do Parque* contraído, que às vezes surgia em toda a sua extensão: ‘*No tempo do Parque*, não tinha isso de meia, o povo plantava no brejo cada um sua parte. E *hoje*, no Assentamento, ninguém planta mais em brejo’, dizia-se. Em torno do ‘tempo’, pretende-se discorrer sobre uma qualidade de relações – ligada a regimes de propriedade, de produção e de sociabilidade –, que é percebida como diferente da existente *hoje*.

Já o ‘espaço’ deslindava-se através do *aqui*: *No Parque*, o cabra cria nesse mundão. *Aqui* tem que criar é dentro do lote, discorria-se sobre mudanças no espaço através da diferença na criação de gado – o gado, aliás, foco do capítulo 4, é um dos principais símbolos de transformação dessa ordem. O *Parque* remetia a um espaço ‘sem impedimento’, onde ‘não se regulava terra’ e ‘se andava sem cruzar com cerca pelo caminho’, conforme ouvi. Era a liberdade, dizia-me um senhor. Os lugares eram mencionados com grandeza: ‘as terras’, ‘aquele carrascão’, ‘um cerradão’. Esse ‘mundão’ feito de plural e aumentativos (e, nesse sentido, é fundamental o conceito de *Gerais*, ou ‘Geraizão’, que o sintetiza, e será trabalhado nos capítulos 1 e 3) contrastava com o *aqui*, associado a um vocabulário que traz as palavras ‘lote’, ‘parcela’, ‘aperto’, ‘empresilhado’, em que a cerca assume um papel de destaque.

Resumindo então: o *tempo do Parque* é elaborado quando não se vive mais no Parque (1) e se refere, apesar do que sugere a expressão, a um período fundamentalmente anterior ao estabelecimento da unidade (2). Com o seu par *aqui/hoje*, aciona uma comparação (3) na qual estão mutuamente implicadas noções de ‘tempo’ e de ‘espaço’ (4), e através da qual também um e outro, *Parque* e *Assentamento*, se desvelam. Como esta tese trata, justamente, de transformações de tempo e espaço, é um par conceitual que perpassará sua elaboração. Com ele, busco me esquivar da possibilidade de arrogar a esses tempos-espaços valores absolutos, ou melhor, atributos pretensamente objetivos que os caracterizariam. Pois o *tempo do Parque* não referencia apenas uma vida que ficou para trás; senão, e mais, simboliza essa vida aos olhos de *hoje*. É no jogo de percepções de um sobre o outro que a escrita pretende se

movimentar, de modo que alguns temas sobre os quais ela se debruça são sugeridos nesse jogo.

Uma observação final para concluir essa seção, retoma uma referência que deixei em aberto na nota de rodapé 6, a respeito de artigo de Palmeira (2001) – ‘Política e tempo: nota exploratória’. Neste trabalho, como já mencionado na referida nota, ele se dedica mais ao ‘tempo’ do que à ‘política’ – que conformavam a expressão à qual, junto com Heredia (1997), se ocupara anteriormente –, uma vez que é palavra empregada a outras situações: ‘Tempo das festas, tempo de safra, tempo do plantio, tempo da Quaresma, tempo da greve – substituíveis por festas, safra, plantio, Quaresma, greve (...)’ (2001:172). Indica também a recorrência do ‘tempo antigo’ e do ‘tempo de hoje em dia’, sobre os quais não se detêm, pois se estes remontam a uma ‘certa datação’, aqueles melhor alimentam o debate que no momento lhe interessa e empreende, qual seja, o de ‘uma certa maneira de a população recortar/representar a estrutura social’ (:173) que foge de modelos analíticos como o de ‘esferas’ ou ‘espaços’<sup>7</sup>. Embora interessado nesses “tempos reincidentes”, mais sincrônicos do que diacrônicos (se me é permitida uma livre interpretação), o encaminhamento da discussão cabe muito bem aqui, no fechamento desta abertura:

Embora haja afirmações, como a de um poeta popular, de que “o tempo é tudo/sem tempo nada se faz”, essa é mais uma virtualidade do que outra coisa: em princípio tudo é “temporalizável”, mas só é “temporalizado” (isto é, transformado em *tempo*, como o tempo da política, o tempo das festas etc.) o que é considerado socialmente relevante pela coletividade em determinado momento. Por isso, o rol de *tempos* não é fixo (...). (Palmeira, 2001:175, destaques no original)<sup>8</sup>

### *Vila dos Gaúchos e Parque*

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas, criado em 1989, abrange originalmente os municípios de Chapada Gaúcha, Arinos e Formoso, situados no norte e noroeste de Minas Gerais. A essa primeira delimitação, que computava 83.364,00 hectares, foi agregada uma segunda porção, de 147.330 hectares, a partir de um decreto de ampliação de 2004, que expandiu o Parque para o município de Cocos, na Bahia – e totalizou em 230.671,00 hectares a unidade de conservação (Decreto Lei 97.658 de 12

---

<sup>7</sup> ‘A sociedade não é vista dividida em partes, ou em “esferas” ou “espaços”, como se tornou mais adequado enxergá-la em nosso *tempo* acadêmico contemporâneo, mas em *tempos*’. (:175, destaques no original)

<sup>8</sup> Relendo o trabalho de Borges (2003, *op. cit.*), após o de Palmeira, deparei-me com parte deste mesmo trecho transcrita em posição de destaque para sua elaboração sobre o ‘tempo de Brasília’ (cf. :169).

de abril de 1989; e Decreto de 21 de maio de 2004). Essas duas demarcações resultam na distinção ‘Parque Velho’ e ‘Parque Novo’, ou ‘Parque de Minas’ e ‘Parque da Bahia’, que era comumente conjugada pelas pessoas mais intimamente a eles relacionadas. Como para o Assentamento, criado em 2001 (a 90 quilômetros da sede da unidade), mudaram-se apenas famílias que moravam na porção mineira, é sobre o ‘Parque Velho’ que esse trabalho se aterá.

Baseada em estudos realizados na região na década de 80, a Fundação Pró-Natureza – Funatura –, organização não-governamental de Brasília, foi a principal articuladora da criação dessa unidade. Desde o início, mantém um convênio de gestão com o Ibama, depois ICMBio<sup>9</sup>, órgão ambiental que gerencia unidades de conservação federais e que, com relação ao Grande Sertão Veredas, mantém sua sede no município de Chapada Gaúcha. É também nesta cidade que se encontra a casa da Funatura usada para hospedagem de seus funcionários de campo e dos que com frequência vinham de Brasília, e igualmente para receber demais pesquisadores – tais como eu e Ana Carneiro Cerqueira, minha colega de doutorado<sup>10</sup>, que lá ficamos nos dias iniciais de nossa estada.

O discurso de instituição do Parque Nacional Grande Sertão Veredas acompanha aquele que motivou o nascimento da Funatura: ‘[A Funatura nasceu em 1986] porque algo precisava ser feito pelo Cerrado, que começava a ser usado para a produção de grãos, sobretudo soja, em larga escala, destruindo tudo o que era encontrado de natural pela frente’<sup>11</sup>. A criação do Parque estava envolta principalmente no argumento de conter a fronteira agrícola, e eventos a ela associados, que então se expandia pelo norte e noroeste de Minas Gerais: ‘Através dele, fica garantida a proteção de 231 mil hectares, que estavam ameaçados pelo avanço da agricultura, pelos desmatamentos criminosos, pela construção de estradas e pela proliferação de

---

<sup>9</sup> Ibama era o órgão governamental responsável pela gestão das unidades de conservação (UCs) federais, bem como por licenciamento e fiscalização ambientais. Em 2007, por iniciativa da então ministra do meio ambiente Marina Silva, foi criado o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade), que assumiu a função da gestão de UCs, permanecendo ao Ibama as atribuições de licenciamento e fiscalização. Embora passasse o ‘Chico Mendes’ a responder pela administração local do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, ele ainda não ganhara força no vocabulário local – era ao ‘Ibama’ que se continuava referindo. Sendo assim, neste trabalho, mesmo quando formalmente seja adequada a referência ao ICMBio, manter-se-á aquela designação.

<sup>10</sup> Autora da tese, defendida em 2010 no PPGAS/MN, ‘O “Povo” Parente dos Buracos: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro’, referida na nota de rodapé 2.

<sup>11</sup> Entrevista de Maria Tereza Jorge Pádua, uma das criadoras da Funatura, para a Folha do Meio Ambiente ([www.gorgulho.com/?sessao=materia&idMateria=356&titulo=MISSAO-CERRADO](http://www.gorgulho.com/?sessao=materia&idMateria=356&titulo=MISSAO-CERRADO)).

carvoarias clandestinas’, lê-se no site da instituição a respeito da unidade quando já ampliada.

A agricultura em larga escala se intensificara na região principalmente a partir da migração de gaúchos em meados da década de 70, que se estabeleceram em uma chapada então considerada sem gente, e a ela imprimiram o nome que batizaria o município a ser criado<sup>12</sup>. A então ‘Vila dos Gaúchos’ começou a surgir em 1976, a partir de um convênio entre uma empresa imobiliária do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. Através do Projeto Agrário para o Desenvolvimento da Serra das Araras (PADSA) implantado pela Ruralminas (Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário), agricultores gaúchos migraram para a região impulsionados pela oferta de terras baratas e incentivos governamentais para a produção de grãos. Quando estabelecida, a Vila pertencia ao Distrito de Serra das Araras – que, por sua vez, foi elevada a distrito em 1917 e era então território do município de São Francisco. A relação hierárquica entre a Vila e o Distrito de Serra se inverteu quando, em 1994, aquela ascendeu também a distrito e, em 1995, se tornou a sede do município emancipado<sup>13</sup>.

A pretendida vocação para as lavouras do município nascente inscreveu-se, dentre outros símbolos, no seu brasão – que traz um aperto de mãos, em um cenário de uma grande plantação de soja com as engrenagens de uma máquina acima –, e no seu hino – ‘Do cerrado bruto, Alguém jogou na terra a semente da esperança, E Chapada

---

<sup>12</sup> Sobre chapadas consideradas sem gente, e seu uso comunal (o que não tenho elementos para afirmar ser aqui o caso), ver nota 15. Chapada Gaúcha fica a 365 quilômetros de Brasília, cuja construção, na década de 50, é apontada como a maior impulsionadora de uma chamada modernização do centro do país. A relação entre a construção de Brasília e o povoamento e ‘modernização’ do ‘sertão’ é assim apresentada por Chaves: ‘Como marco de ruptura primordial, cunha que cinde o tempo e remete o sertão ao passado, a construção de Brasília é compreendida como ponto inicial de profundas mudanças (...). O empreendimento da construção de Brasília reeditou a imagem das antigas bandeiras, com o sentido heróico do desbravamento de fronteira, dominação do indomado e do selvagem, sertão’ (2003:150). A respeito do ‘processo de incorporação dos cerrados como fronteira agrícola’ e sua associação corrente à ‘idéia de uma reconquista simbólica do sertão’ – como uma reedição, no governo de Juscelino Kubistchek, da Marcha para o Oeste, no Estado Novo de Getúlio Vargas –, ver Moraes (2000:01 *et passim*). Nesse trabalho, a autora discorre sobre como a ‘ideologia’ da ‘reconquista’, ‘fortemente impregnada de sentidos de construção da nação’, compartilha com os mesmos pressupostos do descobrimento: ‘[O]s novos atores sociais, lançados à conquista dos cerrados, expressam, através de *narrativas mestras*, uma identidade de *bandeirantes modernos* a desbravar, de forma definitiva, os *espaços vazios*, plantando, junto com a soja e outros grãos, a civilização e a modernidade’ (2000:02, destaques da autora). Sobre isso, será falado mais no capítulo 2. Agradeço a Carmen Andriolli a indicação do trabalho de Moraes.

<sup>13</sup> Chapada Gaúcha ocupa uma área de 3.255,182 km<sup>2</sup>. Segundo dados do IBGE (2010), tem 10.805 habitantes, e densidade demográfica de 3,32 habitantes/km<sup>2</sup> ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)). Aproximadamente 3.000 moradores residem na sede ([www.chapadagaucha.mg.gov.br](http://www.chapadagaucha.mg.gov.br)).



Gaúcha nasceu, E o progresso veio a galope’ –<sup>14</sup>, instituídos pelo primeiro prefeito, o gaúcho Eloé Baron, eleito por dois mandatos, e um dos principais articuladores da emancipação da Chapada, quando era vereador pelo município de São Francisco. A chapada sem água, que até então fora preterida para moradia pelos habitantes locais que em geral se dispunham na beira dos cursos d’água abundantes na região, mostrou-se propícia à agricultura mecanizada de grãos, dado seus terrenos planos e a altitude favorável<sup>15</sup>. Inicialmente dedicada aos monocultivos da soja e do milho, as lavouras que se espalhavam desde a sede, passaram a alternar essas culturas com a do capim brachiaria, cuja semente, vendida para a formação de pasto, se tornou a produção predominante no município a partir da década de 90 – o que faz alguns gaúchos serem também chamados de ‘capinzeiros’<sup>16</sup>.

Como se dizia, a criação do Parque foi precipitada, principalmente, ante ao avanço da fronteira agrícola, alavancada pela migração gaúcha na chapada. Resposta direta à expansão do agronegócio, o Parque Nacional, no entanto, não afetou as lavouras, que não dispunham de “capital natural” que interessasse aos termos de uma unidade de proteção integral. Incidiu sobre uma área ainda alheia aos monocultivos, habitada sobretudo por posseiros e agregados de fazendas – em geral, de gado ‘na solta’, cujos donos pouco residiam – e pequenos proprietários que viviam basicamente ‘da roça’ e da ‘criação’ para o sustento e mantinham uma área de cerrado mais preservada<sup>17</sup>. O desencontro entre a justificativa e a área de incidência do Parque me foi demonstrada por Chico Gaúcho, um morador do Assentamento de quem falarei mais no capítulo 2, quando contestava minha versão de que sua criação fora impulsionada pelo aumento das

---

<sup>14</sup> Para o brasão e o hino de Chapada Gaúcha, ver anexo 1.

<sup>15</sup> A apropriação das chapadas para a agricultura em larga escala foi indicada também por Chaves em seu trabalho sobre Buritis, município vizinho a Chapada Gaúcha: ‘Até a chegada do último contingente migratório, na década de oitenta, as terras do vão, por serem naturalmente mais férteis, eram extremamente valorizadas do ponto de vista econômico, ao contrário daquelas situadas na chapada, pobres e consideradas impróprias ao cultivo. A introdução da cultura da soja pelos sulistas, nas terras planas da chapada, tornada possível graças a implementação tecnológica, reverteu a situação anterior’ (2003:138). Há também diversos trabalhos que indicam que essas chapadas eram áreas comunais apropriadas pelos moradores estabelecidos na beira de cursos d’água e destinadas ao extrativismo, caça e criação de gado na solta (Batista, Ferreira, Luz *apud* Jacinto, 1998:28-29; Nogueira, 2009; Ribeiro, 2010).

<sup>16</sup> Há uma alternância entre o plantio de brachiaria e o de soja decorrente do ciclo produtivo e do valor de mercado de cada uma. Quando chegamos, em 2006, o valor da saca da soja era menor do que o de sementes de capim; a braquiaria era predominante.

<sup>17</sup> Segundo levantamento sócio-econômico realizado em 1998 pela Funatura no ‘Parque Velho’, havia 90 famílias residentes na área (390 pessoas). A situação fundiária foi assim resumida: 38 posses (24 hectares em média); 27 imóveis próprios (16 imóveis considerados ‘pequenos’, pois até 100 hectares; 7, considerados médios, entre 100 e 500 hectares; e 4, grandes, maiores de 500 hectares); 15 concessões (40 hectares em média); e ‘10 famílias moradoras, cujos chefes da família são empregados (vaqueiros, guardas-parque, etc)’.

lavouras dos gaúchos: Eu não concordo com essa idéia não... essa idéia de falar que foi por causa dos gaúchos, não. Quando eles vieram, fizeram o Parque aí, não pegou terra de gaúcho. Não pegou a Chapada. Só pegou aqueles beijos de serra ali. Então ficaram as lavouras livre, dizia-me.

Um desencontro a mais se dava entre o propósito e o nome da unidade de conservação – algo que a dissertação de Jacinto (1998:30-1) chama a atenção. A respeito do nome, explica o Plano de Manejo (documento que descreve as características da unidade e normatiza seu manejo através de zoneamento) que ‘a união concreta e veemente [dos] aspectos culturais e ambientais, retratada com fidedignidade e excelência por Guimarães Rosa, deu origem ao nome do Parque, uma vez que sua área abriga claramente tais características’ (Funatura, 2003:14). Porém, a ‘união’ que inspirou o nome do Parque e que serviu de apelo à sua criação, foi apartada com seu estabelecimento, criando um ‘Grande Sertão Veredas’ em que os “personagens” saem do enredo<sup>18</sup>. Para a categoria escolhida<sup>19</sup>, a preservação ‘dos aspectos culturais e ambientais’ passaria a ser construída de modo separado.

O Assentamento São Francisco foi idealizado para receber os posseiros que habitavam a área em que o Parque foi criado, realocação prevista na lei do SNUC, de 2000, mas na prática pouco executada<sup>20</sup>. Com o propósito de conservação, dessa vez do ‘patrimônio cultural do Sertão’ (como se lê no estatuto da associação de moradores), partiu de uma iniciativa também da Funatura, que realizou gestões junto ao INCRA baseando-se em um levantamento sócio-econômico realizado com os moradores do ‘Parque Velho’ em que a solução de se mudar para um lugar próximo e semelhante ao que se vivia aparecia como resposta predominante. Com o aval do INCRA, a Funatura

---

<sup>18</sup> A resposta da Funatura ao questionamento de Jacinto a esse respeito assim se inicia: “Na abordagem de Guimarães Rosa, em seu livro ‘Grande Sertão: Veredas’, mais que uma descrição da cultura, é uma impressionante imagem vívida dos ecossistemas, jamais assim interpretada” (1998:30). A grafia do nome do Parque (Grande Sertão Veredas) difere da do livro (Grande Sertão: Veredas) ao elidir os dois pontos.

<sup>19</sup> O Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi criado onze anos antes da lei que, dentre outras coisas, define e regulamenta as unidades de conservação, chamada de SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), criada em 2000 e regulamentada em 2002. Nesta lei, há a formalização de que as unidades de conservação podem ser de dois tipos: proteção integral (Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Refúgio de Vida Silvestre, Monumento Natural) – que veta a permanência de gente –, ou de uso sustentável (Área de Preservação Ambiental, Reserva Extrativista, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, etc.) – modalidade que permite a presença humana. Antes do SNUC, o modelo de Parque, inspirado sobretudo em áreas protegidas dos Estados Unidos, vigorava na instituição de unidades. A respeito dessa inspiração, e sobre como ela se fundamenta em um ideal de ‘natureza intocada’, ‘baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza’, ver Diegues (2001:09 *passim*).

<sup>20</sup> Um mapa com as localizações do Assentamento, Parque e Chapada Gaúcha se encontra no anexo 2.

capitaneou todo o processo, girando por fazendas da região, junto com moradores, para que se escolhesse um lugar para o Assentamento. Por fim, duas fazendas contíguas foram eleitas: a São Francisco e a Gentio, desapropriadas pelo INCRA em 2000 (uma descrição detalhada desse processo encontra-se em Correia, 2002:111 *seq.*). Situadas no município de Formoso, vizinho à Chapada, as fazendas totalizavam em torno de 5.500 hectares, e foram divididas em 90 lotes de 25, 40 e 80 hectares. Como se mencionará mais à frente, o tamanho dos lotes foi motivo de discórdia à época entre a Funatura e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso, que queria a delimitação de parcelas menores para assentar mais famílias, além daquelas saídas da unidade. A Funatura foi incisiva junto ao INCRA, argumentando que o Assentamento fora criado para receber os ‘moradores do Parque’, como se referia, e que os lotes deveriam se aproximar do tamanho das posses que lá existiam.

Entre posseiros e pequenos proprietários, era 90 o número de famílias estimadas no levantamento sócio-econômico feito na área do Parque, mas nem todas foram para o Assentamento – algumas preferiram esperar o dinheiro das benfeitorias (no caso dos posseiros) ou da indenização das terras (no caso dos proprietários), para se mudar para outro lugar. O Assentamento, ocupado a partir de 2001, continuou a ser acompanhado de perto pela Funatura, que se manteve ativa na mudança dos moradores, na formação da Associação Comunitária (Associação Rural Sertão Veredas – ARSeV) em 2002, em gestões junto a órgãos governamentais para melhorias de infra-estrutura, e no desenvolvimento de projetos variados.

A presença continuada da Funatura, em seu projeto de fundo de que o Assentamento São Francisco fosse um referencial de desenvolvimento sustentável<sup>21</sup>, era contudo alvo de controvérsias. As posições afeitas e refratárias à ONG se reuniam em torno das antigas sedes das fazendas. Assim, São Francisco e Gentio encarnavam a diferença fundamental no Assentamento – marcante quando cheguei, mais desvanecida ao longo do tempo. Em torno do São Francisco, um território de afeição à Funatura se tecia a partir daqueles que estimavam a vida no Assentamento se comparada ao *tempo do Parque*. O Gentio, a ela avesso, fundamentava sua contrariedade no ressentimento de

---

<sup>21</sup> A Funatura esteve junto na construção do Estatuto da Associação Rural Sertão Veredas. No inciso I do Art. 2º, que versa sobre os objetivos sociais da Associação, lê-se: ‘I – Defender, promover e implementar o desenvolvimento sustentável do assentamento da comunidade formada pelos moradores do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e seu entorno, com a adequada aplicação de técnicas ecologicamente sustentáveis relacionadas com: agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, agroindústria e ecoturismo’.

se ter produzido um lugar que se tornou preservado demais para se ficar, e apresentava um ruído ao consenso de que *hoje* a vida seguia melhor.

### *Caminhos no campo e da construção do objeto*

O objeto de estudo dessa tese andou bastante para tomar a forma que aqui se encontra. Falarei sobre esses caminhos percorridos, associados a meus caminhos no campo – justificando o longo relato por ser necessário esclarecê-lo especialmente àqueles que me acompanharam desde o primeiro projeto.

Cheguei ao município de Chapada Gaúcha através de Ana, amiga e colega de doutorado, que para lá se dirigia, em 2006, para realizar sua pesquisa de campo exploratória, ainda sem definir que se daria entre o ‘povo’ dos Buracos, próximo à sede municipal. Ana havia me convidado para acompanhá-la no jipe ‘traçado’ (4X4) que dirigiria, recomendável para as estradas de terra da região e para atravessar os últimos 150 quilômetros dos 1.200 que separam o Rio de Janeiro da Chapada. A carona vinha em boa hora, pois eu não tinha ainda um lugar para fazer pesquisa de campo, e nutria a vontade de partir de uma metrópole tal qual São Paulo, onde realizei minha dissertação de mestrado<sup>22</sup>, em direção a um município de pequeno número de habitantes no interior do país.

Em diálogo com a delimitação do lugar estava o interesse de investigação inicial. Quando terminei o mestrado, meu projeto para doutorado versava, vagamente, sobre o intuito de realizar uma pesquisa que se aproximasse do método de ‘estudos de comunidade’ – menos no sentido de definir uma totalidade a partir de seus limites físicos, e mais no sentido de refletir sobre o sentimento de comunidade a partir da interação entre as pessoas<sup>23</sup> –, para a qual se buscariam temas locais que, inter-relacionados, atuavam na concepção de um lugar ‘como se’ fosse um todo<sup>24</sup>. O convite

---

<sup>22</sup> A dissertação intitulada “Mulheres de Kêto: etnografia de uma sociedade lésbica na periferia de São Paulo”, foi orientada por Antonádia Borges e defendida em 2006 no PPGAS/MN.

<sup>23</sup> Assim, mais se aproximava da abordagem de Bailey (1971) – que, através do conceito de ‘comunidade moral’, afastava-se da delimitação espacial para pensar comunidade, focando-se na interação entre as pessoas em seu jogo de reputações –, do que da de Arensberg e Kimball (1973) – que leva mais em conta os limites físicos na designação de uma comunidade e a apreende a partir da possibilidade de uma esfera micro representar uma realidade macro.

<sup>24</sup> Pensar um lugar ‘como se’ um todo é algo que estrutura o livro ‘Little Community’, de Redfield (1960), que discorre sobre modelos analíticos (como o ‘sistema ecológico’ ou a ‘estrutura social’) para estudar pequenas comunidades. O ‘todo’ não seria algo dado, evidente em uma realidade; seria um ‘como se’ analítico, construído a partir das totalidades nas quais as pessoas se pensariam. Para tanto, objeto e método de pesquisa seriam inseparáveis, pois só a partir das preocupações locais é que se saberia a melhor forma de investigá-las.

para conhecer a Chapada surgia ao mesmo tempo em que se consolidava um grupo de pesquisa, do qual pude participar em seus primeiros encontros, que reunia professores e estudantes de diferentes instituições com o objetivo de realizar trabalhos de campo em áreas de incidência do chamado “agronegócio” (os quais se firmariam no norte de Mato Grosso, no Triângulo Mineiro e no oeste da Bahia). A linha de investigação a guiar os distintos trabalhos era explorar dados qualitativos, em especial de caráter etnográfico, a respeito das relações sociais envoltas no “agronegócio”, a fim de fornecer outras implicações em um universo usualmente abordado a partir do predomínio das máquinas<sup>25</sup>. O objetivo era ‘visualizar que tipo de sociedade (no sentido mais amplo do termo) existe ou se está produzindo dentro e em torno do agronegócio, (...) “dando carne” a esse ente meio fantasmagórico com que nos defrontamos todos os dias nas páginas da grande imprensa, nas discussões sobre a política econômica do país, nos estudos em torno da questão fundiária etc.’ (Heredia, Palmeira, Leite, 2010:161-2).

Antes da viagem, informada por essas referências, redigi um projeto que, tomando como foco a migração dos gaúchos associada ao início da monocultura da soja na região, visava refletir sobre o agronegócio pelas beiradas, sem necessariamente focar em eventos que mais nitidamente o “personificassem”; e a partir do dia-a-dia do município, mapear as categorias que o “agronegócio” mobilizava, que atores agregava, em diálogo com quais outros se delineava, e em torno de que conteúdos se teciam sentimentos de ‘comunidade’. Interessada portanto nos recortes nativos e buscando as configurações sociais locais, quando chegamos em Chapada Gaúcha, evidenciou-se que, para falar de “agronegócio”, tinha que se falar em “meio ambiente”, um se construindo na interação com o outro. Pois, como visto na seção anterior, a chegada dos ‘gaúchos’ precipitara a dos ‘ambientalistas’, o que resultava em discursos concorrentes a respeito da apropriação de um território. Essas linhas gerais, no cotidiano da cidade pareciam se traduzir por tratores que dividiam as ruas com veículos de instituições ambientais; através das duas cooperativas – a Pioneira (que congregava produtores de maior porte), e a Sertão Veredas (que, com ênfase no extrativismo de frutos do cerrado, tinha como cooperados os moradores de ‘comunidades’) – dispostas nas pontas da avenida principal; nos nomes das ruas (como a Getúlio Vargas que cortava a sede, e a

---

<sup>25</sup> A pesquisa ‘Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório’ foi desenvolvida entre os anos de 2006 e 2010, e teve como coordenadores os professores Beatriz Heredia (IFCS/UFRJ), Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ), Moacir Palmeira (PPGAS/MN/UFRJ) e Sérgio Pereira Leite (CPDA/UFRRJ). A respeito, ver Heredia, Palmeira, Leite (2010).

Guimarães Rosa, onde se dispunha o Ibama), e dos comércios (com alusões, novamente, a Guimarães Rosa, ou ao sobrenome de famílias gaúchas); na alternância de empregos temporários que um e outro propiciavam (na safra de produtos agrícolas, na brigada de incêndio do Parque no período da seca); na disputa de uma pauta festiva, que incluía a Semana Farroupilha em setembro, e o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas em julho; e na própria percepção espacial das grandes plantações de soja ou capim interrompidas com o cerrado anunciado pelo Parque (ou o contrário).

Na Chapada, nossa entrada se deu pela via ambiental. Chegamos em setembro de 2006 para fazer pesquisa exploratória que se estenderia até fevereiro de 2007. Foi Wagner Chaves, na época também doutorando do PPGAS do Museu Nacional, quem nos forneceu nosso primeiro contato na Chapada. Ele pesquisava giros de folia na região<sup>26</sup> e deu-nos o telefone de uma conhecida sua na cidade, Damiana Campos, que trabalhava na divisão de cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Damiana se tornaria nossa amiga mais próxima, a casa de sua família, um ponto de referência afetivo, e a mim ainda abriria diversos caminhos de pesquisa. A partir de um telefonema prévio de Ana, e de nosso primeiro encontro com ela no distrito de Serra das Araras, onde passamos dois dias antes de seguir para a sede, Damiana conseguiu-nos hospedagem na casa da Funatura, destinada a receber os funcionários de Brasília que para lá iam com frequência, e pesquisadores e profissionais ligados à temática ambiental. Lá permaneceríamos nas duas semanas iniciais; encaminhados nossos lugares de pesquisa, alugamos depois uma casa com Damiana e seu filho Lucas, na rua Guimarães Rosa, onde ficávamos na volta do campo.

O período na casa da Funatura – uma construção de 8 cômodos, de adobe, erguida, naquele ano, num terreno cedido pela prefeitura, na divisa com uma lavoura de capim – foi de um mapeamento amplo de questões. De lá, partimos para folias, conhecemos ‘comunidades’ rurais próximas, fomos ao Encontro dos Povos do Vale do São Francisco em Januária, a eventos no Centro de Tradições Gaúchas Chama Crioula, seguimos de perto a chegada e o movimento de eleitores no segundo turno das eleições presidenciais, íamos ao Ibama, ao Parque, à prefeitura, ampliávamos nossas redes de conhecimento na cidade.

---

<sup>26</sup> A tese de Wagner Chaves, defendida em 2009, intitula-se ‘A bandeira é o santo e o santo não é a bandeira: práticas de presentificação do santo nas Folias de Reis e de São José’.

Nesse curto espaço de tempo, chamou-me a atenção a recorrência de situações etnográficas que envolveram a questão quilombola, algo que me parecia pulsando na região. Uma delas se deu no dia em que, acompanhando o prefeito Mundinho e técnicos do Instituto de Geografia Aplicada de Minas Gerais no registro de coordenadas para a elaboração do mapa oficial de Chapada Gaúcha, paramos na comunidade de São Félix, a 90 quilômetros ao sul da sede, da qual já ouvira falar por ter sido a primeira reconhecida como quilombola no município. Conforme Mundinho nos explicava, a titulação fora requerida após uma longa querela por terras, primeiro envolvendo um fazendeiro vizinho que pressionava os moradores para saírem de terras que alegava suas, depois uma empresa siderúrgica que lhe comprou a propriedade e entrou com uma ação contra a comunidade dizendo-a invasora. Dona Amélia, a moradora mais antiga, lembrava: ‘Eu, viúva, os filhos pequenos, disseram que eu não podia ficar aqui, sendo que eu nunca tinha saído daqui’. Os moradores de São Félix tinham documentos de posse, mas só obtiveram a garantia de seu território – parte dele –, após se declararem quilombolas e serem assim titulados pela Fundação Palmares, o órgão governamental responsável. Mundinho – que era da comunidade de Ribeirão de Areia, próxima à sede, e que fora presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais antes de ser prefeito – concluía sobre o assunto: ‘Aqui na Chapada todo mundo é quilombola, mas pouca gente sabe’.

A segunda situação envolvia moradores de Retiro dos Bois, uma localidade pertencente ao município vizinho de Januária (que distava a 220 quilômetros de sua sede), mas que recorria à sede de Chapada Gaúcha (a 60) no acesso a serviços básicos. Na Chapada também votavam; e foi por ocasião das eleições que vieram em peso para a cidade e assim surgiram no terreiro de Dona Vera Lúcia, mãe de Damiana, para com esta conversar sobre ‘assuntos da comunidade’. Damiana tinha um histórico de convívio com o Retiro, do tempo em que lá fora professora e pernoitava durante a semana na casa de Dona Lourença, senhora que a tinha em grande consideração. Estavam todos preocupados, pois a partir do ano seguinte, Chapada informara que não mais poderia fornecer serviços, como escola e transporte, que cabiam a Januária. Além disso, a propriedade das terras, onde havia nove casas de irmãos e de alguns filhos, tornou-se incerta depois que uma empresa de eucalipto lá se estabelecera em 1996, e se apropriara de parte das terras – ‘dizia para a gente assinar uns documentos para regularizar as posses, e na verdade a gente estava era passando as terras’, contava Dona Lourença.

‘Com o terreno arenoso, não vingou nada’, continuava; a ‘firma’ falira e fora embora da região, deixando a incerteza com relação aos títulos e um território em 2.000 hectares reduzido<sup>27</sup>. Ante a esse quadro, a reivindicação quilombola fora uma das alternativas levantadas durante a reunião para se buscar garantias – e foi de fato levada à frente, culminando com o reconhecimento do Retiro dos Bois em 2007.

A terceira se desenrolou na casa da Funatura, e foi o ensejo para minha primeira ida ao Assentamento São Francisco. Naqueles dias, ouvíamos muito a respeito do Assentamento através de Ernane, o funcionário de campo da Funatura que pernoitava durante a semana na casa, retornando para sua residência em outro município no fim de semana. De manhã, antes de sair para o trabalho, e à noite, quando retornava, Ernane narrava-nos com empolgação sobre os projetos que a Funatura desenvolvia no Assentamento, o processo de escolha das fazendas desapropriadas que acompanhara de perto, e histórias de vida de moradores com quem tinha intimidade. A decisão de conhecer o lugar ocorreu durante uma conversa, na área de trás da casa, que eu levava com Ernane e \*Doroteu, um morador do Assentamento que, estando a semana na cidade, por lá passara.

Doroteu me explicava que o Assentamento ‘para onde foram os moradores do primeiro Parque, fica no Formoso, [cidade] a 3 quilômetros de Goiás e a 20 da Bahia. No cantinho de Minas’. Ernane pegava o gancho para falar da realocação:

---

<sup>27</sup> Essa é uma situação recorrente na região mais ampla. Em partes diversas, pode-se ouvir o enredo sobre: a chegada das ‘firmas’ – empresas monocultoras de eucalipto e pinus – na década de 70; o afluxo prévio de funcionários que pediam para moradores assinarem documentos supostamente para regularizar suas posses; a demarcação de mais terras do que aquelas compradas pelas ‘firmas’, que também cercavam espaços de uso comum, como as chapadas; a derrubada do cerrado no ‘correntão’, o secamento de rios e o abandono posterior das terras. Esse é um dos objetos da tese de Nogueira (2009); e é também uma reflexão de destaque nos depoimentos de moradores da comunidade dos Cochos, no município de Januária, que integram o livro ‘História dos Gerais’ (Ribeiro, 2010). Antônio Inácio Correia, um dos moradores dos Cochos, que foi também dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária, diz: ‘Eram umas 30 firmas. Aquele tanto na Carinhonha. (...) E do mesmo jeito que elas chegaram, foram embora. (...) Pegaram dinheiro e, como diz, capou o gato. As firmas adquiriram essas terras por causa do direito de herança. Às vezes as pessoas tinham documentos que vinham do avô, do bisavô. Estava tudo sem inventário, sem registro. O grileiro tomava tudo. Numa propriedade, por exemplo, chegava lá no morador e falava: “Você tem documento de terra?” “Não.” “Ah! Essa terra é minha”’ (2010:51). Esse processo é igualmente abordado na dissertação, na área da agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, de Carlos Alberto Dayrell, ‘Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agrossistemas tradicionais’, referência para muitos dos trabalhos lidos sobre a região, mas que infelizmente não consegui ter acesso. Na região mais estrita em que por fim realizei pesquisa, não há relatos dando conta dessa ordem de acontecimentos associadas às ‘firmas’ de eucalipto.



– Rodamos aquele Parque para fazer o levantamento sócio-econômico, 90 famílias. Perguntava o que os moradores queriam para resolver a situação deles. Perguntava tudo, até a rádio que escutava.

(pausa)

– Diz que vai ter que pagar 192 reais por mês no Incra pelo lote...

– Tem disso não. Não tem que pagar porque era tudo posseiro, não era sem terra.

A posse troca pelo lote.

Fez-se um silêncio. Doroteu retomou:

– Os quilombolas... diz que é p'ra não pagar. Carambola... tem uns que falam é assim.

Como aquilo me chamou a atenção, Doroteu estendeu o assunto:

– \*Sebastiana, moça!, do sindicato. Botou na cabeça do povo que ali era quilombo, e tem gente que até hoje acredita.

Na seqüência da conversa, Ernane me explicava que o embate de Sebastiana datava de antes, do início do Assentamento, porque ela queria que as fazendas fossem divididas em 200 lotes, em vez de 90, e que houvesse um sorteio na escolha de seus ocupantes:

– Agora vê: sorteio! O Assentamento era p'ra morador do Parque. Se um morador não fosse sorteado? E os lotes eram para ser mais ou menos do tamanho das posses do Parque. Alguns maiores ainda, porque lá tem umas partes fracas.

– A Funatura pelejou com essa mulher. Tivemos ligeiro que acampar no Gentio e na Taboca, depois que o povo dela armou umas barracas do outro lado do rio. Diz que iam ocupar os lotes – contava Doroteu –. Depois ela sossegou um bocado de tempo aí. Quando pensa que não, tornou a aparecer. Aí tentou botar o povo contra a Funatura, queria chegar na Associação, mas não davam ousadia para ela. Só que tem uns do contra lá, uns 20% que não gostam da Funatura porque não queriam sair do Parque, que foram na conversa dela e fizeram a outra associação no Gentio. Depois vieram aí com essa prosa de quilombola<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Correia (2002) menciona este acampamento de outros postulantes a lotes, ocorrido em 2001, no período de sua pesquisa de campo; e uma reunião, que acompanhou, em que '[e]stiveram presentes os presidentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso e da Chapada Gaúcha, um representante da FETAEMG, diversos "beneficiários acampados" e alguns moradores do Parque' (:122). Pelas falas transcritas, em especial as do representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Minas Gerais (\*Sebastiana não é mencionada), é revelador como o conteúdo do dissenso, que foi ganhando novas formas ao longo do tempo, já estava aí presente. À época investia-se na divisão em 136 lotes, e o representante da FETAEMG deixa transparecer um cabo de força em torno da representação naquele

Com o arremate de Doroteu, o conteúdo quilombola no Assentamento, incorporado pela Associação do Gentio, surgia como um ruído à realocação que até então me era apresentada sob adjetivos positivos. Essa associação cindira-se da Associação Rural Sertão Veredas (ARSeV) em 2006, e tinha em torno de 40 integrantes quando fundada, grande parte moradores do território da antiga fazenda Gentio. A divisão entre ‘territórios’ acompanhava, em certa medida, uma distinção geográfica entre as duas fazendas desapropriadas. Pela qualidade da terra, a fazenda São Francisco fora destinada a quem queria mexer mais com roça; e a Gentio, aos que criavam gado.

A fazenda do Gentio reunia também os últimos lotes que foram ocupados – em contraposição à São Francisco, que fora logo preenchida –, o que indicava que a distinção tratada não se referia apenas a algo que se foi construindo ao longo do tempo de morada neste novo lugar, mas que ela já estava implicada no chegar e no seu quanto de querer. Antes da cisão, a ARSeV fazia o revezamento de suas reuniões mensais entre as duas sedes das antigas fazendas; com a instituição da do Gentio, restringiu-se à sede do São Francisco. A divisão entre associações se acentuaria ainda mais com a tradução ‘quilombola’ aos conflitos, que estava surgindo quando fui para o Assentamento<sup>29</sup>.

---

assentamento nascente. Tratando já como dado a incorporação dos acampados que não eram da área do Parque, o que não veio a ocorrer, e elaborando um ‘nós’ que secundarizava a Funatura e trazia à frente o Sindicato, ele diz: “*o acampamento aqui, agora, é um problema de todos, e não tem separação. Nem o povo do Parque, nem o povo do acampamento*” (...) “*nós temos que lutar unidos (...) Vocês têm que ter no seu sindicato o seu instrumento de luta. A orientação tem que partir do seu sindicato. Se alguém quiser ajudar vocês, tem que ser através do sindicato*” (...) “*nós temos que construir a nossa associação*”, e mais à frente: “*eu acho importante vocês estreitem a relação com a Funatura. Ela é uma organização não governamental. Tem interesses de desenvolver essa região aqui. (...) Para apoiar, não é para deixar direcionar vocês não (...). Então o papel é esse. Não deixar ninguém dominar vocês para lugar nenhum não*” (:122-3).

<sup>29</sup> Pensar a questão quilombola como tradução de um conflito latente anterior era uma idéia inspirada na “ambientalização” dos conflitos’, neologismo empregado por Lopes para abordar como a questão do “meio ambiente” é construída historicamente, interiorizada por pessoas e grupos e transformada em ‘linguagem de conflitos sociais’ (2006:34). Mais tarde, vim a conhecer o artigo de Steil (2001), que acompanha o ‘processo de etnicização da política’ em Rio das Rãs, situada em Bom Jesus da Lapa (BA), em que categorias mais ligadas à luta fundiária em certo momento passam a ser ‘entrelaçadas’ com as de ‘caráter étnico’, donde a reivindicação quilombola é adotada como ‘um novo idioma de ação’ (:198, 201). Dessa apresentação, é possível traçar vários pontos de diálogo com o vir a ser quilombola que acompanhei no Assentamento e também no Retiro dos Bois (com relação a este, presenciei também uma ‘via crúcis’ em Brasília aproximada àquela que o autor descreve quando do encontro entre representantes de Rio das Rãs e de órgãos do governo responsáveis pelo reconhecimento quilombola). Considerando que ‘negro’, ‘escravidão’, ‘quilombo’ não eram palavras manejadas confortavelmente por onde andei, pensava que o que estava em primeiro plano não era propriamente uma comprovação de autenticidade negra que olha para o passado – operação inscrita na fórmula ‘remanescente’, que sugere um ‘resíduo de algo que “já foi”’, conforme Steil bem chama a atenção (:208). Longe de tornar a luta menos legítima, elaborá-la em termos de uma ‘identidade negra’ diz respeito à ‘mediação de novos sentidos que vêm sendo forjados na mobilização política e na reivindicação de direitos sociais’ (Steil, 2001:208).

Naquele momento, a questão quilombola a mim se insinuava como um tema nativo a expandir a interface agronegócio/meio ambiente inicial, pois parecia ressonar a voz das populações locais em sua contraposição a modelos de ocupação que as alheavam de seus territórios. Nas três situações, a relação envolvia de alguma forma essa tríade: no Assentamento, os quilombolas contestavam o Parque, cuja criação fora precipitada pelo aumento das lavouras na região; em São Félix, conforme viria a saber, Ibama e Instituto Estadual de Florestas intercederam a favor da comunidade – por ser ‘população tradicional’ próxima à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari –, contra a empresa; em Retiro dos Bois, o posicionamento ambiental a favor da comunidade não fora demarcado, mas havia um interesse na segurança fundiária dos moradores, para que a área, considerada zona de amortecimento do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, não fosse tomada por monocultivos.

Tratava-se, em suma, de embates territoriais, em seu amplo sentido<sup>30</sup>. E foi com o propósito de abordar as circunstâncias detonadoras da decisão coletiva para se reivindicar quilombola, e o modo como processos como esse se davam, na região, afetando e afetados pelo “agronegócio” e “meio ambiente”, que cheguei ao Assentamento São Francisco<sup>31</sup>. Depois da conversa na área da Funatura, seguindo a sugestão de Ernane de pernoitar na casa de Dona Nica e Seu Miguel – uma morada localizada na parte central do Assentamento, pouso oficial da Funatura, que se tornara também referência de estada para visitantes de fora –, pedi a Doroteu para que lhe avisasse de que eu me hospedaria na semana seguinte em sua casa. Para o traslado, aproveitaria a carona na Toyota da Funatura, que toda terça-feira fazia a ‘troca de guarda’ entre os guarda-parques que estavam havia 7 dias de serviço e aqueles que passavam sua semana de folga. Como a maioria dos guardas morava no Assentamento, o carro, que em geral saía da sede do Ibama, para lá se dirigia – e, dado que era freqüente a interrupção da linha Chapada Gaúcha-Formoso por causa da condição da estrada de terra, em especial durante ‘as águas’, aproveitaria essa carona algumas vezes.

Antes mesmo da chegada no Assentamento, uma mudança do objeto, que só se conformaria mesmo muito tempo depois, já se insinuava. Na terça-feira seguinte à

---

<sup>30</sup> Venho usando ‘território’ como que desavisada ou displicentemente, pois a menção de levá-lo mais a fundo implicaria uma ampla discussão e necessidade de escolha teórica que fugiria de meu foco e fôlego.

<sup>31</sup> Em campo, vim a conhecer a dissertação de graduação, já mencionada, de Cloude Correia (1999), ‘Mineiros, Gaúchos e Conservacionistas: uma abordagem dos conflitos sócio-ambientais no noroeste de Minas Gerais resultantes das distintas formas de apropriação espacial do Cerrado’, que se debruçara sobre um objeto que aquele que eu construía se aproximava.

conversa, aguardava desde cedo na sede do Ibama a Toyota que, no fim, só partiria no adiantado da tarde. A demora se dava porque o carro sairia de Formoso, viria até a sede e depois retornaria. Foi durante essa espera que Dona Vera Lúcia – a mãe de Damiana, que àquela altura já nos tomava como ‘filhas do Rio de Janeiro’ –, passou pelo Ibama para conversar com Joaquina, funcionária do órgão e pessoa das mais conhecidas na Chapada. Dias antes, sabendo que eu iria para o Assentamento, Dona Vera já me havia mencionado o nome de Sancler, guarda-parque que lá morava e que era casado com Dete, cuja mãe, que vivia na Chapada, conhecia bem. Sancler era ‘gente muito boa’, dizia Dona Vera, do ‘povo da Estiva’ que matinha estima forte dado o tratamento dedicado a Damiana, quando ela lá fora professora. Pois alguns anos antes do Retiro dos Bois e da casa de Dona Lourença, Damiana trabalhara na Estiva, e ‘pousava’ na casa de Dona Lindaura, mãe de Sancler. Filhos e netos de Dona Lindaura e de vizinhos foram alunos de Damiana, que também me contara histórias muito afetuosas do tempo em que lá vivera, quando pela primeira vez se afastara de sua família, que morava na ‘Vila’. Com essa bagagem, Dona Vera já me havia sugerido pousar na casa de Sancler e Dete, e voltaria a recomendá-lo naquele dia.

Coincidentemente, enquanto Dona Vera estava no Ibama, a Toyota chegou com os guardas que foram apanhados antes no Parque. Sancler era um deles. Com seu jeito incisivo, dedo ao alto com ar de aconselhamento, Dona Vera reportou para o próprio Sancler o que comigo havia conversado, e ele se prontificou a ir me buscar para passar o fim de semana em sua casa. Saímos do Ibama com o carro cheio. Havia, além do motorista e de Sancler, dois brigadistas e um guarda-Parque. Seu Samu (citado na página 16) também pegaria carona de volta, pois estava na Chapada para fazer suas compras de mês. Quando o deixamos em sua casa, no Barbatimão, já era noite alta, e uma longa estrada de cerrado quase fechado por dentro do Parque nos esperava pela frente. Passando depois ainda na casa da mãe de um dos guardas que estava conosco, na ponte da Carinhonha próxima ao Assentamento, chegamos na casa de Dona Nica de madrugada.

Foi um início sinuoso. Além de termos acordado Dona Nica e Seu Miguel, o aviso que eu havia enviado sobre a minha chegada não fora recebido pela anfitriã, pegando-a de surpresa. No dia seguinte de manhã, o incômodo que eu tentava consertar seria ainda aprofundado ao se constatar que a feira que eu havia levado não daria para a semana. Combinei de ir no dia seguinte a Formoso reforçar os mantimentos, e naquele

dia permaneceria quase todo tempo em sua cozinha, acompanhando-a em seus afazeres, e conversando com os passantes que iam com ela conversar; vivenciando enfim um movimento – de chegar em uma casa, de ‘passar para a cozinha’ –, que, ao longo do trabalho de campo, percebeu-se estruturante das relações.

A casa de Dona Nica não se tornou meu lugar de estada. Mas foi diversas vezes o destino de minhas andanças. Nela, havia um trânsito mais intenso entre moradores, comparado ao de outras casas em que eu parava. Geograficamente central, ao lado da sede do São Francisco, ficava em um lote cujo colchete de acesso partia direto da rodagem principal que cortava o Assentamento, sem se precisar entrar em corredores secundários. Era uma casa para se deixar recados e se divulgar notícias. ‘Tinha um cartaz da festa pendurado lá em Dona Nica, do lado do filtro. Lá passa mais gente, né?’, falava-se sobre uma festa de rodeio em Formoso que acabara ficando mais conhecida porque o organizador ‘cascou fora com o dinheiro e não teve festa nenhuma’. ‘Deixa em Dona Nica, que todo mundo passa por lá’, pedia-me Ernane, em uma de minhas idas, entregando-me cartas para ser repassadas a alguns moradores. Eram variados os motivos que instigavam a chegada: uns vinham ‘só para prosear’, pois ‘Velha Nica’ era conhecida e estimada ‘desde o *tempo do Parque*’; outros aproveitavam o almoço ou iam levar-lhe agrados que tinham em casa e sabiam que ela apreciava, como favo de mel e buriti. Sua precaução – como o ‘diesel’ que guardava para abastecer um carro quando precisava ir até Formoso – e sua “despensa” – de galinhas, ovos e produtos de catálogo, os quais vendia – também puxavam passantes. Dona Nica costumava constatar esse fluxo. Um dia, armando na cozinha seu bilro de fazer esteiras de seda de buriti, apoiando-o de um lado em uma cadeira, de outro, em uma mesa, deixou-o em posição que a permitia ver longe o caminho de acesso à casa; e quando alguém despontava, dizia, numa repreensão alegre: ‘De que jeito eu posso terminar rápido esse trabalho com esse tanto de gente que passa aqui?’.

Lá também recebia visitantes – ‘turistas’ como eu, quando cheguei naquela madrugada –, e era ponto de referência para agentes estatais, como os funcionários da Emater (a empresa técnica de extensão rural) e os ‘homens da luz’ (no período em que a eletricidade era instalada), onde buscavam informações sobre outros lotes. Conforme dito, era igualmente a casa de hospedagem dos ‘meninos da Funatura’, como Dona Nica se referia àqueles que lá pernoitavam durante cursos, execução de projetos e datas festivas. Com eles, nutria uma relação de bem-querer que vinha desde o *Parque*, pois a

primeira sede da Funatura na região era nas instalações da antiga Fazenda Rio Preto, próxima à sua casa. Eu vim para cá por conta dos meninos; eu não ia sair assim fácil não, disse-me uma vez durante uma conversa gravada sobre o lugar em que vivia, pelo qual tinha apreço. Dada sua localização, a escolha pessoal pelo lote de 25 hectares no Assentamento fora reforçada pela Funatura, que a auxiliou na construção de sua casa – diferindo-se das de alvenaria, era a única feita de tijolo de adobe com reboco e telhas de barro branco, trazidas da Serra das Araras. Apesar de só ter saído do Rio Preto por mor de o Parque, Dona Nica era das principais defensoras do Assentamento e da Funatura. ‘Eu falo logo, e falo mesmo: tem uns poucos aqui nesse Assentamento que não gostam da Funatura e um tanto que gosta; àqueles que não gostam, *uá*, podiam era voltar para o Parque. Vai ver se alguém quer voltar... Ninguém quer não, *m’ermã!*’, dizia.

Na sexta-feira de manhã, três dias depois de minha chegada no Assentamento, Sancler, cumprindo o combinado, aparecia com Dete para me buscar. Vinham de charrete, meio de transporte que então usavam para distâncias mais longas. No caminho de volta, paramos para almoçar na casa de Vande e Tavinho, irmã e cunhado de Sancler, que moravam perto de Dona Nica. Se na casa de Dona Nica acompanharia o trânsito de passantes, em um renovar de prosas, notícias e cafés; aquela primeira visita à casa de Vande inaugurava o movimento do ‘passar em’, que muito empreenderia acompanhando Dete (do qual se falará no capítulo 3).

Em Vande, vivenciaria pela primeira vez esse “axioma” do dia-a-dia – o passar nas casas –, e alguns de seus intra-atos: chegar na sala, ouvir escusas por sua simplicidade; passar para a cozinha, onde, de perto do fogão, se tomava o primeiro café; ser conduzida até o terreiro, em que se nos mostrava a horta, a plantação de mandioca ou a porca que estava sendo ‘cevada’ para ‘carnear’ dali a uns dias; na cozinha, na preparação conjunta do almoço, catar feijão, limpar arroz, descascar abóbora, refogar a carne; na fala feita durante o fazer, enredar-se nas conversas sobre marido, menino, a luz que não vinha, sobre as ‘águas’ que estavam poucas ou as estradas que andavam ruins, e rir da incessante prosa de Vande em seu desenrolar de casos engraçados; estender o almoço com prosa na cozinha, e mais tarde, estender a prosa na cozinha com biscoitos fritos e café; lavar as vasilhas na pia erguida no terreiro; e na saída, levar uma porção de carne de porco armazenadas na banha e queijo feitos por Vande, e ouvir um ‘*tá cedo, moço!*’ a despeito de termos passado junto várias horas.

Com eles, conheceria mais duas casas naquele fim de semana – algo que por certo era motivado por minha presença, porém um concentrado do que acontecia no cotidiano de modo mais diluído. Na casa de Dete e Sancler, acompanhei também o movimento daqueles que por lá passavam: Seu Fançu, que morava sozinho no lote ao lado e que mais de uma vez ao dia ia até a casa de Dete; Vande, que chegou no sábado de manhã, para seguirmos juntas a uma reunião na sede do Gentio dali próxima; Ilda, comadre, que por lá parou, esperando a chuva passar para continuar a caminhada até sua casa; e alguns vizinhos.

Da casa deles fui embora na segunda-feira, quando me levaram de volta para Dona Nica, de onde eu pegaria carona com a Toyota para retornar à Chapada no dia seguinte. Mas, depois dessa primeira ida, a casa de Dete e Sancler se transformou em meu pouso. De lá, às vezes dormia em outras casas, como a de Dona Nica. Mas era para a casa deles que eu me dirigia assim que chegava quando ia passar em geral uma semana no Assentamento<sup>32</sup>.

Ficar em Dete se processou por motivos variados: porque, em Dona Nica, o quarto que eu ocupava era aquele destinado aos funcionários da Funatura e demais visitantes, e minha estada alteraria uma hospedagem que já era corriqueira; porque percebia que minha presença interferia menos na dinâmica doméstica; e por conta da amizade surgida com eles desde aquele fim de semana, e em especial com Dete.

Além disso, havia os motivos mais ligados às possibilidades de pesquisa decorrentes de meu posicionamento em campo. A casa de Dete e Sancler ficava na área da antiga fazenda Gentio, cuja sede fora apropriada pela Associação que então se reivindicava quilombola. Apesar de eles serem associados da ARSeV, e de Sancler ser guarda-parque, imaginava que seria mais fácil conhecer o ‘povo do Gentio’ a partir de sua casa do que da casa de Dona Nica, que representava o gradiente máximo de afeição à ONG no Assentamento.

Paralelamente, ficar em Dete era também um ensaio para me descolar da Funatura e do “meio ambiente”, aos quais era associada. Não tive êxito com relação a isso – o que é necessário de se abordar para compreender os caminhos abertos e aqueles pouco dispostos às minhas andanças. Na verdade, já trazia essa associação de antes,

---

<sup>32</sup> Entre os anos de 2006 e 2009, fui 12 vezes ao Assentamento, permanecendo períodos que variaram de 2 a 14 dias (um quadro esquematizando as idas a campo encontra-se no fim desta seção). Por muita insistência, e porque ‘não era dinheiro meu, mas do governo para a pesquisa’, é que Dete aceitava uma quantia por minha estada, além da feira que eu levava da Chapada.

desde o primeiro dia na Chapada Gaúcha, nas recorrentes tentativas de mapeamento de que éramos alvo, Ana e eu, comuns àqueles que chegavam de fora em uma cidade de 3.000 habitantes. Em geral, os estrangeiros que por lá aportavam, ou iam tratar de terra, capim e afins – ocupando os hotéis durante a semana<sup>33</sup> –, ou eram turistas que iam conhecer o Parque e arredores – por interesses ecológicos e/ou literários, no apelo construído em torno da obra de Guimarães Rosa –, ou eram pesquisadores de questões ambientais. Sendo mulheres – algo incomum no ramo do agronegócio que por lá afluía, dentre outras características que não tornavam essa associação provável –, e permanecendo mais tempo do que o de uma visita turística, éramos prontamente qualificadas como ‘ambientalistas’, e não raro era-nos indagado ‘você é bióloga, né?’. Como nossos passos iniciais também o afirmassem, dada a proximidade com funcionários da Funatura e também do Ibama, às vezes pessoas chegavam ‘puxando prosa’ de fauna e flora, perguntando assuntos a respeito do Parque; em outras várias, éramos referenciadas a esses órgãos quando apresentadas a alguém, ou quando nos marcavam o nome na conta de um comércio em que éramos clientes.

No Assentamento, não era muito diferente. Mesmo entre os mais acostumados comigo – sabedores que eu não era do Ibama nem da Funatura, mas supondo que eu pudesse ter nesses órgãos alguma entrada mais efetiva –, ‘assuntavam-me’ sobre benfeitorias, ou sobre se seria possível levar umas cabeças de gado para o Parque durante a seca. Entre os que eu não tinha muito contato, percebia assuntos que eram sustados com minha aproximação, hesitação em falar das caças de primeiro, receio de matar uma cobra que se aproximava, ou pressa em tirar das vistas uma moto-serra deixada em um canto da sala. Por alguns, fui confundida com as duas chefes da unidade que ocuparam o cargo enquanto eu realizava o trabalho de campo. Tentava, na medida do possível, desvincular-me pelo alheamento; e evitava temas melindrosos, como os da caça e fogo, com os que eu não tinha intimidade, mas isso às vezes resultava em uma outra leitura: ‘Tem gente desconfiada, que acha que você é do Ibama, e que está jogando verde para colher maduro’, Sancler me dizia.

---

<sup>33</sup> Conversando com o gerente de um dos hotéis da avenida Getúlio Vargas, ele, que viera do Paraná, me dizia que o movimento que segurava o estabelecimento era muito mais associado às plantações do que ao turismo. Sobre a possibilidade de hospedagem, ele ponderava: ‘É bom ligar antes, porque dia de semana às vezes está tudo cheio. Fim de semana é tranquilo, fica vazio, mas dia de semana tem comerciante, pessoal que lida com capim, com máquinas. Ficam de segunda a sexta e fim de semana voltam para casa’. A única ocasião em que os turistas enchiam os hotéis da cidade era durante o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, três dias no mês de julho.



É necessário também explicitar uma nota de tom mais pessoal para pensar essa vinculação. Meu marido, com quem me casei em 2008 na Chapada, era funcionário do Ibama e trabalhou no Parque até dezembro de 2006; quando nos conhecemos, eu já havia iniciado meu trabalho de campo no Assentamento. Porém creio que o casamento acentuou efeitos que, de todo modo, seriam provocados a despeito dele, uma vez que, antes desse vínculo se efetivar, já ocorria minha associação a órgãos ambientais. Vinculações dessa ordem foram também apontadas nas outras etnografias realizadas na região, como em Cerqueira (2010:219-20, 224), Andriolli (2011:08), e Jacinto (1998 :142, 159).

O próprio Sancler não estava livre dos efeitos de tal associação. A respeito das dificuldades que ele próprio passara sendo guarda-parque e morador na unidade, dizia que às vezes pessoas conhecidas de longa data lhe eram reticentes, pois ‘achavam que eu ia dedurar para o Ibama’. A desconfiança se acentuava com tudo o que vinha de fora, e cada um que chegasse com propósitos de pesquisa só fazia dar mais embasamento àqueles que suspeitavam da razão de tanta curiosidade. Pois o primeiro sinal de que chegava um Parque foi a presença de pesquisadores; e havia o receio de que o lugar em que *hoje* se vivia poderia também um dia se tornar alvo da ‘preservação integral’<sup>34</sup>.

Assim, se a vinculação a órgãos ambientais era algo passível de se contestar, a pesquisa que eu realizava não deixava de estar inscrita em uma operação de ‘saber-poder’, como diria Foucault (1989:135, 153, 155). O território do Gentio me parecia mais sensível a implicações possíveis entre o oferecer-se ao conhecimento (ao ‘exame’) e a intervenção modificadora (a ‘sanção normalizadora’) – mesmo quando a intenção de pesquisa passa ao largo disso. Por esses dois motivos – porque eu continuava sendo associada à Funatura, e porque eu estava fazendo pesquisa no Assentamento –, o deslocamento para a casa de Dete não resultou em uma abertura dos caminhos para o Gentio; pois os que faziam parte da Associação Quilombola nele sediado estavam estruturalmente alheios às malhas de uma pesquisa (e uma relação entre a abertura ao ‘olhar’ da pesquisa e o espaço – uma apreciação sobre carreiros, trilhas e estradas no Assentamento – será desenvolvida no capítulo 3).

Apesar disso, durante essa primeira temporada de trabalho de campo, era a questão quilombola que eu continuava buscando. Em função do pouco contato com os

---

<sup>34</sup> Não era infundado esse receio. Quando em 2004 houve a ampliação do Parque para o lado da Bahia, a Funatura teve de intervir ao se constatar que o novo traçado, feito a partir de sobrevôos de helicóptero, incluía o Assentamento.

membros da Associação, tentava mapeá-la a partir do que diziam os não-quilombolas a respeito, mas eram poucos os dados. Nas vezes em que encontrava com os da outra associação na casa de Dete ou em casas nas quais passávamos, ninguém se apresentava como ‘quilombola’, nem esse era um tema que aparecia como assunto de prosa ou que gerava um desconforto através de não-ditos. Ao finalizar esse primeiro período de campo, o saldo etnográfico era o de que, aquilo que eu pensava causar uma divisão no Assentamento, no dia-a-dia era pouco mencionado.

Pensei que encontraria a questão quilombola mais forte na segunda temporada do trabalho de campo, quando retornei para Chapada Gaúcha em janeiro de 2008, já que em agosto de 2007, quando eu estava no Rio de Janeiro, ela atingira seu ápice. Nesse mês, a ARSeV tomara conhecimento de que chegara ao INCRA uma requisição para que o Assentamento fosse reconhecido quilombola. Na ata de uma reunião extraordinária, no dia 17, para tratar desse fato novo, escreveu-se: *Nós da Associação Rural Sertão Veredas, nunca tivemos acesso a esse tipo de informação. (...) Pelo que nós sabemos viemos morar numa terra do Incra e não de quilombolas.* Nessa reunião, estavam presentes diversos associados do Gentio – muitos também desavisados do processo –, e funcionários do INCRA, que explicaram que *terras dos quilombos (...) não poderá ser (...) vendida (...). Será passada de pai para filho até as últimas gerações; e que não pode ser individual. Tem que ser tudo em coletividade.* Dizem que esse fora o ponto fundamental para esvaziar a questão quilombola. Na ata da reunião extraordinária seguinte, em 26 de agosto, a crítica a \*Sebastiana, do Sindicato de Formoso, é explicitada – já indicando um ‘nós’ que incluía as duas associações –: *Fomos enganados. (...) Infelizmente apareceram aqui nas nossas reuniões pessoas que vieram nos trazer informações inadequadas (...). [A] Sra. \*Sebastiana (...) nos prejudica muito aqui dentro do assentamento. (...) Nós Assentados não queremos ser prejudicados aqui no assentamento porque cada um de nós já está nas nossas parcelas individualmente, e explorando como necessário. Porque é assim que nós como trabalhadores rurais fazemos. Então não queremos que o nosso assentamento seja modificado. Algumas pessoas do Assentamento associaram na outra associação enganados, talvez por motivo de não terem conhecimento. Agora, quando souberam o que é ser quilombos não aceitam ser quilombolas,* concluía a ata, com 99 assinaturas.

‘Daí o pessoal foi saindo de Sebastiana de um a um’, explicaram-me depois, ‘até que não ficou mais ninguém do lado dela’. A Associação do Gentio se desfez e migrou

quase toda para a ARSeV, que passou a revezar suas reuniões, todo primeiro domingo do mês, entre as sedes. Sebastiana foi candidata à prefeitura de Formoso em 2008; como os outros candidatos, rodou o Assentamento, mas conseguiu acolhida às suas ‘palestras’ em poucas casas e, segundo se estima, por ali obteve 3 votos – de ‘uns três que morrem, mas não largam o quilombo’.

A situação drama parecia ter esgotado as possibilidades de o assunto se desenrolar mais entre meus conhecidos. No meu retorno, não se falava mais nisso. Assim, não era só o fato de não conseguir chegar até os ‘quilombolas’ como tais: a questão que me levou ao Assentamento, ‘não vingou’ (como se diz das plantações que não vão para frente). Isso ao mesmo tempo trazia um efeito cascata, pois essa questão era o elo com o ‘agronegócio’ em interface com ‘meio ambiente’, cujo processo de “feitura” eu intentaria dialogar com aqueles das comunidades de São Félix e Retiro dos Bois, tomando-as como um pano de fundo comparativo.

Explorando os ensinamentos do insucesso, pensava sobre o porquê daquele silêncio quilombola, que contrariava minhas expectativas de encontrar a questão quente. E também pensava por que razão aquela diferença entre associações não causara uma cisão, tal como eu imaginara. A resposta a isso estava diretamente relacionada com o novo objeto que se ia construindo: pois na época em que a querela parecia estar em seu auge, que eu acompanhei em parte, pessoas que se dispunham em associações opostas continuavam se freqüentando ‘uns-aos-outros’.

Atestava esse trânsito na casa de Dete e Sancler e nas casas em que passávamos, quando coincidíamos o trânsito com aquele de associados do Gentio. Na casa de Sancler, foi o único lugar aquele que era considerado ‘o mais quilombola do Assentamento’, e que Sancler me dizia ser seu amigo mais chegado, pois vizinho de vereda *no tempo do Parque*. Na casa de Dona Nica, conheci, em ocasiões diferentes, duas pessoas que fizeram parte da diretoria da Associação do Gentio, uma para visitar e dar notícias da cirurgia por que passara em Brasília; outra para aguardar carona no mesmo carro que levaria Dona Nica a Formoso, quando parou na cozinha para prosear. Na casa de uma amiga que era destino freqüente de nossas andanças, encontrávamos seus cunhados – que ‘foram com Sebastiana’ nas eleições para a prefeitura –, irmãos de seu marido – ex-brigadista do Parque, e que trabalhava em projetos da Funatura.

Na casa de Dona Lu, onde pousei algumas vezes, ela contava sobre a visita de uma moradora do Gentio. ‘Um dia aí, um domingo, ela veio aqui, almoçou aqui comigo.

Ela não tem nenhum parente aqui no Assentamento não, não veio do Parque. Eu não conhecia ela de antes não. Mora lá para o Gentio, o marido dela é da outra associação. Eu gostei que ela veio aqui’. Nesse mesmo dia, acompanhando Dona Lu em uma reunião na sede do São Francisco, conheci uma senhora cujo ‘povo’ era mencionado como dos mais ‘enjoados’ com a Funatura. Dona Lu a tinha como ‘gente muito boa’, recordando uma proximidade de trânsito do *tempo do Parque*. Quando se encontravam, eu via que logo se procuravam para ficar juntas, com prosa pródiga, revivendo um convívio que já datava de muitos anos.

Os casos se multiplicavam. Pensando sobre o que fazia as pessoas se relacionar – parentesco, vizinhança *no Parque* e no Assentamento –, antevia que uma dissensão com conteúdo quilombola entre associações poderia não ser um ponto de partida seguro para desenrolar a investigação. Parecia que a circulação das diferenças, o movimento entre casas, o ‘passar em’ era mais importante do que investir na divisão.

Embora a falta de menção fosse algo problemático para um objeto que se pretendia construir a partir das preocupações locais, demorei a perceber que minha pesquisa não partiria da questão quilombola no Assentamento, para então puxar as outras questões que eu via nela implicadas. Foi somente durante a segunda temporada de campo – quando eu já tinha terminado minhas incursões ao Assentamento e fazia esboços e mais esboços de tese –, que eu definitivamente constatava que não poderia discorrer sobre algo que muito pouco se discorria<sup>35</sup>.

O que estou chamando de segunda temporada foi um período longo entre janeiro de 2008 e janeiro de 2010 em que rumos da pesquisa se mesclaram com propósitos pessoais; e em que, mais do que pesquisar, eu vivi em campo. De janeiro a agosto de 2008, residi em Chapada Gaúcha com meu marido. Nesse período, ainda concernida com a tríade quilombola/meio ambiente/agronegócio, permaneci mais tempo na cidade buscando dados para qualificar principalmente o último termo da relação. Em agosto, mudamo-nos para Januária, município vizinho, onde permaneceríamos até

---

<sup>35</sup> Por tratar de uma situação que se mostrou efêmera, essa ausência do assunto buscado era de caráter diferente de um não-dito, que remete a coisas cuja importância se deduz justamente por seu silêncio. Nessas circunstâncias, não discorrer não resulta pouca significância. Para mencionar um caso próximo que o afirma, o trabalho de Ana Carneiro Cerqueira sobre os Buracos se debruçava sobre temas ‘entreditos’, ‘sobre o que *não há como ser verbalizado*’, o que não é ‘apreensível pela palavra’ – tais como ‘o “destino”, a “sorte”, aquilo que “só Deus sabe” – ou o que havia um ‘esforço em segredar’ – como os “assuntos de mulher”, de “saúde feminina” (2010:38, 41, 154). ‘O curioso é que os temas mais instigantes à prosa buraqueira – aqueles que “rendem conversa” – são justamente os que demandam certos cuidados e conveniências no dizer. Refiro-me especialmente ao amor e à doença, “conversas” que “falam” deixando por dizer’ (Cerqueira, 2010:268).

dezembro de 2010. Muito mencionada por diversos interlocutores, Januária era uma zona de influência nas histórias principalmente do ‘povo antigo’, quando para essa cidade portuária, na beira do Rio São Francisco, se ia de tempos em tempos fazer comércio<sup>36</sup>. Quando eu ia para a Chapada, em um trajeto de ônibus pela rodagem de terra vencido em quatro horas, revivia uma diferença que me foi seguidamente apontada – e que aludia aos caminhos andados sobre os quais eu passaria a prestar mais atenção – a respeito desse trecho, que ‘de primeiro’ era singrado de carro de boi, em sete dias de ida, pelos carreiros do mato.

A partir de Januária, fui mais três vezes ao Assentamento. Mas a mirada sobre o objeto tal como desenrolado nesta tese iria ocorrer fora dali, através de uma outra experiência de campo. Quando morava na Chapada, em 2008, acompanhei pela primeira vez Sancler e Dete para um passeio na antiga casa da família de Sancler na vereda da Estiva, a 30 quilômetros da sede municipal. Em Januária, repetiria durante dois anos a viagem, que acontecia sempre em janeiro. Em 2009, antes de ir para a Estiva, passamos na Várzea Bonita, distrito de Januária, de onde sempre me diziam ter vindo ‘esse povo todo *do Parque*’. Sancler queria se encontrar com tios da parte de sua mãe, que moravam em Brasília e de vez em quando rumavam para uma casa no vilarejo que, tal como aquela da Estiva, ficava quase vazia durante o ano. Fazia muitos anos que Sancler não ia à Várzea Bonita, e lá passaríamos dois dias antes de seguir para a Estiva. Em 2010, surgiria novamente o convite, dessa vez para ir somente à Estiva. E foi essa ocasião, em que ia para o que imaginava ser mais um passeio e uma oportunidade para reencontrá-los, que me permitiu uma outra leitura de meu material.

Em um caminho que não ignora seus rastros, falo enfim sobre o que é esta tese. A última ida à Estiva configurou-se não apenas em um passeio, mas também em minha última ida a campo; e o fato desta última ida a campo não ter se dado no Assentamento é significativo da estrutura deste trabalho. Foi a partir da escrita sobre a Estiva, dispondo-me portanto fora do Assentamento, que consegui falar mais sobre ele, e vice-versa. E então percebi que essa relativa facilidade tinha a ver com a aproximação de um recurso narrativo recorrente entre meus conhecidos (e aí voltamos à abertura desta introdução): pois, numa via de mão-dupla, o Assentamento ‘rendia’ mais quando posto em relação ao lugar em que se vivia antes. Um e outro, em suma, ganhavam mais vida quando agitados por um tempo-espço que dele diferisse. O movimento que me

---

<sup>36</sup> Sobre Januária, cuja sede fica a 160 quilômetros da sede da Chapada, será falado mais no capítulo 1.

chamava a atenção desde meu primeiro dia na casa de Dona Nica, era também transposto à linguagem, já que para se falar do Assentamento – ou da Estiva – parado, em si, não se ia muito longe. Andar era conhecer – e isso parecia se aplicar também ao modo como se narrava.

Narrar era comparar. A partir do momento em que julguei avizinhar meu modo de escrever do modo de narrar de meus conhecidos, os dados etnográficos se soltaram mais. Na revisão de meus diários e conversas gravadas, produzidos sob outro prisma, multiplicavam-se as expressões e fórmulas comparativas, relegadas todavia a um papel secundário. Comparar o lugar em que se vivia e aquele em que se vive; era enfim sobre isso que as pessoas me falavam – talvez tema mais provocado por minha presença, é provável, mas é desse encontro que se fez um objeto de pesquisa. Assim que, retomando o Redfield exposto no início deste tópico, imagino ter me aproximado de uma solução em que o método/teoria de análise e escrita é feito no diálogo com seu objeto – e também com sua pesquisadora<sup>37</sup>. E os dados ‘parece que’ gostavam mais da nova estrutura.

Por fim, relia meu material também revendo a posição nele desempenhada pela Associação do Gentio – a qual, não custa repetir, levava-me ao Assentamento. O ‘povo do Gentio’ e o do São Francisco continuarão dando sentido a uma diferença no Assentamento (sobre o que se falará no capítulo 3). Se ao ‘povo do Gentio’ não vingara a roupagem quilombola, ele continuava difusamente a ser referenciado como aquele que era mais cioso da vida *no Parque*, aquele que gostava de viver ‘no sistema antigo’, e que por isso era avesso à Funatura.

A diferença portanto existia, mas era posta em movimento. E o movimento oxigenava comparações. Por meio do ‘povo do Gentio’, do ‘sistema antigo’, evocava-se o passado no presente. Atuando como um dispositivo de comparação, incorporava com mais vivas cores o *tempo do Parque* no *hoje* e alimentava suas narrativas.

---

<sup>37</sup> Nesse aspecto, esta escrita é também tributária – e desde a dissertação – de uma premissa desenrolada no trabalho de Borges (2003), por sua vez inspirado no modelo triádico de Charles Peirce. Diz a autora: ‘[A] lógica da pesquisa etnográfica estaria enraizada não em receitas prévias advindas do “além” da teoria, mas sim na realidade do trabalho de campo, na premência da realidade nativa, que (...) é, acima de tudo, *eventual*. O modelo triádico que perpassa boa parte da obra de Peirce vem reiterar essa premissa e nos ajuda a pensar no equilíbrio e inseparabilidade entre etnógrafo/objeto/teoria antropológica. Cada uma dessas “partes” só existe e se afirma na medida em que as demais também se impõem. Na verdade, não se trata propriamente de partes, mas de um “tríptico” chamado etnografia’ (:177).

**\*Períodos de pesquisa de campo e residência (Chapada Gaúcha e Januária)\***

1ª TEMPORADA	
<b>Chapada Gaúcha: setembro de 2006 a fevereiro de 2007</b>	
Assentamento	17 a 24/10 07 a 14/11 05 a 12/12 04 a 13/01 18 e 19/01 25/01 a 02/02
Retiro dos Bois	17 a 20/11
Encontro dos Povos do Cerrado (Brasília)	23 e 24/11
Reunião do Conselho Consultivo do Parque (Formoso)	01 e 02/12
Estiva	14 a 16/01
<b>Chapada Gaúcha: Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, julho 2007</b>	
Assentamento	16 a 20/07

2ª TEMPORADA	
<b>Chapada Gaúcha: janeiro a julho de 2008</b>	
Assentamento	28/05 a 07/06
<b>Januária: agosto de 2008 a janeiro de 2010</b>	
Assentamento	16 a 25/09/08 04 a 18/11/08 06 a 11/12/08
Várzea Bonita e Estiva	17 a 21/01/09
Sítio D'Abadia e Assentamento	11 e 12/06/09
Estiva	16 a 20/01/10

### *Transformações*

O tema das transformações que aqui se vai ocupar, e que nesta tese é trabalhado através do eixo *tempo do Parque/hoje*, inscreve-se em um campo de preocupação construído por investigações desenvolvidas nessa zona considerada de ‘sertão mineiro’. Longe de pretender um estado da arte, este trecho cumpre o objetivo apenas de situar meu trabalho, que em muitos momentos revisita e busca expandir com novos dados antigas questões.

*Grosso modo*, as transformações de que trataram alguns trabalhos dizem respeito à interface com o que poderíamos imprecisamente chamar de ‘agronegócio’, à interface com a questão ambiental, ou com os dois. No primeiro caso, mencionaria as pesquisas de Nogueira (2009), que se dedica aos impactos do estabelecimento das ‘firmas’ de eucalipto sobre as populações locais, e o livro organizado por Ribeiro (2010), que traz questão semelhante elaborada em quase todos os relatos compilados de moradores do lugar em foco. No segundo e terceiro caso, localizo as pesquisas feitas na região em que se criou o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, que, com diferentes ênfases, travam diálogos entre as mudanças na vida dos que lá habitavam e a chegada de

gaúchos e ambientalistas (Jacinto, 1998; Correia, 1999 e 2002; Souza, 2006; Andriolli, 2011). Nesse sentido, por mais que variem os caminhos de interpretação, penso que esta tese é tributária desses trabalhos, que terão muitos dos seus dados trazidos ao texto para ser explorados à luz de outros confrontos teórico-etnográficos.

Esta tese não deixa de ser assim um apanhado, a partir do que me preocupa, de coisas já ditas; às vezes reafirmando, às vezes forçando novas combinações. Dado que se vê um corpo de dissertações e teses na região, buscarei apontar recorrências no material etnográfico, experimentar perguntas que não foram tomadas como foco, recompor antigas pistas com novas informações, apresentar desenrolares de eventos que os autores acompanharam em momento distinto, qualificar melhor meu material com dados fornecidos por outras etnografias, revisitar pessoas que são por elas mencionadas e ter contato com as que não conheci. Nessa bricolagem, nesse emaranhado de passos que compõem o caminho que se escolhe seguir, reconheço minha inspiração em cantos diversos: a vida na solta dos Gerais e a chegada das cercas dispendo novos regimes de propriedade, tal como se vê em Nogueira (2009) e Ribeiro (2010); o caminhar como itinerário de pesquisa, a importância entre o andar e o falar, e os efeitos dessa constatação em um momento em que o Parque começava a ser vivido mais intensamente entre as pessoas que lá habitavam (Jacinto, 1998); a retomada de questões semelhantes mais de 10 anos depois, quando Andriolli (2011) tem em Samu, vaqueiro que no Parque aguardava a indenização de sua propriedade, interlocutor privilegiado para falar das transformações daquele espaço, transformações que se revelam em compasso com sua própria vida na lida com o gado; o diálogo entre atores diversos nesse lugar feito Parque, as disputas e conflitos de sentido na apropriação do espaço e nas tentativas de solucionar seus impasses (Correia, 1999 e 2002); e o idioma da prosa e cozinha, a ‘mexida’ de que nos fala Cerqueira (2009) através dos Buracos – mas que também diz muito respeito ao ‘povo’ do outro lado da chapada –, e que, junto com a epistemologia do andar para conhecer então desvelada, perpassa o fazer destas páginas.

Um ponto de inflexão antes de seguir é necessário para esclarecer como irei me referir à região pesquisada, usualmente designada ‘sertão’ ou então ‘Gerais’. Preferirei a segunda designação em relação à primeira por nenhuma razão outra senão o uso que delas era feito por meus interlocutores – a primeira, mais apropriada pelas pessoas vinculadas à questão ambiental, e pouco mencionada entre meus conhecidos no



Assentamento e também alhures; a segunda, fartamente por estes manejada<sup>38</sup>. Como do desenrolar dos capítulos se espera justificar, no caso em que trato, *Gerai*s tem mais rendimento conceitual do que *sertão* – conceito que, por sua vez, rendeu férteis debates em outros ‘contextos de situação’, os quais foram habilmente apresentados em Jacinto (1998:25 *et seq.*). Já que *sertão*, a partir de Rosa, é propositalmente dado a ter múltiplas entradas, como exposto por Jacinto<sup>39</sup>, valho-me de uma delas (também citada pela autora), em passagem clássica de seu livro maior – ‘*sertão* é onde o pensamento da gente se forma mais forte que o poder do lugar’ –, para apreendê-la mais em seu sentido do imaginado.

As transformações, portanto, acompanham uma preocupação de trabalhos acadêmicos anteriores, e igualmente uma preocupação nativa. A novidade da descrição nativa é a de explorá-las mais pela via comparativa – em um movimento sincrônico das diferenças –, do que em uma escalada sucedânea de eventos – em um movimento diacrônico de causas e efeitos<sup>40</sup>. Esse mecanismo alarga a explicação histórica ao agitar

---

<sup>38</sup> O ‘*sertão*’ elaborado pelas entidades ambientais era inspirado em Guimarães Rosa, em uma leitura mais literal – de cenários naturais – da obra. Um rol de palavras daí geradas batizava projetos articulados por intermédio da Funatura (Parque Nacional Grande Sertão Veredas; Cooperativa Agrissilviextrativista Sertão Veredas; Associação Rural Sertão Veredas; Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas; Encontro de Arte, Cultura e Meio Ambiente do Grande Sertão Veredas; Estrada-Parque Guimarães Rosa) ou de outras instituições, como o Balneário Veredas feito pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente no distrito de Serra das Araras – cujo ‘veredas’ poderia estar apenas constatando a vereda ali existente, mas que o fato de ao rancho construído terem ateadado fogo (‘diz que’ moradores que queriam se chamasse Feio, como o rio que por lá passava), sugere uma interpretação não referencial da escolha do nome. Em uma ‘peleja’ de nomes, um léxico sacado de obras rosianas era manejado em contraposição a termos índice de ‘agronegócio’ como ‘gaúcho’, ‘chapadão’, ‘crioulo’, ou ‘pioneiro’. Com exceção da ‘Pousada Veredas’, cujo proprietário era um gaúcho que tinha apreço pelo escritor, não me recordo de ver uma apropriação de Guimarães Rosa por parte de outros gaúchos – talvez menos por uma questão de gosto, e mais porque, com a assimilação ambiental, estabeleceu-se como um interdito simbólico a seu ingresso no universo rosiano.

Devo me incluir nesta peleja – inscrita que estava, na esfera institucional, em outro termo que não ‘meio ambiente’ ou ‘agronegócio’. Fazíamos parte (Ana e eu) do ‘Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão’, criado em 2007 na Chapada por professoras da rede municipal, Damiana entre elas, e representantes de ‘comunidades’. Em linhas gerais, o Instituto buscava reposicionar o pleito ‘sócio’ na agenda ‘ambiental’ – como indica o nome, pôr a ‘cultura’ antes (ou junto) do ‘meio ambiente’ –, e, de certa forma, assim reposicionar Guimarães Rosa. Seu primeiro projeto, que incluía um canto coral infantil, se chamou ‘manuelzinho-da-crôa’, pássaro apresentado por Diadorim a Riobaldo no ‘Grande Sertão:Veredas’. O nome inicial do projeto não era relacionado ao escritor, porém foi contestado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura que o financiaria, e que sugeriu que fizéssemos alguma alusão à obra rosiana.

<sup>39</sup> ‘Igualmente, encontramos leituras voltadas à densidade da experiência narrativa e vivida, e à estrutura metafísica da obra, outras que se utilizam de uma perspectiva histórica e sociológica (...), ou mesmo a leitura ambiental da Funatura. O próprio autor, aliás, indica uma direção consciente dessa coexistência de elementos e, portanto, de leituras possíveis: “(...) quero escrever livros que depois de amanhã não deixem de ser legíveis. Por isso acrescentei à síntese existente a minha própria síntese, isto é, incluí em minha linguagem muitos outros elementos, para ter ainda mais possibilidades de expressão”’ (Jacinto, 1998:39).

<sup>40</sup> Apesar de falar de transformações e também de história, não creio que este trabalho seja sobre ‘transformação histórica’, tal como definido por Fox (2002) a partir de apanhado sobre a antropologia estadunidense. Isso porque não é minha intenção compreender ‘processos’, ou como determinados

a linha cronológica; e ordena com marca própria aquilo que vem de fora – assim, marcos como ‘firmas’, ‘gaúchos’ e ‘Parque’ são “fagocitados” pelo *tempo do Parque*. E também nos confronta em uma dificuldade de narrar a história de outras formas, algo que pude constatar quando tentei realizar entrevistas a partir de uma estrutura que buscava encaminhar a fala através de eventos lineares e graduais, e que em geral pouco alimentava a prosa, que por sua vez se sentia mais à vontade na disposição comparativa que se vem investindo. De antemão, ressalvo que a intenção de acompanhar essa estrutura narrativa nem sempre se efetua na escrita, já que a linearidade tem seu apelo no modo de se explicar as coisas.

Pensar como a história é ordenada de dentro para fora, tentando na medida do possível não partir de marcos estabelecidos a partir do movimento contrário, é uma tentativa de evitar que a explicação encare como preponderante a agência de atores externos na construção da história e das subjetividades das pessoas aqui tratadas<sup>41</sup>. Pôr em suspenso o enfoque que posta a lente sobre o ombro dos que chegam não significa ignorar o Parque (ou os gaúchos) e seu impacto sobre o que existia antes deles. Senão, cumpre o intuito de – numa questão análoga à elaborada por Sahlins a respeito da chegada do capitalismo no Hawaii (1990) –, em vez de pensar o que um Parque fez com a vida das pessoas, refletir sobre o que as pessoas fazem quando, em certo momento de suas vidas, um Parque entra em suas histórias, e como constroem ativamente a novidade<sup>42</sup>. Compartilho assim da idéia de que ‘é impossível que um coletivo humano seja constituído senão pelo que ele próprio constitui. (...) [O] que a história fez desses povos [indígenas] é inseparável do que esses povos fizeram da história’ (Viveiros de Castro, 1999:165 – destaques do autor).

---

‘costumes e crenças’ se desenvolveram (segundo expressões de uma citação de Franz Boas aí apresentada). Mesmo se falando aqui de transformações, e de um ‘de primeiro/depois’, não se vai explorar a diacronia tal como proposto por Boas, à época se contrapondo ao método comparativo evolucionista. Quando se diz *no tempo do Parque/hoje* creio que menos se trata de uma análise diacrônica de processos, do que de uma disposição sincrônica da diacronia, se assim se puder dizer.

<sup>41</sup> Esse enfoque é tributário da ‘rotação de perspectiva’ de que fala Florestan Fernandes a respeito do campo etnológico, em trecho apropriado por Viveiros de Castro: “‘A hipótese [de Gilberto Freyre] de que os fatores dinâmicos do processo de colonização e, por consequência, do de destribalização, se inscrevem na órbita de influência e de ação dos brancos, seria a única etnograficamente relevante? Não seria necessário estabelecer uma rotação de perspectiva, que permitisse encarar os mesmos processos do ângulo dos fatores dinâmicos que operavam a partir das instituições e organizações sociais indígenas? (...)’” (Fernandes *apud* Viveiros de Castro, 1999:114). Inspira-se igualmente no capítulo em que Viveiros de Castro – e em especial na parte que trata da História – sintetiza mudanças de abordagem em trabalhos sobre a Amazônia indígena (2002:337-40).

<sup>42</sup> Essa proposta de aproxima em especial da dissertação de Jacinto, que busca ‘reconstruir imagens do lugar antes da criação do Parque Nacional’ (1998:05), além de questionar as impressões de ‘vazio social’ e ‘vazio histórico’ que permeia o olhar de quem vem de fora.

Dito isso, é necessário explicar então por que incorporo o *tempo do Parque* como estruturante da análise, categoria que parece imposta do exterior, como uma colonização de linguagem a asfixiar as formulações locais. A justificativa é a de crer que seu uso no Assentamento seja bastante distinto daquele manejado pelos operadores da unidade – os quais, dentre outras características distintivas, oscilam entre nomear ‘Parque’ ao período de seu estabelecimento formal, ou lançá-lo ao infinito, como uma virtualidade que em dado momento é ‘descoberta’ por pesquisadores preservacionistas<sup>43</sup>. Em um e outro caso, trata-se de um tempo substantivo, absoluto – diverso do *tempo do Parque* que, como se apresentou até aqui, é feito da relação com o Assentamento.

Essa via de apreciação tem um vínculo estreito com a idéia de ‘habitar’ um conceito, tal como elaborada por Carneiro da Cunha e Almeida (2009) a respeito de apropriações nativas da categoria ‘populações tradicionais’, criada desde fora. Embora tratem de uma definição de caráter distinto do aqui focado, a formulação se refere, de modo semelhante, à ‘ocupação’, ao ‘apossamento’ local de um ‘território conceitual estrangeiro’ – de modo que penso que se poderia empregar “Parque” no lugar dos termos elencados no trecho a seguir:

Termos como “índio”, “indígena”, “tribal”, “nativo”, “aborígene” e “negro” são todos criações da metrópole, são frutos do encontro colonial. E embora tenham sido genéricos e artificiais ao serem criados, esses termos foram progressivamente *habitados* por gente de carne e osso. (...) Não deixa de ser notável o fato de que com muita frequência os povos que de início foram forçados a *habitar* essas categorias tenham sido capazes de se apossar delas (...). (:278, meus destaques)

Pensando em uma tradução, o verbo ‘incutir’, como empregado no Assentamento e também em outros lugares, talvez sintetize esse movimento de ‘apossamento’ de um alheio que passa a ter a marca de quem o apropriou. Em sua conjugação nativa, há uma inversão entre sujeito e objeto da ação – se comparada à forma como “nós” aplicamos o verbo –, que dá um sentido próximo ao proposto no

---

<sup>43</sup> Em alguns momentos do Plano de Manejo (*op. cit.*), parece que o Parque é anterior ao livro Grande Sertão:Veredas, e não o contrário, e que Guimarães Rosa esteve a visitar a unidade de conservação: ‘Como representação singular das características da região, o Parque possui um instrumento único que muito bem as descrevem. Trata-se do livro Grande Sertão:Veredas, de João Guimarães Rosa, escritor que visitou a região na década de 50. Esta obra literária retrata com exatidão cenas do ambiente encontrado no Parque e na região dos gerais (...)’ (52-3). Faz-se o convite: ‘Viajemos literalmente, no tempo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Retrocedamos a 1778’. (:41)

‘habitar’. ‘Fulana está incutida com sicrano’, ‘Não sei por que esse povo é tão incutido com esse Parque’ é o modo de se atestar o interesse de alguém por algo ou outro alguém. Nesse emprego, o incutir não apassiva o sujeito; em vez de ser algo que é *incutido* à pessoa, a pessoa é que é *incutida com* algo. O *Parque* pode também ser trabalhado através dessa regência – de modo que mais do que ‘incutido às’ pessoas, seria trabalhado como as pessoas é que ‘incutiram com’ ele. Assim, nomear um *tempo* como sendo *do Parque*, não resulta que o Parque se impôs sobre um passado que não lhe dizia respeito; senão que esse Parque foi lançado ao passado por um presente que dele se apropriou porque bem serviu ao propósito de, ao explicar como *é* a vida, falar de como a vida *era*.

#### *Andanças (estrutura da tese)*

Num momento em que tudo nos parecia extraordinário, seguíamos viagem em meio a um cerrado fechado, redundância tão comum, embrenhando o carro em uma estrada arenosa que toda hora mudava de cor, que toda hora sugeria desvios que não pareciam mais acessíveis do que as estradas principais. O cerrado estava ficando verde, diziam-nos, com as águas que caíam mais cedo, fortes já em setembro. Nesse primeiro dia conosco, Damiana falava animada, alheia por seu costume àquela surpresa que nos causava a paisagem. Mesmo com sua familiaridade, levávamos dois rapazes que aproveitavam a carona e nos guiavam para a folia de São Miguel, na Veredinha, no meio de uma tríplice divisa, a ‘trijunção’ – com poucos passos, podíamos escolher, iríamos para Goiás, Minas ou Bahia. Passamos pela Carinhanha, abrimos colchetes, sacolejamos em meio a caminhos indicados pelos rapazes que nos faziam imaginar como aqueles rapazes encontravam algum caminho por ali. Como, se era tudo igual? Ninguém, nada, nem uma casa sequer. E assim chegamos. Encontramos com Wagner, nosso colega de doutorado, contando como fora o giro que acompanhara e que chegava àquela noite na casa do imperador. Era difícil processar tanta novidade junta: a recepção animada, aquele lugar em que a falta de luz convidava o céu, o banho na vereda aos olhos e risos das mulheres ante ao desajeito, a poeira levantada pela dança no ranchinho que era também escola, àquela noite decorada para receber São Miguel. Com o cansaço da viagem inaugural, dormimos no carro, ao som das músicas que não paravam – a da folia no rancho e a do forró de teclado do lado de fora. No dia seguinte bem cedo,

acordamos com os foliões e festeiros voltando para suas casas, a pé, a cavalo e na carroceria de uma caminhonete.

‘Vou fazer uma advertência: você não levou as meninas para conhecer minha casa’, dizia de manhã Seu Prisco, um senhor que morava em uma casa vizinha, a Wagner. Tínhamos recebido vários convites, que, com exceção da casa de Seu Prisco, tio da esposa do imperador da festa, não conseguimos cumprir. Sua casa bem zelada, era de adobe, com reboco de barro avermelhado, e chão batido. O teto de palha de buriti, sinal de que a luz não estava para chegar – em outros lugares veríamos a substituição por telhas de amianto, dado que se dizia que fios não seriam instalados em cobertura de palha – mantinha a casa fresca daquele dia muito quente. Do corredor que atravessava a área da frente até a cozinha, saíam os quatro quartos, cujas entradas eram resguardadas com lençóis coloridos. Tal como na casa do imperador, a cozinha era muito grande; tinha um forno a lenha de um lado e várias sacas de mantimentos – farinha, arroz, feijão –, da roça deles, de outro. Seu Prisco nos mostrou a roça, a casa de farinha, e nos ofereceu café e banana. Com o tempo, tomaria o costume por aquela arquitetura de casas e de visitas. ‘Passa lá em casa’, ‘vai lá junto de onde está nós’, ‘vai me visitar’ foram as frases que eu mais ouvi durante o tempo em que vivi no norte de Minas – advertência, no dizer de Seu Prisco, que foi incorporada como método etnográfico.

Como se está sugerindo, a comparação é o modo como a narrativa se estrutura. Por sua vez, para o conhecimento ser produzido, é fundamental andar – algo que no cotidiano se atualiza no trânsito entre casas. Qual é o dele?: é andar. Rumo dele é andar., dizia Dona Nica sobre o ir e vir constante de seu irmão Tasso, conhecedor de plantas e remédios, compositor e tocador de viola que aprendeu só de ver os outros. ‘Badoco era um dos condomos, irmão de Velho Gercino, era o mais esperto e disposto para andar’, falou Seu Jerominho, pai de Dete, sobre terras em que morou (e que no capítulo 1 se abordará). Em sua casa no Assentamento, dizia Chico Gaúcho (às vezes chamado de Chico Doido justamente por andar além da conta), que aparecerá muito nesta tese: Porque a pessoa que ao menos anda no mundo, p’ra lá e p’ra cá, ela aprende muita coisa.

Essa reflexão parte também da recorrência do andar em outros trabalhos próximos. Andriolli (2011) discorre sobre a importância do andar para o vaqueiro Samu: “[A]ntes andar à toa do que ficar à toa’, como me dizia Samu em algumas de nossas conversas. Explicava-me, ainda, que: — “Mãe falava: está vendo ao menos as coisas, está vendo, aprendendo”” (:10). O andar como produção de conhecimento é

também central na tese de Cerqueira (2010) nos Buracos. Do movimento nativo que se imiscui com sua escrita, diz a autora em seu prólogo:

[O] movimento surge como via narrativa de um povo integrado no próprio deslocar-se. Não à distância de um ponto qualquer, mas nos encontros que as distâncias percorridas, ao se fazerem, colocam em marcha. (...) [N]o dizer buraqueiro, “quem não caminha, não conhece” - assim eles contam. (:44-5)

Uma vez que andar era conhecer e narrar era comparar, a comparação mais existia na medida em que mais se andava. Essa tese tem também o intuito de estruturar através da comparação um conhecimento produzido a partir de andanças. Seguindo o rastro de quem anda, incorporo como linha narrativa a atravessar os capítulos minha última ida à Estiva, região em que Dete e Sancler viveram antes de irem para o Assentamento. Foi esse deslocamento que me permitiu pensar comparativamente; pois se o *Parque* ilumina e estimula a reflexão sobre o Assentamento, e vice-versa, foi saindo daí que pude melhor pensá-lo.

Aqui, antes de finalizar essa introdução, valho-me de uma nota a mais sobre comparação, pois não se pode deixar de abordar o assunto sem mencionar o fato de que este é um procedimento seminal na antropologia, desde o tempo em que os evolucionistas comparavam culturas. Se a comparação aí operada para traçar leis universais e estágios de desenvolvimento da humanidade foi posta por terra, isso não significou jogar o bebê fora junto com a água; tanto que ela continua sendo premissa do fazer antropológico, mesmo quando esta não seja a intenção do trabalho<sup>44</sup>. Pois a ‘inevitabilidade da comparação’, de que nos fala Fox e Gringrich, está presente no ‘labor acadêmico’ uma vez que está presente no dia-a-dia, quer se premedite ou não (2002:06)<sup>45</sup>.

Assim, ela atravessa a tese em várias direções. Além da comparação intrínseca ao trabalho antropológico (apresentado por Evans-Pritchard através ‘do confronto de experiências’, e do contraste de categorias nativas e ‘ocidentais’<sup>46</sup>), além da comparação entre lugares próximos (que se aproxima um pouco do proposto em Barth e em

---

<sup>44</sup> A esse respeito, expõe Peirano sobre Evans-Pritchard: Para ele ‘o antropólogo era um *tradutor* e, portanto, a antropologia seria sempre comparativa, mesmo que não o fosse explicitamente’ (1995:42).

<sup>45</sup> ‘In addition to being a fundamental human cognitive activity, comparison in a more specific sense is basic to all anthropological activities that involve cultural translation’ (Fox e Gringrich, 2002:08).

<sup>46</sup> Peirano (*op. cit.*) :42.

Candido<sup>47</sup>), além da comparação subjacente ao estudo de transformações (com alguns pontos de diálogo com o apanhado sobre ‘historical transformation’ apresentado por Fox<sup>48</sup>), também a comparação era um modo local de descrição. Motivada por minha presença e indagações? Pode ser; mas, valendo-me um pouco mais de Peirano quando fala de Evans-Pritchard, não há “‘fatos sociais’” na antropologia, mas “‘fatos etnográficos’” (1995:44). A comparação, assim, não era somente um procedimento por mim lançado mão para pensar melhor o campo, mas também um procedimento local para as pessoas pensarem a respeito de si próprias.

Pensando em uma estratégia de escrita etnográfica que alimentasse esse movimento comparativo, a tese como dito é conduzida a partir da ida à Estiva, da qual são decompostos episódios que inauguram cada capítulo para introduzir o tema a ser tratado. Ou seja, há um evento principal a alinhar a narrativa condutora da tese, e episódios dentro desse evento que abrem cada capítulo (*Onça e Estiva; Dona Marinha e Seu Cláudio; Gentio e São Francisco, Seu Nenzinho dos Bois*), que dialogam com seu tema estruturador – cujo tom é dado pelos títulos, que por sua vez acompanham conceitos nativos.

O capítulo 1 apresenta as pessoas e lugares a partir e através dos quais a tese irá se construir. Enfoca um tempo anterior à ida para o Assentamento, e anterior à chegada dos gaúchos e do Parque, de modo a, partindo dos deslocamentos das pessoas, traçar como a região era habitada. O ponto de partida é a Onça (lugar de Dete) e a Estiva (lugar de Sancler), e as trajetórias dos antigos do lugar (pais de Dete, pais e vizinhos de Sancler), de onde se destrincham as andanças que os levaram até ali e os movimentos da sociabilidade local. *Caminhos cerrados*, o nome do capítulo, diz respeito ao fim das andanças naquele lugar; às trilhas, aos carreiros do mato, às estradinhas cavaleiras que foram se fechando com o estabelecimento do Parque e a saída gradual das pessoas por

---

<sup>47</sup> Barth, em seu artigo ‘Metodologias comparativas na análise dos dados antropológicos’ (2000), nos convida a um trabalho de campo a se realizar tanto dentro como fora da comunidade a ser pesquisada, não para se fazer comparações entre “culturas”, senão para compreender melhor – através do que ele chama de ‘dimensões de variação’ – o lugar em que se pesquisa. Essa formulação que não pretende que as comparações redundem em dados semelhantes sobre dois locais, mas que sirvam para avivar aqueles próprios do local enfocado, é também proposta em Candido (2001). Este autor menciona que esteve em diversos lugares além de Bofete, onde fez mais estritamente a pesquisa de campo, no entanto, os dados destes lugares não são apresentados formalmente, mas apropriados a partir de comparações implícitas ao texto sobre Bofete.

<sup>48</sup> ‘Instead of cross-cultural comparison (...), American anthropologists have pursued a quite different method of comparison, namely, the study of what I shall call “historical transformation” (...). Historical transformation defines a comparative anthropology as the study of variation over time’ (Fox, 2002:167). Na nota de rodapé 40, expus o que esta tese difere da ‘transformação histórica’.

ele impulsionada; enfim, à retirada das pessoas de um lugar que foi pensado, por seus idealizadores, para dar lugar à natureza.

Dona Marinha e Seu Cláudio, que abrem o capítulo 2, são moradores que ainda não saíram do lugar feito Parque, pois não foram ressarcidos por suas terras. *Vida corrigida*, conforme intitulado, é uma referência às normas estabelecidas com a chegada da unidade, que traz como principal ponto de embate os interditos ao modo como se utilizava o brejo para o plantio, e ao uso do fogo para o gado e para a roça. A partir do modo de vida local, há uma reflexão de fundo sobre o modelo preservacionista (preservação integral), que segmenta um espaço contínuo construído pelas pessoas e suas andanças.

O capítulo 3, *Carreiros abertos*, reflete sobre como as pessoas foram abrindo novos caminhos no lugar em que se foi morar, construindo a vizinhança e inventando esse espaço disposto em lotes e atravessado por cercas. O Gentio e o São Francisco que o abre falam de diferenças na apreciação dessa nova vida, que se nutre da estima mais ou menos forte com relação ao *tempo do Parque* – diferenças que são trabalhadas no capítulo através principalmente do trânsito feminino entre casas, que se aquece no Assentamento e extrapola o universo dos lotes.

O quarto capítulo, *Vida apertada*, é aberto com a passagem de Seu Nenzinho, dos Bois, pela Estiva, e com a conversa travada com Seu Pedrinho, pai de Sancler, a respeito da diferença entre ‘o boi de lá e o boi daqui’ – aquele tratado em pasto formado, este, solto no cerrado. Essa conversa de boi sintetiza mudanças no espaço, pauta fundamental da comparação. Um cerrado sem cercas, de rodízio de brejos coletivos, de gado na solta, de possibilidade de deslocar a morada entre os rios caçando melhora, é posto em relação com o universo de lotes demarcados e cercados onde hoje se vive. Neste que é o último capítulo agrega-se também as considerações finais, que são comparações finais de tempo e espaço – e que se preferiu aí apresentar para não segmentar a escrita, pois é um fechamento do capítulo ao mesmo tempo em que retoma linhas gerais da tese.

O primeiro capítulo trata do lugar antes de se tornar Parque; o segundo, quando o Parque se estabelece; os dois últimos tratam mais do Assentamento. Se a necessidade de organizar faz com que os capítulos acabem cristalizando aquilo que se gostaria de apresentar mais como fluxo, a tentativa é a de, partindo dessas cristalizações, promover um ir e vir entre tempos-espacos. Isto é, a tese é estruturada em seu conjunto pela



comparação mais ampla – os dois primeiros capítulos correspondem mais ao *tempo do Parque*, os dois últimos, ao *hoje* –; mas, na medida do possível, tenta-se atravessá-la com infra-comparações.

## I. Caminhos Cerrados

### *Onça e Estiva*

No início de janeiro de 2010, já findadas minhas incursões de campo ao Assentamento, Dete me ligou avisando que eles iriam para a antiga casa dos pais de Sancler, e me convidou para acompanhá-los. Na Estiva, na casa de Seu Pedrinho e da finada Dona Lindaura, iria se reunir a família espalhada, filhos morando na Chapada, outros no Formoso, outra em Brasília. Seu Pedrinho vinha do Gama, cidade-satélite da capital federal, onde morava desde que se casara de novo, depois de ter ficado viúvo. Era a terceira vez que eu iria à Estiva em janeiro na reunião da família. No ano anterior, antes de ir à Estiva, fôramos também à casa de tios de Sancler na Várzea Bonita, distrito de Januária que guarda relações estreitas com o passado de muitas das pessoas que conheci, moradores na região do Parque e do Assentamento.

Ante ao breu da casa que ao longo do ano quase ninguém recebia, tratava-se de jogar para fora a poeira acumulada, e encher de comida a despensa, as panelas e os pratos, e de barulho os cômodos vazios. A casa movimentava-se naqueles dias, e os vizinhos apareciam ao apurar o ouvido para a ‘zoada’, o barulho. Sabia-se até lá do outro lado da Carinhanha, o rio próximo, que o ‘povo’ de Seu Pedrinho tinha chegado à Estiva, e bem se via que casa cheia puxa ainda mais gente. Berto vinha do Olho D’Água, Seu João de Alta esticava o passo além da casa da irmã, Dona Ermínia, que ficava dali a alguns metros, Seu Nenzinho lá surgia direto da barra do Rio dos Bois. Naqueles dias lá passados, entre idas e vindas, a casa abrigaria 32 pessoas, fora os que não pousaram.

Estando a Estiva a 30 quilômetros em estrada de chão da sede da Chapada, encontrei com Dete nesta cidade – ela vindo com Sancler e os filhos, Adelson e Mariza, do Assentamento em Formoso, eu, partindo de Januária. No mesmo dia, Sancler seguiu, apressado para ir logo à casa; Dete e eu, na vontade de saudar alguns conhecidos na cidade, decidimos ir no dia seguinte.

Foi nesse dia anterior à ida à Estiva que gravei uma conversa com Seu Jerominho e Dona Plácida, pais de Dete, que moravam na sede municipal. Aproveitava aquela ocasião para saber mais histórias do tempo da Onça, vereda dali distante 22 quilômetros e na beira da qual eles criaram os filhos, antes de irem morar na Vila dos

Gaúchos quando ainda não era Chapada. Já os conhecia de antes, mas nunca tivera oportunidade de firmar uma prosa comprida. Tudo tinha seu tempo, e aquele me parecia ser o apropriado: encontro ensejado pela ida à casa dos antigos vizinhos da Estiva, tinha um potencial para estimular a lembrança de casos que remetessem às andanças de antigamente. Queria conversar com eles também para saber mais sobre Dete, suas origens, e sobre o lugar que ela, no seu gostar do Assentamento e no seu comedimento em contar longas histórias, não costumava falar muito. ‘Não sei que paixão besta essa pelo Parque. Lugar ruim daquele’, era seu comentário que fazia rir pela forma irônica e discreta que assumia, própria mesmo da pessoa dela, e que se apresentava com variações depois de alguma conversa em que o interlocutor se punha em saudades do lugar deixado para trás.

Estando junto, e já sabida dos assuntos que me interessavam, Dete me ajudava a puxar a prosa e surpreendia-se com algumas informações que os pais davam e ela mesmo desconhecia. A conversa foi se afrouxando depois que passeamos pelas festas de Santos Reis, através das quais se abriam outros temas. Na Onça, Seu Jerominho era imperador. Não tocava instrumento; tinha por função organizar o giro de foliões que durava sete dias passando nas casas vizinhas cumprindo promessa e retornava no último dia, o da grande festa que puxava os moradores da região do giro. Contratava o folião de guia em Arinos, cidade próxima, e este tratava de reunir os foliões que iam cantar mais ele.

Contavam-nos Dona Plácida e Seu Jerominho que rezaram dois votos de folia, cada qual de três anos e relacionado a uma promessa diferente. Na primeira promessa, Dete era pequena. Foi feita por Dona Plácida, caso um filho escapasse com vida de uma ofensa de cobra, uma quatro-presa. Vindo da Estiva à noite, ele cortava caminho por dentro de um brejo de feijão, quando a bicha pegou ele. Dona Plácida mandou caçar remédio entre os vizinhos. O menino de um deles foi de madrugada avisar Seu Jerominho, que estava na Vila fazendo serviço em uma lavoura de Seu Armando, um dos primeiros gaúchos a chegar na região, cujo filho arranjou um tratorista para ir até a Onça. As estradas cheias d’água não davam acesso a veículos menores. Um caminhão que passava na Vila em direção ao município de Unai deu carona até Arinos, de onde o filho rumou para Brasília numa ambulância velha com um farol só, lembrava Seu Jerominho. O branco do olho dele só estava o sangue. E eu com muita fé. Em Brasília, ele foi melhorando, e voltou para casa uma semana depois.

O que veio no meu coração foi o Santos Reis, contava chorando Dona Plácida sobre a promessa feita no apuro da dor do filho. Cumprido o primeiro voto, veio outra promessa para nós, dessa vez feita por Velho Gercino, um dos ‘condomes’ da Fazenda Santa Rita, que cedeu o pedaço de terra da vereda da Onça a Seu Jerominho e Dona Plácida. Fez a promessa, dizia Dona Plácida, para que Deus ajudasse Jerônimo a resolver a vida dele. Isso porque, explicava Seu Jerominho, quando começou a ‘criar um gadinho’ e ficar melhor de vida, um dos condomes, irmão de Velho Gercino, começou a querer a terra de volta, em torno de 55 hectares. A promessa era para acabar com a ‘má-querência’<sup>49</sup>.

A história da terra na Onça e os caminhos que Dona Plácida e Seu Jerônimo percorreram até chegar ali têm semelhanças com outros casos que escutei. Finado Velho Gercino tinha laços fortes com Seu Jerominho, que se arranchou na Onça a seu convite, em 1961. Seu Jerominho costumava passar pela fazenda de Velho Gercino nos seus giros a cavalo, quando saía por aí comprando gado. Numa ocasião, Velho Gercino disse a ele: “Ô, meu filho, vem p’ra onde está nós. Tem muito lugar aqui para se trabalhar”<sup>50</sup>. Era comum esse tipo de chamada de quem era dono de uma porção maior de terra, buscando ter por perto ‘agregados’ de confiança. Nas fazendas de gado, alguns agregados trabalhavam de vaqueiro para o ‘patrão’; mas havia muitos casos em que só o fato de ter uma família por perto trabalhando uma roça e habitando o lugar, dava garantias ao dono, que às vezes nem morava na propriedade, de que suas terras estavam sendo cuidadas, e nada se cobrava por isso. O itinerário de muitos pousos cumprido pelos pais de Dete, até se fixarem na Onça, é um dado corriqueiro na vida de quem não

---

<sup>49</sup> Segundo Seu Jerominho, os ‘condomes’ (condôminos) eram os ‘herdeiros da terra’. Nessa época, as terras estavam em nome de Velho Gercino e mais duas pessoas (Adelson e Jacinto), mas eram 9 os condomes da Santa Rita (Gercino, Binu, Adelson, Badoco, Marcolina, Maria, Zildo, João Paçoca, e Silu). Na dissertação de Andréa B. Jacinto feita na região da Santa Rita, coincidem alguns desses nomes mencionados por Seu Jerominho. Sobre a história desta Fazenda, a ela contaram ter sido fundada por um casal (Antônio e Flora), que veio da Várzea Bonita entre o fim do século XIX e início do XX. Eles tiveram 5 filhos: João, Jacinto, Isídio, Maria e Marculina (todos eles constam na lista de Seu Jerominho, considerando que Isídio e Zildo sejam a mesma pessoa; além disso, Silu era esposa de Jacinto, um dos filhos que, conforme informado por Seu Jerominho, tinha as terras em seu nome). Essa família, bem como seus descendentes, era chamada de ‘os Paçoca’, porque João só servia paçoca (farinha ‘pisada’ no pilão com carne seca) aos que trabalhavam com ele na colheita de arroz na Santa Rita, e o nome espalhou para os demais (Jacinto, 1998:62-6). Velho Gercino não aparece entre os filhos de Antônio e Flora no trabalho de Andréa; porém Seu Jerominho em certo momento diz que Jacinto (esse sim, um dos filhos listados) era irmão de Velho Gercino.

<sup>50</sup> Correia, em seus trabalhos realizados na área em que se fez Parque, conversou com Seu Jerominho, e em um dos trechos reportados ele também fala sobre o convite de Velho Gercino (1999:24, 2002).

era dono de terra naquela época, e que, de tempos em tempos, ia, de rio em rio, entre fazendas e ‘terras ausentes’, *caçando melhora*.

As andanças de Seu Jerominho se inauguraram em seus trinta dias de vida. Na era de 33, quando na margem direita do Rio São Francisco, seu pai atravessou o rio p’ra cá, no destino de ir para Goiás. Foi batizado no caminho, na cidade de Januária, que beira a margem esquerda do Rio e era então centro comercial da região. E aí nós viemos. Chegou aqui, numas certas alturas, num lugar por nome Capivara, uma vereda, tem duas estradas: aí perdemos da estrada. Viemos sair aqui em Várzea Bonita. Em Várzea Bonita, tinha uns fazendeiros velhos lá, muita terra desocupada, e ofereceram a meu pai uma parte de terra. De lá, seu pai comprou uma porção de terra na Larga, comunidade vizinha que, assim como a Várzea Bonita, faz parte do município de Januária.

Dona Plácida nasceu na Larga, mas não foi lá que ela *teve conhecimento com Seu Jerominho*<sup>51</sup>. A família se mudou quando ela era pequena para um lugar de nome Ribeirão do Lavrado, cabeceira do Rio Pandeiros, também em Januária – tinha uns primos de papai lá trabalhando, uns terrenos muito bons, e aí puxaram nós p’ra lá também. Em uma das vezes que Seu Jerominho passou por lá, encontrou com Dona Plácida, Ele quis casar comigo, os velhos já estavam velhinhos, aí nós casamos. O casamento foi na igreja da Várzea Bonita, onde naquele tempo todo mundo da região ia celebrar o matrimônio no padre. Depois, foram morar em uma fazenda no Ribeirão em que Seu Jerominho trabalhava de vaqueiro.

Pela lida com gado, como dito, conheceu Velho Gercino. Quando surgiu o convite para morar na Onça, do Ribeirão do Lavrado atravessaram um ‘deserto sem gente’, beirando a chapada que não tinha ninguém. Foram três dias de viagem, passando pela Larga e pela cabeceira do Rio dos Bois, que deságua na Carinhanha, sem cruzar com uma só casa no caminho: Onde tinha árvore, pousava, com medo das onças comerem a gente nas estradas. Eles tinham 6 dos 14 filhos. Eu tinha esses meninos tudo miudinho. Pegamos uns cargueiros, as trouxinhas de farinha, feijão, e trouxemos esses meninos. A hora que a carga virava pr’um canto..., aí Dona Plácida ria, caía menino p’ra todo lado. O restante dos filhos, Dete incluída, nasceu na Onça, pela mão de uma parteira que vinha da Larga. Seu Jerominho também ajudou em um dos partos, uma vez

---

<sup>51</sup> A Larga era uma antiga fazenda que se foi dividindo ao longo dos anos. Muitas pessoas que conheci eram dela procedentes. A despeito de sua divisão, ela continuou nomeando o lugar. Esse aliás era um procedimento corrente na região; diversas fazendas que se iam desmembrando mantinham seu nome ao lugar que abrangia em seus primórdios.

que o povo estava tudo p'ra festa da Várzea Bonita e não se arranhou ninguém para auxiliar. Para cortar umbigo tem que medir uns 3 dedos assim. Não pode cortar muito, explicava seu Jerominho, Fazia óleo de mamona para passar no umbigo do menino. Quando pensava que não, o umbigo caía, continuava, para o riso solto de Dete com aquele conhecimento do pai.

Dona Plácida nunca tinha estado no lugar em que viria morar. Quando chegaram, a terra estava pronta, pois Seu Jerominho se adiantara para deixar a roça no ponto de plantar, e depois fora buscar a família. A Vereda da Onça já tinha esse nome quando lá chegaram. Dete diz que todos os rios por ali eram de água boa, mas era a da Onça a de melhor qualidade, porque podia chover o tanto que fosse que ela não ficava barrenta, estava sempre alvinha. Eles continuaram na terra cedida. Em 79, a Feltrin, 'firma' de São Paulo que se instalaria na região, comprou as porções de todos os 'condomes' da Fazenda Santa Rita, que inteiravam 18 mil hectares, e deixou de fora a área de Seu Jerominho e Dona Plácida, reconhecendo-lhes a posse<sup>52</sup>.

Além da Fazenda Santa Rita, cujos condomes venderam suas porções, a Feltrin comprara a Fazenda Carinhanha, a ela contígua. Empresa de tecelagem de Americana (SP), como me informou Ernane – funcionário da Funatura que esteve à frente do levantamento fundiário quando da criação do Parque e me forneceu muitas das informações a respeito que aparecerão nas próximas páginas –, a Feltrin compraria a Fazenda Carinhanha da Companhia Indianópolis e criaria a forma jurídica Agropecuária Carinhanha para trabalhar na região<sup>53</sup>. Ergueu sua sede a um quilômetro de onde moravam Seu Jerominho e Dona Plácida, com uma estrutura que destoava da que existia em seu entorno amplo. Eram casas de alvenaria, com água encanada e energia. Tempos depois, nos anos 90, Dete moraria com Sancler, então funcionário da Feltrin, mais os filhos naquelas instalações. A firma funcionou alguns anos após a criação do Parque; com o declínio das atividades e desapropriação da fazenda, Sancler foi

---

<sup>52</sup> A Fazenda Santa Rita foi se partilhando ao longo do tempo. Além dessa menção de Seu Jerominho à venda para a Feltrin, Andréa Jacinto (*op cit*) menciona que um dos herdeiros (Isídio) vendeu sua parte da Fazenda, em fins dos anos 60 aproximadamente, para a PROARVE (:67) – uma 'firma' de eucalipto 'que também montou outras fazendas da Proarve na região, inclusive em Januária, na década de 60' (:109); e alude a uma porção vendida a um produtor gaúcho, Seu Idearte, nos anos 70 (:89).

Ernane, da Funatura, informou que foi a Companhia Indianópolis que comprou as porções dos condôminos, totalizando 16.800 hectares, e que depois foram vendidas para a Feltrin. Disse também que, quando a unidade de conservação se estabeleceu, os Paçoca tinham 24,54 hectares de terra registradas em cartório, num total de 1.350 hectares.

<sup>53</sup> Os diretores do grupo Feltrin entrevistados por Jacinto (*op. cit*) em Nova Odessa (São Paulo), em 1996, disseram que 'tais terras foram por eles recebidas como pagamento de uma dívida intermediada por um dos diretores da Proarve, ligado à família Feltrin' (:110).

contratado como guarda-parque. Da ‘Feltrin’, como se referiam, mudaram para o Assentamento. A sede da fazenda é hoje pouso dos guardas em suas rondas semanais.

Seu Jerominho trabalhou como vaqueiro ‘fichado, de carteira assinada’, como gostava de ressaltar, durante 13 anos para a Feltrin. Segundo a fala do antigo patrão registrada por Jacinto (*op. cit.*), era funcionário de referência da firma: ““a primeira pessoa que nós tivemos contato foi com o seu Gerônimo mesmo... aliás, foi o primeiro funcionário nosso lá [...] Ele sobressaía em torno daquele pessoal que tem ali...” (:111). Seu Jerominho contou que, quando ‘começou a chegar umas cartas avisando que as terras tinham sido pegas pelo Parque’, ele alertou o diretor, que veio imediatamente. Nessa época, havia cerca de ‘2.500 cabeças de gado, 9 tratores, 1 caçamba, 1 caminhão boiadeiro e uma caminhonete’, recordava. ‘Quando o Parque chegou, o diretor nervoso falou que nunca mais pisava nessa terra, e assim foi feito’. Da Onça, os pais de Dete mudaram para a Vila dos Gaúchos, antes do estabelecimento do Parque, que abrangeu suas terras na ampliação de 2004. Os filhos já estavam crescidos e casados, a Vila era mais remediada para se viver, aí Jerônimo vendeu 7 gados para comprar uma bandinha dessa casa aqui, se referia Dona Plácida ao lugar em que conversáramos durante aquela tarde, na véspera de irmos para a Estiva.

No dia seguinte à conversa com os pais de Dete, seu filho Adelson veio da Estiva para nos buscar. Conosco, ia um sobrinho de Dete, além de Daia, irmã de Damiana que queria conhecer o lugar e levava o violão com o qual em duas noites puxaria vizinhos e lembranças de canções dos antigos que chegavam na casa de Seu Pedrinho. Eu já havia passado por aquela estrada algumas vezes – para ir à Estiva; nas vezes em que fui ao Retiro dos Bois, para onde, até certo ponto, coincide o rumo; seguindo-a até um trecho que leva ao Parque, quando a carona que eu pegava para o Assentamento ia por dentro da unidade. Aquecida pelas histórias da véspera, Dete se atinha a algumas passagens no trajeto, apresentando brechas em um caminho que parecia mais linear quando traçado em silêncio.

Logo na saída da sede de Chapada, avistava-se a placa da Fazenda Sul Brasil, de Doutor Reginaldo (vice-prefeito, e durante muito tempo o único médico do posto de saúde da Vila). A fazenda ficava um pouco antes da bifurcação que, à direita, levava à Barra dos Bois (que também desemboca na Carinhanha), e, à esquerda, conduzia à Estiva. Até essa bifurcação, havia uma seqüência quase contínua de plantações de soja e capim braquiaria para produção de sementes, cujos donos em geral moravam na

Chapada. No ano anterior, quando voltávamos da Estiva, o carro do irmão de Dete atolara em uma das grandes piscinas que se formavam no período de chuva na estrada que cruzava as lavouras. Como a situação tardaria em se resolver, fomos andando (Dete, sua filha Mariza e eu) na expectativa remota de alguma carona, e pegamos uma estrada errada naquela paisagem que nos parecia toda muito semelhante. Por sorte, o carro não demorara tanto para desatolar e, com sua ‘zoadá’, guiamo-nos para o rumo certo, rememorávamos então.

Dete ia me dizendo que a Sul Brasil chegara depois da Feltrin. Quando se instalou, também ‘já tinham os gaúchos’. Dedicava-se ao plantio de manga e maracujá doce, e à criação de gado, mas essas atividades estavam em declínio. Passando, na entrada da fazenda, pela represa rodeada de mato e com pés de buriti que apodreceram pelo alagamento artificial, Dete contou que Seu Reginaldo fazia grandes festas e mandava buscar de caminhonete o povo de perto. Vinham todos lá da Onça, e, nessas ocasiões, o trajeto cumprido no veículo fazia vencer ligeiro um trecho que levava em torno de duas horas a pé nos carreirinhos do mato.

Eu tinha muito interesse de, aproveitando a estada na Estiva, ir até a Onça, como se fazia antes. Apesar de Dete estar doida para ir lá ver, desencorajou o caminho pela Estiva: ‘Da Estiva até lá é longe. E de carro não vai’. Se pegássemos os carreirinhos por dentro, teríamos de andar duas horas em mato fechado; daria para ir a cavalo, mas ‘você não sabe andar de animal’, ponderavam-me. Para ir à Onça, hoje, era melhor partir de carro da Chapada, rodeando por fora, mas eu já conhecia a Onça por esse caminho. Aquela hesitação em ir pelos carreiros me fazia lembrar de um próximo que era longe dito por uma senhora que hoje mora no Assentamento a respeito da distância entre vizinhos *no tempo do Parque*. E isso foi confirmado nas palavras de Seu Jerominho, com relação à Estiva: Nós éramos vizinhos. P’ra dizer ali, hoje, é longe, mas nesse tempo era perto. Se a distância longa se aproximava através do fluxo dos passantes, o longe se estabelecia quando o trânsito esfriava.

Pegando o caminho à esquerda da bifurcação, depois da Sul Brasil, com um pouco já estávamos nas terras de Seu Pedrinho, de 300 hectares. A estrada estreita, de mão-única e de areia branca na maior parte do trecho, corria quase paralela à vereda da Estiva, na ida se dispendo em nosso lado direito. No lado esquerdo, também propriedade da família, o terreno ia subindo até uma serra – na qual se tinham mapeados ‘pés de pau’ ‘em riba’ dos quais se conseguia sinal de celular, quando se tinha de fazer



alguma ligação para a Chapada, e de onde se avistava a ampla área de cerrado. No ano anterior, Seu Pedrinho procedera, com a ajuda de Ernane, à divisão de suas terras em lotes iguais para passar o documento para os 11 filhos. Nenhum deles tinha intenção de residir por ali – ou porque moravam na cidade ou porque, como Sancler, tinham lote em outro lugar. Seu Pedrinho ficara com a última gleba onde estava a antiga casa e, do outro lado da estrada, o rancho que abrigava a antiga escola. Depois desse trecho, vinham as terras de Dona Ermínia, que, do mesmo tamanho das de Seu Pedrinho, se espalhavam até a beira da Carinhanha, o rio que separava Minas da Bahia.

A Estiva assim se chama por conta então da vereda que corre no fundo das terras de Seu Pedrinho, passa pelas terras da vizinha Dona Ermínia, e vai desaguar na Carinhanha. A área que ia de Seu Pedrinho à foz da Estiva era bastante habitada pelos filhos das duas casas, mas hoje, além de Dona Ermínia, só um outro filho dela, Berto, tem morada por ali, perto do Olho D'Água. No Olho D'Água, viveu também Vande, irmã mais velha de Sancler que morava no Assentamento e que quis se mudar da Estiva assim que Dona Lindaura morreu. Mãe ficou doente, aí foi logo que ela morreu. Aí eu também já acabei o amor de lá... o apegadio nosso lá era ela, me contara em outra ocasião. Já tinha ouvido que os filhos desencantaram do lugar por causa disso. A hora que ela estava boa, mãe falava assim: “Enquanto eu estiver viva, vocês não saem de redor de mim”, dizia Vande.

Seu Pedrinho era sobrinho e afilhado de Velho Nêgo, finado marido de Dona Ermínia. Nasceu no Goiás, mas sua mãe, irmã de Velho Nêgo, morreu no parto. Eu não conheci a mãe de compadre Pedro não, contou-me Dona Ermínia, madrinha de um dos filhos dele, durante uma conversa que tivemos num daqueles dias em sua casa; mas falavam que se ela tivesse filho, ela não escapava. O pai de Seu Pedrinho, vaqueiro, não daria conta de cuidar do filho. E então com dias de nascido seus avós maternos, Velha Nôra e Velho Bastião, trouxeram-no a cavalo para a Estiva, onde moravam. Chegou lá, diz que ele ainda miudinho, pequenininho... Aí a Velha trouxe ele com todo o cuidado, porque eu vou dizer: do jeito que eles contaram, se compadre Pedro não acha aquela Velha para cuidar dele, ele não era gente no mundo não. Na Estiva, Seu Pedrinho cresceu na base do leite de cabra, trazido por um vizinho da vereda da Muriçoca que tinha criação. Quando uma cabra cansava de estar aqui, ele levava aquela e trazia outra p'ra compadre Pedro beber leite. Velho Nêgo também se empenhava na engorda do sobrinho: Nêgo levantava a madrugada p'ra tirar leite para dar a compadre Pedro para beber. É... Nêgo...,

diz que Nêgo diz que quando olhava na rede, ele ficava deitado na rede, quando ele olhava na rede, compadre Pedro mas ria; diz que era bom era p'ra rir.

Fora Seu Nêgo o primeiro a se fixar na Estiva, quando era ainda menino – transmitia com muita acuidade Dona Ermínia as histórias contadas por seu marido. Nascido na Larga, viera antes mais os irmãos pequenos para a Barra da Onça (onde a Onça deságua na Carinhanha), trazidos pelo pai de criação, finado Bastião, amigado de sua mãe, finada Velha Nôra. Na Barra da Onça, foram cuidar da fazenda de um irmão de Velho Bastião, que morava para Januária, fazenda de muito gado. Seu Nêgo tinha então 5 anos. Quando foi o tempo do irmão de Velho Bastião vender a fazenda, eles vieram vindo, beirando essa beira de Carinhanha, caçando morada, reportava Dona Ermínia. Chegaram ao Olho D'Água, próximo à foz da Estiva na Carinhanha. Eles gostaram daquele lugar, mas ficaram lá imaginando..., que diz que o Olho D'água quando é fé ia secar, e a Carinhanha ficava longe para eles irem pegar água. Então eles seguiram até chegar ao lugar onde Seu Nêgo por fim se estabeleceu, na beira da vereda da Estiva. Isso aqui era uma mata fechada, que dizia que era uma mata mesmo. Aí quando eles chegaram aqui olhando morada, então Nêgo achou que aqui que era bom d'eles alojarem, fazerem uma casa. Mas Velho Bastião disse ao filho que ia voltar p'ra trás, morar na Larga. Nêgo manteve a decisão, tinha gostado do lugar: “Não!, eu vou morar aqui. Se o senhor quiser ir embora para a Larga, voltar de novo, vai. Mas eu vou ficar morando é aqui”. E ele estava com idade de 13 anos – que ele falou –: estava com 13 anos. Tempos depois de Seu Nêgo se instalar, Velho Bastião e Dona Nôra também foram para junto dele.

Naquela época, era tudo terras ausentes, não tinha dono, não tinha ninguém: a gente chegava e ia plantar, diziam-me; Seu Nêgo ficou no lugar escolhido, e só depois é que comprou o direitinho de terra<sup>54</sup>. Foi caçando muda de cana e mandioca que

---

<sup>54</sup> ‘Terras ausentes’ são terras devolutas (terras da União), que não têm proprietário documentado. A constatação de grandes áreas de terras ausentes nessa época é recorrente na região mais ampla – como se pode ver, dentre outros registros, na constância que aparece nos relatos de moradores do Rio dos Cochos, próximo à cidade de Januária, compilados no livro *Histórias dos gerais* (Ribeiro, 2010), e que serão cotejados ao longo do capítulo. Neste trabalho, lê-se: ‘Naquele tempo, tinha muita terra devoluta’ (Antônio Inácio Correia:46); ‘[À]s vezes eu vendia essa área aqui, o comprador me pagou, e não veio receber. Aí fica como Ausente. Caso ele morrer, não deixar nada de herdeiro, essa terra ali qualquer um pode cuidar nela. A pessoa não apresentou na partilha, deu só o dinheiro, tirou aquela quantia de terra, mas não pôde vir receber pro agrimensor marcar o nome. (...) [T]inha muitos alqueires no Ausente’ (Manuel Gonzaga dos Santos:125); ‘Era tudo terra de ausente’ (Santos *et al.*:187). O ‘direitinho de terra’ que Seu Nêgo depois comprou, como disse Dona Ermínia, imagino ser um contrato de compra e venda – algo que eles definiram como ‘escritura de pé de pau’ (que assim se chamava porque ‘era como desse pé

conheceu Dona Ermínia, moradora dos arredores, de um lugar chamado Saco Grande, também braço da Carinhanha. No Saco Grande, Dona Ermínia passou a vida até casar com Seu Nêgo e ir para a Estiva, com 17 anos, para a casa espaçosa que mora até hoje, que cuida praticamente sozinha. À imagem da casa, o terreiro arborizado é mantido impecável, e cheio de flores, junto às quais me pediu para tirar fotos dela.

Seu Pedrinho e Dona Lindaura ergueram a casa a menos de 1 quilômetro dali. Foi construída em 73, conforme dizia Seu Pedrinho numa manhã, tomando café. As telhas foram feitas por um senhor da Carinhanha, para o lado da Bahia. Seu Pedrinho e Dona Lindaura é que as transportaram: ‘Nós dois sozinhos, os filhos eram tudo pequenos. A gente trazia de lá, do lado da Bahia, de carro de boi até a beira da Carinhanha, e empilhava as telhas no feixe de buriti. Eram 400 telhas por vez atravessando a Carinhanha. Aí tinha um outro carro de boi esperando do lado de cá; a gente tirava tudo do feixe, empilhava no carro de boi e trazia’. A casa fora feita por um homem que também morava na Carinhanha, na parte da Bahia, mais perto de Formoso. Com dois quartos grandes para cada lado da sala espaçosa, uma cozinha e ampla área coberta para os fundos, era toda de tijolo de adobe com reboco de barro branco, areia dali mesmo.

A história das casas de Velho Nêgo/Dona Ermínia e Seu Pedrinho/Dona Lindaura é feita de um trânsito constante, que levou a um casamento entre filhos. Quando pequenas, as crianças estudavam todas juntas, e, antes de existir escola das séries primárias na Estiva, seguiam em bando até a casa do professor mais próximo, para os lados do Barbatimão, vereda da Carinhanha acima da Estiva, onde passavam a semana.

O convívio ‘de primeiro’ se reflete hoje no costume compartilhado entre eles. Ir da casa de Seu Pedrinho a Dona Ermínia, e vice-versa, é trajeto corriqueiro. Repercuta também no Assentamento, visível na intimidade entre aqueles que de lá vieram, e que atualiza em outro lugar os carreiros do tempo da Estiva. Dete, quando morava na Onça, não fazia parte da região dos mais chegados. Conhecia todos, mas a primeira vez que foi à Estiva, já estava grandona, disse, porque o povo de primeiro não tinha isso de hoje, de sair, carregar os filhos não; deixava os filhos tudo na casa. Eram os meninos homens que faziam mais o trânsito, acompanhando os pais em algum serviço em roças ou na lida

---

de jatobá àquele de sucupira’, sem limites precisos). Escapa-me o porquê de Seu Nêgo (e também Velho Bastião) ter comprado ‘um direitinho’ de uma terra que se dizia ausente, sem dono portanto.

com o gado. Por isso é que Dete conhecia Sancler de pequeninha, mesmo só conhecendo sua casa depois de velha; e que dois irmãos dela casaram com duas filhas de Dona Ermínia.

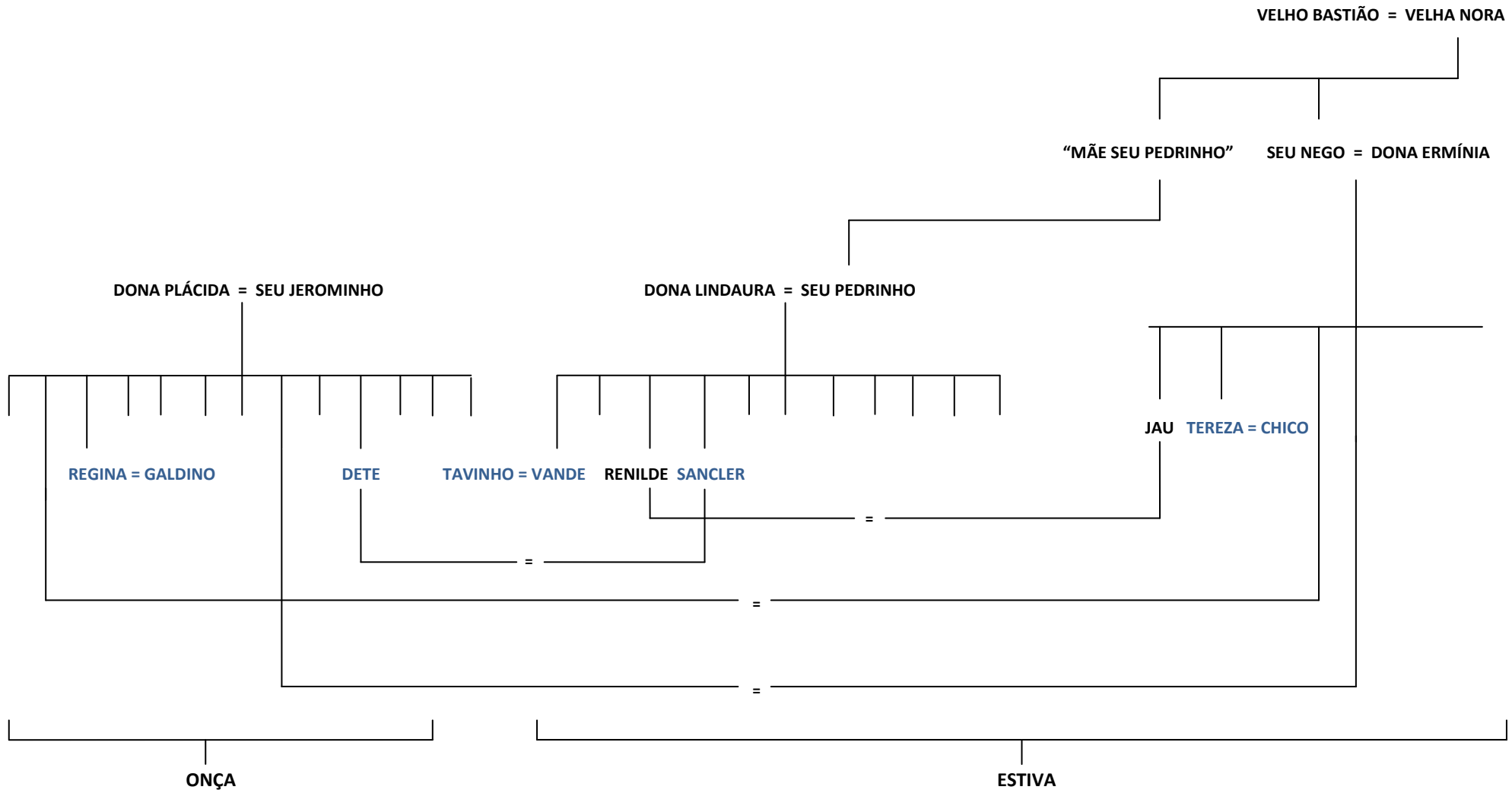
Para aquele encontro na Estiva, Seu Pedrinho viera do Gama, cidade-satélite de Brasília onde morava havia muito tempo – desde quando se casou com Dona Zulmira, uma senhora aposentada do serviço público, cujos hábitos citadinos a faziam gostar muito da roça, mas só a passeio. No ano anterior, ela acompanhara Seu Pedrinho, trazendo também duas filhas com suas famílias; nesse ano não estariam presentes. Naqueles dias todos, Seu Pedrinho não parava: capinava a roça de mandioca ao lado da casa, construía com os filhos o suporte de madeira para sustentar a caixa d'água para o banheirinho externo recém-construído, passava pelas casas próximas para saudar os antigos vizinhos. Um dia, sentado à mesa na área coberta contígua à cozinha, lugar que mais reunia gente, ele falava que ‘no Gama, as casas são fechadas, e ninguém passa um na casa do outro’; e que lá costumava ouvir pass’o preto, um pássaro que o fazia sempre lembrar da Estiva.

A casa de Dona Ermínia também se enchia em janeiro de filhas e filhos que, assim com os de Seu Pedrinho, ‘espinicaram’ no mundo. Ela, que mora com um filho solteiro, apreciava aquele movimento; dizia que a fazia lembrar do tempo de primeiro, de bem menos silêncio do que agora<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> Segundo Ernane, na leitura fundiária realizada com a chegada do Parque, a área da Estiva pertencia à Companhia Indianópolis (essa que era dona da Fazenda Carinhonha, posteriormente vendida à Feltrin, conforme visto em nota de rodapé mais acima). Seu Pedro e Seu Nêgo foram considerados posseiros de uma área que pertencia a esta Companhia, ambos com terras de 300 hectares. A situação fundiária dos dois no entanto era distinta; pois, ao contrário de Seu Pedrinho – que entrou com requerimento de usucapião e obteve a escritura da posse –, Seu Nêgo não quis iniciar o processo. Ouvi algumas versões sobre a ‘cabeça dura’ de Seu Nêgo à época, que falava que não iria fazer o documento pois dono era aquele que estava em cima de suas terras.

As terras da Estiva não foram abrangidas pelo ‘primeiro Parque’, mas ficaram muito próximas de seu limite. Já o ‘segundo Parque’ (a ampliação feita em 2004, que abarcou o lado da Bahia) pegou partes das terras de Seu Nêgo. Como não foi feito documento, só estava previsto o ressarcimento das benfeitorias.



(em azul, quem mora no Assentamento)

\*

Apresentando pessoas e lugares a partir e através dos quais a tese se constrói, este capítulo lança-se ao *tempo do Parque* quando não existia Parque, na intenção de discorrer sobre como se habitava essa região antes do estabelecimento de marcos históricos que costumam ser tratados como inaugurais: um povoamento que se inicia com a migração gaúcha; a descoberta de um lugar de natureza virginal que uma unidade de conservação formaliza limites. Em ambos os casos, o discurso é elaborado projetando-se sobre um tempo-espaço vazio.

Essa inquietação em torno do discurso sobre o vazio acompanha a de outros trabalhos. Entre os realizados na região em que se criou o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, menciono o de Jacinto (1998), que através da pergunta: ‘Que outros lugares ali existiam antes da criação do Parque?’ (:20), busca abalar as impressões de ‘vazio social’ e ‘vazio histórico’ projetados por quem vem de fora (:94). Em um trecho daí mais afastado, mas ainda nos Gerais, Nogueira (2009) munui-se de questão semelhante em sua análise sobre a chegada de firmas de eucalipto na década de 70, dessa vez tentando se esquivar do vício de narrativas sobre a região de tratar o povoamento a partir da chegada dos bandeirantes (e aqui me responsabilizo pelo linguajar empregado, pois a autora não o expõe nesses termos). Assim, o apanhado histórico e geográfico que passa por registros pré-históricos e pela ocupação do cerrado por povos Jê que ela empreende, está relacionado ‘à intenção de demonstrar a densidade histórica (...) do bioma, tantas vezes representado como espaço vazio e inóspito’ (:41-2). Por fim, outra reflexão que menciono a respeito de narrativas povoadoras elaboradas sobre um pretense vazio é a de Moraes (2000), em seu trabalho sobre a expansão da fronteira agrícola no sertão do Piauí: ‘[O]s novos atores sociais, lançados à conquista dos cerrados, expressam, através de *narrativas mestras*, uma identidade de *bandeirantes modernos* a desbravar, de forma definitiva, os *espaços vazios* (...)’ (:02, grifos da autora)<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> No trabalho de Vidal e Souza (1997), há uma importante reflexão sobre a representação do ‘vazio’ associado ao ‘sertão’ no pensamento social brasileiro. De interpretações que revelam a imagem de ‘uma nação feita de espaço’ (:17), ela destaca o sertão e o litoral como ‘componentes estruturais da descrição’ (:26). Nesse ‘campo discursivo’, o sertão é apresentado como um ‘espaço vasto’, de ‘grandes e vazias distâncias’; e é trabalhado como um problema ao qual cumpre solucionar ‘levando o ímpeto civilizatório capaz de neutralizar suas características indesejáveis – o atraso e o vazio – e de lá ressurgir espalhando a brasilidade mais autêntica e resguardada pelo afastamento da costa’ (:33).

Embora essa não seja a questão principal, a escrita etnográfica deste capítulo é tecida em diálogo com essa crítica oculta. Porém, que ‘vazio’ é este cuja exposição dos dados pretende contestar? Essa é uma questão necessária de ser posta, pois o ‘vazio’, ao menos o populacional, não é algo somente elaborado pelas ‘narrativas mestras’ (para usar da expressão de Moraes): a impressão das pessoas ‘de primeiro’ qualifica também a região vivida como um ‘deserto de gente’. Apontando para isso, Dona Ermínia contava, sobre a fazenda do irmão de Bastião na Barra da Onça, que Lá tinha muito gado e fazia bastante queijo, requeijão... Esses requeijões, esses queijos, eles levavam para dar aos filhos da Velha Nôra que moravam lá na Larga, porque eles não davam conta. E não tinha morador nenhum aqui. Aqui era deserto. O mesmo faziam quando matavam um garrote para ‘carnear’, pois nas redondezas não tinha a quem distribuir. Quando Seu Nêgo chegou à Estiva, dizia também Dona Ermínia, Aqui era um deserto, não tinha ninguém.

Essa imagem consta em outros trabalhos: “– Aqui é o Gerais. Esse vazio sem gente; essa área de terra com pouca gente”, dizia Seu Samu, reportado na tese de Andriolli (2011:91). Antigo vizinho de Seu Samu, finado Pedro Boca assim falava para Correia – valendo-se de uma expressão (‘carrancismo’) que ouvi algumas vezes e que se aproxima do ‘de primeiro’ –: ‘No tempo do carrancismo, aqui era deserto (...), as pessoas aqui eram contadas. Aqui acolá’ (2002:56); palavras ecoadas por um morador da vereda da Passagem do Mato: ‘[E]ssa volta aqui do Rio Preto (...) não tinha ninguém. Que é deserto, é montanha, não tem ninguém, só tem bicho do mato’ (Correia, 1999:21).

Se a percepção sobre o ‘vazio’ é compartilhada entre os distintos atores da “situação de contato”, não creio no entanto que uns e outros estejam tratando exatamente da mesma coisa. Pois, nas narrativas descobridoras, do vazio tende-se a depreender um nada: ‘Há 15 anos, era *só* o que havia: 13 milhões de hectares de cerrado na região dos Gerais, imensos e desprotegidos contra a rápida e desordenada *ocupação*’, diz o texto ‘O sonho de proteger o cerrado’ (03 de junho de 2007), do site da Funatura – do qual destaquei o ‘*só*’, sobre a região que seria feita apenas de ‘hectares de cerrado’, e a ‘ocupação’ como algo que surge com a fronteira agrícola. No calendário do município, por sua vez, lê-se (com meus destaques): ‘O *município de Chapada Gaúcha, antiga Vila dos Gaúchos*, teve seu *início de povoamento* no ano de 1976, quando chegaram os *primeiros moradores* oriundos do Rio Grande do Sul’ – cuja metonímia Vila e Chapada (ou seja, a parte ‘Vila’ definindo o todo ‘Chapada’) é o mecanismo

lingüístico possível para permitir, no período seguinte da frase, que os gaúchos sejam os ‘primeiros moradores’ do município que, antes de existir, tinha seu território espalhado entre os de Formoso, Januária e São Francisco.

Em direção oposta, meus conhecidos, em especial o ‘povo antigo’, ‘bagunçavam’ a idéia do vazio quando, em medida semelhante ao ‘deserto de gente’, aludiam que ‘de primeiro’ era época ‘de muito movimento’. Essa constatação igualmente aparece em outros trabalhos. Antônio Inácio Correia, em um capítulo do livro organizado por Ribeiro (2010), conta sobre o tempo em que trabalhava no armazém de uma fazenda, abaixo da Bela Lorena, ‘onde hoje é o Parque Grande Sertão’: ‘Não tinha cidade, só tinha o Formoso, dali a 50 quilômetros. Meu sogro – não era bem sogro, mas ele criou minha esposa – me contratou, era muito amigo de meu pai, tinha o comércio e tinha a fazenda lá (...). Muita gente passava ali’ (:45). Narrando uma de suas idas ao Barbatimão, levando no carro Samu e os seus, Andriolli (*op. cit.*) menciona os assuntos em pauta: ‘Brincadeiras entre eles, referências a quem morou em cada vereda, comentários sobre os bichos do mato que transitavam nosso caminho, recordação do quanto o “Rio Preto” era movimentado antes do parque, menção a como o mato cresceu depois que o ‘parque velho’ chegou’ (:67); e mais à frente cita um dia em que seus anfitriões ‘conversavam, comigo e com seus vizinhos, sobre a “vida parada” em detrimento do movimento de outrora’ (:74).

Assim, o vazio que para uns levava ao nada, para outros convivia com ‘muito movimento’. Mas, perguntava-me, como um lugar vazio poderia ser ao mesmo tempo movimentado? Creio que estava aí em ação, entre meus conhecidos, uma chave distinta da dos “descobridores” para pensar a densidade, isto é, a relação entre pessoas e o espaço ocupado. Pois se estes operam com o conceito de ‘população’, creio que aqueles manejam uma análise afetada pelo conceito de ‘povo’ – o qual é usado em profusão na região, e que se tornou objeto da tese de Cerqueira (2010), sobre o ‘povo dos Buracos’, inspiradora dessa minha reflexão. ‘População’, nos termos que gostaria de sugerir, é índice que aufere o que é estabelecido, fixo, que preconiza a concentração; em outras palavras, que se embasa em gente parada. ‘Povo’ também considera isso – tanto que havia o ‘bolinho de gente’ em um lugar, fazendas que davam a ‘muitos’ o ‘de morar’, agregados que viviam juntos ‘feito uma rua’, dentre outras concentrações mencionadas –; mas, além disso, levava em conta em sua formulação o trânsito das pessoas, seus



deslocamentos, suas andanças enfim. ‘Povo’ fala de gente parada, e também de gente em movimento.

Embora haja menções a lugares de povoamento, as narrativas de meus conhecidos se avivavam quando discorriam sobre deslocamentos, quando se lançavam mais aos fluxos do que aos núcleos estáveis. De modo que, creio, a retórica da densidade, por primar pelo que é estabelecido, não tem um apelo descritivo para pensar a “sociedade” em questão. Em outros termos isso é muito próximo do que foi dito no trabalho de Cerqueira acima citado. A preocupação e o modo de descrição etnográficos por ela conduzidos deslindam um espaço feito através do movimento (no caso, de pessoas, de comida, da palavra) – cujo ‘cálculo’ narrativo é preferido em relação a falar sobre o que fica parado. Segundo explica: ‘[P]arecia-me impossível descrever o “povo dos Buracos” como *unidade* definível pela “terra” que lhe dá nome, a terra dos Buracos’, dado a ‘maneira como ali o deslocamento humano participa do modo de vida cotidiano’ (:25, meu destaque). E mais à frente: ‘O movimento humano tornou-se então, em minha análise, elemento prioritário na definição do espaço que eu descrevia’ (:26)<sup>57</sup>.

Resumindo, este é um capítulo sobre as andanças das gentes no ‘tempo de primeiro’ – *no tempo do Parque*, no dizer de quem mora no Assentamento. A escrita se faz mais a partir do que se move, em detrimento do que é fixo; mais a partir do que ‘espinica’, em relação ao que ‘choca’<sup>58</sup>. Esse procedimento visa nutrir uma imagem do *tempo do Parque* como *habitado* através de andanças, mais do que *povoado* a partir de núcleos. Para desenvolvê-la, serão acompanhados os conceitos nativos *caçar melhora*, *botar brejo* e *ter conhecimento*, por alimentarem a discussão a respeito de regimes (mutuamente implicados) de propriedade, de produção e de sociabilidade, por sua vez fecundos para pensar essa “sociedade” que tem o deslocamento como ato constituinte, conforme se sustentará<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> A recorrência de estratégias descritivas semelhantes leva a suspeitar de que se trate de uma mera escolha estilística. Na dissertação de Jacinto (*op. cit.*), um dos modos de narrar é igualmente buscado a partir ‘do deslocamento, dos passos’ (:20) – algo que ela chama de ‘retórica da caminhada’ (:167). Esse me parece um dado a mais a afastar a idéia de casualidade na narração através do movimento.

<sup>58</sup> ‘Chocar’ e ‘espinicar’ eram usualmente trabalhados como contrários, algo que se observa nesse trecho de Vande, irmã de Sancler, gravado de uma conversa no Assentamento, em que discorria sobre a Estiva: Aí ficou todo mundo lá [os filhos], ao redor deles [dos pais] igual a galinha choca. Aí foi saindo a escadinha, a escadinha, foi crescendo, e nenhum espinicou. Só depois que casou é que foi saindo. Mas enquanto estava tudo solteiro, tudo mais eles.

<sup>59</sup> As aspas à sociedade nessa frase e também na do parágrafo acima são para pô-las sob estranhamento. A noção de “sociedade” que eventualmente será mencionada neste capítulo mais se aproxima dos sentidos implicados na ‘socialidade’ tal como manejados em debates mais recentes (cf. moção de Strathern em um dos Key Debates organizados por Ingold, 1996). Esses sentidos, bem como conceituações clássicas de

## *Caçar melhora*

**Seu Eduardo:** Nossa procedência toda é lá de Várzea Bonita.

**Camila:** Os pais vieram de lá.

**Seu Eduardo:** É. Mas já metade que formou, foi tudo nascido e criado aí dentro do *Parque*.

**Camila:** E por que o pessoal mudou de Várzea Bonita para esse lado, Seu Eduardo?

**Seu Eduardo:** É porque a gente está caçando melhora; a gente vai morando num lugar, vai arruinando.

**Dona Lu:** É. Outra hora são aquelas famílias mais velhas, assim, que vão puxando pr'aqueles lugares, sabe?

**Camila:** Um lugar vai arruinando e eles vão mudando.

**Seu Eduardo:** Arruinando, eles vão caçando melhora.

**Camila:** Arruinando o quê? A terra vai ficando ruim?

**Seu Eduardo:** É.

**Dona Lu:** É. Aí talvez tem um parente naquele lugar: “Não, vamos p’ra casa de tal lugar, assim, assim, porque lá está melhor. Fulano lá está bem”. Aí a gente vai saindo, né. É isso aí que acontece. Igual nós dentro do *Parque* mesmo. Estava lá dentro do Parque, aí a gente... lá não podia ficar, não podia trabalhar, não podia nada. É por isso que eu falo com você, que já vem assim, né... Aí veio p’ra cá [para o Assentamento], que aqui era onde nós íamos ficar, cada um na sua terra, p’ra trabalhar e tudo aí, quando a gente veio. É igualmente vem de lá de trás, né? Até chegou nesse ponto aqui.

Qualquer pessoa ‘de primeiro’ com quem se conversa, vai desfilhar uma vida de muitos trânsitos. O andar era dado não somente ao cotidiano – associado ao ir à roça, mexer com gado ou ir ao vizinho –, mas também se relacionava a um movimento perene de maiores distâncias em busca de um lugar para ficar, mesmo que provisório – como se vai avistando nas histórias da Onça e Estiva. Saía-se de um lugar porque a terra se tornava fraca para plantio, porque estava ruim de arranjar serviço por perto, porque algum parente tinha se estabelecido num bom lugar e ‘puxava’ outros parentes. Motivos variados alimentavam um movimento que pautou a vida de muitos antigos que agora se fixaram no Assentamento e que costumava ser definido como um *caçar melhora*, sobre o que se discorrerá.

---

sociedade, foram sintetizados por Viveiros de Castro no artigo ‘O conceito de sociedade em antropologia’ (2002). Diz o autor: ‘A antropologia contemporânea tende a recusar concepções essencialistas ou teleológicas da sociedade como agência transcendente aos indivíduos. À *sociedade* como ordem (instintiva ou institucional) dotada de uma objetividade de coisa, preferem-se noções como *socialidade*, que exprimiriam melhor o processo intersubjetivamente constituído da vida social’ (:313). Mais à frente, citando outros autores: ‘Se é possível definir uma orientação predominante na antropologia contemporânea (Ortner 1984), esta consiste no abandono das concepções estruturais de sociedade em favor de pragmáticas da agência social capazes de “promover uma recuperação do sujeito sem cair no subjetivismo” (Giddens 1979:44)’ (:314). Reafirmando-o então, mesmo me valendo da grafia antiga, são os sentidos da ‘socialidade’ que informam minha escrita.

Mapearei as andanças do *caçar melhora* a partir de três antigos com quem tive estreita interlocução no Assentamento – Dona Nica, Dona Lu e Seu Eduardo –, para me aproximar das razões em movimento; os três vindos da região de Várzea Bonita e da Larga (assim como Seu Jerominho, Dona Plácida, e Velho Nêgo), e subindo o Rio Preto, rio que foi todo abrangido pelo ‘Parque Velho’, o de Minas, e o cruza ao meio. Paralelo ao Preto, acima, corre o Ribeirão Mato Grande, que cai na Carinhanha, e que conforma o que se tornou o limite norte da unidade, em sua primeira demarcação. De água escura, o Preto também deságua na Carinhanha, mais à frente do Mato Grande e perto da Barra da Onça. Seu percurso é alimentado por diversos córregos, veredas e galhos (estes, os cursos d’água mais ‘minguados’), sendo o maior deles o Rio Santa Rita, que desemboca no Preto em sua porção baixa.

O trajeto de subida do Rio Preto, a parada em veredas diversas que para ele afluem, a busca por um lugar com água e terras para plantar, é um enredo presente em muitas histórias. Foram essas narrativas que me fizeram tomar conhecimento de lugares que, nas ocasiões em que conheci ao vivo, formavam um emaranhado de rios indiscerníveis, e cujo mapa nada me diziam; o conhecimento sobre esses rios se transformou em costume apenas quando naveguei pelas andanças das pessoas.

A história de Dona Nica é feita de uma amizade profunda com o dono da fazenda onde morou, na cabeceira do Rio Preto, de onde só saiu por morte o Parque, senão eu não saía de lá. Ela me falava da vida em um dia, no Assentamento, em que eu disse que queria gravar nossa conversa, para poder unir informações espaçadas, dadas por pessoas diversas, a conta-gotas ao longo do tempo. Queria condensar os dados, e saber um pouco mais, naquela que era minha última ida ao Assentamento. Tinha vindo de Dona Lu, onde pousara na noite anterior, e onde gravei uma conversa. Dona Lu não importava, achava graça naquilo e na estranheza do netinho de 3 anos com o aparelho. Já era a segunda vez que eu gravava com Dona Lu – da primeira, Seu Eduardo chegou, conversa a três que rendeu dados que mais adiante se exporá –, eu sabia que a fala se fazia durante o fazer, e que Dona Lu é mulher de não ficar parada nem um minuto. Deixava então o gravador ligado no seu ir e vir do terreiro, seu barulho com as vasilhas, sua insistência para eu comer mais do almoço e depois do bolo com o café passado.

A intimidade que tinha com Dona Nica, no entanto, não a deixou de todo confortável quando falei do gravador, o que era curioso porque Dona Nica era das pessoas mais sem meias-palavras que conheci no Assentamento, cuja extroversão

inclusive para assuntos que acanhavam até os menos envergonhados, faz sua casa ser vista como lugar para casos engraçados e histórias animadas. Com o almoço sendo preparado, e, depois, com ela sentada na área fazendo suas esteiras de plástico e de palha de buriti, desavexou. Nós vamos conversar, e fazendo e mexendo, cedeu. Ajudou também a presença de Seu Tasso, irmão mais novo e desinibido de Dona Nica, violeiro que gostava de fazer brincadeiras com jogos de palavras, e que de vez em quando dedilhava músicas puxando o canto da irmã. Seu Tasso não morava no Assentamento; mas, apesar de seu pouso oficial ser na cidade de Formoso, era fácil encontrá-lo na casa de Dona Nica. Qual é o dele?, perguntava ela vendo o ir e vir do irmão, Qual é o dele?: é andar. Rumo dele é andar.

Dona Nica é nascida na Várzea Bonita. O pai morreu cedo, e a mãe amigou com Sinfrônio, quem ela considerava como pai e que era bom demais para ela. Sinfrônio era pai de Seu Tasso e de Sílvio, irmão mais novo que morava no Assentamento. Mas a mãe morreu jovem, Sinfrônio foi para São Paulo, e então ela mais os irmãos foram morar no Tejuco (distrito de Januária) com a avó materna. Dona Nica não gostava de ficar lá, e aproveitou uma ida de Sinfrônio pelo Tejuco, para buscar Tasso e Sílvio, e voltou junto para Várzea Bonita, de onde só saiu já adulta, com a primeira filha nascida.

Eles foram embora da Várzea Bonita, diz Dona Nica, porque não deu certo, né? A gente tinha que sair.... O não dar certo era por conta que o lugar é muito fraco, não tinha estrutura, a terrinha é fraca, colhia pouquinho; colhia mais lá era feijão, assim um arrozinho *ni* brejo de toco, que roçava dentro das águas. Era assim. ‘Terra fraca’ é dos principais motivos que ouvi que impulsionava a mudança. Dona Nica dizia que o povo vivia assim de um jeito que parece que não tinha... Porque naquele tempo o lugar era muito... não sei como é que era não, não sei; era muito fraco. A gente vivia era milagre de Deus. É o jeito que Deus marca p’ra gente viver. Então Sinfrônio saiu procurando outro rumo, achando que para o lado do Rio Preto era melhor de se viver, pois falavam que era melhor para plantar. Contava Dona Nica: meu pai veio rompendo na frente, e ela foi logo depois; eu era muito pegada mais esse Tasso, toda a vida. Muita gente saiu da Várzea Bonita por essa época: Acaba no fim quase todo mundo daqui é lá de Várzea Bonita<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> Quando conheci Várzea Bonita, antes de seguir para uma das idas à Estiva, ouvi: ‘Várzea Bonita é muito antiga, tem mais de 300 anos. Tem gente que, quando vai contar uma história, e diz que é da era do capeta, aí outro completa: “Ah, então é da era da Várzea Bonita”. Porque em Várzea Bonita tinham aquelas guerras, diz que tinha vala na vargem, onde eles jogavam os mortos’.

Sinfrônio veio seguindo na frente, no rumo do Rio Preto, para ver se o lugar era bom. O primeiro pouso se deu antes do Rio Preto, em um braço do Rio dos Bois chamado Cachimbo, lugar de pouquinha gente morando – fazenda, nenhuma – onde ele mais os filhos ficaram pouco tempo. A saída do Cachimbo também se deu porque lá era difícil, ficava bem longe da cidade, dos confortos. Como no dizer de Tasso: nós andávamos mais era de pé, do que caminhando, ria Dona Nica. Seguiram então margeando o Rio Preto, onde, ao longo de muitos anos, em direção à cabeceira, foram mudando de morada.

Primeiro pararam nas Éguas Mortas, vereda da margem direita do Rio Preto, onde passaram muito tempo. Depois, foram para o Capão Seco, outro afluente do Rio Preto, mas não era bom para ficar. Do Capão Seco, foram para a Corredeira, no Mandu, região também conhecida como Chapadinha, onde há braços de rios que vertem para o Rio Preto. Do Mandu, foi logo que Dona Nica, por fim, saiu em direção à cabeceira do Rio Preto, na fazenda cujo dono também chamava Sebastião – outro, não o pai de Seu Nêgo. Da hora que eu tomei conta da minha vida, arranjei minhas filhas, dizia Dona Nica, aí fui me virar. Ela era então mãe de mais duas meninas, criadas sem o pai. Dona Nica só veio a se casar recentemente, já morando no Assentamento, com Seu Miguel, de quem ‘se amigou’ no tempo do Rio Preto. Sobre as andanças, dizia: A gente vivia era assim: aqui, acolá. Agora, eu vim sossegar mesmo depois que eu vim p’ro Rio Preto.

Apesar de que lá toda vida no Rio Preto era assim isolado, ainda mais com o Parque, dizia: lá é que foi bom. Bastião ‘deu de morar’ a Dona Nica, e nessa fazenda ela ficou por volta de 30 anos. Trabalhava na roça por sua própria conta; tudo o que quisesse, podia plantar: colhia arroz, colhia tudo. Mandioca. A terra dele lá era boa. Tinha as culturas boas. Bastião não lhe cobrava nada por isso. Ele era primo de Dona Nica – a mãe dele era irmã do falecido pai dela, o pai que morreu primeiro.

Dona Nica, mãe de três filhas, ainda viu sua mais nova, Glorinha, casar com Manoel, filho de Bastião. Crescidos juntos na fazenda, eles parece que desde cedo já se encaminhavam um para o outro. Bastião, que gostava demais de Glorinha, brincava com Dona Nica: “Nós temos que casar ele”, só chamava Manoel de curraleiro, “Nós temos que casar a pequena com o curraleiro”. Eu falei: “Deixa de ser besta, Bastião”. E ele era bom de vida, né? Eu falei: “Não, minha menina é pobre, não vai casar com filho seu não”. Mas

Bastião não dava ouvidos a Dona Nica: Ele era bom demais para mim, falava do primo, que ‘deu em vida’ a posse de 25 hectares para ela<sup>61</sup>.

A fazenda de Bastião, com a soma da terra da esposa, era considerada muito grande. Esse era fazendeiro, tinha me dito Dona Lu. Do outro lado do Rio Preto, pregada com a de Bastião, tendo o rio como divisa, ficava a fazenda de Dona Mariquinha, mãe dele e tia de Dona Nica. Dona Nica não soube me contar como eles compraram essas fazendas, mas disse que a Velha Mariquinha foi a primeira que veio pr’aí. Mariquinha também dava a um bocado o de morar, Dona Lu tinha me contado. Muita gente vivia pelas nascentes do Rio Preto, trabalhando por conta da gente mesmo. Esses ‘agregados’, dizia Dona Lu, não eram posseiros, porque ninguém quis posse deles, né?, como a sugerir que o não-pedido era uma retribuição à terra cedida. A posse, nesses termos, parecia um ato que partia do fazendeiro, e não uma requisição de direitos por parte de quem já ocupava há mais de 5 anos um pedaço de terra na fazenda (ponto que voltarei adiante). Na fazenda de Dona Mariquinha, as casas dos agregados eram juntas umas das outras: Parecia uma rua, comparava Dona Lu.

Pois é, eu já rompi trecho, *m’ermã*, retomava Dona Nica. Já andei muito, já andava; depois eu quietei. Eu quietei, não deu p’ra gente... naquele tempo era tão tempo... êê, devagar, divagava mexendo no seu bilro, na área de trás da casa, onde estávamos. Dali, avistávamos sua horta, a rocinha de mandioca, o canteiro com flores cuidadas com esmero e os pés de pau plantados para fazer sombra, e que Miguel, seu esposo, costumava questionar a utilidade. Foi difícil deixar aquela casa e aquele terreno do jeito que ela queria, como me disse em outra ocasião. ‘Quando vim para cá, fiquei deprimida. Não tinha nada aqui, só brachiaria. Nunca achei que pudesse deixar minha casa assim, como está, toda formadinha. Porque minha casa lá no Parque era toda ajeitadinha’. A casa agora estava boa e sempre com gente; os confortos estavam mais perto. E andar ficava cada vez mais difícil. Não só pela idade, mas pela deficiência de nascença na perna esquerda, que não a impediu de romper trecho durante a vida, mas que agora lhe

---

<sup>61</sup> Sobre a expressão ‘dar a posse’, falarei mais abaixo. A posse de Dona Nica ficava nas terras de Dona Aurelina, que se casou com Bastião, cuja propriedade era contígua. A terra de Dona Aurelina era herança dos pais. Sua gleba mais a de Bastião estavam na Fazenda Mato Grande, uma grande fazenda da qual a maioria das outras propriedades da região em que se criou o Parque descende. Segundo Ernane, em 1940 iniciou-se a ‘divisão judicial’ da Fazenda Mato Grande, concluída em 1962; as propriedades daí decorrentes são as mesmas quando do estabelecimento do Parque. O documento mais antigo encontrado na área em que se fez a unidade, também me informou Ernane, foi de Antonio Francisco Gomes, feito pela Paróquia Nossa Senhora da Penha do Burity de Paracatu (MG) em 1884, mas que não tinha ligação de cadeia dominial com os atuais documentos.

custam muitas dores. Ernane, que da Funatura era o que mais ficava em sua casa, já a tinha levado a alguns médicos, que sempre recomendavam não forçar a perna. ‘De que jeito, *m’ermã?* Se aqui é desse jeito que você está vendo: não pára de chegar gente’, falava em um tom indignado, mas cheio de satisfação. E saía a encher as duas garrafas de café que alimentavam a prosa dos que chegavam. Eu sofri demais, pontuava Dona Nica nos entremeios de sua história de andanças; acho que é por isso que eu sei viver.

Com o que Dona Lu tinha me falado na véspera, as histórias que dela e do irmão ouvia iam também se encaixando. Durante um tempo, Dona Lu e Dona Nica foram vizinhas na fazenda de Bastião; durante um tempo também, foram cunhadas, porque Dona Lu ‘se amigou’ com Seu Tasso. Mas Dona Lu, que o trata apenas como pai de seus filhos, não gosta de falar no assunto, e até hoje, apesar de freqüentar Dona Nica, evita a presença de Seu Tasso.

A evitação de Dona Lu corre por conta do tempo em que viveu no Mandu, em um pedaço a ela cedido nas ‘terrinhas’ que Velho Sinfrônio, pai de Dona Nica, adquiriu por lá. Foi para a região do Mandu ‘puxada’ por um irmão seu que, casado, lá assentou pouso. Conheceu Seu Tasso nessa região. Porém, ele já havia se casado com Dona Gimira, que é irmã mais velha de Dona Lu. Longe de qualquer segredo, Seu Tasso tinha duas famílias. Apesar de Dona Lu nunca ter se estendido no assunto, e de essa ligação ter me sido mencionada por outras pessoas num contexto de situação ordinário, ela deixava transparecer o incômodo de ter se amigado com o marido da irmã, e a mágoa por não ter dele recebido assistência. Deu à luz a doze filhos sozinha, dizia-me, dos quais seis nasceram mortos. Eu saí na rede duas vezes. Me carregaram na rede, porque não tinha condução de lá. Eu adoeci uma vez foi para ganhar menino. Eu saí sem ver, sem nada. Pensei que eu nem escapava. Morava no mesmo Galho que a irmã (um córrego com água mais ‘curta’), Dona Gimira mais acima, e freqüentavam uma à outra. A gente fazia farinha junto, trabalhava nas roças, era assim, essa vida assim, contava Dona Lu sobre a relação com a irmã, cujos dois filhos moravam no Assentamento. No Mandu, Dona Gimira se separou de Seu Tasso, seguida pouco depois por Dona Lu. Assim como Dona Lu, ela também foi morar no Assentamento, na casa da filha; mas, ao contrário da irmã, com Seu Tasso mantém uma boa relação.

Eu trabalhava até debaixo de barrigão, resumia Dona Lu sobre a dureza na vida do Mandu, Nós estávamos sofrendo demais lá, não tinha onde trabalhar, passando até fome. Acompanhando aquilo, Dona Nica resolveu conversar com Sebastião para que

Dona Lu pudesse morar em uma casa vazia de uma filha dele que casara e não quisera residir na fazenda. Sebastião era muito boa pessoa, muito amigo nosso, lembrava Dona Lu, e deu-lhe moradia na fazenda, onde ela permaneceu com os filhos até recear por seu destino quando começaram rumores de que Sebastião queria pô-las à venda – porque Nica tinha a posse e nós não. De lá foram viver no Foveiro, perto dali, de onde só saíram quando passou o Parque. O Foveiro ficou dentro da unidade, e então resolveram seguir para a fazenda de um homem chamado Absolon, que beirava pelo lado de fora o Parque, na qual um filho trabalhava, e lá ficou até ir para o Assentamento. Essa fazenda ficava em um Galho chamado Mosquito, e foi onde conseguiu, aos 58 anos, sua aposentadoria.

Assim como Dona Nica, Dona Lu rompeu muito trecho até chegar no Assentamento, de onde não pretendia mudar. Antes mesmo das terras de Seu Sinfrônio no Mandu, já rodara por cursos d'água, à procura de um lugar melhor, pulando assim, pelas fazendas, como me disse. O ponto de partida das andanças de Dona Lu é o Tomé Inácio, um córrego que cai no médio Rio Preto e lugar onde se entendeu por gente. O Tomé Inácio, que fica lá dentro do Parque, no grosso, foi para onde os pais se deslocaram vindos da Várzea Bonita e onde criaram os dezoito filhos. De lá ainda se mudaria para a Santa Rita, quando o pai entendeu de casar com outra mulher; e para o Tomé Inácio retornaria, com a morte repentina do pai, de volta para junto da mãe.

A memória da infância firma-se na Santa Rita, lá onde eu morei mais meu pai. Com a mãe, eram muitos os filhos, dizia. Mudou-se com um irmão para a casa do pai porque ele tinha recurso, ele tinha gado. A mulher dele tinha gado, podia vender. Na Santa Rita, conhecia Os Paçoca tudinho lá. Tudo gente boa de lá. Costumavam trabalhar nas terras de Velho Isídio, um dos 'condomes', dos Paçoca da Santa Rita. Às vezes trabalhavam para ele; às vezes, ele dava, assim, uns pedaços para nós plantarmos, né.

Estando as lembranças de Dona Lu ligadas ao trabalho, a Santa Rita vem como uma boa lembrança muito possivelmente por estar associada a um período de bonança, em que as terras e brejos férteis faziam as plantações renderem mais fartas – Tinha uns *brejão* lá. Colhia muito feijão, arroz, milho, colhia bastante coisa. Inversamente, pelo duro trabalho é que o Tomé Inácio ficou marcado em suas recordações. Apesar do registro do apego de mãe – Ixi. Mãe tinha um amor de nós doido –, Dona Lu fala do Tomé Inácio como um tempo em que se tinha muita dificuldade das coisas. Assim, da gente arranjar serviço, para trabalhar as coisas; trabalhava para um, trabalhava para outro, porque não



tinha como viver. E foi pela via do trabalho que ela continuou falando sobre sua vida, no tempo que, depois que a mãe morreu, ela e os irmãos ergueram um rancho de palha quando trabalhavam na fazenda de um Velho Pio (ele era da Várzea Bonita, mas ele morava aí. Aí dava um lugar assim, porque as pessoas de antigamente davam aquele lugar p'ra vir morar, né?). Isso era em um lugar chamado Corredeira – de onde se mudou para o Mandu puxada pelo irmão que casou e para lá foi, e cujo desenrolar dos deslocamentos já se apresentou.

No Tomé Inácio se entrelaçam as histórias de Dona Lu e Seu Eduardo, que no Assentamento morava em um lote vizinho ao de Dona Nica, por sua vez vizinho ao de Dona Lu. Um dos mais antigos do Assentamento, Seu Eduardo registrou sua prosa na primeira vez em que eu gravava uma conversa com Dona Lu, num dia em que chegou em sua casa atrás de milho para dar às galinhas. ‘Quebrar milho’ é trabalho para poucos, pois não basta ter o milho que se arranca quando já está seco: é preciso ter a mão forte para fazer os grãos se desprenderem da dura espiga. Era bem possível que Dona Lu os tivesse para vender. Mas Seu Eduardo chegara tarde: outros antes vieram e deixaram o estoque de Dona Lu só no ponto de alimentar aos seus. Não perdeu a viagem no entanto. Seu Eduardo gosta de conversar e ‘tem uma cabeça muito boa. Ô *véinho* inteligente aquele’, ouvira antes, sob a forte recomendação de que, para saber de coisas da região, se tinha que falar era com ele. Sobre ele, e sobre coisas ditas por ele, eu já tinha registros em meu diário. Encontrávamo-nos de vez em quando na casa de Dona Nica, que é um dos poucos lugares por onde ele andava no Assentamento, e para onde já tinha todo o senso do percurso; as pernas parece que iam antes dos olhos, os quais, na sua idade avançada, já quase não funcionavam mais.

Impressionava a todos sua destreza de itinerário vencida com passos hesitantes. ‘Ele quase não enxerga’, diziam. E foi me olhando de perto, e com a confirmação dada pelo som de minha voz, que perguntou: ‘Uai, mas você está aqui mais nós?’. Animou-se ao perceber que a conversa já em curso com Dona Lu estava sendo gravada, sentou e a ela enovelou sua fala e enredos de sua história. Passaria algum tempo ali conosco, até seguir para a casa vizinha de Pedro, filho de Dona Lu que é casado com Riva, sua filha, para ver se achava o milho que ensejou sua vinda.

Pois é, tio Eduardo sabe contar o *causo* melhor para nós, porque todo lugar que ele morava lá era Pai Nosso, exclamava Dona Lu. Ela assim se referia porque tinha ele como pai do coração. O finado pai de Dona Lu era primo primeiro da finada mãe de Seu

Eduardo; e foi o pai de Dona Lu quem acabou de cuidar de me criar, disse ele, pois seu pai mesmo não o cuidou. Então nós dávamos muito, aí chegou pr'aí, a convivência minha mais era mais ele. Eu sempre convivia era mais ele, lembrava a juventude no Tomé Inácio<sup>62</sup>.

Foi através de Seu Eduardo que vim a saber a razão de os pais de Dona Lu rumarem da Várzea Bonita para a região do Tomé Inácio. Ambos faziam parte da leva de parentes que seguiu esse trajeto depois que um tio deles comprou terras por lá. Segundo Seu Eduardo, na Várzea Bonita a família perdeu uma fazenda, cuja dona era sua bisavó, depois que 'botaram uma divisão' que não se conseguiu 'acompanhar'. Porque naquele tempo, as pessoas tudo eram meio bobas. De primeiro não tinha lei, não tinha nada; tudo era de qualquer jeito, dizia. Todo mundo ficou debaixo do pau. Teve que sair todo mundo de lá. Uma fazenda linda. Ele estava na idade de 12 anos<sup>63</sup>.

Sobre a história da vinda da Várzea Bonita, falou-me a respeito também João Cofocó, o único dos 7 filhos de Seu Eduardo que não morava no Assentamento, em uma vez em que caminhávamos no Parque, nos arredores da sede da Diamante, uma fazenda de gado desativada que descendia da Mato Grande e que João estimava em 6.000 hectares. A sede, uma construção de alvenaria com dois quartos, uma sala e uma cozinha de pequenas dimensões, tornou-se casa de pouso de brigadistas do 'Prev-Fogo' e guardas do Parque em suas rondas. Pernoitáramos naquela casa depois de esperarmos em vão o ônibus que deveria passar na rodagem do Assentamento, vindo de Formoso em direção à Chapada. Pedrão, filho de Dona Lu que era guarda-parque, seguia de Toyota com outros funcionários e deu-nos carona até a Diamante. No dia seguinte, a

---

<sup>62</sup> Além de 'pai do coração' de Dona Lu, Seu Eduardo era 'tio de consideração' de Dona Nica. O pai de Seu Eduardo, Pifânio, era também pai de Sinfrônio (padrasto de Dona Nica). Sinfrônio e Seu Eduardo eram irmãos por parte de pai.

<sup>63</sup> Ouvei algumas vezes se falar em 'divisão' de fazendas, e de 'acompanhar' (ou não) essas divisões. Com a venda de glebas de uma fazenda, em certo momento se requeria dos detentores de 'pequenos documentos' (abaixo de 25 hectares) originários dessa fazenda que retificassem o documento, pois ocorria de se ter comprado, por exemplo, 120 hectares, mas no documento constar apenas 10, com o registro do restante por fazer. Era necessária a retificação com a área real adquirida, que implicava proceder à medição da terra, pois um documento constando menos de 25ha não dava direito à propriedade no momento da 'divisão'. A divisão judicial era feita em geral no Fórum de Januária (Ernane conta que as terras da Fazenda Carinhonha foram registradas no Cartório de Brasília de Minas, locado em São Romão, para onde as pessoas iam a cavalo). Em Chaves (2009), há um relato semelhante de uma família que 'não agüentou acompanhar a divisão' porque não tinha dinheiro, e que 'perdeu a terra e veio morar de agregado' na região onde ele pesquisou, em São Francisco – 'Aqueles que podiam mais, compravam, tiravam, que a terra aí não tinha dono não, se você morasse ali. Esse trem aí era de qualquer um. Não tinha escritura de terra não' (:87).

chefe do Parque iria buscar os funcionários na sede, e assim retornaríamos para a Chapada.

Cofocó fora também guarda-parque e acompanhara os trâmites fundiários na época do levantamento de proprietários e posseiros implicado na chegada da unidade. Caminhávamos nas redondezas do Córrego Mato Grande. Dizia-me sobre o tio de Seu Eduardo que comprara terras na Passagem do Mato<sup>64</sup>. Chamava-se Romão, tinha muito dinheiro, e viera da Várzea Bonita acompanhar uma das primeiras divisões na região do Rio Preto – em 1940, ele estimava –, mais do meio para a foz. A banda do Rio Preto para o lado da Carinhanha ficou com o povo dos Manassés, um fazendeiro de Januária, que não morava nas terras; a banda do outro lado do Rio Preto, que pegava a bacia do Tomé Inácio, comprou Romão. Cada propriedade tinha em torno de 12.000 hectares. A terra de Romão foi sendo vendida em glebas menores; porém, quando veio o Parque, nenhum documento dela decorrente foi reconhecido para a indenização, não tinha origem (ou seja, estava com a cadeia dominial incompleta). A única legitimada foi a área original de Romão<sup>65</sup>.

A migração do ‘povo de Seu Eduardo’ tinha a ver com a perda das terras na Várzea Bonita, e com as terras compradas por Romão no Rio Preto, que adquiriu a propriedade mas nunca viera morar – expediente aliás que não era incomum entre grandes fazendeiros. Romão não importava com a vinda dos parentes; ao contrário, a presença deles lhe assegurava as terras. Seu Eduardo se fixou na Passagem do Mato, córrego próximo e à esquerda do Tomé Inácio dos pais de Dona Lu. Era um lugar só de mata mesmo, dizia Cofocó, que passou a ser trabalhado também por alguns parentes que vinham da Várzea Bonita só para fazer a roça e iam embora.

---

<sup>64</sup> A Passagem do Mato é um córrego que cai no Tomé Inácio, afluente do Rio Preto. Quando se falava em Passagem do Mato, creio que se pensava essa região mais ampla, e não estritamente os arredores do córrego com esse nome.

<sup>65</sup> Segundo Ernane, Romão ‘acompanhou a divisão’ da Fazenda Mato Grande iniciada em 1940. Os documentos da divisão saíram em 1962, entre eles os de Romão e de Manassés. A área ‘dos Manassés’ foi vendida para a ‘firma’ Baiuru que, quando chegou o Parque, tinha escritura de 25.000 hectares. Manassés era da família dos Carneiro, de Januária, mencionada por Seu Samu na tese de Andriolli (2011). Nascido em 38 no Angical, galho da Carinhanha mais abaixo da Estiva, Samu viera subindo a Carinhanha junto com seu irmão mais velho, Hermínio, para a região da Vereda do Barbatimão, onde morava: ‘[V]ieram para essa região para ‘tratarem’ das Fazendas dos Carneiro – Fazenda Rio Preto, Fazenda Perpétua e Fazenda Pau Grande. (...) Samu e Hermínio, após anos de trabalho como vaqueiros, compraram cada um 75 hectares, que fazem divisa, e fundaram a Fazenda Barbatimão’ (:40). Com a chegada do Parque, Seu Samu foi considerado pequeno proprietário – e, como já mencionado, aguardava ainda a indenização de suas terras.

O pai de Dona Lu e a mãe de Seu Eduardo viviam próximos, trabalhavam juntos, e as famílias foram crescendo como se fosse uma só. Foi a mãe de Seu Eduardo, parteira, quem pegou Lu. Só de irmão de Lu, minha mãe pegou parece que cinco, no tempo em que nem se sabia o que era hospital, ele contava. Quando Dona Lu nasceu, Seu Eduardo era então rapazinho. Por lá, o pai de Dona Lu e vários parentes estão enterrados: Até hoje tem um cemitério na Passagem do Mato, que essa família é enterrada tudo lá. O cemitério é bem grande, me dizia João Cofocó.

Assim como ocorrido com Dona Nica e Dona Lu, foi difícil mapear o itinerário de Seu Eduardo, pois quando pensava que o tinha traçado em definitivo, um outro lugar em que se fez morada era mencionado. Da Passagem do Mato, Seu Eduardo partiu e voltou. Foi para os Três Irmãos, onde há três morros próximos, na cabeceira do Santa Rita, e que fica de parrelha com a Chapada Gaúcha, me explicava. Com sua esposa, Dona Isidra, lá morou 12 anos, e foi onde Cofocó nasceu. Passando dos Três Irmãos, eu morei quase dentro do *Parque* todo. Só não atravessei o Rio Preto para o lado de cá [margem esquerda], falava Seu Eduardo sobre seus trânsitos. O Rio Preto era um demarcador de seu conhecimento sobre a região, porque para cima dele (no rumo do Mato Grande e Carinhanha) já não conhecia com tanta propriedade: A ponte do Rio Preto lá, o Rio Preto para cima eu conheço quase tudo, mas não é muito não; mas do lado onde tem a cabeceira, eu conheço lá, ó, tudo quanto é pé de pau. As veredas, tudo quanto é passagem...

Saíram dos Três Irmãos de volta para a Passagem do Mato, para as terras de uma tia de Seu Eduardo. Cofocó tinha 3 anos, mas se recorda, tipo um sonho, eu me lembro, quando foram buscar, de carro de boi, um pilão que tinha ficado nos Três Irmãos; e da alegria de ver o rio bom que era a Passagem do Mato, rio que quando enchia, alagava as vargens para o deleite dos irmãos que lá se jogavam assim que o pai saía para a roça. Foi nesse tempo que Seu Eduardo conseguiu comprar uma área de Romão no Tomé Inácio, para onde foram. As terras e brejos da Passagem do Mato já estavam cansados do trabalho; precisavam de um novo lugar para plantar. Porém, depois que Romão morreu, os filhos dele não quiseram reconhecer o documento do Tomé Inácio<sup>66</sup>. Seu Eduardo tornou a voltar para as terras da tia na Passagem do Mato, mas a tia logo as vendeu. Nessa época, os gaúchos já estavam chegando, e um deles comprou a terra. Queria que Seu Eduardo ficasse: O povo era tudo incutido para pai ir morar nas terras

---

<sup>66</sup> Provavelmente era um contrato de compra e venda, documento que só tem validade em vida das partes, quando se deve fazer a escritura.

dele, me falou Cofocó. Todo mundo dava moradia, porque diz que pai não criava problema nenhum. Mas ele decidiu ir para uma fazenda mais para cima da Passagem do Mato, em um lugar que chama Carrasco, de um homem de Arinos. Tudo o que nós plantávamos era livre, era nosso, lembrava Cofocó sobre essa fazenda.

Seu Eduardo sempre mexeu com roça. Com o bom rendimento do feijão no Carrasco, devido aos bons brejos, comprou algumas cabeças de gado, que aumentaram quando, com a chegada do Parque e a saída dos fazendeiros, áreas foram abandonadas e o gado podia ficar solto; aí o gado dele rendeu, contava o filho. Seu Eduardo se tornou um morador requisitado pelos funcionários do Parque, porque era dos que mais conhecia a região, rio por rio, vereda por vereda. Ele falava que se hoje o largassem lá, ele não se perderia. Pois as estradas fecham, dizia, mas os endereços dos lugares não acabam nunca<sup>67</sup>.

O movimento de *caçar melhora* que se acompanhou através de Dona Nica, Dona Lu e Seu Eduardo se desenha em um universo onde ‘não tinha impedimento de terra’, conforme escutava, e que me aterei agora a modo de fechamento desta seção. Essa idéia ecoava em outras apreciações que iam qualificando uma certa relação com a terra *no tempo do Parque* que se esquivava de minha concepção de uso exclusivo de uma propriedade cercada, com limites e documentos. A imagem ia se desdobrando em mais atributos: nas ‘terras sem dono’, ‘ausentes’, ‘era só chegar e plantar’; nas fazendas, o dono ‘não regulava terra’. Não intenciono um apanhado sobre a história agrária; mas brevemente demarcar elementos que creio importantes na efetivação desses deslocamentos<sup>68</sup>.

O que significava, enfim, não haver impedimento de terra? Uma via para se aproximar da questão é através da figura do ‘agregado’, recorrente nas histórias ouvidas. Perscrutando-la, dá pistas sobre a não-fixação, sobre o ‘pular de fazenda em fazenda’ de que me falou Dona Lu. A categoria de ‘agregado’, por sua vez, está relacionada de modo íntimo com o ‘dar de morar’ atribuído a donos de terras; e deve ser também

---

<sup>67</sup> No anexo 3, há um mapa com o itinerário aproximado dos movimentos de *caçar melhora* de Seu Jerominho e Dona Plácida, Seu Nêgo, Dona Nica, Dona Lu, e Seu Eduardo.

<sup>68</sup> Em trabalhos sobre os Gerais, há em graus de aprofundamento distintas menções à história agrária do chamado sertão mineiro, que guarda fortes relações com a porção aqui tratada (cf. Matta-Machado, 1991; Jacinto, 1999; Correia, 1999 e 2002; Costa, 2003; Nogueira, 2009; Ribeiro, 2010; Andriolli, 2011). Além deles, para pensá-la, mesmo não sendo o foco dos estudos, remeto também aos escritos clássicos dos viajantes do sertão no século XIX (Spix e Martius, 1981; Saint-Hilaire, 2000; Burton, 1977).

pensada como ligeiramente distinta da de ‘posseiros’ em sua formulação nativa, conforme se exporá<sup>69</sup>.

Do *Parque* se dizia ser área de grandes fazendas e de ‘terras ausentes’. As fazendas eram de gado, criado solto no cerrado, que se alimentava de capim e frutos nativos, e da água de rios, veredas e vargens. O modo de criação não diferia do de proprietários de menores porções; tampouco do de vaqueiros que trabalhavam nas fazendas, que mantinham seu ‘gadinho’ ‘embolado’ com o do ‘patrão’, e tomavam para si a quarta ou quinta parte da produção. As fazendas eram o reverso daquelas dedicadas à criação intensiva, voltada para o mercado, de pasto formado, cercas e piquetes. Além disso, por não haver plantação em larga escala, vê-se que falar dessas grandes fazendas não significava falar em grande produção agropecuária; tampouco elas se aproximavam do ‘estereótipo do latifúndio’ (Nogueira, *op. cit.*: 96).

As plantações de uma fazenda eram as roças dos agregados que nela moravam, e que costumavam trabalhar na terra junto com o dono dela, quando este aí vivia. Na Santa Rita, Dona Lu falava que Seu Isídio, dos Paçoca, labutava com eles; que as plantações eram uma coisa só, ‘aqueles *brejão* cheio de gente trabalhando’, e que cada um depois tirava sua parte. Sobre as roças postas, falava-se mais em termos de ‘era livre, era nosso’, do que de se mear a produção ou de se ter arrendado a terra. Quando não se era vaqueiro, os agregados faziam serviços na fazenda – como roçar um pasto, cavar esgoto (valetas que drenavam água) em brejos, e fazer farinha –, mas num tempo em que era exígua a circulação monetária, não ouvi falar em pagamento em dinheiro. O

---

<sup>69</sup> Trânsito é tema de estudos clássicos sobre campesinato, conforme chamou a atenção Vieira (2003) em artigo sobre o movimento religioso das Bandeiras Verdes na Amazônia Oriental. Essa ‘mobilidade camponesa’ recorrente nos estudos é reunida pela autora sob a definição ‘cultura da andança’. Mas há um distanciamento entre a explicação da mobilidade a partir ‘de um ponto de vista macroestrutural’ relacionado às ‘dificuldades de reprodução do campesinato em determinadas regiões’, tal como aí desenvolvido, e a abordagem que busco empreender – distanciamento associado ao exposto da nota 59, quando mencionei a preferência pelos sentidos implicados no conceito de ‘socialidade’ em relação aos sentidos clássicos de ‘sociedade’. No texto de Vieira, chamou-me sobretudo a atenção coincidências terminológicas: ‘andanças’, ‘idéia de liberdade [associada] à possibilidade de se deslocar (...), procurando um *lugar* melhor’, e ‘fim dos tempos’ (algo que aparecerá à frente); além disso, a autora cita a expressão ‘caçar melhora’ entre aqueles que estudou (:10, destaque da autora). Martins (1996) também enfoca deslocamentos dessa ordem (igualmente na Amazônia), e reúne sob a definição de ‘sociedade transumante’ as populações camponesas que têm ‘uma estrutura social intensamente mediada pela migração e pela ocupação temporária, ainda que duradoura, de pontos do espaço percorrido’ (:41). Segundo o autor, essas populações constituem ‘frentes de expansão’ (i.e., uma ‘fronteira demográfica’) que antecedem ‘frentes pioneiras’ (i.e., a ‘fronteira econômica’), e promovem uma abertura demográfica que se processa em busca de ‘terras livres ou presumivelmente livres’ para a roça e se nutre de informações que circulam ‘na teia de relações de parentesco e compadrio’ (:41). Para Martins, ‘[a] frente de expansão tornou-se, no fundo, o mundo residual da expansão capitalista, o que está além do território cujas terras podem ser apropriadas lucrativamente pelo capital’ (:48).

salário, a ‘carteira assinada’ foi algo mencionado somente por Seu Jerominho, quando chegou a ‘firma’, a Feltrin – e, talvez por ser extraordinário ao que até então se tinha costume, é que essa informação fosse ressaltada no curso de sua fala. O “pagamento” era a morada e a roça<sup>70</sup>.

Por seu turno, as terras ausentes, ditas abundantes, eram as ‘terras sem dono’, devolutas. E não eram terras vazias, como o nome pode sugerir; mais do que ‘sem dono’, talvez se possa dizer que eram terras de muitos donos, pois destinadas à apropriação coletiva, bastante apontada pela bibliografia (Jacinto, 1999; Correia, 1999 e 2002; Costa, 2003; Nogueira, 2009; Ribeiro, 2010; Andriolli, 2011). Por isso, elas também são referidas como ‘terras de comum’ – e ‘gerais’ é termo que a isso igualmente remete (Nogueira, *op.cit.*:59). A apropriação ‘no comum’ se dava através do gado na solta, de rodízios de roça por amplas áreas (como se verá no tópico a seguir), do extrativismo vegetal e da caça, de modo que as fazendas não conformavam um espaço estrito de uso. Mantendo com estas uma relação de continuidade (e vice-versa), as terras ausentes dispunham um vasto território àqueles que habitavam a região<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> Falecido Seu Duchim, senhor nascido no município de São Francisco, que morava em um sítio próximo à sede da Chapada, e a quem tive o privilégio de conhecer, teve um livro de memórias compilado por um de seus filhos. Em uma das seções, nomeada ‘Uma vida de mudanças’, conta: ‘Depois fomos para a comunidade de Ribeirão de Areia, fazenda do Diocleciano onde tomei conta da fazenda como vaqueiro durante nove anos. Foi um excelente patrão que sempre honrou seus compromissos. Na fazenda do Diocleciano como na fazenda de Nilson Batista [anterior], eu não recebia salário em dinheiro, meu ordenado era pago em bezerros nascidos na fazenda. Quando os bezerros completavam um ano de idade, o patrão que morava em outra fazenda perto de São Francisco, vinha para ferrar (marcar) os bezerros dele e eu os meus da seguinte forma: amarrávamos cinco bezerros. O patrão escolhia os dois melhores e dos três restantes eu escolhia um, isto é, cinco por um. Além de receber os bezerros, eu tinha o direito do leite e de plantar lavoura na fazenda’ (Ribeiro:13, *mimeo*). Em Andriolli (*op. cit.*), partindo de informação de Samu, diz-se que: ‘o vaqueiro criava sua rês “embolada” com a do patrão’ (:83), e que tirava a quarta parte dos bezerros nascidos. Discorre-se aí também sobre o ‘direito de criar’ de Samu na Fazenda Pau Grande onde trabalhava: ‘tinha direito a morada, a fazer roçado e a criar seu gado (...)’ (:94).

<sup>71</sup> Os trabalhos que mencionei na nota 68 versam sobre o ‘vasto’ associado às porções norte e noroeste de Minas Gerais (designadas como ‘Gerais’ ou ‘sertão’). As grandes extensões de terra, os campos no comum, o modo de criar o gado, são características usualmente relacionadas ao período colonial em que, *grosso modo*, os Gerais vão se estabelecendo como região voltada para o abastecimento interno das áreas canavieira e mineradora. A díade com a zona aurífera das Minas é explorada para explicar as diferenças fundiárias de regiões que viriam a conformar um mesmo estado, bem como para apresentar as distintas representações do pensamento social sobre seus termos – os Gerais, do vazio, do atraso e do isolamento, depreciado em relação às Minas (cf. Matta-Machado, 1991; Costa, 2003; Nogueira, 2009). A ‘sociedade pastoril’ dos Gerais, antitética à ‘sociedade mineradora’ das Minas (Costa, 2003:16 *et passim*) é, em diversos trabalhos, apresentada através de marcos coloniais, como o bandeirismo paulista do século XVII. A recorrência das bandeiras como chave explicativa para pensar a ocupação e o povoamento dos Gerais é posta sob crítica na tese de Nogueira (2009), quando a autora – ao remeter a registros pré-históricos e da história Jê, como já mencionado – se esquivava de dar a elas um tratamento inaugural.

Embora não seja o momento de me prolongar na discussão, gostaria apenas de sugerir o aprofundamento da crítica: não somente em relação a que atores se escolhe para “começar” a contar a “História” da região, mas também à forma mesma como ela é contada. Frente a um modo recorrente de apresentar ao longo de várias páginas um apanhado histórico que antecede a apreciação dos dados de campo, questiono se é

A despeito da extensão de terras ausentes, os posseiros – categoria fundiária na qual os agregados foram dispostos com a chegada do Parque – moravam nas fazendas. Na tese de Correia (2002:121), o ex-chefe da unidade, refletindo sobre como funcionava o pagamento de benfeitorias a ‘posseiros’, constata que aí só havia ‘posseiros em terras privadas’, nenhum em ‘terras públicas’ (e que estes, portanto, necessitariam do reconhecimento do proprietário para receber pelas benfeitorias). Ou seja, a apropriação era vasta, contemplando terras ausentes, mas a morada se costumava estabelecer em uma fazenda. Percebia isso nos registros de deslocamentos que tive contato, em que aparecia mais o movimento de se instalar onde já havia gente – ser ‘puxado’ por alguém –, do que pousar em um lugar sem gente por perto, como Velho Nêgo fizera. Seu Jerominho e Dona Plácida foram para a Onça a convite de Velho Gercino, na Fazenda Santa Rita onde viviam os Paçoca; Dona Nica ficou pouco tempo no Cachimbo porque lugar ‘de pouquinha gente’, ‘fazenda nenhuma’, e por fim se estabeleceu próximo a Bastião, seu primo, dono de uma fazenda no Rio Preto; Dona Lu e Seu Eduardo geralmente iam para ‘junto de alguém’ em seus trânsitos.

Entre os fazendeiros era corrente portanto o ‘dar de morar’. Às vezes, os donos da terra e agregados vinham do mesmo lugar, muitos da região da Várzea Bonita e da Larga, e eram parentes. ‘Esse povo da Várzea Bonita é tudo primo’, tinha me dito Cofocó. Assim, os chegados antes ‘davam de morar’ aos que vinham depois. Velho Bastião, pai de criação de Seu Nêgo, foi para a Barra da Onça cuidar do gado da fazenda do irmão, antes de se estabelecer nas ‘terras sem dono’ da Estiva; a mãe de Bastião, Mariquinha, irmã do ‘pai que morreu primeiro’ de Dona Nica foi ‘a primeira a chegar por aí’, e em sua fazenda ‘dava de morar’ a muitos agregados; Sinfrônio, pai de Dona Nica, comprou terra na Chapadinha, e ‘deu de morar’ a Dona Lu; nas terras na Passagem do Mato de Romão, tio de Seu Eduardo, os parentes da Várzea Bonita vinham plantar, e alguns, como sua família – que por sua vez ‘dava de morar’ a agregados na Várzea Bonita –, se fixaram.

Ao menos em referência aos donos que viviam em sua terra, as histórias de agregados davam conta de relações de amizade. Num tempo em que ‘quase não tinha

---

mesmo necessário expor uma seção de contexto anterior à discussão etnográfica para mais bem compreender os dados. A crítica cumpre aqui o objetivo de justificar a ausência do contexto histórico, nesses moldes, nesta tese; penso que a história assim posta pode vir a compor uma moldura explicativa que enquadra os dados talvez mais do que os esclarece, e corre o risco de determinar o que seria a “sociedade sertaneja” através de eventos – muitos deles pautados por marcos hegemônicos da “História do Brasil” – que se situam fora dela.



dinheiro’, como me disse Dona Ermínia, creio que a diferença entre eles tampouco se traduzia em sinais de distinção facilmente apreensíveis por olhos estrangeiros como os meus – indício que farejava, por exemplo, ante à inexistência de uma “casa-grande” como sede, ou de diferenças notáveis de padrões arquitetônicos e de construção entre casas de proprietários e de posseiros, conforme constatava nas ocasiões em que estive no Parque. Relações de amizade como a de Dona Nica e Dona Lu com Bastião, a de Seu Jerominho com Velho Gercino, podiam se estender aos descendentes, levando inclusive a casamento (como no caso da filha de Dona Nica com o de Bastião)<sup>72</sup>.

Constatar relações de amizade no entanto não exclui o fato de que, ‘de primeiro, tinha muito fazendeiro ruim’, como me disse Seu Pedrinho. O motivo é revelador do que era o esperado na relação com o dono de uma propriedade, pois ‘fazendeiro ruim’ era justamente algo atribuído àquele que ‘regulava as terras’. Nos dois casos que ouvi, um contado por Cofocó e outro por Seu Pedrinho, remeteu-se à mesma pessoa: Seu Pedro Boca, que era agregado ‘dos Manassés’ já citados<sup>73</sup>. Ele morava na fazenda lá, mas os Manassés não deixavam ele criar nada, contava João Cofocó. Plantar, só a rocinha dele mesmo e pronto. A família de Pedro Boca, que morava perto da Barra da Onça, era tida como ‘uma das mais fracas da região’. Seu Pedrinho dizia a respeito do antigo vizinho, muito amigo deles: ‘Se você visse a roupa de Pedro Boca... Ele passava por aqui, era só o colarinho e a parte da frente, o resto da camisa não tinha’. A situação só melhorou quando a terra foi vendida para um Luciano, famoso, de Belo Horizonte, [que] comprava terra aí, mas não ligava pr’aqui não. Manassés saiu, aí a família de Pedro Boca começou a plantar mais roça, dizia João.

---

<sup>72</sup> Isso é algo que se deduz também quando Cerqueira (*op. cit.*) narra uma visita de Zé Bandeira a Quincas Branco, o primeiro filho de um antigo agregado da Fazenda Buracos pertencente ao avô do segundo, João Gomes. Moravam em terras próximas, e, diz a autora, ‘a “amizade” e o “conhecimento” mútuo é o que marca a relação deste [Zé Bandeira] com os herdeiros de João Gomes, os quais conhece desde que nasceu (...)’ (:95). Zé Bandeira era ‘posseiro’, Quincas Branco era ‘herdeiro’ – tinham portanto estatutos de propriedade distintos, que não redundavam no entanto em signos de distinção patentes entre eles (e aqui emprego minha linguagem sobre dados alheios). ‘Quando Zé Bandeira chegou’, narra a autora em uma dos momentos que me leva à inferência da frase anterior, ‘Quincas encontrava-se no banco da varanda. Pitava enquanto olhava para o nada, silencioso. Mostrou-se feliz ao ouvir a chegada do amigo e abriu sorriso, arribando os braços’ (:95). E mais à frente, diz que o modo daquela visita era próprio de ‘chegados’, e que ‘a amizade alardeada por um e outro chegava a ocultar o fato das duas famílias não estarem ligadas pelo “sangue” – não “tocam parenteza” – e nem por laços de afinidade. A um observador desavisado, pareciam parentes’ (:100).

<sup>73</sup> Cf. nota de rodapé 65. ‘Os Manassés’ se referem a 3 irmãos da família Carneiro, que moravam em Januária: Claudionor, Manassés e Zezé; e a um primo, Pedro. Eles eram donos de três fazendas contíguas. Os irmãos tinham outra propriedade em Januária. Samu trabalhou com Pedro, com quem tinha boa relação. Seu Samu deixava gado ‘embolado’ com o de Pedro; coisa que Manassés não permitia ao vaqueiro de sua fazenda, Pedro Boca. As terras dos Carneiro se estendiam da cabeceira do Preto até a Barra na Carinhanha (Andrioli, *op. cit.*:95).

Vem-se trabalhando a idéia de que o ‘dar de morar’ é como o outro lado da moeda do ‘ser agregado’. É momento então de rodear mais essa expressão, que creio mais bem esclarecida com a inserção de uma outra “moeda”, cujos lados seriam o ‘dar a posse’ e o ‘ser posseiro’. No decorrer de algumas falas, e também a partir da leitura de falas constantes em outros trabalhos, percebia que ser agregado e ser posseiro não eram a mesma coisa. Embora, com a chegada do Parque, tenham sido lidos com estatuto jurídico semelhante<sup>74</sup>, da forma como ouvi empregada, era diferente, por exemplo, a relação com a terra morada conforme estabelecida por Dona Nica e Seu Jerominho, daquela estabelecida por Dona Lu e Seu Eduardo.

No ‘dar de morar’, o agregado não se sentia dono da terra em que permanecia por um tempo. A morada era como um ‘pouso’ ofertado, e percebia que a requisição de algum direito sobre a porção ocupada por parte do agregado era tida como um sinal de ingratidão. Quando perguntei a respeito a Dona Lu, ela me respondeu: O fazendeiro dava um pedacinho, a gente morava lá, não tinha esse negócio de dizer que queria posse, nem nada, né, aí morava aqueles tempos, aí saía livre, sem nada. Em Correia (2002), há um relato de um morador da Passagem do Mato que discorre mais sobre o assunto:

Você tinha a terra aí, quem tinha terra morava, quem não tinha morava. A terra de primeiro (...), [s]e tivesse algum fazendeiro, fazendeiro não importava com a terra não. O pobre chegava, arranchava lá, ele dava ao pobre para morar lá, criava os filhos. E hoje não, tem esse negócio de posse. Para todo mundo ficou ruim, porque chega um com esse negócio de direito de posse, aí pousa no lugar de uma fazenda, quando é para sair o dono tem que reprimir porque ele não quer sair se não for à força né. E de primeiro não tinha isso não. Eu mesmo não tinha terra, depois para cá foi que eu comprei posse (...). Mas nunca fiz falta a ninguém e nunca faltou morada para mim. Eu morava, um fazendeiro me dava lugar para eu morar aí. Eu morava doze, dez anos ali, daqui a um tempo eu criava o que eu queria, botava uma roça. Comia, sobrevivia daquilo. (...) [S]em pagamento, sem pagar nada (:51).

O ‘direito de posse’ é também contestado por Manuel Gonzaga dos Santos, do Rio dos Cochos, no livro ‘Histórias dos gerais’. Transcrevo um trecho esclarecedor:

Agregado é o seguinte: isso aqui era de Mariquinha. Se eu fosse morar na terra dela, eu era agregado dela. Como de fato, aqui: eu fui agregado dela, mexi um bocado de ano. (...) Aí, tinha mais de uns 15 anos que ela tinha aqueles agregados, e ela vendeu aquelas terras.

---

<sup>74</sup> Ver nota 17 da introdução, com dados do levantamento sócio-econômico sobre categorias fundiárias no Parque.

Agregado, hoje, não: ninguém pode agregar mais ninguém. Porque pra “mo” de o sujeito sair, tem que indenizar.

Mas meu pai era agregado de Avaristo Guedes, que era dono de muita terra. Mais por conta da amizade que meu pai morou esse tempo todo mais ele. O meu pai nem quis nada; mas não tinha arrenda de mamona, nem de milho, nem de nada. Meu pai, só: a lavoura era tudo, tudo, só dele (...). Meu pai não era empregado dele, não. Meu pai era agregado. Quando foi sair ele perguntou: “É, Zé Gonzaga – ele chamava de Zé Gonzaga –, e agora como é que você faz?” Meu pai lhe disse: “O senhor não me deve nada.

(...)

Porque hoje, se o senhor agregar uma pessoa, é preciso saber quem é que tem a consciência, porque a lei protege. Às vezes um agregado do senhor quer ir embora, ou o senhor manda ele ir embora, ele diz: “Então agora o senhor vai ter que pagar por todo o tempo que eu trabalhei.” Mas eu digo: isso é errado, gente! (Ribeiro, 2010:116-17).

Agregar-se a alguém era diferente de ter a posse de algo. A menos que um agregado comprasse uma terra (como ocorreu com Seu Samu e Seu Eduardo, que no entanto não teve o documento reconhecido), a porção morada, mesmo nela se labutando, não era percebida como sua. O trabalho não resultava necessariamente em direito sobre a terra: primeiro, porque como dito a porção da fazenda em que um agregado vivia não era considerada sua, mas um oferecimento do dono, ao que cumpria retribuir com um ‘não querer nada’ depois, mesmo vivendo e trabalhando por ‘doze, dez anos ali’; segundo, porque as ‘terras sem dono’ em que se trabalhava – e que com as propriedades desenhavam um universo contínuo de apropriação no qual pouco reverberava a idéia de limite territorial para produção – eram terras de todos, ‘de comum’.

Os agregados, portanto, não esperavam que a terra morada e trabalhada fosse deles – a não ser que o dono oferecesse a posse. Já tinha sugerido páginas acima que a posse me foi apresentada mais com um registro de ‘dado’ pelo fazendeiro, do que de comprado ou de requisitado como direito por parte daquele que estava há mais de 5 anos na terra, conforme assegura a legislação fundiária. Isso mereceria mais investimento de pesquisa. Por ora, pensando o caso de Dona Nica – ‘Bastião deu a posse em vida para Nica’, diziam-me –, deduzo que boas e duradouras relações entre agregado e dono poderiam resultar no ‘dar a posse’ por parte deste. A terra onde Dona Nica morava, de 25 hectares, era assim considerada sua.

Ou seja, a “natureza” do possuir a terra em que se morava era distinta entre Dona Nica e Dona Lu. A diferença entre ‘dar de morar’ e ‘dar a posse’ que a traduz resultava em diferentes disposições para o trânsito. Depois que Bastião ‘deu a posse’

para Dona Nica, ela não se mudou mais, só para o Assentamento, ‘por mor de o Parque’. Já Dona Lu, e também Seu Eduardo, agregados que eram, continuaram suas andanças. Assim, o fato de o trabalho não resultar necessariamente em direito sobre a terra, de não se ter documento sobre a porção morada, de se ‘sair livre, sem nada’ das fazendas em que se viveu, era resultado do movimento de *caçar melhora* tanto quanto seu propulsor.

E qual seria então a tradução espacial dessa figuração fundiária, de terras ausentes e fazendas de gado na solta, onde o trânsito de agregados tem papel destacado? A palavra amiúde lançada mão para falar desse tempo-espço é ‘liberdade’: ‘era tudo aberto’, ‘liberado’, ouvia dentre outras apreciações.

O *caçar melhora* é conceito que aciona e sintetiza esta percepção. Através dele, conjuga-se um vocabulário que versa mais sobre deslocamentos do que demarcações; que gravita em torno de imagens que mais aludem a linhas e tramas do que a um mosaico de propriedades definidas; que movimenta enfim o espaço de modo a borrar a idéia de limites precisos e exclusivos de apropriação.

Na tessitura de um contínuo que avultava sobre a imagem segmentar, chamava-me a atenção a inexistência de um dos principais signos da demarcação de uma propriedade: a cerca. Era recorrente escutar casos que davam vida à constatação de que ‘de primeiro, não tinha cerca de arame’: Seu Pedrinho teve cerca somente em 76; contavam que Bastião, seu pai de criação, falava que ‘o fim das eras era quando houvesse cerca com espinho, carro sem boi na frente, e carro que andava no céu’; Dona Ermínia dizia que, quando ia para Januária, nem se pensava em cercas que hoje cortam esses caminhos e que tornavam impensável o antigo traçado. As cercas que tinham eram só de madeira, ela contava, Ninguém não conhecia cerca de arame; Dona Plácida estendia as roupas nas ramas de mandioca no quintal porque ‘naquele tempo não tinha arame, as cercas eram de pau’<sup>75</sup>.

O assunto das cercas voltará nos próximos capítulos, mas gostaria apenas de demarcar esse dado na composição do movimento em um ‘mundo [que] era tudo solta’<sup>76</sup>, imagem que se nutre com passagens de outros trabalhos na região. Neles,

---

<sup>75</sup> A ausência de cercas é também citada em Ribeiro (*mimeo*), Costa (2003), Nogueira (2009), Ribeiro (2010) e Andriolli (2011).

<sup>76</sup> ‘Quando eu era vaqueiro isso aqui era tudo aberto (...). Era tudo solto, era tudo misturado esse gado (...). [...] Não tinha cerca, aqui mesmo, na Sambaíba, esse mundo era tudo solta’ (Manuel Gonzaga dos Santos, in Ribeiro, 2010:123-4, 136).

vemos também a alusão a terras ‘no comum’, a difusas linhas de uma fazenda a outra, de uma propriedade em relação a terras ausentes:

Aí sempre, nesses gerais, era terra solta, sempre era terra comum, era terra da nação, era terra de todos: a terra devoluta. (Antônio Inácio Corrêa, in: Ribeiro, 2010:63)

[N]ão há cercas para dividir uma propriedade da outra, tampouco para separá-las dos demais vizinhos que outrora moraram por ali. (Andriolli, 2011:65)

Os limites (...) eram dados por trilhas no interior da mata, cursos d’água, árvores específicas, áreas comuns e outros elementos sociais ou geográficos (...). (Costa, 2003:57)

Algo que alimentava a impressão de terras contínuas, sem divisa ou partilha:

Porque eu acho que no nosso tempo, Deus não deixou a terra dividida, não. (Aurora Figueiredo Viana, in: Ribeiro, 2010:99)

Naquele tempo a terra não tinha partilha nenhuma (...). Era assim, de primeiro era tudo assim. (Manuel Gonzaga dos Santos, in: Ribeiro, 2010:124)

‘– Era tudo comum. Nós aqui estamos folgados nesse Gerais’ (Samu, in: Andriolli, 2011:101).

E em que o tamanho da terra apropriada menos do que restringida por marcos, era sugerido pelo quanto se podia andar:

Como Abraão, que traçou seu território com os rastros dos próprios pés, delimitando-o para si e seus descendentes com a aquiescência de Deus, assim também foram os Geraizeiros, disse-me Dona Elisa Freitas (...). [...] [A]s terras dos gerais só poderiam ser demarcadas pelos rastros dos pés. (Nogueira, 2009:81, 87)

O repertório que se desdobra da ‘liberdade’ é por vezes condensado quando se fala em *Gerais*, antecedido de artigo no plural ou no singular – conceito que será rerepresentado no capítulo 3 através do olhar comparativo que a vida no Assentamento, em novos regimes de propriedade, propicia. Nos *Gerais*, a cerca de arame coincidindo e fortalecendo fronteiras de propriedade, e operando a partir disso uma exclusividade de uso, surge como algo de pouca expressão.

Em um universo que é vivido porque é andado, e como ao andar não há ‘impedimento’, a idéia que se gesta sobre o entorno não é dada a encontrar limites. Em

narrativas que privilegiam o movimento, em um conhecimento que se forja a partir do quanto se caminha, a descrição do espaço é feita na medida dos rastros das pessoas, e a via narrativa privilegiada para discorrer sobre si, como o fizeram Dona Nica, Dona Lu e Seu Eduardo, é também através do trânsito. Assim, *caçar melhora* é conceito para se falar de um território e também das histórias de vida dele constituintes.

### ***Botar brejo***

Deslocamento é igualmente via para falar de produção. Com o não ‘impedimento de terra’, com a ausência de cerca como operadora de exclusividade, desenha-se um regime extensivo na criação do gado e, igualmente, da roça. Nesta seção, discorrerei sobre o conceito de *botar brejo*, muito mencionado quando se falava sobre as plantações no *tempo do Parque*, com base na idéia de que o modo de plantar estava imbricado com o modo de “ter” a terra conforme desenvolvido no item anterior. Ou seja, se a terra é apropriada pelo trânsito, sugiro que é também o trânsito que tonificava as plantações; assim, para terras ‘na solta’, a roça – e não só o gado – se dava também ‘na solta’.

Mas o que era *botar brejo*? Primeiro, é preciso explicar o que é brejo, algo que não é tão evidente quanto possa parecer. A dificuldade em defini-lo é fruto de uma outra: a de traçar uma distinção entre *brejo* e *vereda*. Pois brejo e vereda surgiam como sinônimos em contextos de fala diversos: um lugar onde a água parecia brotar, que se concentrava entre margens de vegetação mais densa, onde as palmeiras de buriti despontavam como as espécies principais, e que corria vagarosa em direção a um curso d’água mais amplo. Onde houvesse um aglomerado de buritis, por sua vez circundado por um terreno amplo de capim nativo – as ‘vargens’<sup>77</sup> –, que se estendia até a terra mais firme do cerrado, era chamado de ‘vereda’ ou de ‘brejo’. Apontando a sinonímia, Cofocó, por exemplo, assim respondeu à minha pergunta sobre onde se plantava: Plantava dentro da vereda. É dentro do brejo, na vereda é que a gente plantava.

Quando perguntei a Dona Lu a diferença entre eles, ela me explicou que o que variava, era só a ‘faculdade da água’. Vereda, me dizia, é boa de banhar, tem uma ‘água represada’, ‘alvinha’, límpida e sem barro. Áreas com veredas assim – como aquelas da Estiva e da Onça –, eram muito visadas, às vezes nem tanto para roça. Cristalinas e de

---

<sup>77</sup> ‘Vargem’ ou ‘várzea’, sendo predominante a primeira pronúncia. Nesse sentido, é que se ouve muito pronunciar ‘Vargem Bonita’ para o lugar também chamado de ‘Várzea Bonita’.

areia branca no fundo, nelas se pegava água em baldes para beber e fazer comida, se banhava, se lavava roupas e vasilhas.

O brejo, ao contrário, ‘não tem aquela faculdade de se banhar, porque um brejo é pantanado’. Para me ilustrar, indicou o buritizal extenso que ficava atrás do lote de Chico e Tereza (filha de Dona Ermínia que morava no Assentamento) e cruzava também outros lotes, até desaguar no Gentio. Em uma das vezes em que pousei na casa de Tereza mais Chico, eu atravessei esse ‘brejo’ com eles e com um casal de senhores vizinho, em direção à casa de Dete Ferro-Velho (sobrinha de Dona Lu), do outro lado para uma ‘palestra’ de uma candidata a vereadora às vésperas das eleições de 2008. Passando pela vargem e depois pela parte com mata mais alta e fechada, pontuada de buritis, atravessamos a porção d’água por cima de uma pinguela, sobre a qual nos equilibrávamos pé ante pé. Limpa do meu ponto de vista, pois sem nenhum dejetos, a água era densa e escura, depositária da farta matéria orgânica das folhas que caíam da vegetação à sua volta, e por isso considerada ‘suja’. Não era para banhar. Essa água preta e espessa é o ‘pantanado’ mencionado por Dona Lu, terreno preferido dos ‘sucurius’, como Chico fazia questão de me lembrar para poder rir do meu receio em atravessar a pinguela. Dete Ferro-Velho inclusive já tinha visto uma por ali.

A essa diferença inicial que versava sobre a natureza, Dona Lu ia agregando outra que se referia mais ao aspecto humano implicado em cada qual. A certa altura, mencionou que havia o ‘brejo do brejo’ e o ‘brejo da vereda’, algo que indicava uma expansão do conceito para além da constatação física. Pois se ‘brejo’ poderia ser empregado tanto ao brejo quanto à vereda, lançava-se a uma relação de ‘estar’ mais do que de ‘ser’; em outras palavras, a uma condição que um e outro poderiam assumir mediante alguma operação. Essa operação era o trabalho. Quando Dona Lu fala em ‘brejo do brejo’ e ‘brejo da vereda’ referia-se à possibilidade de um e outro estarem ‘de trabalho’ – ou seja, não estarem ‘virgens’ ou ‘puros’. Assim, *brejo*, além da constatação de um ambiente natural, era dito sobre algo que era feito, fabricado, criado, posto: que se *bota*, enfim.

Isso tinha a ver com o que Sancler me explicara no dia anterior à pergunta que fiz a Dona Lu, quando também o questionei sobre a diferença entre brejo e vereda. Em sua explicação, privilegiou novamente a via do trabalho para tratar do assunto, expandindo o conceito para além da constatação da natureza; o brejo era algo feito pela ação das pessoas. ‘Brejo é onde planta’, dizia-me, ‘é uma vereda esgotada para fazer

roça'. 'Esgotada' referia-se ao ato de fazer 'esgotos', etapa tida como mais dura do trabalho, em que se cavavam valetas a mão e enxada nas laterais de um terreno encharcado para drenar a água, tornando a terra 'enxuta' – mole, úmida, e quase pronta para o plantio. 'Aí a vereda secava com os esgotos e a terra em volta ficava muito fértil', continuava Sancler, para então dizer que 'onde tem brejo, tem roça'. Nessa explicação, o brejo era o que a vereda se transformava quando trabalhada; uma vereda poderia se tornar brejo se apresentasse condições adequadas, como 'um bom caimento, e não ter terra de areia em volta que não dê para cavar o esgoto', e um brejo também poderia voltar a ser vereda se a roça fosse largada.

No *botar brejo*, em suma, estava implicada a idéia de um brejo que era criado através da roça (e, note-se, não se dizia "botar vereda"). Portanto, mais do que um brejo destinado à roça, um brejo que surge a partir dela: nós tínhamos que *fazer os brejos* lá, dizia-me Vande, irmã de Sancler, sobre a Estiva; *botava o brejo de foice*, falava Seu João de Alta, na casa de sua irmã Dona Ermínia. Brejo, para além de um dado da natureza, era um ambiente feito pelo trabalho: Na Santa Rita, eu lembro da *área de trabalho*; uns *brejões*, que nós plantávamos, disse Dona Lu; Quando chegamos aí para a Onça, foi logo que nós cercamos um *brejo bom*, moça; um *brejo enxugado*, falou Dona Plácida.

Conheci o que fora um desses brejos nas terras de Seu Nêgo durante uma caminhada bandoleira puxada por Seu Pedrinho para visitar vizinhos de tempos idos do outro lado da Carinhonha (visita que será mote do capítulo 2). 'Agora está do jeito do fim dos tempos', comentava Seu Pedrinho mirando o antigo brejo de trabalho, que me disseram ter 60 anos. O mato já estava tomando de conta, pois estava há muito abandonado, sem roça. Se uma anterioridade que parte da natureza pensaria aquele brejo como retornando ao seu início, Seu Pedrinho, definindo-o a partir da agência humana, via aquele brejo sem gente e sem trabalho como coisa mais próxima do fim dos tempos. Em vez de um voltar a ser o que era, estava mais para um deixar de ser o que foi.

Botar um brejo pressupunha várias etapas. Fazer os esgotos, como mencionado, era o primeiro passo. Valetas de esgoto era para poder enxugar o brejo p'ra plantar, explicara-me Vande. Depois, suprimia-se o mato à foice e machado; e vinha então o fogo para limpar a área de vegetação roçada e produzir as cinzas que eram o adubo daquela terra preta e mole, no ponto para plantar. Dona Nica me resumiu essas etapas durante nossa conversa: Esses brejos assim que nós estamos falando, é o brejo que esgota, que fica esgotadinho, aí você mexe com ele, limpa tudo, arruma, ele fica bem enxutinho,



fica só a terra solta. Como brejo esgotado se refere a um tempo em que não se imaginava trator, os tocos dos paus não eram suprimidos por completo, e por isso que esse jeito antigo de plantar é chamado de ‘brejo de toco’. Aí então se iniciava a ‘planta’ com um ‘soquete’ que ia abrindo as covas na terra mole. O soquete era feito uma mão de pilão, explicou-me Seu João de Alta na Estiva, repetindo uma analogia que tinha sido usada por Dona Nica no Assentamento. Os homens abriam a cova com o soquete, e as mulheres iam atrás jogando a semente dentro, e outro, com um baldinho, vinha atrás tampando. Era desse jeito, lembrava Dona Ermínia.

No brejo se plantava de tudo sem precisar de adubo – ‘ninguém nem sabia o que era adubo nesse tempo’. A época era lembrada como de fartura de alimentos (algo ressaltado também em Andriolli, *op.cit*:09). Dona Ermínia disse: Ô, mas nessa época, colhia bastante milho, bastante feijão, arroz... Nós fazíamos aquele paiolão comprido de braço de buriti para pôr o feijão. Tereza, filha de Dona Ermínia, e seu marido Chico, desde sua casa no Assentamento, rememoravam a Estiva quando lá moravam: De comer a gente tinha; nunca faltou. Tinha, que todo mundo da Chapada que ia passear lá, levava as sacadas. Mandioca, abóbora, melancia, verdura... Feijão, milho..., dizia Chico. E Tereza: Era ali nos brejos; num tempo desse [maio] tinha feijão. Chico continuava: Todo o tempo nós estávamos arrancando feijão lá. Nós plantávamos um feijão, daí a pouco já plantava outro, e já dali uns 60, 70 dias estava tirando.

Mas a fartura de um brejo posto tinha uma validade. A terra deveria descansar depois de um período de plantios e colheitas. Um brejo ‘dava bom’ durante uns dois anos, quando era necessário deixar o mato tornar a crescer para mais tarde nele voltar a botar roça. Nesse ponto, o modo como se produzia alinhavava-se com o regime de propriedade apresentado no tópico anterior. Pois como ‘não tinha impedimento de terra’, como já visto, não havia impedimento aos rodízios das plantações. Não tinha proibição de terra. Não tinha reclamação. Podia ser em qualquer lugar, “eu vou botar esses brejos aqui”, foi algo dito por Jau, filho de Dona Ermínia, na casa da mãe sobre as roças de antes. O povo plantava nesses cantos tudo, menina!, ria Dona Ermínia, É porque era sem dono, o irmão João de Alta tornava a afirmar.

Não tinha disso não. Eles arranjavam, respondia Seu Jerominho à minha pergunta se um poderia ceder uma porção de terra a outro, caso este não dispusesse de terreno bom. Aí nós trabalhávamos mais o vizinho da gente lá, ele tinha os brejão esgotado, contava Dona Lu sobre um de seus pousos; e em outra história, mapeava-me outro brejo

em que trabalhara: Isso foi lá no *Parque*, foi na beira do Rio Preto. Nas terras desse Nenzinho; ele deu para nós lá para plantar, aí nós plantamos. Nesse horizonte, o ‘regular as terras’, visto antes, próprio de ‘fazendeiro ruim’, era quando se vetava um terreno para se trabalhar: ‘\*Jaudinei regulava as terras. Uma vez, não deixou \*Nicolau botar um brejo que ele já tinha preparado, que era para lá das terras de Jaudinei; disse que tinha revólver para quem pusesse brejo lá, e o brejo já estava prontinho para plantar’.

Assim, ter morada em um lugar não significava estar restrito a seu entorno imediato. Não havendo cerca, estando as terras ‘na solta’, os rodízios poderiam assumir amplas dimensões. Às vezes, de um brejo posto se ia e voltava no mesmo dia. Em outros casos, *botar brejo* implicava grandes deslocamentos. Destaco um trecho da conversa com Dona Ermínia que qualifica esse movimento mais largo:

Nós íamos plantar brejo lá p’ro Itaguari. Itaguari, Bahia. Pois é. Lá a gente roçava os brejos. Quando colhia esse tanto de arroz lá, era para carregar tudo no carro de boi. E atravessar naqueles feixinhos que você está vendo lá [os feixes de buriti que ficavam na margem da Carinhanha]. [Mas p’ra esses lados aqui não era bom de plantar?, perguntei] Plantava! Aqui a gente plantava também. É porque nós plantávamos num tanto... Como esse ano: nós plantamos ali no Olho D’Água, né? Então nós colhíamos um tanto de arroz, feijão, lá. Agora, esse outro ano, nós já íamos botar brejo na Cachoeira dos Bois. Botava o brejo lá, queimava e plantava arroz; colhia, tornava a trazer de carro de boi pr’aqui. Aí nós íamos mudando de um ponto para outro. Com um pouco fomos para o Itaguari. Então nós plantávamos ali no mês de agosto, setembro. Antes das águas aumentarem.

Se a distância impedia um trânsito diário, era necessário arrancar próximo à roça durante a plantação e colheita. Algumas histórias que me foram contadas tinham esse rancho sazonal como contexto. Dona Ermínia, por exemplo, nascera numa circunstância dessas, quando ‘na era de 33’, sua mãe estava ‘botando roça’ num lugar que chama Toco de Borá, perto da Cachoeira do Rio dos Bois, que deságua na Carinhanha abaixo da Estiva – algo que chamou a atenção de Seu João de Alta, irmão mais novo, que acompanhava a conversa e até então não sabia daquilo. Ela morava aqui no Saco Grande, e botava um brejo lá na Cachoeira. Fazia um rancho bom lá e ficava 6 meses.

Outra vez foi Dona Lu, que me contava sobre a enchente que tomou conta de um brejo de arroz madurinho, na hora de colher, que ela plantava com filhos e sobrinhos na beira do Rio Preto. Fora no ano em que sua neta mais velha nascera, há 17 anos, no mês

de fevereiro; eles estavam em um rancho de beira no chão, nas roças. O rancho era erguido com paus tirados do mato e preenchido com palha de buriti. Com a chuva de 40 dias seguidos, embrejou os ranchos, corria água dentro, e não se achava pau seco para acender o fogo. A cama de Quinquinhas, quando foi de noite, a água foi tanta, desceu a terra, terra de areia, sabe?, aí esmoreceu a forquilha da cama dele, que era feito um girau, Dona Lu ria solto do aborrecimento do sobrinho, filho de Dona Gimira: Quincas amanheceu no outro dia, mas amanheceu igual uma fera, sentado nesses pedacinhos de cama, e xingando que ia embora, largava o arroz.

Como as pessoas, as roças eram também pautadas por andanças, o brejo também ‘caçava melhora’. Chamar a atenção para a roça cumpre o objetivo de expandir o foco da produção do Gerais para além da lida com o gado, para além da criação na solta dele característico – e, por que não, reposicionar a herança indígena ante a hegemonia explicativa que, pelo gado, a herança bandeirante estabelece. Até porque, muitos dos que foram até aqui mencionados não tinham gado, tinham pouco ou o tiveram mais tardiamente.

Roça e gado eram ofícios conjugados que se pautavam em grandes deslocamentos e num uso vasto e contínuo de ambientes. Os campos amplos de ‘terra fraca’, ‘arenosa’, coberta por capim nativo eram destinados ao gado<sup>78</sup>. Seus solos não permitiam cultivos, mas os brejos e veredas – além de ‘terras de cultura’ esparsas, terras roxas próximas a rios –, que eles amiúde presenteavam, sim. A geografia e os ciclos anuais de águas e seca se encarregavam de não misturá-los, pois roça se punha em lugar e período do ano em que gado em geral não dava conta de chegar – lembrando que cercas de paus justapostos só existiam ao redor do terreiro, onde se plantava mandioca, ou seja, não era expediente usado para afastar animais de roças. Os brejos eram postos em geral antes das águas, e quando os pés atingiam o ponto da cobiça do gado, este já não tinha mais acesso a eles, dado o alagado das vargens que circundavam os brejos. Na época das águas, o gado gostava de beber da água das vargens, mais quente do que a dos rios, mas se alimentava mesmo do capim e frutos do cerrado em terra firme, deixando livres as plantações<sup>79</sup>.

---

<sup>78</sup> O ‘sistema’ de gado na solta, e seu norte comparativo (o ‘gado empresilhado’), será discutido no capítulo 4.

<sup>79</sup> Para uma descrição detalhada sobre manejo, recomendo leitura dos artigos de Ribeiro e de Galizoni *et al* no livro ‘Histórias dos gerais’ (*op. cit.*), da tese de Nogueira (*op. cit.*) e de Andriolli (*op. cit.*). A apropriação de múltiplas naturezas – dos gerais para o gado e para o extrativismo; dos brejos, vazantes e terras de cultura para a roça – resultavam naquilo que Ribeiro chamou de ‘manejo combinado’ (:29): ‘O

Pensados de forma conjugada, roça e gado fornecem um horizonte largo de apropriação do cerrado, em que os ecossistemas que o constituem emergem em diálogo com a implicação humana. Lançados a um vasto rodízio, habitados pelas produções andantes das pessoas, esses ecossistemas enredavam-se em um ‘manejo combinado de naturezas’, como designou Ribeiro (2010), ao que eu acrescentaria: baseado em regimes na solta e contínuos de produção. Esse manejo é indissociável de um regime de propriedade cujo espaço pouco esquadrinha, cujos limites, por serem atravessados por fluxos, não desenham um sistema de exclusão que articularia um dentro, de permitido, e um fora, de interdito. Sobre um território em que não havia cercas a delimitar espaços estritos de uso, e em que o uso da terra operava num registro que privilegiava a extensão ao intensivo, dizia Seu Eduardo: Só sabia o que era a nossa casa. Mas nós usávamos mais de mil hectares. Era a liberdade.

### ***Ter conhecimento***

Desse discorrido, detém-se que a produção era, como as pessoas, também andante. Botar brejo tecia redes de conhecimentos pelas distâncias cumpridas e principalmente porque esses brejos eram coletivos – ‘plantava tudo junto, e cada um tirava sua parte’. Algumas pessoas, como Chico Gaúcho, de Tereza, conhecia o ‘povo tudo do Assentamento’ do tempo em que ‘botava brejo junto’. Mazão [filho de Dona Lu], dizia ele, era desse tamanhinho, já labutava lá mais eu no Rio Preto. A relação com Dona Lu – cujo costume de então se estendia para o Assentamento – vinha daí, quando ainda nem pensava em conhecer Tereza: Conheci Dona Lu plantando brejo lá junto, na mesma fazenda onde eu trabalhava<sup>80</sup>.

O brejo, portanto, produzia conhecimento, mas como o conhecimento se tecia para além dos momentos de produção, caminharei por outras vias a modo de um passeio sobre a socialibilidade *no tempo do Parque*.

---

conhecimento agrícola tradicional recomendava combinar essas *naturezas* [gerais, brejos, culturas e vazantes] diferentes numa unidade de exploração (...)’ (:25, destaque do autor). Em Galizoni *et al.*, destrincha-se o ‘sistema combinado de cultivo’ no Rio dos Cochos, em que despontam mata (lavoura no tempo das chuvas) e gerais (estiagem, água de regra) (:242).

Em Nogueira, o uso gerais/veredas aparece como complementar durante o ano, seguindo um calendário de seca e água – ao que ela conjuga um vocabulário de ‘alternância’, ‘interdependência’ (:89; 90-1).

Andriolli menciona o ‘uso combinado das áreas comunais, não cercadas, com o uso das áreas de direitos (de criar e morar)’ (:104).

<sup>80</sup> Sobre Chico será falado mais no início do capítulo 2. O trabalho ao qual ele se refere nessa fazenda era de caráter diferente dos de outros que tive conhecimento.

Chico Gaúcho era tido como pessoa esperta, sabida das coisas, justamente por já ter andando muito. Ele tinha essa percepção sobre si – dizia: Eu, pra falar a verdade ó, eu andei demais por esse mundo, agora eu quero quietar – e constatava, sobre os desacordos no Assentamento, que a teimosia era coisa de gente que nunca andou, né?. Vindo do Rio Grande do Sul para trabalhar em uma fazenda no Rio Claro, rodava constantemente a região: Quando a gente estava na Estiva, eu saía da Estiva e vinha de bicicleta por dentro, ó, passava na Barra da Onça, passava o Rio Preto, passava ali onde finado Pedro Boca morava, ali nos Pau Grande, onde Lau morava... Barbatimão, Pau Grande, ali em Samu, Ermínio; tocava ali por dentro, onde era uma posse onde hoje está Raimundinho lá, passava no Mato Grande, rodava por esse mundo tudo aí, ó. Tinha vezes que eu saía lá pelas Sete Léguas, eu saía cá na Fazenda Diamante e vinha trabalhar aqui no Mosquito, para o Absolon.

*Ter conhecimento* é expressão que usualmente remete àquilo que se tece através das andanças. Trabalhando a expressão em seu ‘sentido forte’, Cerqueira discorre que, nos Buracos, ‘ter conhecimento’ era empregado ‘para dizer que se conhece alguém a ponto de lhe traçar operações de aproximação que o situem’ (*op. cit.*:116 et seq). Em outras palavras, o conhecimento tinha a ver com um ‘cálculo’, em termos de ‘parenteza’, sobre a pessoa, ou melhor, sobre o ‘povo’ da pessoa, pois ‘para a existência de uma “pessoa”, é suposta a existência de um “pessoal”’ (:203). Assim, o ‘pessoal’ informava o ‘modo de ser’ da pessoa – e o modo de ser se referia aí ao ‘modo de comer e de conversar’ (:203). Não é meu objetivo aprofundar a questão nesses termos. Em seu ‘sentido fraco’, pretendo tão somente mapear circunstâncias de conhecimento e costume, a fim de qualificar um pouco mais como essa região era habitada e territorializada pelos trânsitos.

Os deslocamentos eram motivados pelo botar brejo e pela mexida com o gado. Na lida como vaqueiro, Seu Jerominho rodava a região: Eu conhecia aqui tudo a cavalo, contava, já fui comprar gado até lá no Piratinga. Cabeceira da Carinhonha. O gado, através de sua marca, podia levar o nome do dono por lugares onde às vezes ele mesmo não aparecia, criando assim um universo sugerido de conhecimento presencial. ‘O nome corria’, era comum de se ouvir – e isso pude constatar no Assentamento quando, através de animais que encontrávamos pelo caminho, Sancler me apresentava a moradores que só depois eu viria a conhecer pessoalmente.

Além desses ofícios, o conhecimento se enredava pela farinha: No tempo que eu namorava, eu andava longe p'ra puxar uma roda, brincava Alberto, um conhecido do Assentamento, lembrando do 'tempo de primeiro', quando não existia motor para 'relar' a mandioca, durante uma 'rapa' no engenho de sua casa. Eu também vinha, continuava um senhor ali presente, saía de lá da Carinhanha, vinha puxar roda aqui pertinho do Gentio, relar mandioca aqui no Gentio. Saía com o galo cantando. Chica, esposa de Alberto, continuava: Pessoal aqui no Costa, aqui para o rumo do Piratinga, era um pessoal muito unido. Na época deles fazerem farinha lá, eles podiam arrancar um monte de mandioca, mas o pessoal da redondeza ia lá ajudar a rapar tudinho. Ao que o senhor concluía: De primeiro o povo ia, os vizinhos iam. Mas até hoje lá no Costa diz que é desse jeito.

O movimento era também aquecido por festas, que ao mesmo tempo reunia e expandia conhecidos. O dia que o povo reunia, tinha uma festa, aí é que juntava, contava Seu Eduardo. De primeiro, as festas que faziam lá, você tinha prazer de ir. Porque era muito boa; era uma festona, muita gente, muita comida. Vinha gente de longe... lembrava Vande. Nesse tempo, tinha-se mapeado um calendário de festas, pois se sabia quais pessoas tinham costume de celebrar quais santos, os principais motivos das comemorações. Festa de São Sebastião, dizia Vande, que era do dia 20 de janeiro, já sabia quais eram as pessoas que rezavam. Então quando era no dia, só ia chegando aquele povão. Ô, era bom demais, moço! Era muito bonito; chegava aquele tanto de cavaleiro montado. As festas formavam casais, falou Vande sobre algo que ocorreu com ela própria e seu marido Tavinho, que morava na Vereda Comprida, galho da Carinhanha para o lado da Bahia. Conheciam-se de um ouvir falar do outro; mas foi em uma festa que se encontraram: Aí nós batemos um papinho... daí se encaixou. Isso acontecera também com sua mãe Dona Lindaura, que era da Várzea Bonita e encontrara com Seu Pedrinho em uma festa 'no rumo da Larga'.

Os conhecimentos eram igualmente fermentados por jogos de bola, como os campeonatos de futebol narrados por Cofocó, que puxavam gente de longe, até do rumo dos Buracos e do Ribeirão de Areia: Comecei a jogar bola desde pequeno mais Onias [vizinho], e aquela turma ali. Eu mais Vino [irmão de Onias] éramos os melhores zagueiros da região [riso]. Tinha um campo em casa, na Passagem do Mato. Jogava bola ali, jogava no Pau Grande. No Mato Grande tinha campinho. Nós jogávamos em todo lugar.

O andar ampliava redes de relações, dilatava regiões de costume, estendia o universo habitado. Nas narrativas dos trânsitos de outrora, é pouso quase certo falar das idas a Januária, no tempo em que a Vila dos Gaúchos nem pensava em existir; e do movimento de comércio que essa cidade portuária, na beira do São Francisco, mobilizava para além de suas imediações. Dona Ermínia contou que, na fazenda do irmão de Velho Bastião, na Barra da Onça, havia um porto, conhecido como Porto da Onça, em que o povo atravessava, gente vinda de Goiás e da Bahia, de carro de boi, em direção à cidade. Seu Nêgo e Velho Bastião atendiam os cavaleiros: eles atravessavam o povo que vinha lá de Cocos, Bahia, esse mundo tudo, de carro de boi, de tropa; tudo ia para Januária, vocês assuntam... Mais à frente na Carinhanha, existia um outro porto, de um Sérvulo velho. Os arredores da fazenda na Barra da Onça eram um ‘deserto’, tinha dito Dona Ermínia, mas era dado a muito movimento de viajantes.

Para Januária se ia de carro de boi vender as coisas da roça – arroz pilado, toicinho, farinha, rapadura – e comprar sal grosso, café em grão e pano para fazer roupa. Nós colhíamos arroz, contava Dona Ermínia, Nêgo botava p’ra secar, pisava no pilão. A gente cevava porco, levava o toicinho, arroz pilado, e levava p’ra Januária para vender lá. Então o pessoal de lá, tinha um Pedrão, que quando é-via, de longe já conhecia a cantiga do carro de Nêgo. Daquele ponto da Carinhanha até Januária, contavam quinze dias de viagem, para ir e para voltar, caminho que se traçava ao menos uma vez ao ano. O trajeto me foi narrado por Seu Pedrinho: saindo da Estiva, seguia-se para a cabeceira do Rio dos Bois, passando por Várzea Bonita e Rio Pandeiros; cortava-se para o Catulé e Bonito de Minas; e cruzava-se pelo Rio dos Cochos e Brejo do Amparo em direção à cidade. Januária era o centro, era o coração, dizia Seu João de Alta, irmão de Dona Ermínia, que tinha gosto pelo percurso e pela cidade: Eu enxerguei o segredo dessa leitura foi lá, contava<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Há menções também de comércios locais que se abasteciam em Januária, com o da fazenda Bela Lorena, o de Badoco (dos Paçoca) e posteriormente a venda de Pedro Boca. Januária como centro comercial aparece em quase todos os trabalhos mencionados na nota 68 deste capítulo. Por curioso, destaco relato dos viajantes. No início do século XIX, dizia o naturalista Von Martius sobre o então Porto de Brejo do Salgado, à beira do São Francisco: ‘O espelho argênteo das águas deslizando tranquilas realça o encanto da região, onde o benefício do comércio desbravou a primitiva selvajaria, e imprimiu-lhe o mesmo aspecto de paz e sossego, que deu a muitas de nossas paisagens européias a sua feição civilizada. (...) De certo modo, é este o porto central para a navegação do Rio São Francisco, desde São Romão até Juazeiro, na província da Bahia (...). O rio já é atualmente a via usual do comércio de uma grande parte do sertão de Minas Gerais, que transporta os seus produtos com facilidade maior por esse meio à Bahia, do que em lombo de mulas ao Rio de Janeiro e, em troca, recebe sal das salinas situadas ao norte do rio, além de mercadorias européias’ (1981:90-1). Richard Burton, que não era naturalista como os outros viajantes, fala também sobre o Porto a partir de expedição iniciada em 1867 descendo o Rio São Francisco: ‘Esta é

Depois dos gaúchos, com a Vila, ‘esse povo que beirava a Carinhanha’, dizia Seu Pedrinho, vinha com mais frequência para os lados da Chapada e Arinos, sempre passando por ali, porque ‘para a Bahia era muito pouco remediado’. Falava sobre os conhecimentos: ‘O povo da Bahia conhecido era mais do Angical para cá, ali depois do Rio dos Bois, porque os giros da folia que saíam de lá passavam por aqui pela Estiva. Para cima da Bahia, lá para lá da Carinhanha, a gente não tinha muito conhecimento com o povo não’.

O conhecimento que era alargado pelas andanças, transforma-se em costume com a intensidade delas. O ‘costume’, o ‘ser chegado’, era palavra usualmente empregada para falar das relações de vizinhança, e ser vizinho, mais do que a constatação de uma proximidade física entre casas, tinha a ver com uma quantidade de trânsito entre elas. Agitando a escala espacial, a quantidade do andar interferia na qualidade da distância. Uma frase de Jau, filho de Dona Ermínia, resume o que se quer aqui dizer. Contava ele que do outro lado da Carinhanha, ali na Muriçoca, tinha um povo velho que morava aí, que era tudo dos conhecimentos aqui. E a gente lidava com as coisas aqui, servia para uns-aos-outros, era vizinho. *Era longe, mas nessa época era vizinho.*

O costume que transforma o longe em perto era construído através de um movimento diário de ‘servir para uns-aos-outros’, como disse Jau. Nesse ponto, minha reflexão invoca novamente a circulação de ‘prosa e comida’ descrita por Cerqueira (*op.cit.*) a respeito dos Buracos. Através da prosa que ‘puxa’ a comida, que ‘puxa’ a prosa, ‘e daí por diante’, é que se ‘cria *intimidade*’, diz ela (:17, destaque da autora). Nessa rotina, ‘oferecer um de-comer é abrir as condições para a prosa’, tecendo-se uma ‘espécie de atração [que] também ocorre em sentido inverso: a inauguração de uma “boa prosa”, que se queira demorada porque prazerosa, também “puxa” a oferta do de-comer’ (:54). Pessoa boa de prosa, dizia Cofocó sobre Velho Marcelino, vizinho na Passagem do Mato, cuja casa gostava de ir. E eu ia p’ra lá, eles iam lá p’ra casa, é direto, contava. Esse movimento cotidiano de ‘passar em’, como aquele que existia entre Seu Pedrinho e Dona Ermínia, era algo que se atualizava também no Assentamento.

---

a localidade mais importante do Alto São Francisco e sua única rival é Juazeiro, que fica a 190 léguas rio abaixo’ (1977:208). Algumas décadas antes, Saint-Hilaire se distanciava desta opinião: ‘O *Porto do Salgado* não é mais que um insignificante povoado onde se desembarca para ir à povoação, e onde se embarcam mercadorias que se expedem pelo rio (...). *Salgado* ou *Brejo do Salgado* [de que o Porto fazia parte] é a sede de uma paróquia que tem quarenta léguas de comprimento por vinte de largura, cuja população ascende a oito mil almas, e que se estende pela margem do S. Francisco até o Rio *Carunhanha*, limites entre as províncias de Minas Gerais e de Pernambuco’ (2000:345, destaques do autor).



A comida que alimentava o trânsito entre-casas era aquela que nutria a prosa corriqueira, como o prato servido no pé do fogão, os biscoitos com café; era também aquela armazenada, e que, a modo de um estoque de relações, era servida em porções que iam e voltavam, como as de farinha, leite e ovos, movimento que tanto vi no Assentamento (e que mencionarei no capítulo 3); e também aquela de momentos extraordinários, quando algum ‘animal’ (porco, boi) era ‘carneado’ ou alguma ‘caça’ (veado, anta, preá) era abatida (sobre a ‘caça’ falarei um pouco mais no capítulo 4). ‘Pai caçava e dava sempre um quarto para José Antônio de Joana, e Bárbara, os vizinhos de lá’, Dete me contava sobre a Onça, ‘Antônio de Joana tinha problema na perna e não caçava. Nós levávamos a vasilha com a carne para a Velha e ela não lavava, entregava suja porque dizia que era para vir mais, e eu ficava com raiva da Velha porque ela não lavava a vasilha’, ria da lembrança<sup>82</sup>. O caso da vasilha suja é emblemático de uma costura do costume que, mais do que se remeter ao passado, se projeta para o amanhã. Mais do que uma retribuição pelo ontem, a comida mantém o caminho aberto para a relação que se lança ao adiante. A comida alimenta para frente<sup>83</sup>.

O costume fazia a vizinhança e a vizinhança, o costume. Alguns caminhos, pela recorrência com que eram traçados, fortaleciam esse universo relacional. Esse era o caso da tessitura da vizinhança alimentada pelos giros de folia, e também por outros giros, como o deslocamento rotineiro das crianças até a escola. Sobre isso, Zilma, irmã mais velha de Sancler que morava em Brasília, me contava naqueles dias na Estiva: antes de existir uma em frente à casa de Dona Lindaura, ‘A escola era no Barbatimão, perto de

---

<sup>82</sup> Nas ‘Histórias dos gerais’ (Ribeiro, *op. cit.*), Geraldo Ribeiro de Matos fala sobre a distribuição da carne entre os vizinhos: ‘Meu avô tinha um jeito de vida, naquele tempo, assim, (...) bem de situação. E aí, quase de dois em dois meses matava gado. Quando matava, sobrava pra mim sair a cavalo entregando pra toda família, para Roda D’Água [onde morava] inteirinha’. Outro senhor, Antônio Justiniano dos Santos, ouvindo o caso, pegou o gancho: ‘Outra coisa que acontecia era a troca também, de produto: quem levava a carne dificilmente voltava com a vasilha vazia. De lá para cá trazia alguma coisa!’ (:174).

<sup>83</sup> Esse modo de pensar é inspirado no artigo ‘O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem’ (Viveiros de Castro, 2002), em especial no trecho em que analisa a ‘antropologia canibal dos Tupinambá’ através do diálogo entre o prisioneiro e o matador (:235). Transcrevo algumas passagens: ‘O combate verbal dizia o ciclo temporal da vingança: o passado da vítima foi o de um matador, o futuro do matador será o de uma vítima; a execução iria soldar as mortes passadas às mortes futuras, dando sentido ao tempo’ (:237-8); ‘A vingança não era um retorno, mas um impulso adiante’ (:240); ‘Assim, não era o resgate da memória que estava em jogo, mas a persistência de uma relação com os inimigos (...). [O] que a vingança guerreira tupinambá exprimia, ao se constituir como valor cardinal dessa sociedade, era uma radical incompletude – uma incompletude radicalmente positiva’ (:240-01). ‘Inimigo’ – tal como aí trabalhado e também em relação à Amazônia Indígena – não é conceito que tenha sentido na ‘economia da alteridade’ nos Gerais (valendo-me de terminologia do mesmo autor explorada em outro capítulo, ‘A imanência do inimigo’ :267). Mas o que estou importando para o caso aqui é o modo como a alteridade é incorporada e lançada adiante através do ato de comer (o inimigo em um caso, a comida do vizinho no outro). A leitura desse e de outros artigos do livro não habita somente essa parte específica de meu texto.

Seu Samu. Ia a gente aqui de casa e os filhos de Seu Nêgo, tudo junto. Nós saíamos cedo daqui da Estiva e chegávamos umas duas da tarde lá, a pé e só com um animal que levava a comida e Di [o irmão menor], que era pequeno, para passar a semana na escola e voltar no fim de semana para a Estiva; mas às vezes nem voltávamos. O caminho até lá? A gente saía aqui por trás dessa casa aí na frente, atravessava a Barra da Onça, depois atravessava o Rio Preto – nas águas, quando o rio estava cheio, aproveitava para banhar –, passava na casa de Seu Pedro Boca, e chegava no Barbatimão. A gente dormia na casa de Pedro Professor, que era na escola, estudava todo mundo junto, na mesma sala, e trabalhava nas roças do povo perto da escola para ganhar uma parte do que era colhido, e era o que a gente comia durante a semana. Um tempo depois, a gente ia à escola na Vila, mas a mulher que cuidava era muito ruim: dava melancia, farofa de sardinha e batia na gente de manhã’.

A territorialização da vizinhança era também produzida, ao mesmo tempo que constatada, por situações menos ordinárias como as do giro das folias. Acompanhando o giro da folia de Seu Jerominho, tem-se um traçado que: passava pela casa de José Antônio de Joana, pai de Bárbara, o vizinho mais próximo; seguia para a Estiva, nas casas de Pedrinho e Nêgo; atravessava a Carinhanha, até a casa de Marinha e Cláudio (de quem falarei no capítulo 2) – que conformava o vértice norte do giro; atravessava de volta e subia a Carinhanha, transpondo o Onça, perto da barra, e o Rio Preto, na ponte próxima à barra da Santa Rita; passava pelas casas de Pedro Boca e Percílio; seguia para a Vereda do Barbatimão, braço da Carinhanha, nas casas de Samu, Lau e Ermínio – ponto mais a oeste da folia; voltava e descia de novo até a ponte do Rio Preto, passando na casa de Galdino e Regina (filha de Seu Jerominho) e vizinhos; caía nas margens da Santa Rita e fazia os moradores do Santa Rita, os Paçoca, cujas casas no dia-a-dia eram das que mais Seu Jerominho e Dona Plácida freqüentavam. Dali, a aproximados 6 quilômetros da Onça, o giro retornava para a casa do imperador. Houve um ano, no segundo voto, que Seu Jerominho levou a folia até a igreja da Vila, e de lá voltou para a Onça<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> A territorialização da vizinhança promovida pelos giros é formulação de Chaves (2009), que pesquisou folias no norte de Minas Gerais: ‘[A] folia não apenas atravessa um território, mas produz territorialização com a passagem dos foliões e do santo’ (:16). E sobre a delimitação desse território, mais à frente ele diz: ‘Como afirmam os foliões, a folia, por onde passa, deixa um rastro’ (:117). A promessa da folia é a disposição para se resolver problemas que passa por botar as pessoas em movimento. É no movimento, no andar, que a promessa é paga. Analisando os motivos das promessas, Chaves diz que ‘um santo é invocado’ quando as pessoas se deparam com ‘situações de crise’ que ‘se vêem impotentes’ de solucionar; situações ‘de alteração do curso regular da vida e de um mergulho no indefinido, no duvidoso

Desse sumo de conhecimento e costume, o que se quer ressaltar é novamente a centralidade da andança em sua trama, e quanto ela é capaz de movimentar a escala espacial. Era longe, mas nessa época era vizinho, como disse Jau sobre o ‘povo’ da Muriçoca – percepção pungente também no relato de seu tio, João de Alta, que a certa altura da conversa falava:

Esse povo que beirava a Carinhanha era tudo vizinho. O Antônio Roxo, Tonho que morava aí... Era, sim senhora. Porque era obrigatório ser vizinho, nem que fosse duns 30 quilômetros a mais... porque 30 quilômetros dá... 36 quilômetros dá 6 léguas, porque são 6 quilômetros cada légua. A senhora entendeu? Então esse tinha que ser vizinho; daqui p’ra chapada, tinha que ser era vizinho. Porque o povo aqui, existia pouquinho, pouco morador. A senhora entende... era muito espaçoso. Então, daqui p’ra chapada, podia dizer, considerar como um vizinho. [Dona Ermínia interrompe: Nessa época, não tinha Chapada ainda, não tinha cidade não; a cidade próxima mesmo era Januária]. Não tinha, não senhora. É que eu quero dizer é sobre a distância, minha irmã.

A intensidade do rastro faz o longe se tornar perto. Com seu arrefecimento, o contrário sucedia. Em outras palavras, os caminhos se abrem e se encurtam quando muito andados; se cerram e se alongam quando passos os atualizam. Com Dete em nossas caminhadas no Assentamento, percebia a proximidade através dos carreiros que percorríamos. A carreirinha era uma medida do conhecimento de uns com os outros. Em direção às casas de seus vizinhos à esquerda, com os quais tinha muito costume, se estendia uma trilha limpa no cerrado, fruto de um trânsito quase cotidiano de mão-dupla; situação distinta do que se via à direita, na direção de vizinhos que não freqüentava. Um dia seguimos para a casa de Dete Ferro-Velho, depois do Gentio, cortando caminho por esses lotes à direita, que havia alguns meses Dete tinha atravessado todos os dias de uma semana, quando fora contratada para fazer os almoços para um curso da Funatura na sede do Gentio. ‘Quando a gente estava indo p’ro Gentio por conta dos cursos, já estava formando a carreirinha’, observava, diante da dificuldade de se encontrar o caminho então aberto em razão de um trânsito que agora cessara.

Por esse motivo, a Onça também tinha se distanciado da Estiva, conforme o afirmavam as respostas à minha intenção de traçar o antigo percurso em meio ao qual o

---

em relação ao qual, para os devotos, não se pode interferir e lidar com as próprias forças, sem um auxílio outro, vindo de cima’ (:102). Citando Ruben César Fernandes, fala sobre essa relação que renova ‘vínculos entre o céu e a terra, esse e o outro mundo, homens e santos’ (:103): “‘Isso não implica necessariamente em ‘resignação’ ou ‘fatalismo’, pois a promessa (...) põe o romeiro e os seus em movimento’” (Fernandes *apud* Chaves :103).

irmão de Dete certa vez fora ofendido de cobra, e cujo desejo de melhora motivou a primeira promessa de Dona Plácida para Santos Reis. Nós éramos vizinhos. P’ra dizer ali, hoje, é longe, mas nesse tempo era perto, rememoro o que me disse então Seu Jerominho.

Quanto mais se anda, mais se conhece. Quanto mais se faz rastro, mais se faz costume<sup>85</sup>. Se o conhecimento expande o perto, e o costume incorpora o longe, carreiro aberto é distância que aproxima. E assim a linguagem do rastro é usada para traduzir a relação entre as pessoas.

### ***Caminhos cerrados***

O *Parque* agora é um cerradão, os caminhos... tudo fechado, comentava Seu Eduardo. Tive essa noção na primeira vez em que andei por dentro da unidade. Era outubro de 2006, eu ainda não conhecia o Assentamento, e acompanhei alguns funcionários durante um levantamento de benfeitorias de casas cujos moradores saíram havia mais de 5 anos<sup>86</sup>. As estradas em alguns trechos causaram confusão sobre que lado seguir.

Nesse dia, ainda na sede do Ibama, antes de sair, fui apresentada a um senhor que estava sentado junto com os brigadistas no pátio: era Seu Samu, o mesmo que aparecia em um folder pregado no mural do escritório com os dizeres: ‘Seu Samu, o morador mais antigo do Parque’. Ele estava acompanhado de um sobrinho; os dois haviam chegado até a Chapada a cavalo – ‘são 5 horas de animal’, diziam. Da breve conversa, Seu Samu falou um pouco sobre o Barbatimão e que não quis ir para o

---

<sup>85</sup> Num dos depoimentos nas ‘Histórias dos gerais’, Anísio Madureira narra a história de Antônio Dó, cuja figura afamada, mencionada inclusive no ‘Grande Sertão:Veredas’, remetia a uma época que ouvi algumas pessoas nomeando como ‘da revolta’ (alusão a jagunços e à Coluna Prestes que passara pela região). Sobre Antônio Dó, dá-se sempre conta de que sofreu perseguição dos mandatários de São Francisco, município onde tinha fazenda, e que se lançou nos Gerais com seus jagunços buscando fazer justiça por seus próprios meios. Nos lugares em que passou – dentre os quais se menciona Várzea Bonita, Serra das Araras, e a Fazenda Mato Grande –, havia tropas a seu encalço. Sobre uma vez em que foi com os seus a Januária para se vingar de um homem que o havia traído, comenta Anísio Madureira: ‘Já aí eles voltaram, já por outra estrada. Não voltou por aqui, não, que esse pessoal, jagunço, não volta em cima do rastro’ (Ribeiro, 2010:82) – algo que interpreto como uma sugestão de que jagunço não empreendia costume.

<sup>86</sup> O pagamento de benfeitorias a posseiros, bem como a realocação das ‘populações tradicionais’ para um Assentamento, está previsto no artigo 42 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: ‘As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes’. O decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 que regulamenta o SNUC diz: ‘Art. 35. O processo indenizatório de que trata o art. 42 da Lei no 9.985, de 2000, respeitará o modo de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais. Art. 36. Apenas as populações tradicionais residentes na unidade no momento da sua criação terão direito ao reassentamento’.

Assentamento: ‘Me ofereceram um lote grande de terra, mas eu pensei, pensei, e não quis sair de lá não’.

Sai na Toyota da Funatura com Ernane, João Cofocó, que ia dirigindo, e Milton, um funcionário do Ibama de outra cidade que auxiliava no levantamento. Naquele dia, pretendiam fazer a vistoria em cinco taperas. Os itens de benfeitoria mais ressarcidos, me diria depois Ernane, eram ‘casas, cercas de arame farpado com madeira branca (do cerrado), curral de madeira branca roliça e formação de pequenas pastagens com área média de 1ha por posseiro’. No primeiro lugar em que paramos, havia restos de adobe da casa original, de um depósito, e de uma cerca próxima à casa. O material da casa, além do de um engenho de farinha, fora aproveitado pela antiga moradora no Assentamento, para onde mudara. Cofocó conhecia bem aquela área e ia guiando Ernane e Milton, que tirava fotos de onde havia benfeitorias. Entre os bens a serem considerados para ressarcimento constavam também os pés de fruta plantados. Ali, seriam pagos dois pés de manga, um de goiaba e um de mexerica. Mais tarde, vim a saber que aquele lugar era onde morava Dona Lu.

Seguimos um largo percurso até a casa seguinte, de taipa e adobe, com telhado de palha, rodeada por uma cerca. Era de Paulina, que também fora para o Assentamento. Era a casa mais inteira que encontraríamos naquele dia, com dois cômodos ladeando o corredor de entrada, mais a cozinha. Dali, fomos à casa de uma senhora chamada Maria do Carmo, que não quis ir morar no Assentamento. Ernane fez o registro do rancho em frente à casa, da cerca, da casa de taipa e da casa de farinha. Almoçamos no gramado em frente à tapera, embaixo de uma árvore. Ernane tinha encontrado um sarilho, usado para secar massa de farinha, e recolheu para o ‘museu do Parque’ que a Funatura pretendia um dia montar.

Passaríamos por mais duas ruínas, antigas edificações próximas uma da outra. A certa altura, a Toyota não conseguia mais avançar na estrada cujo mato estava fechando. Seguimos a pé, e Milton arfava quando chegamos à terra de Antônio Melo, em que se avistavam restos de cercas e de tijolos de adobe. Após o levantamento das árvores frutíferas, área de pastagem, construção e cerca, caminhamos para a casa vizinha, de Dió, um homem que ‘tinha muito gado’, criado solto, e que vendera parte das cabeças para comprar uma fazenda. Fora embora havia 5 anos. Da casa restara ‘dois paus de aroeira’, estimados em 80 reais cada um, mais o curral de toras de madeira próximo e 6 hectares de pastagem formada.

Entardecia quando findaram as atividades que continuariam no decorrer da semana. Na volta, Ernane contava histórias de moradores de seu convívio estreito. Falava que tinha de ajeitar o túmulo de Pedro Boca, que tinha falecido havia alguns anos, por volta dos seus 70. A viúva, Dona Chiquinha, viria à Chapada por aqueles dias e seguramente cobraria de Ernane a promessa da lápide de aroeira para o marido enterrado perto da Barra do Rio Preto onde morara a vida toda. ‘Vocês não vão me tirar daqui!’, nos contava o que Seu Pedro sempre repetia, ‘Vai sair todo mundo e eu vou ficar, ele falava. E ficou, né. Morreu lá e foi enterrado embaixo de um pé de pequi. Porque ele vivia dizendo: “Quando eu morrer, quero ser enterrado debaixo desse pé de pequi”’. Dona Chiquinha comprara uma fazenda em Goiás, e três de seus filhos, mais uma sobrinha, foram para o Assentamento.

Reviveria essa passagem etnográfica sobre a avaliação das benfeitorias quando, exatamente dois anos depois, em outubro de 2008, via os valores então estimados serem postos à crítica por uma moradora durante uma reunião no Assentamento com a Funatura e a chefia do Parque. A contestação versava sobre o levantamento mero das coisas fixas; sobre valores, e coisas que não eram pagas. Benfeitoria, que acabou sendo tema que tomou bastante espaço na reunião, não era assunto da pauta. Um dos motivos do encontro convocado pela Funatura era a entrega de um material desenvolvido junto com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que compilava canções, como os cantos de farinha, de folias e curradeiras, registradas durante mais de dois anos de trabalho de campo no Assentamento<sup>87</sup>. No esteio da valorização do que era ‘intangível’, Dona Vergília, a senhora, achou ocasião para questionar a mensuração de bens estritamente materiais.

Depois de um morador perguntar se eles teriam de pagar pela terra no Assentamento, ao que o representante da Funatura respondeu que estavam negociando com o INCRA para considerarem a permuta das posses no Parque pelos lotes adquiridos, Dona Vergília pediu a palavra: ‘Sobre isso de ter de pagar pelo lote, eu não acho justo não, porque a gente saiu de uma terra que era nossa. Era posse, mas era nossa. E quando foi para receber as benfeitorias, eu mesma ganhei uma mixaria. Pois eu vivi 48 anos *no Parque* e recebi 3.400 reais. Na casa onde eu morava tinha uma escola

---

<sup>87</sup> O ‘Inventário dos Bens Culturais’ resultou no livro ‘A luz que nos ilumina: imagens e dizeres da comunidade São Francisco oriunda do Parque Grande Sertão Veredas’ e nos dois discos: ‘Grande Sertão Veredas: musicalidade das comunidades oriundas do Parque Nacional. Cantórios de devoção, brincadeiras de folia, cantos de trabalho e cantigas de roda’.

que os meninos iam lá estudar, um tanto de pé de pau que eu mesma plantei, as pessoas passavam lá todo dia. Isso não foi pago<sup>88</sup>.

No cômputo do que não fora pago, Dona Vergília aludia ao afluxo de gente, ao trânsito entre-casas. Em histórias de vida que se constituem pelo andar, não se mensuraram também os deslocamentos dos agregados, que deixavam benfeitorias pelos lugares onde passaram. Instrumento incapaz de captar valores implicados nos fluxos do *caçar melhora, botar brejo, e ter conhecimento*, as benfeitorias congelavam histórias e avaliavam itens fixos em uma sociedade cujo “acúmulo” não era dado por bens imóveis.

Se esses são termos improváveis de serem manejados pelo aparato estatal, pois impossível seria estimar o trânsito e traduzi-lo em cifras, tampouco o Parque se pautou nos marcos de sua própria linguagem, pois a avaliação se baseava no que fora construído pelas pessoas, e não nos bens que a ele interessava e que motivou o seu estabelecimento. Em outras palavras, o Parque operava o discurso da “natureza” em detrimento da “cultura”<sup>89</sup>, porém no cálculo indenizatório invertia a relação. Assim, não só não ressarcia andanças – o valor, em seus termos locais –, como também não considerou o quanto se preservou – o valor, em seus próprios termos.

Em minha primeira ida ao Assentamento, Seu Samu pegaria uma carona de volta com a Toyota para levar as compras de mês que o traziam periodicamente à Chapada<sup>90</sup>. O carro viria cheio com guardas-parques que iam ou voltavam de suas rondas semanais. Do Ibama, de onde partimos no fim da tarde, passamos no supermercado de Dona Arminda, onde Seu Samu esperava, e ainda na casa de seu compadre para apanhar um leitão, e na cooperativa dos gaúchos na saída da cidade para

---

<sup>88</sup> Em Jacinto (1998), que fez pesquisa em uma época em que o pagamento de benfeitorias apenas se pronunciava e a idéia do Assentamento ainda não existia, uma pessoa falou sobre os valores estimados às terras: “‘não paga nem o sentimento que a gente tem do lugar’” (:150). Em Correia (1999), um morador da Passagem do Mato que teria de se mudar diz: “‘quando fala para mudar dali, aí eu fico meio triste. É só porque gostar dali eu gosto igual da minha mãe, porque daquela água, você viu minha fonte. Aquelas verdejante’” (:71).

<sup>89</sup> “‘(...) Os Gerais – que retratam o casamento cultura e meio ambiente – têm 13 milhões de hectares (ou tinham, originalmente). Por que haveríamos de sacrificar a área do Parque, que não chega aos 84 mil hectares, ou cerca de apenas 0,64% deste total? Por que não se rebelar com toda a agressividade (no bom sentido) contra o “ecocídio” (outro neologismo, agora usado por mim) praticado pelas plantações de soja, fabricação de carvão vegetal a partir do Cerrado nativo, plantações de eucaliptos, fazendas sem manejo, queimadas, posseiros, falta de políticas de distribuição de terras, desgovernos, estradas, desvios de estradas?’”, lê-se na continuação da resposta da Coordenação do Programa Grande Sertão Veredas da Funatura, em 1994, a um relatório produzido por Jacinto, cujas linhas iniciais foram transcritas na nota de rodapé 18 da introdução.

<sup>90</sup> Ver Andriolli sobre o ‘viver do compra’ operado, por Samu, em oposição a um tempo de ‘fartura’ (*op. cit.*:90 *et seq.*).

os sacos de arroz e feijão que também levaria. Depois de deixarmos Zé Ilton, brigadista, na sede da Fazenda Carinhonha, chegamos na casa de Seu Samu, no Barbatimão, com a noite solta.

‘Pode levar para onde for, não tem lugar como esse’, Seu Samu apresentava os arredores da casa, iluminados pela lua cheia. Morava mais a esposa, ausente por um tratamento de saúde, em uma escola desativada desde que sua casa, mais abaixo, queimara com faíscas de fogos de artifício caídas no teto de palha<sup>91</sup>. No grande quarto, além das camas de buritis e de uma mesa que juntava carteiras escolares, havia um quadro negro de ponta a ponta na parede. Tomada a dose de pinga e descarregadas as compras, despedimo-nos, para então seguirmos por um longo percurso ‘por dentro do Parque’, passando pela sede da Diamante onde ficaria Bastião, um dos guardas.

Quase chegando no Assentamento pelo caminho que passava pela ponte da Carinhonha, próximo à nascente, paramos na casa de Dona Arcanja, que era mãe de Bastião. Viúva, morava sozinha. O carro tinha o costume da parada breve para conferir se tudo ia bem. No rabo do fogão a lenha, na cozinha iluminada com lampião, comemos da comida ‘forte na pimenta’, mais a pinga, ‘da branquinha’. Dona Arcanja era faladora e brincalhona; assim era a ‘raça do povo dela’, ‘barulhenta’, que iria conhecer no Assentamento: as irmãs Dona Lu e Marião, os filhos, também guardas, Galdino e Brechó. Roselito Gaúcho, o motorista, contava a ela que a estrada para a casa de Seu Samu estava muito ruim; o mato fechava e quase não se via caminho. ‘Uá, de que jeito, se não passa mais ninguém por lá?’, ela exclamava.

Atravessamos a ponte, passamos pelo São Joaquim, com seu armazém de secos e molhados. Chegamos no Assentamento para mais de meia noite. Roselito se surpreendeu com a fileira de postes de luz feitos de pau de eucalipto; o serviço andava rápido, comentava – porém a eletricidade só chegaria dali a 5 meses. Deixou Alberto e depois Sancler, que se despediu avisando que no fim da semana iria me buscar na casa de Dona Nica para passar uns dias mais eles.

---

<sup>91</sup> Cf. Andriolli (*op. cit.*).



\*

A chegada no Assentamento é o deslocamento que gera a comparação. O *tempo do Parque* ganha a existência por quem passou pelo marco que o encerra, a saída da unidade, e por conseguinte andou até outro lugar que permite refletir sobre um tempo-espaço que ficou para trás – tempo-espaço que se buscou visitar neste capítulo tomando os conceitos de *caçar melhora*, *botar brejo* e *ter conhecimento* como via narrativa. As andanças, questão aqui chave, ajudam a pensar como o espaço era construído, e como o ‘vazio’ contemplava ‘movimento’. A intenção de focar nesses caminhos abertos pelo andar – antes das unidades territoriais desenhadas quando surgiram outros atores nessa história – era também a de contestar a idéia do pioneirismo associada a novos marcos espaciais, que por sua vez traz embutida a idéia de estagnação ao que existia antes desta chegada. Quis trilhar ‘estradas cavaleiras’ num tempo em que nem se pensava em existir ‘estradas de condução’, para me aproximar do que foi dito por Dona Ermínia quando contava sobre uma de suas viagens nos Gerais. Quis mostrar, através disso, que o trânsito do *povo* movimentava o *vazio populacional*, e que a sociedade *no Parque* era bastante andante para ser referida como parada.

## II. Vida Corrigida

### *Até Dona Marinha e Seu Cláudio*

Depois do almoço, Seu Pedrinho queria atravessar a Carinhanha para ir à casa de Dona Marinha e Seu Cláudio, preocupado com a notícia que recebera de que o antigo vizinho não tinha passado bem de uns tempos para cá. Acompanhei o grupo. Seu Pedrinho ia à frente, seguido de Valfrido, irmão mais novo e mais chegado de Dona Lindaura, e Dalva, sua esposa. Eles moravam em Brasília, e eu não os conhecia. Ao longo daqueles dias, Dalva me contou que nascera no Barbatimão e que tomara conhecimento de Valfrido porque ‘quando a mãe dele morreu na Várzea Bonita, passou a ir sempre à casa da irmã na Estiva, que era como uma segunda mãe para ele. Dali, ele ia muito a cavalo para os lados do Barbatimão’. Vim a saber que era irmã de três conhecidos no Assentamento, além de prima de Dete. Seus pais chegaram no Barbatimão depois de se casarem; a mãe era da Larga, e o pai era irmão de Seu Jerominho. Engrossando o bando naquela caminhada, iam também Sancler e o filho Adelson, mais os sobrinhos Jucélio, de Vande, e Leonildo, da irmã Rocilde, que morava perto do Assentamento e que tinha também uma casa no Formoso.

Estava quente, como convinha ao horário em que partíamos. No céu azul, não se via nuvens, e nenhum sinal das chuvas que mais para o fim da tarde caíam rotineiras no período das águas, entre outubro e abril aproximadamente. Em janeiro, havia sempre um período de estiagem. Era um ‘verão’, diziam para os dias em que cessavam as chuvas; e esse verão se dava dentro do ‘inverno’, como é tido o tempo das águas. Inverno e verão não tinham a ver com frio e calor. Tanto que o mês mais frio do ano, julho, auge da seca, era tratado como verão. A chuva não nos alcançaria em nenhum daqueles dias na Estiva, mas o período das águas se pronunciava com o cerrado verde e árvores florindo, paisagem que tanto se distinguia da do tempo da seca em que os troncos retorcidos surgiam em primeiro plano, e as folhas mais escassas cobriam-se de uma uniforme cor marrom amarelada, pincelada com o pó vermelho que levantava das estradas e que envolvia também a todos que andavam. A diferença das águas e da seca no cerrado se movia para dentro das casas, acusada pelo trabalho de limpeza envolvido em cada ciclo. Não se sabia o que era pior de limpar, comentavam as mulheres: se o barro ‘pregado’ no sapato, que fazia cotidiana a necessidade de ‘puxar água’ no chão,

ou a coberta de pó fino sobre móveis e utensílios, muito mais insistente do que o esforço do pano seco.

Tomamos a direita na estrada que vinha da Chapada e passava em frente à casa. Perguntei se o percurso era longo e recebi respostas pouco firmes. Para alguns sim, para outros não. Nos tempos de vizinhança, o giro da folia de Seu Jerominho ia até Dona Marinha e Seu Cláudio, depois de passar pela Estiva, para então seguir em direção ao Rio Preto. ‘Uma meia hora’, um buscou critério mais objetivo ante a hesitação de percepções que a antiga distância agora provocava. No fim, foi menor do que eu esperava; no Assentamento, tive que andar bem mais para chegar a algumas casas ‘próximas’ da de Dete, segundo sua escala. A estradinha de areia branca passava em frente à casa de Dona Ermínia. Não seria delicado seguir sem saudá-la e os seus, recomendava Seu Pedrinho. Encostamos, os meninos pediram ‘bença’, bebemos um copo d’água, anunciou-se o propósito da andança, e partimos pela estrada mais estreita e de mata fechada que se mostrava ali adiante.

De chapéu de feltro marrom, calça, camisa comprida e botina, ia à frente Seu Pedrinho. Sua figura esguia imprimia um ritmo rápido ao bando. Com exceção dos meninos que iam de bermuda de surf, camiseta, chinelo, além dos inseparáveis bonés e óculos escuros, era costume ‘cobrir-se’ para as caminhadas, ‘por mor de o sol’. ‘Para lá da Carinhonha’, pontuava Seu Pedrinho em meio ao silêncio, ‘já não tem mais ninguém’. Andamos uns dez minutos pela estrada de areia que até um trecho permitia acesso a carro, no meio de um cerrado alto entremeado com alguns campos abertos. A certa altura, avistou-se o brejo de Velho Nêgo onde todos plantavam (mencionado no capítulo 1), e Seu Pedrinho parou para nos mostrar.

Da estradinha, que era como dois fios brancos paralelos em meio ao capim, atravessamos a vargem, terreno coberto de pasto nativo e de uma vegetação arbustiva de folhas finas, longas e espetadas com pequenas flores amarelas nas pontas usada como vassoura para limpar os terreiros das casas. ‘Só dá nos Gerais’, me explicavam sobre a planta, ‘Areia. É onde ela dá mais’. Chegamos perto dos moirões de uma antiga cerca, que rodeava o brejo. O arame farpado, como já mencionado, Seu Pedrinho conheceu no ano de 76. ‘Eram uns 20 trabalhando’, lembrava Sancler, olhando os pés de buriti em meio ao carrasco crescido; ‘Agora está do jeito do fim dos tempos’, dizia Seu Pedrinho. E então falavam sobre os ciclos dos plantios naquele brejo: ‘A planta era para maio, durante a seca, porque nas águas encharcava demais. Aí puba tudo. Plantava

feijão, milho, mandioca e cana. Arroz já não dava bom. As plantações ficavam que era uma beleza. Quando começava a chover, lá para setembro, a gente plantava mandioca na terra seca. O brejo ali era cercado, como você está vendo, e o sistema era no toco, na foice, enxada para derrubar os paus, e depois fogo. Todo mundo trabalhando junto, cada um em uma parte’.

Havia também outro brejo na Estiva, abandonado, que era trabalhado em rodízio com aquele que Seu Pedrinho então me mostrava. Tive conhecimento deste no ano anterior, mas não o vi de perto. Foi Vande, irmã de Sancler, que me apontou o rumo no dia em que visitamos Berto, filho de Dona Ermínia, que morava próximo ao Olho D’Água – em que Seu Nêgo quase firmou morada quando chegou na Estiva –, e cujas terras foram pegadas pelo ‘Segundo Parque’. Vande morava nos arredores do Olho D’Água, em terras de Seu Nêgo, antes de ir para o Assentamento. Da casa de Berto naquela ocasião, fomos até um outro trecho da Carinhanha. Na volta, Vande segurou o passo para me mostrar uma antiga roda de engenho. Com a máquina fotográfica, filmava suas explicações: Essa bichona, esse pau dali, ó, é que rodava o engenho. Rodava esse pau de cima, e fazia a roda assim p’ro boi rodar. A antiga roda ficava em um extenso campo que ia até o cerrado às margens do rio, lugar de uma lagoa antes perene: De primeiro, antigamente, ela não secava não, mas agora seca. Porque as águas estão mais poucas, né? Encurtou mais. E esticou o dedo além da lagoa seca, para uma área de capão: Lá dentro é os brejos que eles trabalham, ó... trabalhavam; agora eles estão largando.

Depois do antigo brejo de Seu Nêgo, passamos por onde morava Tereza (filha de Dona Ermínia), mais seu marido Chico Gaúcho e os filhos – muito chegados de Dete e Sancler no Assentamento. Chico havia me marcado aquele ponto em um mapa que mostrei a eles no Assentamento. Depois, mostrei esse mesmo mapa para Vande e Tavinho: Pois é, comentaram sobre a marcação dos antigos vizinhos, Bem pertinho de nós. Era 2 quilômetros. Era perto da barra da Estiva, e o deságüe na Carinhanha anunciava-se por um carreiro de buritis que ia até o rio. Do buritizal, se lançava um largo terreno de vargem, por onde atravessávamos, e à nossa esquerda, mais para cima, crescia a vegetação cerrada. Eles moraram em dois pontos naquelas imediações: a primeira casa era mais próxima dos buritis, da qual se via resquícios de tijolos de adobe; da segunda, acima da vargem, restavam moirões baixos, ali postos ‘por mor de os porcos que Chico criava solto nas vargens não irem para perto da casa’, me explicava

Seu Pedrinho. Eram 5 porcos, mencionara-me Chico, e foram troca de uma novilha que Tereza tinha lá. Botei lá, fui tratar com buriti e soltar p'ra comer minhoca naquelas vargens.

Fora Seu Nêgo quem os chamara para viver naquela porção, história que Tereza e Chico me contaram durante um fim de semana que passei em casa suas no Assentamento. Chico tinha chegado havia 4 anos do Rio Grande do Sul, de Ibirubá, sua cidade natal. Gaúcho que não 'enricou', era às vezes chamado de 'Doido', Chico Doido, 'porque não pára em lugar nenhum'. Viera para o norte de Minas em dezembro de 1980, a partir de um tratado de boca feito no sul com seu patrão: após dois anos de trabalho remunerado com um salário mínimo, ele receberia 100 hectares de terra com água. O patrão adquirira muitas terras nessa região na época em que chegavam os gaúchos que fundaram a Vila: Naquela época, terra aqui não valia nada. O homem que eu trabalhava p'ra ele lá, me contou a história: diz que ele vendeu 3 hectares lá no sul e comprou para os três filhos aqui na Chapada Gaúcha, 500 hectares para cada um. Mas depois de seis meses de trabalho no norte, o irmão do patrão chegou do sul e não aceitou o contrato. Percebendo que a proposta não seria cumprida, Chico Gaúcho tratou de buscar outro rumo: recebeu o devido por sua empreita e foi trabalhar em uma fazenda no Rio Claro, dos Moreira, de uns 600 hectares para frente, que hoje fica no entorno do Parque. Ficou por lá o tempo de duas plantas de milho, aí enjoou e foi para a Vila. Foi quando conheceu Tereza.

Tereza fora para a Vila trabalhar na casa de Dona Arminda Ottoni, depois de ter passado dois anos em Formosa de Goiás, em um emprego de doméstica. Foi a primeira a sair da casa dos pais na Estiva, quando tinha 19 anos. Era início dos 80, a Vila ainda nem bem existia. Aí quando começou, que vieram os gaúchos, daí tinha serviço para mim, e eu fui trabalhar lá, dizia Tereza. Foi Seu Armando, marido de Dona Arminda – que era conhecido de Seu Nêgo e Dona Ermínia porque tinha plantações próximas à Estiva –, quem pediu para que a recém-regressa Tereza viesse morar na casa deles. Os Ottoni tinham chegado havia pouco na Vila, vindos da cidade de Espumoso. 'No sul, os meus filhos iam ser empregados; aqui dava para comprar lotes. Esse meu filho que mora comigo tem fazendas em outros estados', dizia-me Dona Ermínia um dia em seu supermercado, onde eu costumava fazer compras, sobre um dos filhos que tinha 1.000 hectares nos arredores da cidade para plantação de capim braquiaria. Em Espumoso, ela era dona de uma pequena fábrica de tecidos. Na Vila, antes do supermercado, Dona Arminda foi cozinheira e teve um restaurante, onde Dete trabalhou antes de casar com

Sancler; tinha como colega de serviço Mundinho, vindo do Ribeirão de Areia dali próximo buscar trabalho. Tempos depois, Mundinho se tornou presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, quando ‘tirou a aposentadoria de muita gente aí’, e então prefeito da Chapada por dois mandatos (após os 8 anos de governo do gaúcho Eloe Baron, o primeiro do município).

Pouco depois de Tereza começar seu trabalho com Dona Arminda, Chico foi para a Vila e empregou-se com outro gaúcho, vizinho aos Ottoni. Mas como só tinha trabalho no tempo da planta e da colheita – na época, soja, arroz e milho –, Chico ficava sem serviço durante parte do ano. Em busca de um emprego fixo, mudaram-se da Vila para a Fazenda Sul Brasil, perto da Estiva. Chico dizia que trabalhava demais lá, plantando pastagem, arando terra. O dia todo, de 7 horas até 2 da manhã. Tereza teve o filho mais velho em 84, num dos galpões da firma, com a ajuda da dona, senhora do Paraná. Um dia Seu Nêgo, vindo da Estiva vizinha, foi dormir lá mais eles: Aí meu sogro falou p’ra mim, Chico contava: “Chico, você deixa disso. Tem lá um Olho D’água, tem uma casa lá, nós temos terra lá, as posses, dá para abrigar a família toda. Você aí acaba com a sua vida. Vamos lá dar uma olhada”. Eu fui lá mais ele e Tereza olhar o Olho D’água. Eles ficaram um tempo pensando. Tinha uns brejos bons p’ra plantar, esgotado, a casa era só dar uma arrumadinha, tinha uma casa de palha lá... aí Tereza: “Vamos?”, “Vamos!”. Aí largamos a Sul Brasil e fomos embora trabalhar lá em cima.

No Olho D’Água nasceram os outros três filhos, e de lá saíram antes do Parque chegar (a segunda demarcação do Parque, que em 2004 ampliou os limites da unidade criada em 1989, englobando toda a região do Olho D’Água, deixando de fora os arredores da casa de Dona Ermínia). Mudaram-se dali para a cidade de Formoso, e de lá para Assentamento onde moravam.

Da tapera de Tereza e Chico, em que avistávamos os antigos moirões para os porcos não chegarem ao terreiro, seguimos adiante. Com um pouco chegamos na Carinhanha, menos caudalosa do que se esperava para um mês de janeiro. Apesar das chuvas poucas, que faziam com que o rio que divisa Minas da Bahia estivesse calmo, ‘curto’, as águas de cor marrom distinguiram-se da tonalidade mais clara que assumia durante a seca. Valfrido, Seu Pedrinho e Dalva aguardaram na margem Adelson buscar a nado o feixe de buritis que repousava do outro lado. Aquela embarcação feita de braços da palmeira justapostos e amarrados com uma corda, que levava uma pessoa de joelhos e outra em pé, cada uma remando para um lado, fora a que transportara as telhas

da casa de Seu Pedrinho e Dona Lindaura – naquela hora eu imaginava olhando os cunhados atravessarem lentamente o rio. Dalva seguiu depois, puxada por Adelson. O resto foi a nado.

Da Carinhanha do lado da Bahia, andamos uns cinco minutos por uma estradinha mais fechada, com mato alto nas laterais, até mirarmos a casa, de terreiro muito bonito e bem cuidado, com um bambuzal na entrada e um canal correndo em frente.

Dona Marinha e Seu Cláudio moravam havia mais de 30 anos naquela casa que fora abrangida pela ampliação do Parque de 2004. São da parte do ‘Parque Novo’, o ‘Parque da Bahia’ – como se costumava referir para se fazer a distinção com o ‘Parque Velho’, de Minas. Eles não tinham sido indenizados por suas terras, da qual eram proprietários, e por isso ficavam à espera, sem ter para onde ir. Surpreenderam-se com a chegada. Sabiam que a casa na Estiva estava cheia, imaginavam que encontrariam Seu Pedrinho por aqueles dias, mas não esperavam a visita do bando. Valfrido e Dalva, fazia tempo que não viam. Lamentaram por não termos chegado antes, cedo, para o almoço. Seu Pedrinho não queria incomodar, justificava-se. ‘*Quê* isso, moço...’

Sentamos debaixo de uma árvore de boa sombra em frente à casa feita de adobe e coberta com telha de amianto. O terreiro amplo, de terra branca, estava ‘limpinho’, quase sem folha no chão, sinal de casa ‘caprichosa’; era fresco, cheio de pés de fruta plantados por eles, dos quais faziam as mudas que estavam perto da árvore onde sentamos. À nossa esquerda, o girau onde descansavam as vasilhas lavadas no rego d’água; à nossa direita, de taipa e palha, a casa de farinha; atrás, o curral com três cavalos.

Os homens conversavam de um assunto; as mulheres, ao lado, de outro. Dona Marinha e Dalva ‘procuravam’ uma à outra notícia de conhecidos. Os homens faziam o mesmo. Depois a conversa misturou. O assunto da doença de Seu Cláudio que ensejara a visita revezava-se com o de uma multa recente de 1.800 reais a eles aplicada pelo Ibama em razão de um fogo que lhes foi imputada a causa. Seu Cláudio mudava a face ao contar o caso: sequer estava lá na hora do fogo. Recaiu-lhe a culpa porque o gado deles estava comendo o broto do pasto queimado: ‘Mas qual gado não vai comer broto de pasto recém queimado?’; e porque tinham visto o rastro de suas botinas, feito quando passara cedo por ali para ir à Chapada: ‘Moço!, todo mundo que anda faz rastro!’ – comentário que Seu Pedrinho depois relembra com admiração, repassando aos que

tinham ficado na Estiva quando contou sobre a visita. Seu Cláudio continuava: ‘Às vezes foi gente que passou por ali, tem uma estrada do lado, e jogou o resto do cigarro, quem vai saber? E aquele fogo que outro ano queimou o Parque quase todo, quem foi? Dia desses teve outro forte, não fossem as mangas d’água vindo, tinha lambido até a casa’. Eles entraram com advogado em Arinos; estavam confiantes de que lhes tirariam a multa, mas se queixavam dos gastos e deslocamentos que aquela situação impusera a eles.

A multa de 1.800 bem poderia ser debitada do dinheiro que o Ibama está devendo a eles pela indenização das terras, alguém disse. Os fiscais que lá estiveram ficaram ainda medindo os paus do curral e dos bancos em que estávamos sentados, perguntando quanto tempo aquelas madeiras estavam ali para avaliar se elas não tinha sido arrancadas depois da chegada do Parque. Coincidência ou não, Seu Cláudio, um senhor forte que de modo algum aparentava os 80 anos que tinha, adoecera por aquela época. Já estava bom, mas Seu Pedrinho queria visitá-lo de qualquer forma, pois o dizer dos outros não era o mesmo que ver com os próprios olhos. Seu Pedrinho queria estar com ele para se certificar que Seu Cláudio estava mesmo recuperado, e ficou aliviado ao ver o antigo vizinho saudável.

‘É difícil ver mato assim perto da casa, né?’, Adelson puxava minha atenção da conversa para que eu olhasse as árvores ao redor, pegando minha câmera para tirar fotos com os primos. Seu Cláudio gostava da mata, e aí mudava um pouco de assunto: ‘Tem gente que fala para tirar esses paus de jatobá aí do fundo. Para quê? Se a gente mesmo vive e morre, que deixe os paus morrerem sozinhos’. Enquanto os homens ficaram de prosa, Dona Marinha foi conosco – eu, Dalva e os rapazes – seguindo adiante no terreiro, onde tinha um brejo e mais árvores frutíferas. Comemos manga rosa e mexerica, contemplamos o pé de maracujá florido, atravessamos uma pinguela no canal cheio de mato onde morava uma sucuri, e avistamos a roça de mandioca à frente. ‘O Ibama não deixa pôr um fogo nas roças. De que jeito a gente vive?’, Dona Marinha volta e meia retomava o assunto.

A tarde já ia caindo, e Dona Marinha e Seu Cláudio lamentavam mais uma vez a visita curta. ‘Tá cedo!...’. Queriam que a gente tivesse ido para passar o dia, diziam de novo. Reclamavam que ficavam sozinhos demais. Os filhos que moravam perto também já não estavam mais por lá. Despedimo-nos e viemos rompendo na frente; Seu Pedrinho se alongou um pouco num resto de assunto com eles. Esperamos na beira da



Carinhanha, sem atravessar. Como o pai demorava, Sancler berrou um ‘iiu’ estridente, para ver se ele vinha de lá. Seu Pedrinho respondeu; estava chegando. Adelson ajudou o avô a atravessar no feixe. Na margem de cá, Seu Pedrinho olhava para o outro lado: ‘Se acontece alguma coisa, pode um berrar aí da beira da Carinhanha que ninguém ouve. Porque nossa casa lá é mais ambientada; já ali eles ficam muito isolados’.

Sancler, Valfrido e os rapazes foram por um carreirinho que encurtava o trajeto, mas era menos limpo. Seu Pedrinho, Dalva e eu seguimos pelo caminho da vinda. ‘Contam uma história aí do homem que foi para Januária e lá comprou um par de botinas’, rompia Seu Pedrinho o silêncio que acompanhava nossa caminhada para contar o caso motivado por meu tropeço num pedaço de pau (era praxe eu ‘arrumar o pé no toco’, coisa que provocava um riso preso de Dete que ela só veio me confessar quando já tínhamos costume uma com a outra). ‘Ele pôs as botinas na sacola e levou na carcunda. Ia para o rumo da Larga, parece que foi, e arrumou o pé no toco d’um jeito que chegou a arrancar o topo do pé. Aí perguntaram: “Como você foi arrancar o tampo do pé desse jeito?”. E ele: “Moço!, pois ainda bem que foi o pé; já pensou se tivesse sido as botinas?”. E a gente ria daquele caso do tipo ‘parece que foi’ – anedótico mas que bem poderia ter acontecido. Dona Lu mesmo já tinha me contado uma história semelhante, de andar com o ‘sapato debaixo do braço’, ocorrida com ela (o primeiro sapato que eu calcei, andava p’ra festa com eles debaixo do braço, comprei fazendo farinha mais o povo. Meus 12 anos. Uma irmã minha, deu muita pixilinga, piolho de galinha na casa, e as casas antigamente eram tudo de palha, né; aí ela foi sapecar fogo p’ra matar, e naquilo o fogo pegou na casa toda. Queimou tudo. O primeiro sapato que eu calcei).

Mais silêncio. ‘Dona Marinha era mulher muito bonita’, Seu Pedrinho ia lembrando, ‘todo mundo queria namorar mais ela. O tio de Tavinho mesmo foi um que ficou um tempo incutido com ela, naquele tempo em que namorar era só no olho. Mas parece que não quis casar porque a família dela era fraca. De primeiro, o povo importava em saber se a família tinha terra, uns gados. E a mãe dela era viúva, com 5 filhos para criar. Uma irmã de Dona Marinha é mãe daquele Nizão, que fica na venda da estrada, no caminho para o Assentamento’. Nizão da Muriçoca, filho do Firminão da cara fechada, criador das cabras que davam o leite que Seu Pedrinho tomava quando era miudinho, que Dona Ermínia contou. ‘Como diz João de Alta: Esse mundo era sem porteira’, e seguia no seu passo.

\*

No capítulo anterior, discorreu-se sobre o *tempo do Parque* antes do estabelecimento da unidade de conservação. Neste, se falará sobre a chegada do Parque, repercussões na vida de quem lá morava e reflexões sobre sua instituição, em 1989. Junto com os monocultivos que ganham fôlego com a migração dos gaúchos a partir de meados da década de 70, o Parque vai modificando a forma como o espaço é habitado e povoando a paisagem lingüística da ‘liberdade’ (‘aberto’, ‘solto’, ‘vasto’) com palavras associadas à ‘unidade’ (‘empresilhado’, ‘apertado’, ‘corrigido’).

Este capítulo tangencia efeitos dos caminhos cerrados pelo Parque: na vida das pessoas que, através das andanças, habitavam o território em que ele se instituiu; e para a própria unidade de conservação, nos termos da proteção integral que o pautaram.

### ***Vida corrigida***

Encontrei apenas uma vez Dona Binú no Assentamento. Eu acompanhava seu filho – que era casado com uma irmã de Sancler – e seu neto. Como eu, eles saíam da Chapada onde moravam, de carona na Toyota da Funatura. Quando o deixamos na casa da mãe, descemos para cumprimentá-la. Dona Binú estava recém-chegada no lote – vizinho por um lado ao de Dona Nica, e, por outro, ao de Dona Lu – que pertencera antes a João Cofocó, filho de Seu Eduardo. Dona Lu, conhecida antiga *do Parque*, estava lá.

– Ela já está dizendo que não sabe se vai ficar – resumia-nos Dona Lu a conversa que levava com a vizinha antes da nossa chegada.

Dona Binú se justificava:

– É difícil depois de velha se acostumar com os lugares. Quando é nova, qualquer lugar é bom.

Dona Binú vinha de uma vereda chamada Salto, afluente do Mato Grande, na Chapadinha. Seu filho Elias morava na Taboca, na saída do Assentamento, era presidente da Associação de Moradores (ARSeV), e era casado com uma filha de Dona Nica, Aparecida. Ele que insistira para a mãe ir morar lá.

– Chegou essa lei, e a gente teve que sair – dizia Dona Binú sobre o Salto abrangido pelo Parque –. O pessoal foi indo embora; não podia mais plantar no brejo, fazer queimada, criar gado, como é que fazia?

A dúvida sobre o ‘como é que fazia’ de Dona Binú era algo que eu costumava escutar quando se falava a chegada da unidade de conservação, como uma derradeira questão antes da saída definitiva. Dizia-se que a vida ficara ‘corrigida’ com a chegada do Parque, de modo que não era mais possível aí continuar. A ‘correção’ era empregada quando se contava sobre: o ter de pedir permissão ou o não poder mais fazer atividades até então costumeiras, e o ser fiscalizado e repreendido por isso. As ‘correções’ mais citadas eram aquelas que recaíam sobre o botar fogo (para roça e para gado), o criar o gado na solta e o botar brejo (fazendo os ‘esgotos’ nas veredas); e, também, sobre a caça e a pesca.

É, o caso é que nós estávamos lá, você sabe... no Parque, com essa lei do meio ambiente... Porque lá nós trabalhávamos, nós tínhamos fartura de tudo, mas tinha que pôr a roça e queimar, comentava-me Seu Eduardo sobre os impedimentos, durante conversa na casa de Dona Lu. Como se verá à frente, entre os moradores, não se soube previamente que o Parque seria instituído. Com seu estabelecimento, pairava ainda uma desconfiança sobre se era de verdade. Confirmando-se que não se tratava de uma ‘lei’ passageira, resistia-se à idéia: A gente pensava nunca que era boa, dizia-me um dos meus conhecidos a respeito. É... “O que é que esse povo está pensando? Como é que a gente come, como é que a gente trabalha?”. Botava na cabeça só essas coisas assim. Ninguém nunca pensou que era uma coisa assim certa, né?

*Botar brejo* foi uma das primeiras interdições com a chegada do Parque. Permitia-se trabalhar apenas nos que já estavam postos, mas, como visto no capítulo anterior, o brejo ‘botado’ cumpria um ciclo; passados dois anos, era necessário fazer o rodízio para descansar a terra. A impossibilidade de fazer a roça andar, de usar da tecnologia corriqueira, foi – junto com a impossibilidade de se mexer com gado – dos principais motivos que levava a pensar que não era mais possível continuar onde se estava. Pelo menos eu pensei assim: “Pra nós aqui já não dá”, outro me disse. Porque nós tínhamos que fazer os brejos lá para poder plantar. Não podia mais; eles não deixavam mais. Aí já ficou trabalhando assim cismado, né? Não podia fazer mais aquelas valetas de esgoto para poder enxugar o brejo p’ra plantar. Aí não podia botar fogo também, para queimar o pedacinho de terra p’ra plantar. E aí, o quê que nós íamos fazer? O quê que nós íamos ficar fazendo lá? Hoje tem muitos lá, mas nem trabalhar não trabalham não.

Quando o Parque foi criado (lembrando que houve um hiato de mais de 10 anos entre a criação e a ida para o Assentamento), às pessoas recaiu um aspecto restritivo

que, no entanto, não apresentava uma faceta de prescrições<sup>92</sup>. O fogo foi sendo proibido, assim como mexer em veredas. Aos tratores que começavam a aparecer no trabalho das fazendas foi vetado o acesso. Não se podendo queimar e não havendo trator, plantar, atividade que, para o consumo, era permitida pelo Parque, era posta sob condições que a tornavam impossível. Essa situação, dentre outras, operou no convencimento de que qualquer outro lugar não ‘corrigido’ seria melhor do que aquele em que se vivia.

A ‘correção’ era associada à presença de entidades ambientais, Ibama e Funatura, que povoavam de zoadas de Toyota uma região acostuada a um silêncio estatal. O barulho do motor ao longe lhes lembrava a vigilância, e produziam ‘cisma’ perene e receio com sua aproximação. De sua casa no Assentamento, Vande relembra entre risos uma história com esse enredo:

– Uma vez chegou um povo da Funatura, só que nós não conhecíamos não; chegaram duas mulheres e Idelino. Aí nós estávamos com dois lourinhos, pequeninho, na caixinha, criando. E esse Tavinho, quando viu esse carro, a Toyotona *é-vem* descendo lá a cabeceira do Galho, *‘panhou* esses dois lourinhos, e cai aqui, cai acolá [*riso*]. Só a carreira com esses dois lourinhos, e a menina atrás correndo chorando: “Ô pai, não leva meus lourinhos p’ro mato não”. E essas *muié* chegaram, quando elas chegaram na porta, ele acabou de chegar p’ra dentro do mato, e esse homem foi só o susto.

– O guará comeu. Todos os dois. – *adiantou Tavinho o desfecho dos lourinhos.*

– E já estava bom p’ra conversar, moça! – *lamentava Vande.* – E eles vieram não foi para caçar louro não; eles estavam só pesquisando, fazendo pergunta, né. Mas nós ficávamos com medo; porque, nessa época, estava tudo com medo, todo mundo cismado.

– Só de olhar o carro...

– Só de ver o carro, todo mundo corria...

– Vi o carro e corri – *ria Tavinho.*

Vande continuava:

– Tinha uma espingardinha *véia* também, ele *‘panhou* essa espingardinha e saiu correndo. Achou que eles iam corrigir a casa nossa. Aí essas mulheres chegaram e foram fazer pergunta para mim. Eu tinha um bocado de palha de buriti para fazer essas esteirinhas assim né?, aí elas falando: “P’ra que você quer isso?”. Eu assim: “Isso aí é a esteira. Eu faço esteira, que é o colchão dos pobres”. Aí elas ficaram olhando, pegando

---

<sup>92</sup> Sobre essa situação no Parque Nacional Grande Sertão Veredas, discorreram também Jacinto (1998), Correia (1999 e 2002) e Andriolli (2011). Para questão semelhante trabalhada em outra unidade de proteção integral, ver Costa (2008).

essas palhas. Aí... Eu sei que tinha um bocado de coisa lá, elas ficaram perguntando. Aí tinha um desmatado assim no fundo da casa, que tinha que desmatar de machado, né, de enxadão; derrubado os paus, para arar a terra, para nós plantarmos. “E esse desmatado aqui, essas madeiras?”; aí eu falei: “Não, isso aí arrancou tudo de machado, de enxadão. Isso aí nada proíbe não. Isso aí é p’ra nós trabalharmos mesmo”. Aí também, foi perguntando, e os *capangão* do lado; eu acho que elas estavam com alguma coisa gravando. Elas estavam com um gravador dentro da capangona...

– Tinha uma mulher baixinha que a língua dela era para riba, p’ra cima do céu da boca... a língua de fora... – lembrava Tavinho.

– Ela conversava, mas a gente não entendia não. – disse Vande –. Era do estrangeiro, parece. Não sei como é que chamava o lugar. Era muito longe; ela não era aqui do país não.

– Ela não era daqui dessa terra não. – Tavinho completava.

– Ela era de muito longe, essa mulher. Não entendia nada. Aí elas procuraram eu. “E quando vem cobra aqui, no seu terreiro, no seu quintal, o que você faz?”. “Eu mato!” [risos]. Ô gente! “Nós já matamos cada cobrona nessa terra nossa aqui...!”. Eu não escondi não! Isso aí eu não tenho medo de falar não. Porque eu sabia que o Ibama não gostava, né; que não era p’ra matar as cobras. Mas foi uma coisa que eu não escondi. Porque como é que eu ia ver uma bicha no meu terreiro, um trem que, se pegasse, podia não escapar..., eu ia deixar embora? Eu não ia deixar não!; eu ia matar. Aí eu falei pra ela...

O Idelino que acompanhava as mulheres da Funatura era filho de Seu Eduardo, contratado para ser guarda-parque. Eram 9, todos ‘da comunidade’, requisito da Funatura. As rondas alternadas e semanais feitas a cavalo, em duplas, tinham o objetivo de conversar e conscientizar os moradores, como me explicaram, e reportar à sede alguma ocorrência. A ambigüidade de fiscalizar o universo ao qual se pertencia atravessava o serviço. Contava-se, sobre um deles, que quando chegava à casa dos pais, tratava-se rápido de esconder espingarda, carne de tatu, ‘até estilingue menino escondia’, ria-se. Não andavam armados, não tinham poder de punição ou detenção. Mas às vezes a Polícia Florestal os acompanhava. Um guarda-parque expunha-me o conflito de situações assim: ‘Pensar assim, nós chegávamos lá, eu tomava um café na casa de minha tia, almoçava, batia um papo com ela. Dali a pouco eu chegava lá com quatro soldados, né. E aí? “Bom, a senhora tem que liberar a casa aí porque nós vamos

ter que vistoriar a casa da senhora”. E aí, né? As coisas... Então isso dá um conflito nas pessoas...’

A ‘correção’ era um sentimento latente de se sentir vigiado. Trabalhava-se ‘cismado’. As visitas, o movimento de ‘passar em’ descompromissado poderia estar carregado de outros efeitos, como um gancho para a chegada da Polícia. O ápice da ‘vida corrigida’ era a repreensão institucional, como a dos casos da moradora contratada como agente de saúde pela Funatura, que fora demitida porque a viram ‘pegando favela’ (planta que produz fava utilizada na indústria farmacêutica, e que foi bastante visada por projetos posteriores de extrativismo vegetal); do morador ‘flagrado botando fogo no brejo dele’, que, ao correr, foi agarrado por um brigadista e depois preso; de apreensões de armas – espingardas que existiam na maioria das casas para defesa e caça; de apreensão de gado, quando o rebanho pastava em áreas de fazendas já indenizadas; de multas pelo uso do fogo.

Os mais avessos à ‘vida corrigida’ trazida pelo Parque ressentiam-se de uma desigualdade no trato: *Os de fora pegam os bichos, e os de dentro levam a fama*, era um trecho da curreleira de Seu Tasso, que sintetizava esse sentimento. E julgavam que a saída da unidade de conservação significaria um afastamento da ‘correção’: *Eu vendi minha fazendinha, Chapadinha era minha fama, p’ra livrar da tentação, desse povo do Ibama*, era o início da mesma curreleira. A constatação de que Funatura e Ibama continuavam presentes no Assentamento fermentou um descontentamento que culminou com a criação da Associação Quilombola do Gentio (mencionada na introdução), reunindo os mais contrários. ‘Já ficavam me atentando no Parque. Vim para cá para me livrar, e eles vêm também?!’, ouviu-se de um deles.

Criar um Parque presume mapear uma área, definir suas fronteiras e estabelecer limites precisos instituindo assim um espaço em que ao que está dentro se ‘corrige’ e ao que ao que está fora se restringe o acesso<sup>93</sup>. Fecha-se em direção ao interior a fim de produzir uma unidade, ‘discipliná-la’ e submetê-la a uma ‘vigilância’ centralizadora – numa tradução foucaultiana. A preservação da natureza tornou-se uma pauta sufocante

---

<sup>93</sup> Jacinto (1999) narra a preocupação da filha de um senhor que morava no Parque, e que, com mais 70 anos, não queria sair de lá: ‘Os temores da filha acentuavam-se não somente pela solidão do pai, mas pela dificuldade de deslocamento [ela morava na Chapada] até ele, (...) em função das estradas cada vez piores, e do movimento cada vez mais escasso’. Mais à frente na mesma página, a autora diz que os moradores da Santa Rita que pesquisou iam se acostumando às ‘novas regras de residência no lugar, como a proibição à caça, às queimadas, ao corte irregular de árvores, à captura de animais nativos, à construção e manutenção de estradas’ (:151, meus destaques).

para as pessoas. Como um me disse: Foi tempo já que o Parque arrouchou, e saiu esse lote aqui. Eu falei: “Eu não vou ficar aqui não. Não adianta ficar aqui apresilhado”. Toda coisinha que eu vou fazer, eu tenho que ir lá conversar com eles. Assim não dá. “O dia que eu arranjar outro lugar, eu estou saindo”. Aí saí.

### ***Monocultura e Biodiversidade***

Vimos no capítulo anterior que um dos principais símbolos do regime de propriedade no *tempo do Parque* era a ausência de cercas, algo que se relacionava com um espaço que era feito de fazendas de gado na solta e terras ausentes, e atravessada por andanças contínuas que desafiavam a idéia de limites e alimentavam a imagem da ‘liberdade’. A instituição das cercas coincidindo com os limites de uma propriedade estimula outros registros na lida com a terra e, igualmente, uma transformação no modo em que o território é habitado. Talvez por isso é que Velho Bastião, conforme reportado por Sancler e também por Dona Ermínia, dizia que era chegado o ‘fim das eras’ quando se visse ‘arame com espinho’, como se referia às cercas de arame farpado – as ‘eras’ fossem quiçá o tempo-espaço Gerais.

A mudança de característica das fazendas de gado na solta para um perfil de produção agropecuária mais intensiva, é algo que se inicia na década de 70, com a chegada da Feltrin (ver capítulo 1) e depois dos gaúchos. A região *do Parque* não fora afetada pelo afluxo de empresas de reflorestamento tal como ocorrera em outras partes do norte de Minas nos anos 70 (cf. Nogueira, 2009; Ribeiro, 2010). Nos trabalhos que tratam deste assunto, uma questão recorrente é a das terras devolutas, chapadas em especial, que eram áreas de uso comum (abertas ao extrativismo, caça e gado na solta), e que foram medidas, cercadas e cedidas para empresas de reflorestamento pela Ruralminas (Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário), órgão governamental criado em 1966, responsável à época pela titulação de terras. ‘Essas reflorestadoras, quase todas elas, se estabeleceram em cima de terra comum, (...) de terra de comunidade, de terra solta, como a turma diz; devoluta’, diz um senhor cuja entrevista consta no livro ‘História do gerais’, com autores do Rio dos Cochos (em Januária), organizado por Ribeiro (Antônio Inácio Correia, 2010:52). O ‘preso’, ‘fechado’, ‘encantilado’, ‘empurrado’ é diversas vezes mencionado: as reflorestadoras foram ‘empurrando, tomando terra, cercando. (...) [C]ercando o pessoal, empurrando’; ‘Como diz: comprava uma parte e cercava cinco vezes ou mais. E aí foram cercando,

cercando, e cercou tudo isso aí. E acabou que deixou os produtores e agricultores familiares ilhados'; 'Lá no Tatá tinha uma solta. Depois a firma veio e fechou, plantou eucalipto numa área (...). Com o eucalipto era cercado. Mas antes deles cercarem o gado andava bem, por aí', falam outros senhores no mesmo livro (Genelísio Marques de Deus :216; Santos *et al* :183; Manuel Gonzaga dos Santos :132).

Na região *do Parque*, embora como dito não se tenha testemunhado a chegada de empresas de eucalipto e pinus como ocorrera em lugares próximos, a mudança da linguagem começa a operar aproximadamente na mesma época, nos anos 70. Em torno dessa década se situam eventos que modificam a forma como o espaço é referido; e que suscitam menções como o sentir-se 'preso' ou 'apresilhado', 'apertado', 'corrigido', bem como imagens de 'fechos' e 'porteiras' que sugerem uma apropriação dos Gerais que não seria mais tão contínua como 'de primeiro'. A cerca cumpre aí um papel de destaque: se sua ausência é símbolo ao mesmo tempo que propulsora do vasto e da liberdade, sua instituição se ajusta e instiga outros regimes de propriedade, mais exclusivistas, intensivos e segmentares. Um evento associado ao estabelecimento das cercas – e das cercas demarcando limites de propriedades, para ser mais precisa – é a chegada da Ruralminas (seus agrimensores e novas 'marcações'), que prepararia o terreno cartográfico para, posteriormente, se estabelecerem as propriedades dos gaúchos e a unidade do Parque.

*No Parque* e arredores, a Ruralminas, como ocorrera em geral no norte de Minas, teve um papel destacado no esquadramento fundiário que serviu de base para a expansão monocultora. Abrir o cerrado das terras consideradas devolutas para esta apropriação foi o que motivou o impulso estatal à migração gaúcha para a chapada. Após o levantamento de terras, a Ruralminas foi responsável, em convênio com uma empresa imobiliária do Rio Grande do Sul, pela implantação do Projeto Agrário para o Desenvolvimento da Serra das Araras (PADSA), que traria agricultores de diferentes municípios do Rio Grande do Sul impulsionados pela oferta de terras baratas e por incentivos governamentais, através de créditos rurais, para a produção de grãos no cerrado<sup>94</sup>. Assim, começou a se erguer em 1976 a 'Vila dos Gaúchos', como até hoje é chamada por moradores que testemunharam esta chegada.

---

<sup>94</sup> A respeito da colonização gaúcha através do PADSA, ver Jacinto (1998:23 *et seq.*) e Correia (1999:22-3), o qual explora o contexto em que se deu o loteamento coordenado pela Ruralminas: 'O loteamento feito pela RURALMINAS para a implantação do PADSA correspondeu (...) ao interesse do Governo do Estado de Minas em obter o controle territorial sobre terras devolutas, juntamente com o início das



A vinda dos gaúchos não conduz imediatamente à instituição do chamado agronegócio, pois eles não chegaram à chapada como empresários da agricultura. No estado natal, eram em geral pequenos agricultores, e foram expandindo a idéia de ‘agricultura’ como ‘negócio’ após se fixarem no norte de Minas. Ou seja, a origem social dos gaúchos migrantes não era muito distinta da dos mineiros que aí habitavam. A história de Chico Gaúcho, que tem um enredo diferente do da maioria de seus conterrâneos, pois nunca adquiriu terras e sempre trabalhou para outros gaúchos que se tornaram grandes proprietários, fala a respeito disso. Quando ele foi para a Vila trabalhar em lavoura, Dona Arminda Ottoni trabalhava de cozinheira, e o marido Seu Armando, junto com os três filhos se dedicavam às plantações incipientes: Eles foram carregadores de saco na cabeça, lá dentro daquela cooperativa de lona. Quando montou a cooperativa, eles carregavam e descarregavam caminhão. Os negócios com as lavouras – primeiro de arroz e soja, depois, a partir dos anos 90, de capim brachiaria – foram crescendo; aos poucos, a receita das plantações e depois do comércio fazia dos Ottoni uma das famílias mais abastadas do município. Devagar que o Armando foi aumentando aquela casa, lembrava Tereza a respeito da maior residência da Chapada.

A chegada gaúcha e, antes dela, o início dos trabalhos da Ruralminas na região me eram aludidos ora tangenciando o foco do enredo de uma história contada – como quando Seu Eduardo me dizia ‘Antes era a chapada, vazia. Eu passava por lá para ir para a Serra das Araras e era só tatu canastra e tamanduá bandeira. Foi em 76 que começou a ter gente lá’, ou quando Dete me falava sobre as idas anuais da Onça à festa de Santo Antônio na mesma Serra, para a qual atravessavam a chapada num carreirinho no mato –; ora como objeto da narrativa. Na roda de abertura de uma reunião na Chapada, em que todos se apresentavam a partir do lugar de procedência, Zezo, dos

---

políticas econômicas voltadas para o desenvolvimento agrícola do Cerrado’ (:23, algo também mencionado em Nogueira, 2009:139). Sobre essas políticas econômicas, Correia mais à frente menciona o início dos incentivos para a produção de soja no fim da década de 60 e início da de 70, através de programas federais como o Plano Nacional de Desenvolvimento, em suas fases I e II (1999:36-7).

A intervenção do Estado na agricultura, incluindo programas de assentamento, entre os anos 70 e 80 em algumas regiões de cerrado, é ponto abordado em Heredia, Palmeira e Leite (2010), a partir de ampla pesquisa realizada nas regiões do Norte-matogrossense, Triângulo Mineiro e Oeste baiano. Segundo os autores: ‘O que a bibliografia constata, e as visitas às áreas de campo da nossa pesquisa nos mostram, são os enormes investimentos que põem em evidência o fato de que não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem mas também sua expansão’ (:165). Disto, indicam que os deslocamentos e a ‘política de inovações tecnológicas’ não foram ‘tributárias exclusivamente da iniciativa privada’, algo que é sugerido em narrativas de pioneirismo.

Buracos (que era presidente da Cooperativa Sertão Veredas<sup>95</sup>), falava sobre a chapada antes da Vila:

Eu sou filho de agricultor e sou agricultor familiar. Eu sou pioneiro, sou aqui do Vão dos Buracos. Conheci aqui a chegada dos gaúchos, e me lembro que mais ou menos em 72, quando o meu irmão mais velho ia trabalhar em Brasília, época em que Brasília tornou uma evolução, não tinha linha de ônibus. (...) O meu pai veio com ele nos animais e trouxe pr'aqui, onde hoje é o posto de gasolina [no fim da avenida principal, na beira da estrada que chega de Arinos], o maior cerradão aqui, só uma trilhazinha a cavalo. Vinha um ônibus de Montalvânia que passava aqui duas vezes por semana. E assim a gente conheceu essa história do começo. Depois foi quando chegaram os primeiros gaúchos. Na época, até ganhou nome aqui no alto: se chamava Cartório de Bruno. Foi quando houve uma mobilização aí entre umas empresas, pessoas que estavam negociando a área da região aqui com a Ruralminas, mas os proprietários não sabiam o quê que de fato era; várias idéias de negócio aqui nesse eixo de estrada que ia de Januária para Montalvânia. E aí tinha uma pessoa com nome de Bruno, aqui da região do Parque Nacional, do Rio Preto, e ele tentou um barraquinho de ponto de ônibus aqui; não conseguiu desenvolver porque não tinha água. E essas negociações foram feitas ali nesse barraquinho, e ganhou o nome de Cartório de Bruno.

Em Seu Eduardo, Dete ou Zezo, a história da chapada se abria a uma perspectiva que contrariava a apreensão de que aquele espaço que se fez sede começara a existir socialmente a partir dos gaúchos, como sugere a freqüente menção a 'pioneirismo' em empreendimentos na Chapada (e creio que com intenção crítica é que Zezo se apresentou dizendo 'sou pioneiro aqui dos Buracos'), o hino e o nome da cidade (ver anexo 1).

O Cartório de Bruno aparece no relato de Zezo como um marco da chegada da Ruralminas para negociar terras. A chegada da Ruralminas apareceu-me também como um marco em outras conversas; e essa chegada coincide com memórias mais incidentes a respeito das 'medições', que prepararam o terreno para um tracejado de cercas. As medições que eram aludidas de modo mais esparso quando se falava das 'divisões' das fazendas (ver capítulo 1), tornam-se pauta freqüente quando o assunto é esta época.

---

<sup>95</sup> A Cooperativa Agrissilviextrativista Sertão Veredas, criada por iniciativa da Funatura, atuava como um contraponto à Cooperativa Pioneira, cujos cooperados eram em geral produtores gaúchos. A Coope Sertão Veredas tinha o 'objetivo de gerar renda a partir do aproveitamento sustentável do cerrado e o fortalecimento da agricultura familiar', conforme se lia em um prospecto.

Dona Ermínia, Seu João, Seu Eduardo, Dona Lu, Dona Nica, Seu Jerominho, Dona Plácida, todos mencionam o afluxo de pessoas de fora associadas ao órgão estatal que vinha medir terras. A primeira alusão de Dona Ermínia e Seu João de Alta sobre medição de terra foi a do agrimensor da Ruralminas, como contaram durante nossa conversa:

– Como é que chamava?... esse pessoal da Ruralminas? Astolfo! Foi ele que mediu a terra de Nêgo.

– E o Moacir? – Seu João lembrou.

– O Moacir coordenava e o outro só media. O Moacir é que veio aqui, mediu mais o Astolfo, e tirou esse pedaço aqui para Nêgo. Aí é que Nêgo cercou aí ó.

Note-se que a medição é o passo prévio ao cercamento. Esse registro se distingue da ‘escritura de pé de pau’ de que nos falava Dona Ermínia – documento de compra e venda pouco afeito a delimitações cartesianas, cujo tamanho da terra era especificado ‘como desse jatobá àquela sucupira’ (uma área grande lá assim, eles demarcavam aquela área. Assim, avistavam... De pau marcado. “É daqui assim, a tal lugar assim, assim”. Marcação de pau. Como desse jatobá aqui até aquela sucupira), e que parecia reger negociações de terra no tempo em que Seu Nêgo comprou o ‘direitinho’ na Estiva (ver capítulo 1). Era um tempo que eles tinham outra marcação, como disse Jau na continuação da conversa. A chegada da Ruralminas parece emblemática de uma transformação nesse sentido, à qual também se soma a percepção da chegada da ‘lei’. É a escritura que é contratado cá mesmo, fora da lei, nem no cartório não foi, respondeu-me Seu João de Alta sobre o que era a escritura de pé de pau. Porque de primeiro não tinha lei, não tinha nada; tudo era de qualquer jeito, tinha me dito Seu Eduardo sobre as terras perdidas pela família na Várzea Bonita.

A medição das terras organiza a base cartográfica sobre a qual se institui um outro regime de propriedade, no qual a cerca de arame assume uma função antes pouco proeminente: a de coincidir seu traçado com os limites da área possuída. À característica da cerca como índice de propriedade agrega-se à da cerca como ícone de separação entre o que está dentro e o que está fora de suas fronteiras. Ao assumir de modo mais enfático a função de apartar uma propriedade de seu exterior, o arame farpado constrói relações de inclusão e exclusão, de dentro e de fora, de próximo e de distante que eram mais embaralhadas quando as cercas eram paus justapostos ao redor do terreiro, e o espaço, como causa e consequência disso, era atravessado por linhas de continuidade.

Esse desenho de áreas segmentadas cuja cerca se torna símbolo foi o alicerce territorial sobre o qual operaram tanto as lavouras monocultoras quanto, depois, a unidade de conservação.

Os primeiros estudos que levaram à proposição do Parque datam de meados da década de 80, mas a idéia de criar uma unidade de proteção integral nos Gerais remonta a 1977, como informa o Plano de Manejo da unidade (Funatura, 2003:12). Sua criação, em 1989, se pautou principalmente no argumento de conter a fronteira agrícola: ‘Esta região [Gerais] estava sofrendo, nesta época [década de 80], uma ocupação rápida e desordenada sem precedentes. Com o asfaltamento da BR-020 (Brasília-Fortaleza) e o baixo custo das terras, foram criadas as condições necessárias para o aproveitamento agro-silvo-pastoril de forma desenfreada na região, levando à destruição dos habitats naturais’, diz o Plano de Manejo na parte de histórico (Funatura, 2003:12). O Parque chega quando a mudança do perfil das propriedades mais extensas começava a se pronunciar – de fazendas de gado na solta para a de produção agropecuária (de monocultura na chapada e de pecuária em áreas mais acidentadas). Desse modo, ele estancou, na área em que se estabeleceu, um movimento que se alçou a plenos pulmões fora de seus limites<sup>96</sup>.

Como dito, a região da chapada foi planejada para, principalmente, acolher a expansão dos grãos. ‘Do cerrado bruto, alguém jogou na terra a semente da esperança’, canta o hino da cidade. Enunciadoras de como o Parque rompeu de modo abrupto as expectativas de florescimento do agronegócio são situações como a do desencanto do dono da Feltrin – empresa de tecelagem de São Paulo que se iniciava no ramo agropecuário e que, quando recebeu por carta a notícia de que sua propriedade fora abrangida pelo Parque, disse que ‘nunca mais pisava nessas terras’, como reportou Seu Jerominho (capítulo 1) –, e a dos pivôs centrais que pouco trabalharam na região da Santa Rita, e cujo dono, gaúcho, acumulou dívida porque não pôde ter produção (cf. Jacinto, 1998).

---

<sup>96</sup> O fato de que, com isso, o Parque restringiu a especulação imobiliária na área em que se fixou foi-me mencionado algumas vezes no Assentamento como algo positivo; ali, os ‘posseiros’ obteriam uma segurança fundiária que não existia *no Parque*, ainda mais com o assédio crescente de grileiros. ‘Tinha muita gente de fora lá já’; ‘Tem gente aí que comprava 20 hectares e registrava 200’; ‘Tinha um monte de carvoeiro dentro do Parque. Pivô central; projeto para pivô’; ‘A gauchada estava comprando as posses; comprava uma posse de 25 hectares e fazia 2.000 hectares’. Não fosse o Parque, a pressão para se mudar se daria por outro motivo. A situação de garantia fundiária ante a pressões da especulação foi também mencionada em Costa (2008); e em Ferreira (2004:61), com relação a unidades de uso sustentável, que permitem a permanência dos moradores.

A surpresa em saber da existência do Parque somente quando ele já estava criado, como aconteceu com o dono da Feltrin e outros proprietários que compravam terras por ali, foi algo que também acometeu a maioria dos que habitavam a região. Agregados, pequenos proprietários e alguns fazendeiros que ali viviam e que acompanhavam um movimento extraordinário de pessoas de fora fazendo pesquisa, recebendo algumas delas em casa e dando informações, só tomaram conhecimento do Parque depois de instituído seu decreto<sup>97</sup>. São diversos relatos, com pequenas variações, de trânsito do ‘pessoal da Toyota’, que rodara durante um tempo a região toda (‘rapazes e moças’ que vinham ‘olhar sapo’, ‘pegavam terra do rio, botavam tudo num saquinho, escrevia e levava embora’, que ‘tiravam folha de pau’ e ‘pregavam uma plaquinha lá’) e que depois voltara anunciando ‘que ia ter Parque’ (‘Aí quando vi, chegou Ibama’). Uma passagem da conversa com Dona Lu e Seu Eduardo sintetiza esse enredo e enuncia a imagem que se construía a respeito da unidade:

– Eles chegaram para aí, eu não sabia nem o quê que era não – dizia Seu Eduardo  
–. Passavam aquelas Toyotas naquele mundo tudo. Nos rios rasos, apanhavam uma tarrafa para arrastar aqueles negócios do fundo do rio, colocavam umas caixas lá dentro do carro. Mas ninguém sabia para o quê que era não. Eu só via os carros de um lado para outro. Aí depois que eles andaram muito, já estavam desaparecendo, é que se disse que era Parque... Disse que era o povo do Ibama. Aí ninguém não sabia chamar Ibama não, um chamava de um jeito, o outro chamava de outro.

– Nós nem sabíamos o quê que era isso. – disse Dona Lu. Nós pensávamos que Parque, quando saiu, achou assim que era uma área cercada, sabe?

– Por fora. – interveio Seu Eduardo.

– Por fora assim. Igual tem um arame aí nas divisas. Aí botava uma coisa assim que só tinha a porta de entrar e sair. Nós pensávamos: e como é que, por acaso se nós estivermos lá dentro e eles saírem e eles trancarem aquele lugar, como é que nós saímos?<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> A situação de dar a informação e depois ‘chegar o Parque’ é recorrente em estudos sócio-antropológicos com esse tema, que também aludem a traçados definidos em gabinetes, com mapas desconhecendo quem ali vivia e por vôos de helicóptero. Associa-se esse *modus operandi* ao contexto da ditadura militar em que se instituiu a maioria das unidades de proteção integral do país, em especial na Amazônia (Barreto Fº, *op. cit.*:04), e que resistiu após a abertura política. Atualmente, unidades de conservação só podem ser criadas mediante audiências públicas.

<sup>98</sup> Curiosamente, no Plano de Manejo do Parque, de 2003, vai se demarcar como ‘Fraquezas mais Acentuadas’ do ‘Cenário Interno’ (i.e. dentro da unidade) o ‘desconhecimento da importância do Parque para o País’, em primeiro lugar, e a ‘desinformação da população sobre a real importância da UC’, em terceiro. (:173)

A imagem da área cercada, com um arame por fora nas divisas, e uma porta para os que tivessem dentro pudessem sair e vice-versa, bem como o receio de se ficar preso em seu interior por uma tranca, é sugestiva da percepção de territórios de exclusividade que se avizinhavam. A unidade que cerra limites por fora a fim de se voltar para dentro causava assombro a quem estava acostumado a habitar um lugar de modo extensivo, na medida de seus passos, e que, uma vez que as andanças não eram dadas a ‘impedimentos’, percebia os Gerais como um ‘mundão’, de terras ‘sem fim’. Se ‘vasto’ ou ‘apresilhado’, a linguagem acompanhava a vivência do espaço.

A operação de medir, ressaltar divisas e se apropriar de modo exclusivo da porção de terra delimitada, afastando o que se considerava não fazer parte dela, é ponto que faz aproximar o Parque das lavouras. Pois os discursos da biodiversidade e da monocultura a eles respectivamente atrelados (definições que, vale observar, soam imprecisas quando separadas, mas que são aqui postas em par para explorar sua proximidade semântica) compartilham de premissas semelhantes no que se refere ao modo como habitam um território, e que se distinguem daquelas que existiam antes de sua chegada. A diferença entre os dois termos reside no conteúdo que foi escolhido para ficar dentro e fora da cerca.

Para o modelo intensivo de produção da monocultura, instaurou-se um modelo intensivo de preservação da biodiversidade. Essas propostas à primeira vista antagônicas de apropriação do cerrado se inscreveriam de modo bastante nítido no espaço. As monoculturas eram a paisagem dos arredores da cidade. Quando chegamos à Chapada em 2006, o capim brachiaria era a monocultura dominante. Era época de colheita, e de dia, se avistavam nuvens acinzentadas. ‘Deve ter umas dez máquinas lá trabalhando’, explicavam-nos. As máquinas colheitadeiras – que, aliás, se via passar e estacionar feito carros nessa época na cidade –, cortavam o capim rente, aspiravam as sementes e jogavam tufões de mato com as sementes leves para cima, uma revoada para o céu, e as sementes pesadas ficavam em um filtro na máquina. A casa da Funatura, que divisava uma plantação de capim, ficava constantemente suja, coberta por uma fuligem. De noite, havia um círculo de fogo ao redor da cidade, para queimar a palhada – depois se tentou fazer briquetes do que sobrava do capim, para reutilizá-lo como fonte de energia.

‘Esses gaúchos não deixam nem um pé de pau, né?’, uma conhecida constatava-me ao passar pelas plantações na estrada para o Assentamento. Saindo da sede, cruzava-

se 25 quilômetros de lavoura, parte do caminho quase dentro das plantações. Em algumas delas, via-se uma porção muito definida de vegetação nativa, em destaque no meio de um campo de capim ou soja – era a Reserva Legal, área de compensação pela parte suprimida e que no cerrado deveria ser de 20% da propriedade. Nas águas, com a dificuldade de escoamento, formavam-se grandes bolsões nessas estradas, e às vezes se tinha de desviar por dentro da lavoura. ‘Você vê, tem plantação até a beiradinha da estrada’, outro dizia.

A estrada estadual de Chapada para Formoso, 130 quilômetros, ia da monocultura à biodiversidade. Assim que se passava esse trecho, entrava-se na área de cerrado espesso, 12 quilômetros deles por dentro do Parque, e depois mais 8 em outra porção. Até o Assentamento, a 90 quilômetros da Chapada, a única habitação que se passava era a venda de Nizão no Batista, no meio do caminho, em que se viam prateleiras com bolachas, balas e bebidas, muitos cartazes avisando que não vendia fiado, uma mesa de sinuca e uma placa que anunciava ‘Ponto de Informação para qualquer região Formoso Chapada Gaúcha Arinos Buritis’. Andar por aquela estrada, que mais tarde seria chamada de ‘Estrada-Parque Guimarães Rosa’<sup>99</sup>, era uma atualização do que eu ouvia a respeito da unidade em reuniões e palestras da Funatura: ‘As cidades dependem dessas áreas de reserva para sobreviver. O Parque não tem função apenas de fonte medicinal para o futuro, mas também para produzir oxigênio. 1 pessoa precisa de 150 árvores para a produção de oxigênio’; ‘Por que não se pode ter um lugar natural sem a interferência das pessoas, que chegaram lá depois dos bichos?’; ‘Dois terços do cerrado está destruído por queimadas, carvão, expansão agropecuária; a gente precisa construir propostas de manejo para que o cerrado não se transforme em ilhas de preservação, os parques, no meio de plantações de soja, capim e criação de gado’.

Por 25 quilômetros da estrada, tinha-se a otimização da produção com a retirada da “natureza”; por 12, a otimização da preservação com a retirada da “cultura”. Para a monocultura, o cerrado era um empecilho à plena produção; a supressão dele por completo para dar lugar às lavouras levava à necessidade de compensá-lo na Reserva Legal. No discurso da biodiversidade levado a cabo pelo Parque, as pessoas é que eram tomadas como um empecilho à preservação plena; sua remoção e estabelecimento em

---

<sup>99</sup> Nome instituído pelo Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, projeto de gestão territorial elaborado pela Funatura (2008) e reconhecido em 2009 pelo Ministério do Meio Ambiente (Diário Oficial n.78, 27/04/09).

um outro lugar equivaleria, em termos lógicos, à Reserva Legal da monocultura – só que em vez de vegetação nativa, destinava-se um espaço para a população nativa, ou tradicional, para se usar a designação corrente. Pautados numa linguagem de compensação, a Reserva Legal é para a monocultura o mesmo que o Assentamento é para a biodiversidade. Em suma, monocultura/biodiversidade trabalhavam em chave semelhante: criar um território exclusivo de cultura/natureza, cujo regime intensivo de produção/preservação demanda que se remova a natureza/a cultura que é considerada um empecilho a seus propósitos plenos, compensando-a com um espaço dele separado. Como diz o Plano de Desenvolvimento Sustentável do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas elaborado pela Funatura em 2002: ‘O cerrado é a lavoura que já está plantada’ (:12).

Variava o que era incluído e excluído de suas divisas, o que ficava dentro e fora da cerca – produção sem mato por um lado e preservação sem gente por outro. Monocultura e biodiversidade separavam ambientes, operavam a descontinuidade, apartavam a “natureza” e a “cultura” que, no tempo em que não havia cercas, eram embaralhadas no movimento das pessoas. A ocupação que se efetivava através de divisas, e que demarcava territórios segmentares, de uso exclusivo e intensivo, se distanciava do modo em que se habitava, através de andanças, o território contínuo (‘sem partilha’), coletivo (‘no comum’) e extensivo (‘na solta’) dos Gerais.

### ***Preservacionismo***

Está-se aqui manejando a designação ‘biodiversidade’ para sugerir um jogo de palavras com a ‘monocultura’; mas o discorrido acima seria mais bem precisado se falássemos em ‘preservacionismo’ – corrente que informou a criação do Parque e que de modo geral influenciou a criação de unidades de proteção integral no Brasil, e sobre o qual reservo agora algumas palavras a fim de explorar seus efeitos no universo tratado.

O modelo de preservação que pautou a criação do Parque deve ser observado em diálogo com as discussões políticas e acadêmicas em âmbito internacional que envolvia o tema das áreas protegidas. As primeiras unidades de conservação no país são informadas por uma noção de incompatibilidade entre presença humana e preservação da natureza, afetada pela corrente da ‘ecologia profunda’ – ao que Barbosa e Drummond definem como a vertente ‘biocêntrica’ do ‘ecologismo’ (1994:265), e que,



baseada na idéia de ‘direitos da natureza’, estende ‘os direitos naturais do liberalismo clássico aos elementos do mundo natural’ (*id., ibid:268*). Sobre a relação humanos e natureza, o biocentrismo guarda ‘dois aspectos principais’: ‘Primeiro, ele muda as posições das categorias natureza e cultura e desloca da cultura o foco irradiador de sentido para o todo. Segundo, ele valoriza positivamente a natureza na sua forma “intocada”, “inculta” ou “selvagem” (...)’ (:274). Segundo os autores, o preservacionismo seria a corrente que mais se aproximaria destas idéias.

A implantação de unidades de conservação no Brasil espelhou-se inicialmente em Parques norte-americanos; eram caudatárias da experiência de Yellowstone, o primeiro parque, criado em 1872, que tinha o objetivo de resguardar paisagens supostamente intocadas para a exaltação e apreciação estética das populações urbanas que o visitavam (Diegues, *op.cit.*; Silveira, 2001; Barreto Fº, 1997; Barbosa e Drummond, *op. cit*). Sob influência do preservacionismo, o argumento contemplativo para a criação de áreas de proteção integral arrefece, dando lugar ao dos direitos da natureza de que se falou acima, e que permite priorizar a instituição de unidades não ‘apelativas do ponto de vista estético’ (Diegues, *op.cit.:22*) mas que conteriam um substrato de biodiversidade (Ferreira, 2004:49). O afastamento das pessoas era aí fundamental para manter salvas as espécies na área protegida, que visaria ‘preferencialmente sua conservação e não o bem estar social dos povos que nela habitam’ (*id. ibid:49*).

O acolhimento das idéias preservacionistas na criação de áreas protegidas sofreria transformações, em arenas de debate internacional – como congressos mundiais de Parques Nacionais e conferências da União Internacional de Conservação da Natureza/UICN (cf. Diegues, 2004:59-61) –, com relação ao enfoque lançado às chamadas ‘populações tradicionais’: de promotoras de impactos em um ambiente outrora puro, o qual deveria ser resguardado ‘em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana’ (Diegues, 2001:09); recebe acolhida a idéia de que seriam parceiras na conservação. A mudança de abordagem que se gestava nos anos 60 encontra forte eco na Conferência da UICN em Ottawa (Canadá), em 1986, ocasião em que se recomenda a permanência e trabalhos conjuntos com a comunidade e, ‘de maneira mais incisiva, que os povos tradicionais não devem ter seu modo de vida alterado se decidirem permanecer na área do parque, ou que não sejam reassentados fora dela sem seu consentimento’ (*id., ibid.:62*).

Na década de 80, o ‘modelo de exclusão da população parecia sepultado’ no estabelecimento de áreas protegidas (Ferreira, *op.cit.*:49). A autora destaca, porém, que houve um refluxo das idéias preservacionistas nos 90, quando se passou a contestar o discurso do uso sustentável que se ergueu em contraposição a elas. Nessa direção, é publicado em 1998 o livro ‘Parques em Perigo’ (Parks in Peril) pela ONG norte-americana The Natural Conservancy/TNC (*id. ibid.*; Silveira, 2001). Dentre outros princípios, o livro reafirma a necessidade de proteção integral dos ecossistemas, a necessidade de que a conservação ficasse a cargo de cientistas, e a constatação de que as populações tradicionais ao longo do tempo passavam a ter práticas de maior impacto ambiental (Silveira, *op.cit.*:10-11). A respeito do livro, conclui criticamente Silveira: ‘O que este novo-velho projeto propõe, de fato, é que os agentes do grande capital abandonem o populismo manifestado no discurso da participação e assumam que a forma mais eficiente de preservar é fechar a área e deixá-los sob os cuidados dos cientistas especializados e sob o poder do Estado’ (:11).

Nessa época, não havia no Brasil uma legislação unificada que tratasse de áreas protegidas (lembrando que o SNUC é de 2000)<sup>100</sup>, mas os ambientalistas brasileiros estavam envolvidos nestes debates internacionais, que se revertiam em tomada de decisões. A TNC, de grande atuação nesta arena e autora do ‘Parques em Perigo’, era uma das fontes de financiamento da Funatura<sup>101</sup>. Sua atuação na linha preservacionista repercutia portanto entre os projetos que fomentava. Alguns anos depois de Parks in Peril, elaboravam-se os estudos para o Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, publicado em 2003. Em uma parte intitulada ‘Tempos Modernos – Criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas’, revela-se que se aventou não remover as pessoas, e desvela-se a disposição para encontrar enfim um argumento que o justificasse. Em um trecho na sua totalidade em estreita sintonia conceitual com os princípios que Silveira (*op.cit.*) apontou na publicação da TNC, lê-se:

---

<sup>100</sup> A primeira proposição de unificar em uma lei os conteúdos relacionados às unidades de conservação, que culminou com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (criado em 2000, com decreto de 2002), foi uma proposta de projeto de lei feito em 1988 pela Funatura, por encomenda do IBDF, órgão que deu origem ao Ibama (cf. Ferreira, *op.cit.*:57).

<sup>101</sup> Mais precisamente, era sua fonte de financiamento permanente; as outras advinham de projetos com duração limitada. O convênio entre TNC e Funatura foi o primeiro firmado no âmbito do Plano de Conversões de Dívida para Fins Ambientais, regulamentado em 1991 pelo governo brasileiro. Através dele, a Funatura passou a receber, a partir de agosto de 1993, 11.000 dólares mensais para aplicar no Parque. O acordo tem duração de vinte anos, extensíveis para mais vinte. Sobre conversões de dívida externa com fins ambientais e o convênio TNC e Funatura, ver Ricupero, Abdala e Mariano (1995).

Havia também uma tese levantada de fazer conviver a comunidade antrópica tradicional com o sistema natural do Parque, alegando-se que doses alternadas de vigilância e de educação ambiental tornariam possíveis a manutenção do equilíbrio aparente atual. Ou seja, nada mudar.

Mas fatores menos visíveis parece que condenam essa convivência a longo prazo. Laurenz Pinder, biólogo e ecólogo foi o primeiro a anotar, em 1991, o registro de uma grande mortandade de animais – já estando criado o Parque –, por contaminação trazida, aparentemente, por uma grande boiada que o atravessou, provinda da Bahia. Doenças hemorrágicas e paralisia muscular, com seus vírus ou bactérias poder ser tenham [sic] provocado grande mortandade entre algumas variedades de animais silvestres. Em entrevistas feitas em 1999 (...), detectamos menções a mais dois outros prováveis surtos epidêmicos, de causas insondadas, nas décadas de 60 e 70, responsáveis talvez todos eles, em somatório, pela baixa densidade silvestre da área, se a compararmos a alguma outra reserva estanque de Cerrado, como o Parque das Emas, em Goiás.

Embora seja viável a coexistência do homem com áreas de preservação, não é receita que se possa formular universalmente, em especial no Cerrado, com suas facilidades pastoris pronunciadas. De mais a mais, devido ao pequeno percentual de áreas preservadas do Cerrado, não nos parece razoável confundir os limites da preservação antropológica com inadvertida postura antropocêntrica.

O mundo já é abusivamente do homem. É preciso dar uma mínima chance de sobrevivência aos animais selvagens, os maiores vitimizados da contestável vitória do homem sobre a natureza... (:59)

Na defesa de argumentos semelhantes, a Funatura, junto com outras instituições, subscrevera alguns anos antes o ‘Manifesto da Rede Pró-Unidades de Conservação’, em resposta ao ‘Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação’ realizado em Brasília em 1996, conforme relatado por Jacinto (*op. cit.*:10). Nesse manifesto, reclamava-se que fora desigual o espaço previsto para ‘aqueles que defendem a flexibilização da “presença humana”’ e ‘os defensores da integridade das unidades de conservação’; e argumentava-se que ‘a seleção, criação e implantação e gestão das Unidades de Conservação de proteção integral são atividades pautadas por critérios eminentemente científicos e técnicos, que devem continuar prevalecendo sobre quaisquer outras considerações’, e que, nessas unidades, ‘as atividades de conservação dos ecossistemas (...) deverão ser orientadas preponderantemente contra a ação antrópica, causa básica de sua degradação’ (:182-3).

A criação da Funatura em 1986, junto com outras instituições ambientalistas nascidas na década de 80 no Brasil, influenciou-se pelo preservacionismo estado-unidense, que se contrapunha à idéia de que uma unidade de proteção poderia, a um só tempo, proteger as diversidades biológica e cultural (Diegues, *op.cit.*:74). Assim, independente das transformações de mirada sobre as populações tradicionais nos anos 80 nas arenas internacionais de debate, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas é

criado em 1989 com plena energia preservacionista, como se pode constatar no linguajar condensado em documentos, planos, projetos e entrevistas, em torno de sua justificativa. Neles lê-se: sobre ‘perturbações antrópicas’; sobre a necessidade de resguardar em áreas integrais o cerrado, mesmo não tendo o apelo estético da Amazônia, pois é um dos maiores ‘hotspots’ (grande biodiversidade e risco de extinção) do mundo; sobre o direito da natureza ser preservada, uma vez que existia antes da chegada das pessoas; e, disso decorrente, a prescrição de que estas fossem assentadas em outra área.

A disposição preservacionista da Funatura foi se modificando ao longo do tempo de atividades na região, com um aumento de projetos desenvolvidos junto às comunidades. O enfoque mais conservacionista – e com isso me refiro à abordagem que contempla as pessoas nas ações de preservação – é vislumbrado no distanciamento de alguns fundadores preservacionistas da entidade. A criação do Assentamento e a continuidade da atuação da Funatura junto à ‘comunidade’, com o propósito aberto de gerar uma experiência bem sucedida de desenvolvimento sustentável, inscreve-se nesse novo momento. O fato de se focar nas pessoas não a faz contudo abandonar o preservacionismo, uma vez que ele, apropriando-se da linguagem da ‘tradição’, não se ausenta do enfoque dado agora à ‘cultura’ – algo que aludirei em outro momento.

Como dito algumas vezes, o Parque se instituiu principalmente ante à expansão da fronteira agrícola. Porém, logicamente se estabeleceu numa área em que isso ainda não se fazia sentir, já que a justificativa de ser criado era a de resguardar uma porção que dispunha de capital natural, era a de ‘proteger amostras do cerrado’ (Pádua, 1996:04)<sup>102</sup>. Quando o Parque reage às lavouras incidindo sobre áreas que estavam alheias a elas, as pessoas que aí vivem, ao manter a biodiversidade cortejada pela unidade, foram artífices de sua própria saída, uma vez que o lugar por elas conservado foi considerado preservado demais para sua permanência.

Esse nó lógico não seria desatado; na atualização do preservacionismo pelo Parque, há uma ambigüidade de nascença, inescapável, relacionada à presença humana: pois toda vez em que se afirmava que a área era de grande diversidade biológica estava

---

<sup>102</sup> Na época, a legislação que abrigava a proposta era o Regulamento dos Parques Nacionais (Decreto nº 84.017 de 21/09/1979). No seu artigo 2º ‘Serão considerados Parques Nacionais as áreas que atendam às seguintes exigências’, aparece no inciso I: ‘possuam um ou mais ecossistemas totalmente inalterados ou parcialmente alterados pela ação do homem, nos quais as espécies vegetais e animais, os sítios geomorfológicos e os *habitats*, ofereçam interesse especial do ponto de vista científico, cultural, educativo e recreativo, ou onde existam paisagens rurais de grande valor cênico’.

se depondo contra o argumento de que as pessoas eram nocivas ao ambiente em que viviam. Isto é, o argumento usado para a criação do Parque se voltava contra si quando se majorava efeitos da ‘antropização’.

Da ambigüidade-matriz desdobra-se uma relacionada à ‘virgindade’ da natureza e à mensuração da presença humana, que atravessa o Plano de Manejo (Funatura, 2003)<sup>103</sup>. Ora o Parque é um vazio, lugar onde se encontram amplas extensões de natureza primitiva (com diversas fitofisionomias do cerrado, mananciais, espécies de fauna e flora, inclusive em extinção – ver Declaração de Significância, no anexo 4), em um largo território de terras ausentes, devolutas, com poucos a indenizar e por isso inferidas como terras sem gente; ora há muita gente morando, e irremediavelmente gerando impacto, com a roça, o gado, e o extrativismo vegetal e animal<sup>104</sup>.

Os argumentos da proteção integral não raro colidem na questão da intocabilidade. Em uma seção (‘Zoneamento’), a ‘zona primitiva’ – conceituada como ‘aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico’ – é a que ocupa a maior parte do Parque. Porém, em outra seção (‘Caracterização dos fatores bióticos’), desfecha-se um vocabulário amplo relacionado à ‘ação antrópica’ em sítios localizados inclusive nessa zona (falarei mais no tópico seguinte). Mais intocada do que a primitiva, somente as ‘zonas intangíveis’ – ‘onde a primitividade da natureza permanece intacta’<sup>105</sup> –, com três segmentos menores; contudo, num dos seus ‘sítios’ (o Córrego Veredão) acusa-se ‘vestígios de queimada’ em outro momento do Plano (:93).

---

<sup>103</sup> O argumento da virgindade da natureza é usualmente posto em questão em trabalhos antropológicos que investigam populações em áreas que se tornam unidades de proteção integral. Ver, dentre outros, o trabalho de Costa, sobre moradores da praia do Adventureiro, na Ilha Grande/RJ, que em 1981 tornou-se parte da Reserva Biológica da Praia do Sul (2008).

<sup>104</sup> Em Jacinto (*op. cit.*), há um exemplo disso: “‘(...) *tinha muita gente morando dentro do Parque*, em números absolutos, não relativos (...). [E]ssas são as pessoas que vão ser mais diretamente atingidas – não atingidas no sentido de vítimas, eu não considero que há vítimas quando você cria um parque – mas no sentido que elas seriam as primeiras pessoas que teriam que entender o processo de criação do Parque, de proteção da natureza, que elas teriam que sair dali (...)’ (fala de uma funcionária da Funatura à época :126, meus destaques). Essa fala, aliás, parece ilustrar um trecho de Diegues: ‘o que está implícito é que estas [sociedades tradicionais] deveriam “sacrificar-se” para dotar as populações urbano-industriais de espaços naturais, de lazer e “contato com a natureza selvagem”. Ou ainda, segundo uma versão mais moderna dos objetivos das áreas naturais protegidas de uso restrito – proteger a biodiversidade’ (*op.cit.*:40).

<sup>105</sup> Segundo o regulamento citado na nota 102: ‘É aquela onde a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas’.

Interpondo o mapa de Zoneamento com o mapa que contém os pontos das 90 moradias no Parque (fornecidos separadamente pela Funatura, e cuja junção está no anexo 5), constatei que aproximadamente 1/3 das casas se encontravam na zona primitiva – que contempla, dentre outros sítios, a cabeceira do Rio Preto onde morava Dona Nica<sup>106</sup>. A zona intangível, cujo objetivo de demarcação era ‘preservar áreas que apresentam as mais ricas biodiversidades do Parque’ (:176), pegava por exemplo as Éguas Mortas, onde Dona Nica parou caçando melhora; a Passagem do Mato e o Tomé Inácio, onde viveram Dona Lu e Seu Eduardo (‘no grosso *do Parque*, no fundo’, como me disseram); e a Vereda de Inocência, que deságua no Rio Santa Rita, e onde morava uma senhora chamada Inocência. A propósito de Dona Inocência, não só a vereda batizada com nome de gente indica a presença de morador (Tomé Inácio, Estevão), como também a antropização é sugerida quando se vê Égua Morta ou Porcos nomeando veredas de áreas consideradas intangíveis.

Mas, da perspectiva que se desenvolveu no capítulo 1, a casa em que se morava não era índice seguro para depreender o território que se ocupava. Signos fixos dão a dimensão da ‘população’, em termos de densidade, mas não a do ‘povo’ – que fica parado, mas principalmente anda. Assim, benfeitorias não são medidores seguros para avaliar o quanto um ‘povo’, que vivia da andança (das pessoas, das roças, do gado, do fogo, como se verá), habitava o território circundante. ‘Só sabia o que era a nossa casa, mas nós usávamos mais de mil hectares’, para retomar uma frase de Seu Eduardo. Ou seja, do fato de não ser populoso não se pode depreender que não fosse povoado; o espaço habitado era muito mais vasto do que aquele em que a casa estava erguida no momento em que chegou o Parque.

A inconstância no trato dado à primitividade das regiões ao longo do Plano de Manejo era contornada com um consenso vigoroso quando se buscava palavras para traduzir os efeitos da presença humana: onde havia pessoas, havia impacto. A exposição de áreas em que passou gente recebe irremediavelmente essa pincelada. Na visão de

---

<sup>106</sup> Antecipando-me a uma réplica que citaria o montante de moradores que se encontrava em zonas consideradas de recuperação (‘áreas consideravelmente alteradas pelo homem’, que devem ser ‘recuperadas’ com a remoção de ‘espécies exóticas’ e a ‘restauração natural ou naturalmente agilizada’), contra-argumento com mesma pergunta, requeitada: se estava degradado, por que foi englobada pelo Parque? Note-se que nessa zona se encontram áreas mais próximas dos limites, como a cabeceira do Mato Grande (na divisa a oeste) e a Carinhonha a nordeste; se estivessem degradadas a ponto de não interessarem ao Parque, poderiam ter sido retiradas de seus limites, assim como ocorreu com monoculturas que lhes eram vizinhas.

uma natureza pura original, que vai sofrendo gradativas degenerações com o contato humano, o habitar basta para que as pessoas ‘perturbem’ o ambiente, algo que fica bastante explícito em uma seção que enquadra como ‘atividade conflitante’ aspectos corriqueiros do viver: a ‘criação extensiva de gado’, a ‘agricultura de subsistência’, a ‘criação de animais domésticos como cães, gatos, galinhas, porcos, animais de montaria, etc.’, a ‘prática da caça’, e a ‘extração de palhas de buriti para cobertura das casas, de lenha e de mourões’ (:150).

Assim, se a instituição da unidade celebrava a constatação de haver uma área nos Gerais com alto grau de conservação, a característica de intocabilidade que a ronda deve sofrer um reexame quando é chegada a hora de reunir argumentos para a saída das pessoas. Ela é ‘primitiva’ para se criar, mas ‘antropizada’ para recomendar a realocação dos que aí viviam<sup>107</sup>. O impacto da presença não é somente constatado, mas demarcado como temerário à manutenção do ecossistema. Lança-se então à hipótese do risco futuro: ‘fatores menos visíveis parece que condenam essa convivência a longo prazo’, diz trecho do Plano de Manejo transcrito algumas páginas acima.

Se não se pode lançar com segurança ao adiante, e hipóteses a esse respeito é algo que a antropologia não me habilita a fazer (mas imagino que a realocação não seria a condição única para o trabalho por práticas sustentáveis que é feito por exemplo no Assentamento), que nos mantenhamos na análise de premissas do presente. Esquivando-me da projeção de saber se a biodiversidade se manteria com as pessoas aí, uma coisa

---

<sup>107</sup> Nesse ponto, menciono uma diferença na abordagem das ‘populações tradicionais’ quando se trata de unidades de proteção integral ou unidades de uso sustentável (que prevêm a presença humana). No segundo caso, são tratadas como protagonistas da conservação (a unidade as resguarda); no primeiro, causadoras de degradação (a unidade se resguarda delas) – e a falta de consenso é manifesta no SNUC, que teve todos os artigos a respeito vetados. Carneiro da Cunha e Almeida (2009) discorrem sobre os percursos do conceito de ‘populações tradicionais’ através dos seringueiros na Amazônia, que se lhe apropriam ao perceber que sua luta se sintoniza com a causa conservacionista. As Reservas Extrativistas (ResEx), unidade de conservação de uso sustentável tornada símbolo desta luta, metamorfosearam-se de ‘programa agrário’ a ‘ambiental’ frente à resistência política à reforma agrária dos governos à época (ditadura, Sarney e Collor). Dado que sua ‘prática efetiva’ de extração de borracha dependia da floresta em pé, o posicionamento dos seringueiros contra o desmatamento (principalmente através dos famosos ‘empates’, obstruções de derrubadas) muito os fazia aproximar da causa ambiental, e o caminho de garantir o usufruto coletivo da terra foi facilitado ao reivindicá-la como área de conservação. Os seringueiros ‘[p]ensavam que estavam produzindo a borracha, e não a biodiversidade’, dizem os autores (:293); e assim ‘assumiram no final dos anos 80 uma posição de vanguarda em mobilizações ecológicas’ (:285) que resultou na criação da Reserva Extrativista Alto Juruá, em 1990. A história das Reservas Extrativistas é inextricável à história da luta dos seringueiros, e sua justificação parte portanto da ‘idéia de que as pessoas mais qualificadas para fazer a conservação de um território são as pessoas que nele vivem sustentavelmente’ (:287).

Este não poderia ser logicamente argumento para o estabelecimento de unidades de proteção integral. Assim, o *e* que liga natureza e gente nas unidades de uso sustentável dá lugar a um *ou* que as contradita no caso das de proteção integral.

que não se pode contestar, tomando em conta os próprios argumentos de criação do Parque, é que a biodiversidade foi constatada em um lugar onde havia gente (mesmo quando não havia benfeitoria visível). Resta a mesma a pergunta, agora reelaborada: se é um dado o fato de que as pessoas habitavam a região que se fez Parque, e se o Parque foi criado enaltecendo a rica biodiversidade aí existente, não seria mais coerente considerar as pessoas como parte, em vez de intrusas, neste quadro?<sup>108</sup>

A lógica da preservação intensiva, da necessidade do apartar para mais bem preservar, advoga por manter intocável uma área que no entanto não era virgem. O que eu quero dizer, em outras palavras, é que uma vez que a ‘amostra primitiva do Cerrado’ que o Parque constatou e delimitou era ‘antropizada’ – tinha enfim uma ‘mexida’ humana –, será que a biodiversidade encontrada existia a despeito, ou por causa das pessoas?<sup>109</sup> Se o Parque ‘desantropiza’, ou tira uma ‘espécie’ desta área, não estaria ele instituindo uma mudança ‘ecossistêmica’?<sup>110</sup> Em vez de cumprir a proposta de um retorno a um ambiente puro, não estaria o Parque, ao promover a saída das pessoas, *produzindo* um ambiente povoado por espécies que não se relacionam com gente? Isto é, tratar-se-ia de um retorno à natureza como era, ou da produção de uma natureza como se quer que ela seja?

No tópico seguinte, veremos o preservacionismo, bem como sua ambigüidade, operando em um tema concreto e que se tornou caro às pessoas: o uso do fogo – costumeiro na lida com o gado e com a roça. Para embasar a necessidade de saída delas, para fundamentar a hipótese do risco futuro, seguidamente se aludia à incompatibilidade desta prática com a manutenção da biodiversidade. Nisso os ‘sertanejos’ se distinguiam dos seringueiros (da nota 107), pois seus modos de vida, ao contrário

---

<sup>108</sup> Aqui novamente me aproximo da Amazônia. Essa reflexão, e seus desdobramentos, se inspirou no artigo ‘Imagens da natureza e da sociedade’ (Viveiros de Castro, 2002), em que o autor revisita os trabalhos nas áreas de ecologia humana, arqueologia, antropologia social e história sobre a floresta, e redimensiona a questão da mata virgem. Diz ele: ‘A mudança mais relevante na área da ecologia diz respeito à ênfase crescente na diversidade ambiental da Amazônia e nas correlações entre essa diversidade e a atividade humana’ (:325). Mais à frente: ‘[B]oa porção da cobertura vegetal da Amazônia é o resultado de milênios de manipulação humana. William Balée, o pesquisador que tem extraído as lições mais importantes destas descobertas, observa que a “natureza” amazônica é parte e resultado de uma longa história cultural (...). Ao contrário do que se imaginaria, aliás, as florestas antropogênicas apresentam *maior* biodiversidade que as florestas não-perturbadas (...)’ (:326, destaque do autor).

<sup>109</sup> Questão semelhante aparece em Diegues (2001:91-2), mencionando um estudo sobre as savanas.

<sup>110</sup> O argumento de que o processo de ausência das pessoas em uma área há longo tempo habitada por gente altera a diversidade biológica, diminuindo gradativamente a riqueza das espécies, é indicado no trabalho de Flávia Souza (2006), que foi chefe do Parque Nacional Grande Sertão Veredas entre 2001 e 2003. Nele, critica-se a criação de uma unidade de proteção integral na área, advogando por uma categoria de uso sustentável.



destes, estavam profundamente ligados a práticas não-sustentáveis, de alto impacto. Enquanto os seringueiros necessitavam da floresta em pé para extrair a borracha, os sertanejos precisariam do cerrado queimado para criar seu gado.

As queimadas destruíam flora e fauna, comprometiam a vida de animais silvestres a microorganismos, empobreciam o solo, causavam voçorocas, secavam nascentes, etc. Mas por que o cerrado era tão inflamável? Aqui novamente se vislumbra uma oscilação: o fogo era saudável e até fundamental ao cerrado quando se tratava de um fenômeno natural. Ele era um problema, no entanto, quando posto pelas pessoas – e, para ser mais precisa, pelas pessoas que lá moravam.

### ***Fogo e queimada***

Uma reação crítica à mirada preservacionista sobre as ‘populações tradicionais’ reclama justamente a autoria destas populações na constituição da natureza supostamente virgem cobiçada pelas unidades de conservação; em vez de danosas, práticas tradicionais de manejo seriam promotoras da biodiversidade (cf. Diegues, 2001). No entanto, no ímpeto de reagir ao argumento “misantrópico” de gente como intrinsecamente predatória, a crítica por vezes resvalava em uma substancialização às avessas, a das gentes ‘tradicionais’ como essencialmente harmônicas com a natureza<sup>111</sup>. Chamando a atenção para isso, em artigo que tem como um dos objetivos ‘questionar os fundamentos do compromisso das populações tradicionais para com a conservação’, Cunha e Almeida indagam: não seria esta elaboração ‘um caso de projeção ocidental de preocupações ecológicas sobre um “bom selvagem ecológico” construído *ad hoc*?’ (2010:277). Essa indagação também ecoa em outros autores, como Diegues (2001) – quando ressalva que falar da contribuição de povos tradicionais para a proteção da biodiversidade não os faz ‘conservacionistas natos’, ‘uma visão simplista do *selvagem* ecologicamente nobre’ (:95, destaque do autor) –, e Ferreira (2004) – que qualifica

---

<sup>111</sup> Sobre a dicotomia, aponta Silveira (2001): ‘O cerne do problema analítico das duas posições (...) é que ambas essencializam a relação dos atores com o ambiente (...). O modelo sócio-ambientalista substantivista (...) presume que a tradição cultural das populações garante que elas tenham uma dada relação com o meio. A cultura é vista como estática e determinante da conduta dos indivíduos. Em suma, o que é dado histórico dos moradores de um lugar é tomado como garantia de ação futura. Por sua vez, o modelo preservacionista essencializa a relação homem/ambiente de uma maneira mais genérica, e no pólo oposto: toda relação humana com o mundo natural é prejudicial ao último, e, se queremos conservar, devemos nos afastar do ambiente. E, endossando a visão culturalista nos seus aspectos essenciais, pressupõe que a *cultura tradicional* tende inevitavelmente a se degradar através da *aculturação*’ (:24-5, destaques do autor).

como ‘mito antropocêntrico’ (:51) a idéia de que ‘grupos sociais apartados da modernização são essencialmente conservacionistas’ (:50).

Em outro contexto, questão semelhante foi encarada por Quirós (2010) quando analisa a imagem social a respeito dos piqueteiros, a partir de estudo na periferia bonaerense. Sobre os discursos de glorificação que se erguiam no contrapé dos de criminalização, diz a autora: ‘[N]o universo onde a *vadiagem* é uma das acusações mais empregadas, pensar a identificação *piqueteiro* exclusivamente em termos de dignificação obscurece as controvérsias morais às quais as pessoas de carne e osso estão sujeitas’ (:56, destaques da autora). Exponho esse trecho pois penso que, aqui importado, desdobra um pouco mais a crítica à idealização das populações tradicionais que responde ao argumento biocêntrico. À luz da observação de Quirós, o problema não seria somente o da exaltação em si, como também o da uniformização que tanto a ‘vadiagem’ quanto a ‘dignificação’ produzem, e que não exploram as contrariedades internas. Transpor semelhante inquietação para os discursos sobre ‘populações tradicionais’ é uma tentativa de fugir da armadilha da unidade, que tanto cientistas naturais (quando dizem que elas agridem a natureza) quanto cientistas sociais (quando dizem que a preservam) estão sujeitos.

Para ilustrar este ponto, exponho brevemente uma experiência pessoal em meio a um debate dessa ordem, e cujo resgate crítico cumpre também o objetivo de apresentar algumas amarras que me acompanhavam. Quando morava em Januária, fui convidada para participar de uma mesa redonda sobre conflitos socioambientais em unidades de conservação. Como a mesa era também integrada por funcionários de órgão ambiental governamental com atuação na região, quase todo composto por profissionais das ciências naturais, eu seria o “contraponto social” à mesa. Sendo assim, expus uma passagem etnográfica no Assentamento seguindo a linha do valor das comunidades para a conservação ambiental. Depois de minha apresentação, expôs um funcionário do órgão que, reagindo com fala viril, discorria sobre veredas que haviam secado e incêndios decorrentes da prática do fogo para roça e para o gado por moradores da região, para sugerir nas entrelinhas que sua *prática* profissional desmontava o que minha *teoria* (dicotomia bastante explorada em arenas de debate como essa) versava sobre pessoas e conservação ambiental. Seu discurso era oposto ao meu no conteúdo, ao mesmo tempo que próximo no trato unívoco dado aos moradores.

O fogo mencionado pelo debatedor na mesa era questão-chave que se lançava mão para exemplificar danos que as ‘populações tradicionais’ causavam ao cerrado. Nessa direção é que aparece também como argumento preservacionista importante para justificar a necessidade da saída das pessoas do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Aí, a presença humana foi considerada incompatível com a intenção de se preservar o cerrado em sua forma pura; o fogo, recurso corriqueiro para agricultura e lida com o gado, era tido como uma das principais ‘pressões antrópicas’ a ameaçar a conservação da biodiversidade.

Nessa direção, lê-se no Plano de Manejo da unidade, publicado em 2003, em que se fala de um universo de 90 famílias em 84.000 hectares, referente ao ‘Parque Velho’:

*As principais atividades conflitantes desenvolvidas no Parque referem-se a criação extensiva de gado e a agricultura de subsistência. Estas atividades são desenvolvidas por comunidades que vivem dentro do Parque nas áreas ainda não desapropriadas. (...) As comunidades cultivam apenas culturas de subsistência, ou seja, para o próprio consumo. A média de área plantada com esses cultivos é de 1,13 hectare por família. As principais culturas são: arroz, feijão, milho e mandioca. A principal atividade produtiva das comunidades é a criação extensiva de gado utilizando o pasto nativo do cerrado e das veredas (partes mais altas). Cada família (considerando apenas posseiros e pequenos proprietários) possui, em média, cerca de 13 cabeças de gado. Existem alguns grandes e médios criadores de gado. São vários os problemas advindos desta situação. O principal refere-se à prática de queima da vegetação nativa para renovação do pasto e para limpeza de terreno para roça. Praticamente todas as famílias que cultivam ou criam gado, se utilizam dessa prática. Algumas áreas acabam pegando fogo anualmente ou em intervalos de dois anos, fato que leva a uma perda gradual da biodiversidade local (:150-1, meus destaques).*

No Parque, ainda continua vigorando a prática tradicional de queimada dos cerrados, campos e veredas, na estação seca, para renovação do pasto para o gado das famílias que ainda lá vivem e para limpeza de terreno para a formação das roças. O pastoreio e as práticas de manejo associadas estão *provocando um forte impacto* (:138-9, meus destaques).

A constatação do fogo como problema pontua trechos diversos desse documento, e recebe esse tratamento quando está referido à ação humana. Na seção nomeada como ‘Caracterização dos Fatores Bióticos’, no sub-item ‘Espécies Características da Flora Arbórea, Arbustiva e Herbácea dos Sítios Amostrados’, em quase todas as fitofisionomias dos seis sítios observados<sup>112</sup>, ‘vestígios de queimada’ foi

---

<sup>112</sup> As fitofisionomias são: cerrado sentido restrito (denso e típico); cerradão; cerrado ralo; carrasco; vereda; mata de galeria; formações campestres (campo sujo e campo limpo) e agricultura/pastagens artificiais. Os sítios são: 1. Cabeceiras do Rio Preto; 2. Cabeceiras do Córrego Mato Grande; 3. Córrego

a observação que mais se demarcou (:90, 91, 94, 95, 96, 97), curiosamente antes de se apresentar ampla lista de espécies nativas predominantes.

A projeção de se encontrar um lugar ‘intocado’ se expressa na linguagem conjugada nesta seção: ‘Verificam-se neste cerrado *vestígios* de ação antrópica devidos, principalmente, ao fogo, gado bovino e equino’ (:90); ‘O aspecto é de mata secundária com muitos cipós tendo sido provavelmente *perturbada* no passado’ (:91). A presença humana é perturbadora de um ambiente original – ‘Há *vestígios* de uma antiga casa na borda da mata e gramíneas *introduzidas* (...) na sua borda indicando *perturbações antrópicas de longa data*’ (:93); ‘Área com evidências de *impactos por ação antrópica*, derivada de atividades agropastoris com trilheiros para cavalos e vestígios de queimadas’ (:94) –; é como uma espécie invasora, exótica àquela natureza: ‘Podem ser observadas *plantas invasoras* como o capim meloso (...) *invadindo a mata*. Assim como *vestígios de ação antrópica*’ (:94) [meus destaques].

O fogo era elemento importante na construção da justificativa da saída das pessoas; ilustraria como era improvável preservar natureza e cultura em um mesmo espaço. Como reação a isso, eu inicialmente negava ou minimizava a dimensão do fogo. Mas não se tinha como contestar os sinais de queimada rotineiros na época de seca nos Gerais. Em julho, na Chapada, inclusive iniciava o contrato de trabalho que ia até dezembro dos brigadistas recrutados anualmente pelo Ibama – o qual, junto com a lavoura, compunha a principal dupla de serviço sazonal no município. Na frente da sede do Ibama, havia uma placa com um ponteiro que indicava, a partir de cores gradativas (verde, amarelo, laranja e vermelho), o risco de incêndio – e a possibilidade de emprego – na região (nulo, baixo, médio, alto). Indo e vindo do Assentamento na presença de brigadistas e guardas-parques, acompanhava o estudo dos céus: a espessura e amplitude de fumaças, se alvas ou negras, indicavam tamanho, distância, qualidade e gravidade do fogo. ‘Parece que está perto, né? Mas isso é fogo longe...’, ‘Esse aí é dentro do Parque’, ‘Foguinho pequeno, de munturo’, ‘De roça’, ‘Vai apagar sozinho, com essa manga de água que é-vem’, ‘Esse é p’ra gado. Central na escuta?’ – especulações que alimentavam uma prosa diária entre os rádios do Ibama e da Toyota.

Além disso, fogo não era assunto relevante somente para os órgãos ambientais. Era também recorrente quando meus conhecidos no Assentamento falavam sobre o

---

Veredão; 4. Córrego Santa Rita; 5. Chapada entre o Rio Preto e o Mato Grande; e 6. Margens do Rio Carinhanha e Foz do Rio Preto.

*tempo do Parque*, como um elemento fundamental na relação entre as pessoas e os Gerais. Assunto presente nos céus, nos livros, na pauta de funcionários das entidades ambientais que eram também meus interlocutores e na prosa do povo no Assentamento, eu não poderia contornar sua existência em nome de um purismo ecológico (porque assim também estaria aceitando as premissas do debate preservacionista). Era preciso reposicionar a questão.

Mencionei quatro parágrafos acima que o fogo é constatado como um problema quando posto por pessoas – através dele, elas ‘pressionam’, ‘perturbam’, ‘impactam’ o ambiente. Ocorre que no mesmo Plano de Manejo, no tópico ‘Ocorrência do Fogo e Fenômenos Naturais Excepcionais’, discorre-se sobre a idéia do cerrado adaptado ao fogo. O fogo aí aparece como algo característico desse bioma, conforme o atestam os troncos retorcidos e as cascas grossas das árvores:

Vários estudos indicam que a biota do cerrado é adaptada ao fenômeno de ocorrência esporádica de queimadas. Muitas plantas que multiplicam-se vegetativamente possuem vigorosas estruturas subterrâneas que asseguram-lhes a sobrevivência mesmo que a estrutura aérea seja queimada. Várias espécies arbóreas possuem cascas grossas e camadas de cortiça que protegem o floema do fogo. Também, várias plantas da camada herbáceo-arbustiva são recorrentes e regeneram-se, parcial ou totalmente, após as queimadas’ (:138).

Diz-se que o cerrado é uma floresta de cabeça para baixo, ou seja, suas raízes têm a mesma extensão do que a parte visível, para capturar água em camadas profundas do solo quando atravessa o ciclo da seca; e que o fogo é fundamental para quebrar a dormência de algumas espécies (como a braúna). Por esses fatores, quando o fogo passa, a vegetação queima mas não morre; chegado o período das chuvas, a camada preta da combustão vai dando lugar novamente ao verde. Em outra publicação da Funatura, em uma parte designada ‘Impacto das Queimadas’, Ramos e Rosa (1996) fazem um sobrevôo sobre trabalhos que analisam a vegetação do cerrado e sua relação com o fogo e mencionam que: o ‘fogo atua de forma decisiva na ciclagem mineral’ (:35); que ocorre ‘grande incremento de certos nutrientes na superfície de solo (...) justamente após a queima (...), o que é altamente benéfico para as plantas herbáceas subarbustivas’ (:35); que a ‘temperatura, a pequenas profundidades do solo, varia muito pouco durante a queima’ (:35); que ‘áreas de Campo Cerrado sujeitas a queimadas periódicas são mais ricas em espécies do que áreas onde o fogo é suprimido por longo período de tempo’ (:36); que o fogo ‘promove deiscência de frutos e dispersão de

sementes' e favorece 'a germinação das sementes de algumas espécies' (:36); e que 'a mortalidade de plantas estabelecidas, devida ao fogo, é um fenômeno raro no cerrado' (:36).

O problema parece surgir, como dito, quando não se trata mais de 'fenômenos naturais' (os quais se entende principalmente raios). No texto acima, alerta-se:

Com o objetivo de aumentar a produtividade agropecuária dos Cerrados, o homem vem lançando mão do uso do fogo como instrumento de manejo de maneira empírica, sem controle e sem embasamento teórico. Esse uso descontrolado do fogo levou a queimadas excessivas de grandes áreas, despertando nos conservacionistas a idéia da supressão total da queima, sendo essa a política atualmente adotada para as unidades de conservação (:34-5).

E na continuação do texto do Plano de Manejo citado antes, tem-se:

Os incêndios tendem a ocorrer na estação seca. Algumas plantas até se beneficiam com as queimadas periódicas, pois, em alguns casos, o fogo facilita a dispersão de sementes e o posterior desenvolvimento das plântulas. Entretanto, os incêndios provocados por ação antrópica atingindo extensas áreas a intervalos anuais ou bianuais são, certamente, prejudiciais a esses ambientes (:138).

Ante à suspeita de que tenha sido 'provocado por ação antrópica', o fogo deixa de ser constituinte do cerrado para se transformar em algo que o perturba, um risco a sua continuidade. A seção assim finaliza:

As veredas e matas de galeria e ciliares são, normalmente, *bastante danificadas pelo fogo*. Apesar de ser um fenômeno freqüente nos cerrados circundantes, os incêndios, em geral, atingem as bordas das matas. A umidade mais elevada destas formações é desfavorável à sua propagação. Porém, se a queimada é intensa, esta pode atingir o interior da mata provocando elevadas taxas de mortalidade. (...) Todas as matas amostradas no Parque apresentam *vestígios de perturbação pelo fogo*' (2003:138, meus destaques).

Constatar com o verbo no presente que há 'vestígios de perturbação pelo fogo', obscurece o fato de que o lugar que se escolheu para fazer o Parque foi considerado, "apesar" disso, de grande biodiversidade; além de não se saber se o fogo surgiu de alguém ou de algo. Conjecturar com o condicional no futuro sobre a possibilidade de perda da biodiversidade caso as pessoas permanecessem naquele ambiente – 'se a

queimada é intensa, esta pode atingir...’ –, obscurece o fato de que o fogo já era há muito prática corrente.

A biodiversidade constatada pelo Parque há muito convivia com o fogo, sendo ou não decorrente de fenômeno natural. O uso do fogo nessa região do cerrado aparece em registros longínquos (o fogo em sua forma ‘tradicional’, vale lembrar, e não em sua versão monocultura). No relato dos viajantes que atravessaram o sertão na primeira metade do século XIX, lê-se:

Atrás, eleva-se, à maior altura que a dos montes da margem direita, a Serra do Salgado, em contornos pinturescos, atualmente com a vestimenta de outono e avermelhada pelas queimadas, de grande extensão [escreve Von Martius em 16 de agosto de 1818] (Spix e Martius, 1981:90).

Nessa região, como no resto da província, o gado passa todo o ano nos campos. (...) O que torna, aliás, fácil o trabalho dos vaqueiros, é que o gado vacum adota um lugar fixo para repousar, e escolhe sempre a borda dos pântanos e lugares úmidos. Durante a estação da seca, o gado refugia-se dentro das matas; mas pelo mês de setembro ateia-se fogo às pastagens, uma relva tenra brota dentro em pouco tempo, e então, as vacas saindo de seu esconderijo vão pastar a erva nova (Saint-Hilaire, 2000:313).

Consta também em um conto de Guimarães Rosa – dentre outros registros deste autor que amiúde tinha gado e vaqueiros como via narrativa, enredo ou cenário de seus escritos –, que inspirou o nome do Parque:

O rapaz, durante e tanto, montado no bom cavalo, à espora avante, galgando. Sempre e agudamente olhava. Podia seguir com os olhos como o rastro se formava. Só perseguia a paisagem. Preparava-se uma vastidão: de manchas cinzas e amarelas. O céu também em amarelo. Pitavam extensões de campo, no virar do sol, das queimadas; altas, mais altas, azuis, as fumaças desmanchavam-se. O rapaz – desdobrada a vida – se pensou: “*Seja o que seja*” (Seqüência, Primeiras Estórias).

Ante a essa presença histórica, em vez de negar sua existência, minha abordagem à questão, como dito, ganhou outros contornos: pois, se o fogo era mencionado por meus conhecidos quando se falava sobre o tempo de primeiro; se havia uma profundidade histórica de sua presença – atestada também na literatura, de romancistas, acadêmicos e viajantes, sobre o sertão –; se, enfim, aquele cerrado correntemente por ele “vitimado” estava preservado a ponto de ser visado por uma unidade de conservação, importaria saber, à moda de Latour: quando se descobriu que fogo era um problema?

É difícil não associar o argumento científico de sua destrutibilidade à necessidade de se justificar a proteção integral. Para embasar a saída das pessoas para dar lugar à natureza – ou melhor, a uma natureza cujo cuidado estaria a partir de então a cargo de um corpo técnico –, dever-se-ia constatar que elas não eram merecedoras do ambiente em que viviam<sup>113</sup>. No trecho do Plano de Manejo transcrito na seção anterior (que recomendava ‘não confundir os limites da preservação antropológica com inadvertida postura antropocêntrica’), dentre tantos ganchos para análise, constrói-se uma gramática do distanciamento (entre a ‘comunidade antrópica tradicional’ e o ‘sistema natural do Parque’) que contradiz a exaltação da condição ‘telúrica’ do sertanejo exposta algumas páginas antes, em uma parte de contexto histórico<sup>114</sup>. Sertanejos e cerrado, a menos na área que se fez Parque, não seriam assim tão orgânicos a ponto de não os poder apartar.

O questionamento exposto mais acima, sobre quando se descobriu que fogo queimava, mais do que ser precisamente respondido, permitia tirar do armário o tema fogo; e encarar sua existência era o primeiro passo para compreender seus usos e sentidos locais antes de ser prática criminalizada, bem como buscar o que distintos atores tinham em mente quando falavam a respeito dele.

Vale observar que de início não pretendia abordá-lo também por falta de dados. Os que eu tinha mais à disposição eram da perspectiva de meus conhecidos de órgãos ambientais. Os dados obtidos no Assentamento não foram de observação etnográfica; são baseados em relatos de uso pregresso, anterior à ‘correção’. Mesmo assim, não era assunto confortável para todos, uma vez que eu era associada à Funatura e ao Ibama, como mencionado na introdução.

Embora tema falado no Ibama e no Assentamento, em um e outro lugar lançavam-se distintos pontos de vista sobre o fogo. No Ibama, era algo a ser combatido por brigadas, pois *destruía* o cerrado e *enfraquecia* o solo. Já no Assentamento, quando

---

<sup>113</sup> A idéia de um Parque não é vetar a presença de pessoas, mas a sua permanência. Está aberto a visitas e pesquisas: no entanto, tanto em um quanto em outro caso, conforme acompanhei durante o tempo em que vivi aí, o público se voltava para as populações urbanas – algo que não se distancia das premissas de Yellowstone. As recorrentes pesquisas realizadas pelos *de fora*, por se considerar como investigação o que é feito sobretudo pelas universidades, é algo que Diegues a certa altura ressalta: ‘Não é para menos que, em todas as áreas naturais protegidas, a pesquisa científica seja permitida, mas não o etnoconhecimento (...)’ (2001:42).

<sup>114</sup> ‘O telurismo da condição vivente sertaneja, de tão implícita não se nomeia, simplesmente exercita-se em situações quase incompreensíveis para o homem urbano, este um confuso palreador que não sabe que lhe foi subtraída a vida na natureza – e que dela tem medo – e que defende sua destroçada civilização urbana com o olhar treinado para ver miséria e pobreza na filosofia do viver sertanejo’ (:50-1).



mencionado seu uso no passado, era para falar que *rebrotava* a vegetação e *fortalecia* a terra. Com isto em mente é que utilizo a designação ‘queimada’ quando estiver me referindo à primeira perspectiva, e ‘fogo’ à segunda. Outro ponto de diferença que me parecia fundamental era que, no Ibama, se nutria a idéia de que com a chegada do Parque e a saída das pessoas, que usavam corriqueiramente o fogo, diminuía a queimada. No Assentamento, por sua vez, costumava-se comentar que a queimada no Parque só fazia aumentar desde que ele chegara, e mais ainda com a saída das pessoas, justamente porque se deixou de fazer o uso corriqueiro do fogo. Neste registro, as pessoas empreendiam um manejo do fogo que levava a renovar a pastagem, impedindo que aquele viesse forte e de uma vez sobre um cerrado seco altamente inflamável. É meu intento falar agora sobre este manejo a fim de explorar essa percepção.

– O Parque agora é um cerradão, os caminhos..., tudo fechado – me dizia Seu Eduardo.

Para então continuar:

– É só a macega, aquele pasto seco, aquele bucho. Se triscar fogo, aquilo lá é feito pólvora. Em dez minutos, ninguém apaga mais.

Os caminhos iam se fechando, pois ninguém mais passava por eles, caminhos que eram também aceiros, rupturas a um trajeto contínuo de mata que ajudavam a domesticar o fogo. O fogo era também disciplinado em respeito aos vizinhos; os limites do fogo eram demarcados pela presença das pessoas e seus ofícios. Sem as pessoas afrouxaram-se essas ‘atalhas’. A falta de andanças remete à falta de caminhos e por sua vez à falta de vizinhos que, nos seus usos particulares, operavam um manejo mais amplo do fogo cuja principal garantia para ele não se espalhar era o fato de a vegetação apresentar descontínuos estágios de crescimento. Nessa chave, a uniformização do cerrado, sua unidade, era um alimento para o fogo virar queimada.

De primeiro, o fogo era usado para finalidades diversas. Era ateadado ao ‘munturo’ de folhas varridas no terreiro para mantê-lo limpo, característica de casa ‘caprichosa’; e posto próximo de leitos d’água que beiravam as casas para não deixar um brejão fechado que atraía cobras. Das cinzas da queima de uma madeira, coada com água que era misturada a uma pasta feita do buriti, era feito o sabão de cinza.

Mas dentre todos os usos, era imprescindível o fogo na lida na roça e com o gado. Nesses casos, seu emprego não se restringia à abertura de terreno, como também à

produção de cinzas. E é através principalmente das cinzas que se pode apreciar a queimada além de sua faceta de destruição, pois a elas se creditavam o fortalecimento do solo, do pasto, e do gado, como se verá.

‘*No tempo do Parque*, era roça de toco’, explicava Dona Lu chamando minha atenção para uma reportagem que passava em um telejornal, enquanto ajeitávamos as vasilhas e arrumávamos a cozinha depois do almoço. A televisão, que fica no corredor que leva à cozinha, estava ligada sem ninguém em frente, e Dona Lu, avistando a imagem, largou a vassoura e da porta ficou espiando a notícia. ‘Era desse jeito que a gente fazia’, referindo-se à pessoa que aparecia arrancando com a mão restos de arbustos de uma área aberta com o fogo. ‘Roça no toco’ era o sistema antigo de se fazer a planta, assim chamado porque, no tempo em que ninguém nem conhecia o que era trator e se limpava o terreno era destocado no braço, as plantações conviviam com os tocos de paus que a foice, o fogo e a enxada não davam conta de suprimir. Se você tivesse uma terra para plantar arroz, feijão, suas coisas, tinha que roçar ela, e queimar, e depois botar a enxada. Aqui depende de trator, né? Agora, p’ra lá para dentro, era no braço, apresentava-me Dona Lu à diferença.

No Assentamento, chegado o mês de outubro, quando o tempo das águas começava a se anunciar através de chuvas esparsas, o que mais se ouvia era zoadas de trator. Esse era dos signos mais enfáticos, junto com o rastro de linhas paralelas pelos corredores onde o trator passava, de que o tempo de plantar se avizinhava; as zoadas do trator também davam origem à disposição de se especular, apurando o ouvido, quem estava plantando. Logo quando conheci Vande, ela apontava a facilidade com a roça como um motivo que ajudava a esmaecer sua resistência de ir para o Assentamento, ponto ecoado em outras falas.

A roça no toco era praticada sobretudo nos brejos – e também se falava em ‘brejo de toco’. Como abordado no capítulo anterior, ‘botar brejo’ era um processo que envolvia cavar valetas para o ‘enxugamento’ das águas, suprimir à foice o mato, roçar os aceiros ao redor, e pôr fogo para reduzir a vegetação no terreno destinado ao plantio. Acrescenta-se a isso que o fogo não cumpria aí apenas o objetivo de abrir a área a ser trabalhada, mas igualmente de produzir as cinzas que eram, a um só tempo, o adubo que fortalecia a terra e o calcário para a correção do solo. Se *hoje* havia máquinas para abrir e arar a terra, e adubo e calcário se compravam prontos para preparar o solo, antes eram as cinzas que garantiam a prosperidade da colheita. Foi Tavinho, de Vande, quem me

sintetizou a comparação, que partia do seu lote no Assentamento em direção ao Olho D'Água na Estiva: A diferença de lá com aqui é só porque aqui tem que comprar o adubo para plantar o milho, plantar o arroz, plantar o feijão. E lá não: lá roçava o brejo, o calcário era a cinza da hora que queimava o brejo, aquela cinza que cai na terra. Aí o arroz dava bom. Aquele que era o adubo.

O fogo no brejo era posto em geral pouco antes das águas iniciarem, por volta de setembro, e a semeadura ('planta') era feita logo depois no terreno de cinzas. Esse procedimento tinha também um nome: O povo tem um dizer: "vou plantar na cinza", falava-me Dona Nica, era só chover para baixar a cinza da queimada. "Vamos plantar na cinza" porque, a hora que chovesse, já estava nascendo tudo. As cinzas eram muito boas para as plantações no brejo, confirmava-me – fazia de conta que a cinza era o adubo. E o fogo não precisava acompanhar a roça que era posta todo ano; se ele fosse empregado em um ano, no outro não era necessário, já que a terra se mantinha nutrida para o cultivo<sup>115</sup>.

O fogo para gado, por sua vez, tinha um comportamento diferente, pois visava áreas maiores. Ouvi algumas vezes o enunciado de que 'gado só se cria com fogo', algo que tinha a ver com a forma como o gado era criado 'de primeiro' – solto no cerrado –; confinado em lotes no Assentamento, não tinha esta demanda uma vez que se alimentava de 'pastagem formada' (capim plantado, como a brachiaria). A fórmula 'gado só se cria com fogo', destrinchada, parecia querer dizer que gado "que é gado" só se criava na solta; e que o fogo só deixa de existir em sua lida quando o gado já não é mais "tão gado" quanto antes. Criar o gado 'empresilhado', como se diz, é algo que surge no Assentamento, fato novo que nem sempre é apreciado com o mesmo entusiasmo daquele dispensado à novidade da roça, que pelas máquinas não precisavam mais tanto da força dos braços. O novo 'sistema' de criação de gado era sujeito a mais contrariedades<sup>116</sup>.

Usado para a lida do gado na solta, o fogo atuava principalmente na rebrota do capim. Ele era posto alternadamente em 'vargens' (os terrenos alagáveis que margeiam as veredas) e em campinas do cerrado (áreas naturalmente abertas de terra firme),

---

<sup>115</sup> Em Santos *et al* há formulação que se aproxima desta: 'o lugar onde você queimou vai produzir uma planta melhor'. A cinza é chamada aí de 'decoada': 'Decoada é o seguinte: é o que sai da queimada, o produto da cinza; é o adubo na terra. Chove, aquele caldo que sai da cinza passa ali, entra na terra: já é a decoada' (2010:165).

<sup>116</sup> As comparações entre o 'na solta' e o 'empresilhado', e as decorrências desses sistemas de criação na qualidade do gado, serão aprofundadas no capítulo 4.

terrenos preconizados nas andanças do gado por serem recobertos de capim nativo. O fogo nos campos do cerrado era posto antes do período das águas, entre junho e setembro, quando o pasto estava muito seco; o gado era então deslocado para as vargens, uma reserva de capim fresco por conta da proximidade com as veredas. Após esse deslocamento, o fogo no capim seco do cerrado era logo acompanhado das chuvas vindouras, combinação que fazia o broto do capim surgir com vigor. Algumas semanas depois, os animais que estavam nas vargens subiam para o cerrado, onde estavam bem servidos de um novo pasto. Sem fogo, diziam os antigos, o capim vinha fraco: De primeiro, fazia fogo para sair o capim verde. Queimava aquele capim seco, e aí saía uma brota verdinha que nem arroz, comparava Seu Jeromino<sup>117</sup>.

Do fogo se dizia ser precipitador de um capim mais vigoroso. Esse pasto renovado não só servia ao gado, como também a ‘bichos do mato’, como veados. No Assentamento, um conhecido contava sobre o trauma que tinha de fogo depois de que, quando menino, ‘malinando com fogo’, ‘xepou’ com isqueiro uma ‘macega alta’ que fez a chama se espalhar rápido e quase o vitimou. Para escapar da ralha do pai, não assumiu a responsabilidade, que acabou caindo sobre um senhor vizinho, porque ele caçava. E quando os caçadores lá naquela época faziam queimada, é porque o veado come muito o brotinho quando está novinho assim, o veado come. E o caçador que tinha lá era ele. Esse trecho fala também de um fogo sem controle – uma ‘queimada’ –, que se distinguia do seu uso disciplinado, para não pôr em risco as pessoas.

As cinzas decorrentes da combustão da matéria orgânica – que, para a roça, eram adubo e calcário –, no pasto queimado convertiam-se em mineral para o gado. O gado lá lambia aquela queimadinha, sabe?, explicava-me Tavinho, ia lambendo o capim e lambendo a cinza. Aquilo lá, para o povo, é que era o mineral. O mineral era necessário para complementar a alimentação do gado, e *hoje* é comprado em sacas – nas idas à cidade ou com vendedores que circulam pela zona rural, como já presenciei na casa de Dete –, e misturado à ração que é servida aos animais.

Nas lidas com roça e com gado, o que disciplinava o fogo para que ele não virasse queimada era principalmente os aceiros roçados ao redor da área pretendida, que

---

<sup>117</sup> Isso se aproxima do que fora dito por Saint-Hilaire: ‘É, como eu o disse, um uso bastante geral, nas partes da província que apresentam campos naturais, queimar os pastos pelos fins de agosto ou começos de setembro. O fogo consome rapidamente as ervas ressequidas, mas não lhe ataca as raízes; os brotos escondidos sob o solo encontram fertilizantes nas cinzas dos antigos caules, e não são prejudicados no seu desenvolvimento por tufo de folhas. Deve fazer-se notar que, se sucede por algum acidente atear-se fogo nos campos antes do mês de setembro, as plantas não se renovam’ (2000:344).

segmentavam a possibilidade de um caminho contínuo para as chamas. O fogo, chegando no aceiro, ‘atalhava’. Esses aceiros eram abertos com a enxada, principalmente em torno do brejo. Sendo as áreas de pasto de maior extensão, aproveitavam-se as estradas e os carreiros traçados pela passagem das pessoas e do gado.

Mas eles sozinhos não bastavam, pois um fogo alimentado de muito mato seco, levantava a uma altura que, com a ajuda do vento, podia fazê-lo ‘pular’ o trecho roçado. Por isso, tinha que se buscar uma hora do dia em que os ventos cessassem ou aproveitar o sereno do anoitecer para que as condições do tempo também auxiliassem no manejo. Chico Gaúcho me contou que, na Estiva, eles saíam à tardinha margeando uma estrada que ia para o Olho D’Água com uma palha de fogo que era ateadada em diferentes trechos beirando as estradas do gado. Como anoitecia, o fogo pegava fraquinho, fraquinho, porque o sereno já estava caindo. No dia seguinte, a hora em que o sol esquentava, o fogo levantava e queimava só para lá, pois o aceiro aberto com o auxílio do fogo na beirada da estrada, e feito no entardecer do dia anterior, estava pronto já, entendeu?

Além disso, ele se domesticava por meio do rodízio. O fogo era posto numa mesma área com o intervalo de dois em dois anos porque se queimasse toda hora, esclarecia-me Chico, a brota não vinha boa. Seu Jerominho me explicou que, se em um ano era posto fogo em um pedaço de terra para brotar capim novo, no ano seguinte, ia mudando de lugar. Ou seja, não se punha fogo sempre em um só lugar para não enfraquecer o capim. Mas, mesmo se assim se tentasse, o fogo não se espalharia pois pasto novo não tinha matéria orgânica, não estava seco o suficiente, para fazer o fogo pegar – O capim está verde, o fogo não pula p’ra cá. Como os vizinhos também revezavam áreas, a relva ia se renovando de modo a não existir uma extensa faixa contínua de pasto na mesma etapa de crescimento: Aí botava o fogo naquela parte onde ia queimar só aquilo; aí deixava o outro. Aí o outro criava aquele facho pra dali a dois anos queimar de novo, né?, explicava Seu Jerominho. Enfim, um lugar de rebrota recente se transformava em uma atalha para o fogo; serve de aceiro, pois é uma parte em que o fogo já não queima mais.

Pôr fogo, aqui entendido como diferente de fazer queimada, era um ofício planejado, até porque o descuido punha em risco terras vizinhas. O que não quer dizer que não acontecia, como demonstra a história do menino que pôs fogo para ‘malinar’ e também outros relatos que falavam de queimadas. Tereza e Chico contaram que em um

ano houve um fogo do outro lado da Bahia que pulou a Carinhanha e veio se espalhar na Barra da Estiva e queimou o engenho deles. Esse fogo, ‘tocado’ de um jeito que queimava era tudo, prejudicava muita gente, dizia Tereza. Em outro caso que escutei, um vizinho era chamado de irresponsável porque com fogo dava trabalho; não fazia um aceiro, tanto botava fogo na parte dele, quanto caía fogo na parte de todo mundo. A reprovação nesses casos ratificava uma regra de conduta, afirmava quais seriam as boas práticas. A falta de cuidado aí apontada sugeria que não era daquela forma que se punha fogo<sup>118</sup>.

A queimada era um fogo selvagem, não domesticado, e parecia ser compreendida menos como corolário do que como desvirtuamento do uso do fogo. Se casos assim não deixavam de existir *no tempo do Parque*, percebia-se um aumento deles depois que a unidade de conservação se estabeleceu. Essa percepção é contestada pelos órgãos ambientais, que falam de uma diminuição de focos de incêndio. Não é minha intenção aprofundar-me nas estimativas oficiais, até porque o monitoramento se instituiu somente em 1998. Segundo dados do Plano de Manejo e do Ibama, entre os anos de 98 e 2000 em média 26% da unidade queimaram. Em 2001, já com a atuação das brigadas de incêndio, esse índice foi de 5,8%. Em 2002, com a remoção dos moradores para o Assentamento, acusa-se uma diminuição para 950 hectares. Depois disso, não obtive mais dados com relação à porcentagem da área queimada (no site do Ibama, consta apenas o número de focos de incêndio, que não permite fazer essa dedução). Em 2007, no entanto, quando já era muito reduzido o número de pessoas no Parque, foi apontado uma das queimadas mais vastas, que à época se comentava, sem muita precisão, ter abrangido 70% da unidade.

Das interlocuções sobre o assunto entre meus conhecidos, havia três enredos que costumavam aparecer quando se falava de queimadas depois da chegada do Parque: a ‘correção do Ibama’ – que, ao restringir o fogo, diminuía seu manejo e disciplina; a ‘malineza do povo’ – que reagia com fogo à correção; e a saída das pessoas – que foi definindo um território onde não se precisava mais se preocupar com vizinhos.

Sobre o primeiro ponto, dizem que, de início, o fogo não era de todo interdito: ‘Não podia fazer queimada’, mas podia o ‘fogo controlado’, de roça, para o qual no

---

<sup>118</sup> Em Saint-Hilaire, novamente, há um registro nessa direção: ‘O processo de incendiar, assim, as pastagens ressequidas, já mais de uma vez causou acidentes lamentáveis; o fogo alastra-se, atinge as construções de exploração, e consome-as. Disseram-me em Rancharia que o paiol do ilustre vigário de Contendas acabava de ser destruído dessa maneira’ (*op.cit.*:357).

entanto se tinha de pedir autorização e chamar o Ibama para auxiliar no controle por meio de aceiros. Depois de alguns anos, fogo e queimada foram considerados indistintos pelo órgão e proibidos em quaisquer circunstâncias (conforme se queixou Dona Marinha quando foi nos mostrar a roça). Com a restrição, a forragem não era renovada. Segundo Chico e Tereza, esse foi dos tempos mais duros em termos de queimada:

– Tiveram uns anos depois... depois que o Parque chegou foi pior. Porque tiveram anos lá que veio, queimou foi tudo, não ficou nada. O povo não queimava mais, não queimava mais... – dizia Chico. Aí levantou demais; aí as estradinhas não atalham mais. O fogo fica muito alto e passa – e mais à frente –: Porque daí levantou demais, e daí aquele embaceiro seco fica muito, né? Aí vem um lado da estrada, o vento joga, pega lá do outro lado, entende?

– Foram 2 anos, foi assim – dizia Tereza.

– Umas 2 vezes. O fogo veio de fora, veio de lá da Chapada, assim ó, pegou uns gaúchos ali, desceu ali, e rapou tudo, não ficou nada.

A respeito da malineza, o segundo ponto, Dete contou uma vez um caso que o ilustra:

Lá no Parque tinha um homem, não tinha nem uma cabeça de vaca, ele não criava nada, nem animal ele não tinha. Mas o bichinho era atentado para botar fogo! Ele ia pescar lá, ele tocava fogo na beira dos barranquinhos. Ali ligeiro ele corria, escondia. Ele botava p'ra atentar o Ibama. Ele não tinha nada p'ra criar. Ele não criava nada. Via aquele matinho ali sequinho... Parece que teve uma vez que ele queimou a própria sela dele no rio. Foi pescar na beira do Rio Preto, daí chegou lá, ele pegou e deixou a sela dele cá, na beira do caminho e foi e botou fogo lá na frente. *[risos]* Aí esse fogo veio andando... e ele era meio assim *abobaiado*... Esqueceu da sela. Quando chegou cá, a sela dele só estava o capim. "Tava o arco.

O terceiro ponto se referia ao acréscimo do fogo associado à saída gradual das pessoas. Sem gente, o mato cresceu, virou um 'macegão'. Além disso, com a delonga na regularização fundiária, o Parque não podia proibir o gado de pequenos proprietários, e rebanhos aumentaram de tamanho, pois com as fazendas desocupadas e a ausência dos antigos agregados, as andanças do gado e do fogo passaram a ser menos sujeitas a inibições. Em geral, quem criava gado, não tinha que se preocupar, como antes, com

vizinhos. O Parque passou também a ser ocupado por gado de fora, de gente que não tinha terra ali.

O Parque propiciava assim a criação de um sistema ‘na meia’, um tipo de acumulação que não era possível em um território habitado por gente. ‘O cara tem 20 rês lá no Parque, no caso, ele quer pegar 50 na meia de outro. P’ra ir criar lá dentro’, dizia um, ‘aí ele vai pegando o gado na meia de quem tem fora, e vai levando para dentro do Parque’. A ‘meia’ permitia um rendimento através do gado, alternativa motivada pela restrição do Ibama à abertura de novas roças; para quem lá ficou, muito do alimento antes cultivado, necessitava então ser comprado, e esses novos gastos precisavam de novas receitas. Numa equação inversamente proporcional, as reses aumentavam na medida em que diminuía as pessoas. Quanto menos gente, mais gado – e este se tornou o principal problema para a administração do Parque<sup>119</sup>.

O Parque, ao se transformar em um lugar sem gente, instituiu uma terra sem vizinhos. Porém, a presença de vizinhos fazia com que houvesse cuidados mútuos no uso do fogo, e, pelo manejo da roça e do pasto, impedia que áreas de mata mais densas e inflamáveis fossem ligadas por forragem seca que se tornava um trajeto para o fogo. As pessoas, em seu movimento de apropriação contínua do território – andando por carreiros, tocando o gado, botando brejo em rodízios –, estabeleciam uma descontinuidade nos caminhos do fogo. Por esse movimento, no tempo da seca, em que não havia chuva por quase seis meses, reduzia-se a chance de o fogo chegar à vegetação inflamável, e, caso chegasse, que se espalhasse para outras manchas e assim se transformasse em queimada descontrolada<sup>120</sup>.

---

<sup>119</sup> Puxo aqui um paralelo com os Nuer – povo pastoril que habitava uma vegetação semelhante à do cerrado, e cujo clima era também marcadamente composto por um período de seca e outro de chuva –: ‘Quando a relva foi queimada, o gado pode andar para onde quer, não sendo mais impedido pela água à flor da terra e pelo crescimento excessivo da relva, e satisfaz seu apetite com brotos novos. Quando a água vai ficando mais escassa e as pastagens mais pobres, os Nuer lançam mão dos reservatórios permanentes, onde fazem grandes acampamentos, e o gado pode pastar as plantas de brejo que abundam em inúmeras depressões e dão bom leite. Em maio, quando começam as novas chuvas, eles podem retornar a suas aldeias. O pouco gado que os Nuer possuem, os vastos espaços que podem explorar e sua existência nômade garante que em parte alguma o gado prejudicará a vegetação pastando demais’ (Evans-Pritchard, 2002:70).

<sup>120</sup> Essa formulação vai ao encontro do que foi escrito por Ribeiro (2010), sobre a região do Rio dos Cochos, próximo a Januária: ‘As áreas de gerais de domínio e uso coletivo para pastejo de gado e coleta deveriam ser queimadas a cada dois, três anos, em agosto, antes da primeira chuva. (...) Sem a queima não haveria rebrota no gerais – ficaria muito *cru*, cheio de folhas secas no chão, com muitos arbustos e serrapilheira, e seria pouca a revegetação. Sem o fogo a cada dois anos, com o chão recoberto de folhas, a chapada ficaria sujeita a incêndios que destruíam definitivamente a vegetação, atrasariam a frutificação das plantas nativas que, então, forneceria pouco alimento para o gado no próximo ano. E no lugar que



O fogo, em suma, era controlado pela presença das pessoas. Em outras palavras, fogos evitavam queimadas. Na gramática do distanciamento elaborada pelo Parque, o pressuposto era separar para preservar. No entanto, a ‘correção’ sobre o uso do fogo fazia com que as pessoas não mais o utilizassem, mas não impedia que ele continuasse existindo. Agora, ele existia sem o manejo das pessoas.

O Parque fora criado para restringir o movimento das pessoas, para deixar a natureza se movimentar sozinha. A idéia da unidade é se fechar à interferência humana para uniformizar o cerrado e, dessa forma, enriquecer a biodiversidade. Entre os que moravam na área feita Parque, era exatamente pela uniformização que se compreendia que o fogo estava mais intenso do que ‘de primeiro’; a percepção do aumento das queimadas se relacionava justamente ao estabelecimento da unidade, em seu duplo sentido. Para o fogo, a unidade era um alimento.

Na passagem a seguir, é-me sintetizado este argumento de que, ao se fechar aos deslocamentos humanos, o Parque acabou dando mais condições de existência àquilo que buscava combater:

[Á]rea conservada, é para fogo não entrar, né? Então, por aí, quando o fogo entra, queima tudo. Porque está tudo seco. O fogo salta até o rio. Porque a forragem é muito alta, aí o fogo avança. Quando está um tempo muito quente. Ali no Rio Preto mesmo já aconteceu de fogo saltar de um lado p’ra outro. [Agora recente?] Sim. [Depois do Parque?] É, depois do Parque. O fogo onde faz barulho e quando venta, o fogo corta uma moita de capim aqui, levanta com o vento, arriba ela e vai jogar longe.

A falta de movimento que afetava pessoas, gado, roça e fogo, trazia repercussões não só para uma ‘sociedade’ feita de andanças, como também para a ‘natureza’ da unidade, nos termos da preservação. Era como se a biodiversidade estivesse sendo preservada em um ‘barril de pólvora’, alusão comum para se falar do Parque<sup>121</sup>.

---

fora queimado no ano anterior o fogo não prosperava, porque não havia ainda *faxina*: não havia muito o que queimar’ (:28). Um dos senhores entrevistados nesse mesmo livro, diz: ‘Mas José Vicente, Acácio, botou muito fogo nesse chapadão, pra queimar. E precisa, pois se não queimar aquilo vai criando um capuruçu gordo, e o agreste vai acabando. Acaba: se não queimar acaba’ (Manuel Gonzaga dos Santos :130). No artigo de Galizoni *et al* também aí presente, reaparecem as idéias do fogo como ‘revitalizador’ e da ‘queima [que] não consegue atalhar’ quando não há fogos regulares. Além disso, os autores mencionam que o fogo era importante para controlar pragas (:247).

<sup>121</sup> Também mencionada em Correia, em sua dissertação de 1999 (:70). A prática dos fogos periódicos para evitar queimadas foi incorporada na gestão do Parque Nacional das Emas, em Goiás, também cerrado, e nomeada em seu Plano de Manejo como ‘sistema de Aceiro Corta-Fogo’. No artigo de Ramos e Rosa (*op. cit.*) que o menciona – e que em seu início alertara sobre o fogo feito ‘de maneira empírica, sem

\*

O ‘movimento’ que estava implicado no ‘vazio’ de que se falou no capítulo 1 passa a escassear com o fechamento dos caminhos e a saída gradual das pessoas para dar lugar a um espaço que fora reservado à natureza. Antes disso, com o Parque, elas viveram a experiência da unidade, do ‘triunfo do uno’ sobre o ‘múltiplo’ – se pudermos aqui nos valer do que foi dito por Clastres ao se referir às diferenças entre as sociedades com e sem Estado (:241) –, em que a imagem das porteiras abertas vai dando lugar à das divisas que se cerram para dentro e, dela, a sensação do aperto, do arrocho e da correção.

Essa imagem foi bastante explorada por Andriolli (2011) em seu trabalho com Samu, vaqueiro que convivia com o Parque desde sua criação. Em um momento, transcreve a fala de uma vizinha sobre as restrições ao botar brejo e aos rodízios das roças: “– [...] Aí quando o parque entrou travou. Era para trabalhar num canto sozinho. Então não tem como! Não tem como dar não. Aperta (...)” (:117). Em outra parte, é Dona Ló, esposa de Samu, que, vendo se avizinhar a possibilidade de o Ibama cercar sua propriedade, receia: “– Se cercar, já manda nós embora!”. Diante desse enredo, Andriolli, valendo-se da comparação com o tempo antigo em que Samu era vaqueiro da fazenda dos Carneiro, assim resume: ‘O “tempo dos Carneiro” trouxe à luz o Gerais – o conhecido – com seus pastos sem fecho, quintais sem cerca, gado criado “na solta” e o respeito ao vizinho. Isso significava viver “folgados”. No sertão, o sertão criado pelo IBAMA, a vida é trajada com vestes apertadas’ (:118).

Parecia bastar à unidade restringir o livre andar de gente, roças e gado, para produzir nas pessoas que aí habitavam um convencimento de que outro lugar onde fosse permitido abrir caminhos seria melhor de se viver.

---

controle e sem embasamento teórico’ por moradores do Cerrado –, há a recomendação de que ‘seja executado em todas as Unidades de Conservação’ deste bioma (:37).

### III. Carreiros Abertos

#### *Gentio e São Francisco*

Naqueles dias, via-se uma movimentação própria de época de buriti, entre julho e janeiro, quando maduravam, após três anos, os cachos com os frutos pequenos, ovais e cor de vinho da palmeira. Quando chegamos à Estiva, os meninos tinham arrancado um cacho graúdo, que enchia um carrinho de mão e um balde. Depois de mergulhados em água por mais de um dia para amolecer ao sol, quase todo mundo em alguma hora se sentava em roda, nas banquetas ou no chão, para tirar a casca dos frutos com o cabo da colher, cuidando para sair inteira, e depois rapar a polpa amarelo-laranja da qual se fazia o doce. A polpa, em quantidade, era misturada em um grande tacho com um pouco de água e muito açúcar, e ficava horas apurando no fogão a lenha.

Era uma palmeira de muitos usos. Do pecíolo da grande folha caída, chamado braço, faziam-se feixes como aquele em que se atravessou a Carinhonha, paióis para pôr o feijão e jiraus para a tapioca secar ao sol, móveis (catres, mesas e camas), portas e janelas. De ramas inteiras e justapostas em linhas ascendentes, fazia-se o teto das casas ‘de primeiro’. Da seda se faziam redes, do talo e da tala tirados da folha, eram feitas esteiras de tamanhos diversos. Concentrados em terreno de brejo e ao longo das veredas, buriti indicava água. ‘Pé de pau da natureza’, como se dizia para o que nascia sozinho, o buriti mais raramente era plantado; quando acontecia, era indicador de tempo. A Velha Terta morreu com 82 anos. Os pés de buriti que ela plantou, deu, ilustrava Galdino, cunhado de Dete, o período que uma senhora morara *no Parque*, quando contava do ‘desespero desse povo velho’ com a notícia de que se teria de sair. No Assentamento, lamentava-se que não houvesse brejos e veredas como *no Parque*. Dona Nica dizia que era difícil encontrar palha para fazer suas esteiras e tinha saudade da fartura do fruto. ‘Esses buritis desses Gerais daqui são bichados e duros’, não tinham polpa suculenta. No Assentamento, tinha-se também de pedir permissão ao dono do lote para catar buriti quando chegava a época, dizia-se sobre outra diferença.

O doce, mole ou feito rapadura, alimentava um trânsito de ingredientes e produtos, e esperava-se comê-lo na casa em que se passava. Não fosse de buriti, poderia ser da buritirana (xiriri), a ele assemelhado, de uma palmeirinha mais delgada e abundante que também só dava em brejo e vereda, e que frutificava na mesma época.

Dela, costumava-se fazer bolo e ‘leite de xiriri’. E como faltava leite de vaca na casa de Seu Pedrinho para fazer estes doces, fui até Dona Ermínia num dia cedo para pedir-lhe um pouco, pois Osmar, o filho que morava com ela, ordenhava toda manhã.

A casa de Dona Ermínia estava cheia, com filhas e netos que vinham de Brasília, da Chapada e de São Francisco para passar dias de janeiro com ela. Fiquei um pouquinho de prosa, alimentada por café e biscoito frito feitos por uma irmã de Tereza (ver *Até Dona Marinha e Seu Cláudio*, no capítulo 2), Ilda, que eu conhecera por aqueles dias. Falava-me do município de São Francisco, onde morava, e dos tempos da Estiva, das caminhadas à escola. No engrenar dos assuntos – nós comentando de Tereza, eu perguntando se conhecia o Assentamento onde ela morava –, Ilda dizia que ainda não tinha ido à casa da irmã; porém conhecia de outros tempos a Fazenda Gentio, que, junto com a vizinha, Fazenda São Francisco (ambas em Formoso), fora desapropriada para os que moravam no Parque. Com meu interesse, ela me contava, acompanhada de Dona Ermínia e Seu João de Alta que com o burburinho iam se chegando à cozinha, que a fazenda era de Toninho Brito, irmão do dono da Fazenda Sul Brasil vizinha à Estiva. ‘Meu marido trabalhava para Seu Toninho, que era do sul de Minas, mas pouco aparecia por lá’, explicava Ilda, ‘e eu ficava na sede, só com arrumação, porque a fazenda já tinha cozinheiro’.

Dona Ermínia puxou o gancho na conversa de Ilda e narrou animada a vez em que fora visitá-la na Fazenda: ‘A gente saiu da Estiva a cavalo, era um dia de viagem. Seguimos aqui no rumo da Barra do Rio Preto, beiramos o Barbatimão, mas sem passar *ni* Samu; atravessamos a Carinhanha em uma pinguela, os cavalos atravessaram pelo rio; e fomos beirando a Carinhanha, passando pela Canabrava, Rodeio e Cajueiro, já lá perto. Naquele tempo a gente ia pelas estradinhas cavaleiras para tudo o que era lado, para o rumo do Rio Preto, para o rumo da Larga’. Seu João interrompeu: ‘É, minha irmã, agora você me lembrou de um dizer antigo...: mais vale rodear uma légua do que pegar o atalho e atolar uma égua’, e ria de seu jeito próprio, que se ouvia de longe e era conhecido em toda a redondeza (‘aquele não tem preguiça de rir’, ouvi uma vez). ‘Padrinho Bastião dizia que o fim das eras era quando tivesse carro no céu e arame farpado’, retomava Dona Ermínia. ‘Hoje você anda nessas estradas de condução e só vê arame; as estradas cavaleiras de antigamente já nem existem mais, está tudo fechado. Só sobrou estrada de condução’.

A sede da antiga Fazenda Gentio em que Ilda trabalhou era *hoje*, junto com a sede da São Francisco, lugar de encontros, cursos e festas no Assentamento. O pessoal fala que encontra mais em reunião, né?, resumiu Sancler um dizer por mim ouvido algumas vezes sobre uma novidade em relação ao *tempo do Parque*. Na ampla área gramada, havia pés de manga, um grande campo de futebol, antigas casas de residência, um galpão, e uma fabriqueta de farinha feita pela Funatura. Ficava próxima à casa de Dete e Sancler. A primeira vez em que lá estive foi durante o ‘Segundo Tempo’, do qual participavam seus filhos Adelson e Mariza<sup>122</sup>. Acontecia todo sábado, e enchia os campos do Gentio, mais amplos do que os da sede do São Francisco, de menino com a camisa do programa, jogando bola e peteca; de mães, que se revezavam na cozinha para servir lanche e almoço; de cavaleiros atraídos pelo som de algum carro que, sempre quando tinha gente reunida, aparecia para soltar um forró; e de cachorros que seguiam seus donos.

Nessa época, a presença estatal também se fazia notar no Gentio com o ‘Luz Para Todos’, que na grama espalhava carretéis de madeira de vários tamanhos – muitos deles depois trocados por frangos para servirem de mesa nas casas –, fios de luz e de arame. Os ‘homens da luz’, como eram chamados os funcionários de uma empreiteira da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais), pousavam nas casas do Gentio durante o período de instalação que se estendeu por vários meses. Depois daquele dia no Segundo Tempo, voltaria seguidas vezes ao Gentio: em reuniões da associação de moradores, em cursos da Funatura, ou atravessando-a para ir à casa de Dete Ferro-Velho, amiga de Dete de Sancler que morava do outro lado do rio.

Voltei para a casa de Seu Pedrinho, pois as filhas me esperavam com o leite; mas retornaria na tarde daquele mesmo dia para gravar a conversa com Dona Ermínia, Seu João e Jau, na meia-água externa que partia da sala e da cozinha, de onde se avistava todo o terreiro. No fim da conversa, Edinho, o genro de Dona Ermínia casado com Ilda, chegou-se e ficou de lado, em silêncio, sentado no banco de cimento próximo à mesa em que estávamos. Puxei assunto com ele, sobre a conversa com Ilda de manhã.

---

<sup>122</sup> O Segundo Tempo foi um programa criado no governo Lula para integrar os estudantes da rede pública à escola em atividades esportivas além do horário de aula, explicou-me a monitora. No Assentamento, cumpriam-se 4 horas semanais no sábado e havia 115 crianças inscritas. Alguns pais se queixavam: se na cidade era bom que menino ficasse mais tempo na escola para não ‘bestar’ na rua; na roça, sábado era quando os filhos (que em geral saíam às 9 e chegavam às 6 da escola em Formoso) podiam ficar mais tempo com a família e ajudar em casa.

Ele fitou o gravador pousado no banco que àquela hora já estava desligado. Queria conversar, mas sem o registro gravado tal como se dera com a sogra.

Com Edinho, tive um discorrido sobre o lugar que virou Assentamento. Ele trabalhou por dois anos na Fazenda Gentio de Toninho Brito; ‘fazia tudo’, dizia-me, ‘eu é que fiz tudo naquela fazenda’. Vizinha a ela, a Fazenda São Francisco era de Miguel, um paulista que tinha mais gado do que Seu Toninho, dono este de umas 2.000 cabeças. A fazenda de Miguel era mais de ‘capim nativo’, e a de Toninho, quase toda de ‘pasto formado’ – o que explicava por que o lote de Dete e Sancler, cujo lote se dispunha na área da antiga Fazenda Gentio, tinha pastagem brachiaria sem nunca eles terem plantado. Edinho contara também que abrira aquela área toda, que era de mata; que fizera a chácara onde hoje se encontrava o lote de Lau Preto, vizinho à sede (chamada de chácara por conta dos pés de fruta plantados); que construía um grupo escolar no agora lote do falecido Toni Lambada – que, aliás, vizinho no Cajueiro, fora assim apelidado pelo próprio Edinho, porque andava ‘meio baleadinho, mancando’ –; que abrira a pista de pouso de avião, uma estrada hoje cascalhada perto dos lotes de Herculano e Manoel Tipóia; e que fizera as rodas d’água no rio Gentio.

Não havia os ‘corredores’ de agora, estradas secundárias abertas a partir da rodagem para dar acesso aos lotes; e a estrada principal era bem diferente. Edinho foi, na lembrança, revisitando outras localizações que eu conhecia. No ponto onde hoje se esperava o ônibus escolar e aquele que semanalmente levava para a Chapada quando a linha funcionava – um entroncamento entre a estrada principal que ligava as sedes do Assentamento e o corredor que passava em frente ao lote de Dete –, havia um mata-burro que era o marco da divisão entre as duas fazendas. Em direção à Gentio, para lá do mata-burro que não existia mais, ‘era tudo aberto’. ‘Agora tem bem mais mata’, constatava a partir de uma passagem recente. A São Francisco tinha mais mata do que a Gentio, mas o cerrado era de um tipo mais ralo do que o que agora se via no Assentamento.

De sua fala, retive as apropriações anteriores das fazendas, ambas destinadas à pecuária, pois ajudavam a compreender a cartografia de lotes que se foi desenhando com a chegada do Assentamento. As diferenças que Edinho ia demarcando informavam sobre a distinção de finalidade entre elas quando feito o Assentamento: a São Francisco, pela preponderância de capim nativo, por ter mais mata, e, além disso, mais cursos de rio e terra fofa, foi destinada a quem queria mexer mais com roça; a Gentio, por ser

mais aberta e ter pasto formado, e também pela terra ser mais fraca e arenosa, foi planejada para quem tinha mais gado. Na primeira, os lotes eram menores, em torno de 25 hectares; na segunda, de 50 a 80 hectares. Uma síntese corrente para se referir à distinção entre ambas, que condensava todas essas características, era a de que o São Francisco era ‘terra de cultura’, e o Gentio, de ‘Gerais’.

Essa distinção geográfica, por assim dizer, era importante para pensar uma cartografia social do Assentamento bastante operante quando lá cheguei. Pois as antigas fazendas sugeriam os territórios do ‘povo do Gentio’ e do ‘povo do São Francisco’, que se contrapunham no que dizia respeito principalmente ao apreço à presença da Funatura no Assentamento (e o sugerir é aqui empregado porque um e outro ‘povo’ não necessariamente se situavam nos limites das antigas fazendas, como era o caso de Dete e Sancler, que não eram do ‘povo do Gentio’ apesar de seu lote aí se encontrar). Do ‘povo do Gentio’ era como meus conhecidos, em geral ‘do São Francisco’, qualificavam aqueles que saíram contrariados do Parque e, disso decorrente, eram pouco afeitos à Funatura.

‘Isso aqui parece uma ilha. É tudo rio em volta. O córrego São Francisco deságua no Gentio. É o mesmo rio; muda de nome quando passa por São Joaquim. E o Gentio vai cair na Taboca<sup>123</sup>’, explicava Seu Eduardo em um dos nossos primeiros encontros. Os rios falavam das gentes que aí moravam, e na ocasião concluía: ‘É um assentamento só, um rio só, mas por força dos dois nomes, chama São Francisco e Gentio’.

Numa tarde, durante uma rapa de buriti no terreiro de Seu Pedrinho – fazer prolongado que levava a conversas espaçosas –, Zilma e Dalva falavam de trânsitos. Zilma, a filha mais velha, discorria sem pressa sobre o caminho que ela, seus irmãos e os filhos de Dona Ermínia cumpriam para ir à escola no Barbatimão. Dalva contava sobre o itinerário entre o Barbatimão onde nascera e a Brasília, para onde fora morar depois de casar com Valfrido, irmão de Dona Lindaura; e sobre os irmãos que ficaram *no Parque* e foram morar no Assentamento. Eram três: Idelina, Eurico e Messias. Eurico (que foi guarda-parque durante alguns anos) e Messias moravam em lotes contíguos, beirando a rodagem Chapada-Formoso, perto da Taboca. Idelina era a irmã que eu mais conhecia, pois já tinha passado duas vezes em sua casa, que era vizinha à

---

<sup>123</sup> O rio Tabocas é um afluente do Piratinga, braço do Urucuia, que, junto com Paracatu e Carinhanha, é o principal afluente da margem esquerda do Alto-Médio São Francisco.

de Vande (irmã de Sancler) e próxima à sede do São Francisco. Ela era casada com Carmosino, guarda-parque que tinha quatro irmãos que moravam no Assentamento. De dois deles – cujas casas, situadas ‘para lá do Gentio’, não conheci –, dizia-se que ‘não arredam o pé de \*Sebastiana’, a sindicalista que falavam ‘ter feito a cabeça do povo’ para criar a Associação Quilombola (ver introdução). Mas costumava encontrá-los na casa de Dete ou então na de Alberto, irmão de Carmosino que era marido de Chica, cuja casa era uma das que eu mais freqüentava com Dete.

Antes de chegarem à Estiva para o pouso daqueles dias, Dalva e Valfrido tinham passado um fim de semana no Assentamento. Dalva, no entanto, não pernoitara na casa dos irmãos. Ela e Valfrido ficaram em \*Hélio, padrinho de um de seus filhos, que os recepcionou com um churrasco em que Dete e Sancler compareceram. Hélio era de uma vereda que desaguava no Mato Grande, aproximada do Barbatimão, e tinha três irmãos, além de primos e sobrinhos, que moravam no Assentamento, todos no Gentio. Alguns deles eram associados ao ‘povo do Gentio’ e se tornaram membros da Associação Quilombola (sediada no Gentio) que se contrapunha à Associação Rural Sertão Veredas (sediada no São Francisco), mais alinhada à Funatura.

Apesar de serem quase vizinhos, até ali nunca soubera que Dete e Sancler tivessem ido à casa de Hélio. A ida ao churrasco fora motivada pela presença de Valfrido, tio de Sancler. Ou seja, por um compadrio tecido a partir da proximidade entre Dalva e Hélio nos tempos do Barbatimão e que enredava a Estiva através do casamento de Dalva com Valfrido, aproximaram-se vizinhos que eram distantes no Assentamento. Esse caso, dentre outros, fazia-me refletir sobre relações do *tempo do Parque* que esquentavam relações no Assentamento, e a possibilidade de o *Parque* ser também mexido e revivido a partir do *hoje*.

A reflexão sobre as redes desenroladas através de Dalva – que entrelaçavam parentesco, compadrio, vizinhança *no Parque*, vizinhança no Assentamento –, sinalizava a disposição analítica de: menos buscar compreender uma organização social do Assentamento através de duas sedes cindidas; e mais se lançar ao trânsito, que, dentre outras coisas, movimentava as diferenças. Pois o decorrer do trabalho de campo levava-me a pensar – para além da distinção operada entre São Francisco e Gentio (razão por que cheguei ao Assentamento, por acionar o conteúdo quilombola) – sobre o porquê de a divisão entre associações que a certo momento tomou corpo ter depois se esmaecido. A circulação das diferenças, o movimento entre casas, o ‘passar em’



mostravam-me dados além da divisão – algo que Seu Eduardo havia me indicado desde cedo com a imagem dos rios.

\*

Embora o Assentamento tenha sido criado por causa do Parque, a tentativa é a de não reduzir o primeiro ao segundo. Em outras palavras, não explicar o Assentamento pela criação do Parque, mas em relação a ele. Como se pretende mostrar através da escrita etnográfica deste capítulo, o espaço ‘apertado’ dos lotes é composto reflexivamente a partir das referências de um vasto prévio, em que as pessoas andam, tomam conhecimento umas com as outras, circulam e estocam bens que alimentam relações. Nesse movimento, privilegiarei a via narrativa dos trânsitos que projetam as casas para fora, à abordagem de lotes que conformam unidades familiares e produtivas.

### ***Gerais e terra de cultura***

‘Gerais’ era conceito privilegiado para pensar o *tempo do Parque*. Nesse sentido, era comum ser conjugado no passado, como um lugar que ficara para trás. *Adeus Mato Grande, adeus Gerais, o dia que eu for embora, por aqui não volto mais*, cantava uma curraleira de autoria de Gumercindo e Idelino<sup>124</sup>. O Geraizão é para lá mesmo, né, Vande dizia. É lá mesmo onde nós morávamos; lá fala é Geraizão, aquele pasto... Tavinho continuava, a gente nasceu e criou lá no Gerais, era bom demais lá no Gerais. E sobre a ida para o Assentamento, Vande ria do irmão: Sancler não conhecia terra boa, só ficava lá no Geraizão. Todo mundo incutido lá com os Gerais, ninguém queria vir p’ra cá. Gerais é o *lá* aquecido no diálogo com o *cá*, o Assentamento; ele emergia da diferença, pois a relação com a terra *hoje* fazia com que se ressaltassem características mais difíceis de

---

<sup>124</sup> Essa curraleira, dentre outros registros musicais, foi gravada por Roberto Corrêa no projeto ‘Inventário dos Bens Culturais da Comunidade Assentamento São Francisco oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas’, realizado pela Funatura em parceria com o IPHAN (2006):

‘Me ajuda companheiro / Que eu também lhe ajudarei / Adeus Mato Grande / Adeus meu Gerais

Agora que eu despedi / Por aqui não volto mais / Embora que eu moro longe /  
Alguma coisa eu falei / Adeus Mato Grande / Adeus Minas Gerais / No dia que  
eu despedi / Por aqui não volto mais

Esse parque do governo / Ninguém sabe o que que faz / O povo do IBAMA / Ta  
tentando nós demais / Adeus Mato Grande / Adeus Minas Gerais / No dia que  
eu for embora / Nunca mais não volto mais / Vamos dar mais uma volta / Que  
a viola mandou dar / Adeus Mato Grande / Adeus meu Gerais / Agora que eu  
despedi / Por aqui não volto mais / Depois de a volta dada / Viola mandou  
parar’

serem apreendidas quando ele era experienciado no presente. A vida no Assentamento, em novos regimes de propriedade, propiciava o olhar comparativo.

Os Gerais, em termos ecológicos, referiam-se à terra arenosa, fraca; ao ‘mato’ que se revezava com os campos abertos de capim nativo, pontilhados por veredas e brejos com ‘vargens’ ao redor. Arenoso... e muita vereda, Sancler explicava, para Vande completar: É, muita vereda, muito brejo. Areia, só areia, você só vê areia. E aqui não; aqui é só chão duro. E lá é só areia; você só caminha atolando na areia. Era um lugar de muita água – essa que era apontada como uma das principais diferenças entre o Assentamento e o *Parque*. A terra de lá era mais em brejo, me dizia Zé Luiz, que era dos Paçoca da Santa Rita (ver capítulo 1); Totalmente diferente daqui. Aqui tem umas vazantes que têm muita enchente... é complicado você mexer. Aqui já é um lugar p’ra ser usado mais no seco. E lá não; aqui não tem brejo igual lá tem.

Nos Gerais, a roça era posta no brejo (capítulo 1), algo que se por um lado era associado à fartura de alimentos e água, à não ‘correção’, às terras desimpedidas e aos trabalhos coletivos; por outro, era lembrado como um tempo de ‘muito sofrimento’, pelo trabalho fatigante do esgoto, por não haver adubo, não haver trator. Já a lida com o gado não era dada a recordações de dificuldades: o rebanho andava livre entre vargens e cerrado, alimentando-se do capim nativo e das águas das veredas. Assim, se as ‘melhorias’ na lida com a roça eram apreciadas no Assentamento, a lida com o gado acusava mais contrariedades. Pois, *agora*, o espaço de lotes não permitia que o gado fosse criado na solta, tal como era nos campos abertos dos Gerais.

Pelo fato de o ‘Gerais’ ser considerado fraco para plantio (com exceção das áreas de brejos), era correntemente posto em par com a ‘terra de cultura’. As ‘terras de cultura’ eram os trechos ‘bons de plantar’; mais raros, de ‘terra roxa’ e mais fofa, perto de ‘capões’ (o ‘mato emaranhado’), perto de rios<sup>125</sup>. Cofocó assim me resumiu: Cultura é mais terra roxa. Eles falam assim é... mata seca... É terra macia, que faz plantio, onde tem aroeira, tem... Chama terra de cultura. (...) Quanto mais trabalha, melhor fica. E é diferente do brejo, que quanto mais trabalha, mais vai piorando. Aí tem que queimar todo ano. E já na cultura não precisa de queimar. Queima uma primeira vez, aí continua plantando; só limpa, vai limpando e cada vez mais vai melhorando.

---

<sup>125</sup> Sobre o par Gerais/terra de cultura, ver também Ribeiro (2010) e Nogueira (2009:76). Ribeiro (*op. cit.*) discorre sobre o manejo combinado entre os Gerais, apropriado para gado, e a terra de cultura, para roça.

Quando fomos a Várzea Bonita (em janeiro de 2009), Sancler chamava a atenção que ali eram terras de qualidade: ‘Tem brejo, tem vereda. E tem muita terra de cultura. Cultura é terra boa, que tem pau bom, grande, não são aquelas árvores torcidas do cerrado. É jatobá, é aroeira. Terra forte’. Na seqüência da viagem, na Estiva, Vande me mostrava surpresa a roça de milho de Berto, filho de Dona Ermínia, que ficava perto da casa: ‘Vê que milho bom, bonito, menina! E olha que não é terra de cultura. É Gerais, é areia’.

Esse Gerais que ficara para trás, contudo, reaparecia *hoje* para reavivar uma outra diferença. No Assentamento, ele era atualizado, junto com seu par, para acionar uma comparação e sintetizar uma distinção entre territórios. *Agora*, ‘terra de cultura’ e ‘Gerais’ falavam, respectivamente, do São Francisco e do Gentio.

Essa diferença era pautada em constatações ecológicas, semelhantes às já mencionadas, que tinham a ver com a qualidade da terra e seu uso. Como dito, o território do São Francisco era melhor para roça, para ‘cultura’, e por isso seus lotes eram menores; e o do Gentio, de terra mais fraca, era propício ao gado, e por isso os lotes eram amplos<sup>126</sup>. ‘Aquele Gerais lá é muito difícil’, falava-me Seu Eduardo, a respeito dos plantios ‘para o lado de lá’, perto do Cajueiro. ‘Esse mato, vassourinha, é feito o daquele Gerais lá do Assentamento, perto de Dete Ferro-Velho’, disse-me Vande na Estiva. Sobre um lote próximo da sede do São Francisco, cujo dono trocou por outro adiante da sede do Gentio, porque queria um lote maior, ouvi: ‘P’ra lá, só dá mesmo é mandioca. Para esse lado de cá, dá de tudo o que você plantar’. No São Francisco, principalmente em direção ao Tabocas, tinha mais rio e vereda. ‘As casas são mais juntinhas’, escutei outra vez.

O Gentio foi a última porção preenchida no Assentamento (a ordem de preferência vinha gradativamente do sentido oposto, da Taboca, a primeira região ocupada). Foi habitado por aqueles que, *no Parque*, tinham mais gado – em especial, por uma família vinda da região do Mato Grande (que ocupou 9 lotes). Alguns eram pequenos proprietários – uma concessão que fora aberta pela Funatura, que de início

---

<sup>126</sup> Havia 55 lotes no território da antiga Fazenda São Francisco, e 35 na Gentio. Segundo Correia (2002), os técnicos do INCRA, quando da desapropriação das fazendas (Decreto s/n 10 de novembro de 2000), calcularam 136 lotes para a Gentio (que tinha 3.470 hectares), e 78 para a São Francisco (1.995ha). Esse cálculo foi contestado pela Funatura, que queria que o Assentamento fosse habitado somente pelos ‘moradores do Parque’, estimados em 90 famílias, posição que entrou em atrito com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso (conforme apresentado na introdução). O Assentamento, por fim, foi dividido em 90 lotes; e como nem todas as famílias quiseram ir para o Assentamento, 10 lotes ficaram a critério do Sindicato para preencher. Ver mapa do Assentamento (em lotes) no anexo 6.

indicava que o Assentamento fosse destinado somente a posseiros. Esses pequenos proprietários eram os que tinham gado *no Parque*, criado na solta (os posseiros, como Dona Nica, Seu Eduardo e Dona Lu, ou não possuíam ou possuíam pouco). Tinham, portanto, dificuldade em dispor de seu rebanho no universo ‘apertado’ de lotes.

Um deles, \*Tico, era dono, *no Parque*, de parte da propriedade do pai, de 150 hectares. Entretanto, ele e os irmãos não dividiram as terras herdadas, que daria em torno de 16 hectares para cada um. \*Tico criava o gado na solta, e seu rebanho era muito maior do que comportaria a porção que lhe cabia, se fosse cercada. Com a chegada do Parque, para a indenização era necessária a divisão judicial da terra; porém, o processo de inventário, caso feito, custaria mais do que o valor da terra. Tico foi para o Assentamento. Tinha seu lote, onde criava algumas cabeças, e ia seguidamente para o Mato Grande, onde mantinha seu gado na solta, até quando a indefinição fundiária o permitisse.

O ‘povo do Gentio’ foi o mais avesso à chegada do Parque e à saída das pessoas da unidade. No Assentamento, era o mais contrariado com a permanência da Funatura, como mencionado no capítulo 2. ‘Já ficavam me atentando no Parque. Vim para cá para me livrar, e eles vêm também?!’, escutei uma vez, sobre um vaqueiro que julgava que a ‘vida corrigida’ no Parque cessaria com a saída de lá (Teve um senhor que chegou até a dizer que queria mudar para um lugar para não ter notícia do Ibama, nem o pessoal do Ibama não ter notícia dele, contaram-me sobre um senhor que não quisera ir para o Assentamento). Esse ‘povo’, embora definido pelos ‘do São Francisco’, como ‘povo do Gentio’, não se restringia ao território da antiga fazenda. Apesar de aí se concentrar, de pouco afeitos à Funatura havia em lotes distantes; e havia quem morasse no Gentio que não fizesse parte do ‘povo’ daí. O Gentio era referência da contrariedade sobretudo por ter abrigado a Associação Quilombola, depois desfeita, criada para se contrapor à ARSeV, fixada na sede do São Francisco e que os do Gentio creditavam muito chegada à Funatura (ver introdução)<sup>127</sup>.

---

<sup>127</sup> A Funatura auxiliou na mudança e estabelecimento dos moradores, e seguia no Assentamento dando assistência técnica, fornecendo cursos (como de extrativismo e eco-turismo, através do Fundo Nacional do Meio Ambiente), desenvolvendo projetos (como o Inventário de Bens Culturais, em parceria com o IPHAN; o de acompanhamento da instalação da rede de água; e o de recuperação da cabeceira da Carinhonha, próxima ao Assentamento, que previa um viveiro de mudas e a reconstrução da sede do São Francisco para a ARSeV) e auxiliando a ARSeV no encaminhamento de projetos (como a construção de uma Unidade de Beneficiamento na sede do Gentio, através do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais/ISPN). A contrariedade podia ser estimada por negativas à participação de atividades vinculadas à Funatura. Em geral, não via o ‘povo do Gentio’ nessas ocasiões. Em uma pesquisa realizada

Ao já explorado sentido ecológico do par Gerais/terra de cultura, agregava-se um sentido existencial, como chamarei. Esse sentido está relacionado a imagens do ‘vasto’, por um lado, e do ‘aperto’, por outro (ou, numa tradução deleuze-guattariana, do liso e estriado<sup>128</sup>). Em suma, quando se mencionava ‘Gerais’ e ‘terra de cultura’ no Assentamento não se estava somente querendo referir a qualidade da terra, do mato e das águas, ou ao uso do território; mas também se acionavam modos de vida, e de como se queria viver.

Para qualificar o que se entende por sentido existencial dos Gerais, resgato vocabulário do capítulo 1, empregado por meus conhecidos para falar das terras no *tempo do Parque* quando a unidade nem pensava em existir (e também por interlocutores de outros trabalhos nos Gerais, quando falavam de um tempo sem cercas): ‘Sem partilha’, ‘sem cancelas’, ‘sem impedimento’, ‘sem dono’, ‘sem fim’. ‘Terra solta’, ‘terra comum’, ‘ausente’, ‘da nação’, ‘de todos’, ‘para todo mundo’. ‘Aberto’, ‘liberado’, ‘folgado’, ‘interminável’. ‘Gado solto’, ‘bravo’, ‘misturado’. ‘Sertão’, ‘cerradões’, ‘brejos’, ‘brejões’, ‘mundo’, ‘mundão’, ‘geraizão’. ‘Liberdade’<sup>129</sup>.

Gerais remete, enfim, a um sentimento de liberdade: da terra na solta, do espaço sem cercas e partilhas, pouco divididas por documentos, pouco medidas por hectares –

---

em 2008 no Assentamento pelo Instituto de Pesquisa em Vida Silvestre Biotrópicos (sobre ataque de animais silvestres em rebanhos), com sede na Chapada, os questionários foram aplicados por filhos de moradores, que se dividiram entre todos os lotes. 25 moradores não quiseram responder, a maioria no Gentio. Apesar de não ser uma pesquisa vinculada à Funatura, como explicado pelos entrevistadores, justificativas pela não resposta apontavam essa desconfiança, como reportaram alguns meninos: ‘Você está vendo? Pois no Parque começou foi desse jeito mesmo, de mansinho, com essas perguntas’; ‘Pode até não ser nada com a Funatura; mas no fim vai tudo lá pra frente, pára tudo no Ibama, e aí nós estamos enrolados: o Assentamento ainda vira Parque’.

<sup>128</sup> Inspiro-me aqui em reflexão de Schettino (1995) sobre o sertão. Este autor, uma referência em trabalhos nos Gerais (cf. Jacinto, 1999; Correia, 1999; Costa, 2003), debruça-se sobre aproximações teóricas possíveis para pensar o sertão, e o ‘espaço liso’ de Deleuze e Guattari é uma delas. O ‘espaço liso’, cita Schettino, é aquele que “se ocupa sem medir”, ao contrário do ‘espaço estriado’, que “se mede para ocupar” (:12). Esse debate existencial ‘terra de cultura’/‘Gerais’ guarda relações também o de sertão/litoral no pensamento social brasileiro, como trabalhado por Vidal e Souza (1997).

<sup>129</sup> As definições de Gerais, que sintetizei como ecológicas e existenciais, foram trabalhadas, com outros termos, pelos autores que esta tese mantém diálogo, como Ribeiro (2010); e Andriolli (2011). Seu Samu, que vivia no Parque, reportou a Andriolli (*id. ibid.*): “– Aqui é o Gerais. Esse vazio sem gente; essa área de terra com pouca gente. (...) Povo velho chamava de Gerais. Quando criou esse parque que criou esse Sertão” (:91). Nogueira assim definiu: “(...) Gerais, além de frequentemente referir-se a uma paisagem natural específica, indica um modo de uso, de apropriação comum, geral das terras, indica que elas não são particulares, mas *gerais*” (2009:59). Remeto também à nota 22 do capítulo 1, em que menciono outros autores que se debruçaram sobre os Gerais, como Costa (2003), e Matta-Machado (1991). Vale observar que essas “vias de acesso” para pensar os Gerais se aproximam da hermenêutica do ‘sertão’ (que é aberto a diversas possibilidades de leitura, como lembrou Jacinto, 1999). Apesar da aproximação conceitual, há um uso mais contido do ‘sertão’ nesta tese, pois onde pesquisei era um termo bastante embebido em um sentido ambiental, conforme apresentei na introdução.

‘tempo da légua’ (como me disse Seu João de Alta), dos alqueires –, das ‘escrituras de pé de pau’, das ‘terras sem lei’, sem vigília ou ‘correção’.

Nada parecia mais se afastar dessa imagem do que um Assentamento ‘distribuído’ em lotes – para usar de um conceito de Foucault (1989), que ilumina os dados que trato –, com cercas, escrituras, divisas e donos precisos. Um espaço ‘quadriculado’ – ao contrário das ‘repartições indecisas’ e da ‘circulação difusa’ de gente, gado e roça, como *no tempo do Parque* –; que permite atualizar o ‘princípio da localização imediata’: ‘Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo (...)’. Importa estabelecer presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos’ (:135). A distribuição é passo para a disciplina, é ‘a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar de “celular”’ (:135). Ver para mais bem vigiar (e vigiar para corrigir).

A esse espaço distribuído correspondia uma vivência estatal (e também não-governamental) que para muitos era uma novidade. As crianças, todas, iam à escola diariamente – e tinham de ir para manter o cadastro no Bolsa Família; nos fins de semana, tinha Segundo Tempo; havia visitas do Incra para conferir se se estava vivendo no lote; havia cursos do Senar e da Funatura e assistência técnica da Emater; os bois deveriam ser registrados no IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária) e ter a vacinação em dia; acionava-se o Pronaf, o qual resultava em um relacionamento a longo prazo com instâncias governamentais; mensalmente se ia a Formoso buscar a aposentadoria.

O tempo-espaço do Assentamento, ao contrário do *do Parque*, gravitava mais em torno da imagem da ‘terra de cultura’ do que da dos ‘Gerais’, mais da imagem do ‘apertado’ do que da do ‘vasto’<sup>130</sup>. Porém, apesar da divisão celular do espaço, o Assentamento não permitia uma leitura existencial una (nos termos aqui propostos). Pois o povo do Gentio aí resgatava o sentido dos Gerais. Mais fugidios ao olhar, esquivos ao registro, arredios à afeição e às andanças estatais, revivia o vasto num universo recortado por lotes.

No Assentamento, os Gerais se insinuavam nos caminhos. O povo do Gentio, contrariado com a Funatura, era aquele que espacialmente estava mais alheio a seu trânsito. Das vezes em que andei por esse território, foi quando constatei carreiros e

---

<sup>130</sup> O ‘aperto’ não parece somente associado a um espaço distribuído em lotes. O ‘viver apertado’ é também mencionado por Seu Samu, que vivia no Barbatimão, conforme relatado em Andriolli (2011). Mas aí segue acionando sentido semelhante, pois tem a ver com as restrições a andanças do gado com a chegada do Parque.

estradas mais dificultosos. Para chegar à casa de uma mulher casada com um dos ‘mais quilombolas’, que Dete quis me apresentar, tivemos de atravessar um grande lago pisando lateralmente um caminho de paus estreitos, e nos equilibrando com toras justapostas na altura das mãos e paralelas àquelas dos pés. Na casa, ficamos pouco; café não nos foi oferecido, e a visita foi muito breve (sobre o café, falarei adiante).

Para ‘lá do Gentio’, a pequena ponte que o atravessava ‘estava para cair’ (em 2008 começou a ser consertada pela prefeitura). Fomos para lá de charrete, visitar uma amiga de Dete. Havia pouco tempo um homem tinha morrido passando por ali, quando ‘tonto de pinga, tombou do cavalo’. ‘Eu não passo nessa ponte de charrete! Como passa? Nem carro consegue’, dizia uma vizinha que nos acompanhava. Dete foi puxando a mula pelo cabresto, por cima daquelas toras de madeira hesitantes; um buraco no meio, na parte final, fez com que Tigresa, a mula, desviasse pelo lado e por pouco a roda não caía em falso.

Para lá do Gentio, havia 17 lotes. Era o único lugar do Assentamento que não foram feitos corredores, as vias secundárias de acesso (e isso se transformou em uma promessa de um candidato a prefeito, em uma ‘palestra’ que estive). Era o ‘lado dos esquecidos’, um me dizia. ‘Fulana não quer nem estrada lá perto dela porque acha que Ibama vai querer ficar corrigindo’, ouvi. Lá também constavam 5 moradores, os últimos, que não receberam Pronaf (crédito para agricultura familiar, que mencionarei à frente, e que, dentre outros fins, era aplicado para o cercamento da propriedade). Um morador daí que tinha um bom trânsito com a Funatura, contava que alguns vizinhos ‘às vezes acham ruim que a gente esteja morando aqui, porque eles dizem que, desde que a gente mudou, começou a vir mais o povo da Funatura para cá’. Ernane, da Funatura, ria de um caso que se passou entre dois vizinhos naquela porção que tiveram desentendimentos por causa do gado de um que ia para o lote do outro que ainda não tinha cerca. O que não tinha cerca, para intimidar o vizinho, inventou que tinha vendido seu lote para Ernane. Depois de uma reunião no Gentio, o dono do gado foi perguntar preocupado a Ernane se ele iria mesmo morar no Gentio, se seria seu vizinho.

‘Isso é gente com medo de gente’, às vezes me definiam sobre um povo que se escondia de quem vinha de fora. A mulher da casa depois da represa, contavam-me, fechava portas e janelas quando avistava a agente de saúde que morava no Assentamento, cujas visitas domiciliares eram registradas em cartão atrás da porta. Sua mãe, vizinha de lote, era do grosso do *Parque*, no centro, uma região de difícil acesso,

que se tornou ‘zona intangível’ no Plano de Manejo (ver capítulo 2): O lugar mesmo, o fundo, como o dizer do outro, que ninguém nunca andou, né, que só mesmo esses meninos que... aqui quem sabe é só os guardas. Assim mesmo é difícil eles irem lá, porque é lugar deserto, né? O ‘povo com medo de gente’ sinalizava a recusa a um registro visual que guardava relações com histórias contadas a respeito da chegada do Parque. Tinha uma Velha Inocência que morava ali no... Pessoal, polícia, esse pessoal velho nunca gostou desse tipo de coisa. Chegava próximo da casa deles, na época assim de pesquisa, de passarinho, de árvore... Outro completava: ‘eles ouviam a Toyota e se escondiam’; Eles viam o carro de lá, ficavam nuns brejos, a mulher fechava as portas e pronto<sup>131</sup>.

Embora fossem poucos os que se cerrassem desta forma, o povo do Gentio era, em geral, mais avesso a registros se comparado ao do São Francisco. Um dos rapazes que aplicou questionários da pesquisa da Biotrópicos, antevia a dificuldade rememorando a resistência a uma pesquisa da UnB, a serviço do Incra, que ele participava, e cujas perguntas versavam principalmente sobre higiene da casa (se tinha fossa, banheiro; qual a água utilizada etc.), e sobre as condições do gado e de outros animais. Um homem, ouvindo a conversa, dizia que o povo tinha receio de falar do gado, que no Assentamento deveria ser cadastrado e estar em dia com todas as vacinas. Situações como essas sugerem uma recusa ao olhar que exerce o controle, ao exame que abre caminho para a correção. Numa outra leitura, as zonas intangíveis seriam, no Assentamento, aquelas que tentavam se manter longe da luz e fora do ‘diagrama do poder’, como diria Foucault; que não queria se deixar ver, nem documentar, fosse por

---

<sup>131</sup> Sobre o fechar-se, e o desconforto com o registro de sua imagem, Alberto, que era requisitado para falar ‘histórias’ – um gênero de narrativa que, por trazer a dúvida sobre se aconteceu ou não (e por isso semelhante aos ‘causos’ pensados em Cerqueira, 2010), permite rir daqueles que usualmente se devota respeito (no caso, o ‘povo antigo’, tema preferido delas) –, contou: A mulher não conhecia espelho. E aí o marido dela comprou um espelhozinho de bolso pequeno e colocou no bolso. Aí um dia ele tirou a calça para lavar, e ela foi lavar a calça dele; foi lá para o rio. Chegou lá, hora que ela foi virar o bolso do lado do avesso para lavar, que viu o espelho, que ela olhou: “Mas *óia* onde que aquele macho sem-vergonha está com o retrato de uma rapariga aqui, dessa égua! Ah, eu vou mostrar p’ra minha mãe *jázimbó*”. Correu rapidinho, foi mostrar à mãe dela: “Ó, mãe, onde aquele macho está com o retrato de uma égua aqui?”. A velha olhou assim direito: “Mas minha *fi’a*, será que ele tem coragem de envolver com esse canhão?”. Dete pegou de carreira o gancho, para narrar um caso, esse ‘acontecido mesmo’: Outra vez foi aquele povo da Velha Inocência [que era tia da mulher da casa após a represa]. A Velha mais o filho dela foi para Januária. Aí chegou lá, ela pegou... lá em Januária tem uma vidraça de espelho; no mercado é que tem uma loja assim. A gente passa lá perto, aí tem uns espelhos que a gente vê a gente. E a Velha mais o filho passaram em frente assim do espelho lá, aí chegou lá na frente: “Ó, meu filho, pois você não viu?: Acolá tinha umas pessoas, é o mesmo que ver nós”. Mas isso foi acontecido mesmo. Essa história. A partir disso, a conversa rodeou o assunto do espelho, a estranheza com ele, e outras formas de imagem refletida manejadas pelo pessoal antigo. – Depois é que saiu o trem de espelhinho pequenininho; aí que o povo foi acostumando mais. – dizia Dete. – De primeiro... – Chica continuava. (...) De primeiro, até as fotos, Camila, eram naqueles binóculos. Você olhava, você via lá dentro. Hoje não.



agentes de saúde, ou funcionários estatais, fosse pelos que faziam pesquisas antropológicas ou de passarinho. ‘A visibilidade é uma armadilha’ (*id.ibid.*:177)<sup>132</sup>.

Às vezes, para qualificar o povo do Gentio, dizia-se também que era ‘aquele povo que vive no sistema antigo’, sobre o que ouvia características diversas: ‘gente que reclama que no Assentamento está gastando mais, que de primeiro o que se tinha era só mesmo para o sustento’ e que queixava de ter de ficar comprando roupa (‘De primeiro, não ligava p’ra isso; era dias com a mesma roupa, para trabalhar, banhar, dormir. Até furar’). Povo antigo era aquele que fizera a ‘casa do Incra’, de alvenaria, mas passava o dia mesmo era na palhoça construída primeiro no lote. ‘Esse é o povo que não vai *ni* reunião, não participa de nada. Só quer ficar quietinho, isolado’, disse um; ‘É aquele carrancismo’, ouvi de outro<sup>133</sup>.

Quando estavam instalando a luz no Assentamento, contaram: ‘Fulano falou que o pessoal da luz pediu boi no Gentio e os moradores disseram que só na semana que vem, porque eles estavam usando. Esse pessoal mais antigo, que nunca teve luz, não sente essa precisão; para ele, pode ficar como está, não faz diferença. Se eu tivesse, e pedissem para mim: “Ôpa, na hora!”’. ‘O povo do Gentio parece que não liga para essas coisas’, o que estava ao lado comentou. Quando se estava instalando a rede de água, no fim de 2008, falava-se: ‘Tem uns que nem ligam p’ra água, que não preocupa de puxar a rede para casa; que continua assim naquele sistema antigo, de buscar água em balde, mesmo às vezes se é longe da casa’. Para o povo no sistema antigo, ‘tanto faz pegar água de balde ou ficar na vela’. O povo do Gentio, o povo que se dizia gostar de viver no sistema antigo, era, enfim, ‘gente muito apegada ao *Parque*’, ‘que queria só mesmo era ficar isolado, com sua vaquinha’.

O do São Francisco, por contraste, exaltava mudanças propiciadas pela vinda para o Assentamento. ‘Não sei que paixão besta é essa pelo *Parque*. Lugar ruim daquele’, ria um. A saudade – principalmente dos brejos, ‘dos peixinhos da Carinhonha’, ‘do rião de água boa’ – equilibrava-se com constatações de ‘melhorias’. Numa das conversas gravadas, falou-se:

---

<sup>132</sup> ‘O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam’ (Foucault, 1989:153).

<sup>133</sup> Correia (2002) destaca a expressão ‘carrancismo’, que eu ouvi pouco em campo. Sobre ele, dizia-lhe um senhor que morava na Passagem do Mato: “‘O carrancismo é por causa do tempo antigo que as coisas... que hoje o povo é assim civilizado muito né. Esse povo era sem civilização, de pouca leitura (...). [T]udo era fácil, (...) não tinha dependência pra nada. (...) Você tinha a terra aí, quem tinha terra morava, quem não tinha morava’ (:51).

– O mundo transformou, se as pessoas não transformarem também... fazer o quê?  
– Mas muitos não transformam não. Muitos é aquele carrancismo, Camila, ó. Tem gente que é o carrancismo. Vai falando “que não sei o quê, que a Funatura é atentada, o Ibama é atentado, que vai tomar aqui, vai tornar a fazer o Ibama aqui dentro”. E eu ainda falo: “Vai mesmo. Pode você sair. Vai mesmo”. [risos] “Vai ser comprando e cascando fora”. Besta.

No São Francisco, desenhava-se um território de afeição à Funatura, que tinha a casa de Dona Nica, próxima à sede, como gradiente máximo. Esta casa era tida como de muito trânsito. Lugar de passantes e idéias, abrigava também a contrariedade; as palavras de apreço e bem-querência claramente expostas conviviam, como presenciei em mais de uma ocasião, com o fluxo daqueles que não compartilhavam da mesma opinião. Os dados de que a casa de Dona Nica era das mais movimentadas e de que ela representasse o apreço à Funatura não me pareciam circunstanciais. Se no Gentio, Gerais, tinha-se uma tentativa de esquecimento através de caminhos fechados; no São Francisco, terra de cultura, havia a produção do conhecimento através das casas abertas a andanças de toda ordem (e isso explica meu próprio itinerário de lotes).

Como as divergências entre Gentio e São Francisco não pareciam afetar o movimento do ‘passar em’, uma vez que não raro se via um e outro povo se freqüentando, a diferença circulava no Assentamento. O ‘sistema antigo’ dos Gerais era um topos a partir do qual se falava como a vida era *agora* em relação a como era antes, e vice-versa. O Gentio, ao revivê-lo no presente, esquentava comparações, fermentava a operação de alteridade entre o *tempo do Parque* e o *hoje*.

Da perspectiva da Funatura, o Assentamento informa-se por um princípio de preservação cultural semelhante ao da preservação da natureza que pautou a criação do Parque (como visto no capítulo 2). Natureza e cultura seriam conservadas separadamente. A uma ‘unidade’ pretendida para o Parque, correspondia uma ‘comunidade’ para o Assentamento, onde era forte o apelo do perseverar, da tradição<sup>134</sup>.

Havia uma expectativa ‘telúrica’ de que, sustentada em um ambiente natural o mais próximo possível ao que se vivia, se mantivesse a tradição sertaneja: ‘A filosofia dominante é transplantar a comunidade para condições ecossistêmicas parecidas, de

---

<sup>134</sup> Penso aqui na elaboração de Viveiros de Castro (2002) sobre a imagem de ‘estátuas de mármore’, mais do que de murta, que informa abordagens de cultura: ‘[C]remos que o ser de uma sociedade é seu perseverar: a memória e a tradição são o mármore identitário de que é feita a cultura. Estimamos, por fim, que, uma vez convertidas em outras que si mesmas, as sociedades que perderam sua tradição não têm volta’ (Viveiros de Castro, 2002:195).

formas a pouco alterar seu *modus vivendi* tradicional’, traz o Plano de Manejo (2003:40), escrito quando o Assentamento se instituía (ver também nota 114). Outro trecho deixa a claro a atualização do vocabulário preservacionista (do potencial degradador e das hipóteses de risco futuro), quando fala das folias: ‘É importante mencionar que, especificamente, essa manifestação da cultura tradicional é uma das características que se encontra preservada em localidades determinadas do Parque e de seu entorno, mas que já possui versões descaracterizadas, sendo grande a possibilidade de ser descaracterizada totalmente, caso não haja medidas preventivas’ (:50).

O anseio da preservação inscreve-se também no projeto de construção das casas. Na dissertação de Cloude Correia (2002) – que acompanhou os trâmites iniciais de criação do Assentamento –, destacou-se uma passagem, em um dos relatórios da ONG, sobre créditos do Incri: “[N]o caso dos posseiros do Parque, o que está sendo discutido com eles, é que esses financiamentos para a casa e a produção não seriam necessários. A idéia é de que a casa seja construída obedecendo o padrão da região, ou seja, com tijolos de adobe e telhas de barro feitos no próprio local, preservando as características culturais. Essas casas seriam feitas em sistema de mutirão” (:121). Nessa direção, presenciaria um desapontamento quando, com o crédito para acabamento das moradias, as cerâmicas cobriram até fogões a lenha; e, com a luz, as novelas da noite puxaram a atenção da casa<sup>135</sup>.

Há pontos de convergência entre expectativas da Funatura e aquelas do povo que justamente lhe era mais avesso. Por ocasião do já mencionado ‘Inventário dos Bens Culturais da Comunidade São Francisco’, realizado por IPHAN e Funatura, Zatz (2006) acessou membros da Associação Quilombola, cuja criação na época era recente.

---

<sup>135</sup> O preservacionismo se faria notar também na escrita antropológica sobre o Assentamento, como se constata em um relatório preliminar do Inventário dos Bens Culturais realizado pela Funatura em parceria com o IPHAN (2005). Há que se considerar que a noção patrimonial aí explorada estava informada pelo propósito do trabalho de registro; porém, o texto antropológico acentua, pela linha identitária, uma leitura do ‘deixar de ser’ que amiúde interpreta mudança como degradação. Em um trecho, lê-se: ‘A coleta de dados realizada numa perspectiva antropológica (...) permitiu compreender a comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio como uma população tradicional, reconhecida regionalmente e afirmada no estudo de Donald Pierson como *veredeiros*. Em sua interface com o (...) Parque, entretanto, essa comunidade está sendo levada a abandonar o conhecimento da biodiversidade e das práticas culturais com as veredas e sendo transformados em *chapadeiros*. Essa novidade apresenta uma série de riscos para a própria comunidade, assim como para as veredas da área do assentamento. Eles que sempre foram guardiões das veredas onde hoje se encontra o Parque podem assorear as veredas e brejos da área onde foram alocados’. Como o texto segue investindo na necessidade de ‘afirmação da identidade veredeira como categoria política’ (:91), caberia questionar (tal como feito, no capítulo 2, com a natureza pretendida pelo Parque) se a retórica do retorno (voltar a ser veredeiro) não seria uma projeção da cultura como se quer que ela seja.

Transcrevo uma parte de seu relatório: ‘Alegam (...) que a ARSEV é muito submissa a decisões externas e que não representa os anseios e os desconfortos com as mudanças (...). A primeira associação não foi capaz (...) de pressionar eficazmente o INCRA, IBAMA e FUNATURA para receberem as indenizações de benfeitorias, terras de família centenariamente ocupadas na área do Parque. Também não se conseguiu o cumprimento de promessas de se respeitar a arquitetura das casas tradicionais das famílias do Parque, mesmo que fossem de alvenaria (...)’ (:49).

‘Os desconfortos com as mudanças’ foram um motor para a reivindicação quilombola tomar corpo. A tradução quilombola do conflito assumiu uma pauta de ‘resgate da origem’ que – à parte o fato de que se investiu em uma identificação que escapava de definições decorrentes do Parque (como a de ‘comunidade de ex-moradores’, usualmente manejada pela Funatura) –, não era muito distante do discurso da Funatura. ‘Procuram [membros da Associação do Gentio], por meio de pesquisas e estudos o resgate da origem das famílias e de seus costumes e tradições que vieram dos antepassados afrodescendentes. (...) [O] reconhecimento [quilombola] não é devido à cor de pele, mas à origem da cultura e tradições da comunidade’ (Zatz, *op.cit.*:49).

Em suma, o apego ao *Parque*, o querer viver como se vivia (no ‘sistema antigo’), e a pauta do ‘resgate da origem’ associados ao povo do Gentio, tinham suas pontes com a linguagem de preservação cultural da Funatura. E o julgamento de que fora a Funatura catalisadora de mudanças ao promover a realocação de quem morava no Parque fazia com que o Gentio não lhe devotasse o apreço que, justo por esse motivo, era cultivado pelos do São Francisco.

### ***Carreiros abertos***

O lote de Dete e Sancler, de 55 hectares, ficava na área da antiga Fazenda Gentio, margeado aos fundos por este rio, que atravessávamos quando íamos até a casa de Tereza e Chico. A princípio, eles relutaram em ir morar no Assentamento criado em 2001; tanto que só chegaram lá três anos depois. Não acompanharam a época em que a Funatura rodou a região com duas Toyotas cheias de moradores, para que se escolhesse um lugar para o Assentamento. Tampouco viveram o momento inicial, quando os primeiros moradores acamparam juntos na Taboca, debaixo de lona lá, uns barraquinhos para reservar o lote nosso – contou-me Dona Lu –; e, depois, escolhidos os lotes, foram acampar em seus respectivos. Essa época inicial era lembrada como período em que se

teve conhecimento uns com os outros: Os que eu não conhecia, dizia Dona Lu, nós tomamos conhecimento quando estávamos acampando. Porque fazia as reuniões aí muitos dias, nós ficávamos misturados aí. Mas foi também época de tensão, pois o acampamento fora precipitado quando pessoas que não vinham ‘do Parque’ ergueram lonas na outra margem do Taboca. Esse caso é muito contado, e foi o germe da discórdia entre a então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso – que pleiteava que a área fosse dividida em mais lotes do que os 90 propostos –, e a Funatura. A discórdia que então se estabeleceu esmaeceria à época com o logro do argumento da Funatura junto ao Incra. Porém, foi um momento inaugural de dissensos que mais tarde ‘revoltariam’ de outra forma, como o demonstrou a criação da Associação Quilombola.

Foi Ernane, da Funatura, e Seu Eurides, o chefe do Parque na época, os que mais insistiram para que Dete e Sancler se mudassem para lá. Era um Assentamento diferente dos outros, argumentavam, pois de lotes grandes e espalhados. A comparação era lançada a partir dos Para-Terras e Bancos da Terra que se conhecia na Chapada, cujas casas que só variavam a cor dispunham-se enfileiradas e eqüidistantes, conformando uma rua em um descampado de terra vermelha, e o espaço das plantações distado longe delas. Uma das características que me chamou mais atenção à primeira vista no Assentamento foi justamente o espalhamento das casas, cada qual com sua arquitetura, sendo que de uma pouco se avistava a que lhe era vizinha.

Dete e Sancler resistiram em ir para o Assentamento porque gostavam do lugar onde então moravam, a sede da Fazenda Feltrin, próximo à Estiva e a 1 quilômetro da casa de Dona Plácida e Seu Jerominho (ver *Onça e Estiva*, capítulo 1). Sancler cuidava das instalações da fazenda, àquela altura já desativada pela chegada do Parque. Adelson era bebê quando foram para lá, em 1991, e Mariza não era ainda nascida. Com o fim das atividades da Feltrin, Sancler foi então contratado guarda-parque pela Funatura e Ibama. Não podendo mais permanecer na antiga sede, que seria destinada ao pouso de guardas e brigadistas durante os turnos de trabalho, preferiam ir para a Estiva a ir para o Assentamento. Até porque, como me contou uma vez, havia moradores que se opunham à idéia: alegavam que Sancler não era *do Parque*, mas na verdade, dizia-se, não queriam era que houvesse guarda-parque vivendo por perto.

Em dúvida, Sancler foi várias vezes rodar o Assentamento. De início, pensaram em ficar perto do Rio Tabocas, de terra boa e mais cercada de água, e onde a irmã de Dete, Regina, já havia se estabelecido. Essa área, no entanto, fora a primeira na

preferência dos moradores e não restavam lotes vagos. Para os lados do Gentio, por sua vez, quase não havia gente; apenas poucos lotes ocupados por aqueles que traziam mais gado ‘do Parque’. No lugar por fim escolhido, Sancler esteve cinco vezes, e a decisão foi fechada quando viu que, mesmo na seca, estava gordo o gado do vizinho Lau Preto, que pastava solto por ali no tempo em que não havia ainda cercas no Assentamento. Além disso, perto do rio que passava ao fundo, tinha uma área de vazante onde, confirmando suas expectativas, feijão e milho cresciam muito bem.

‘A gente foi para a palhocinha perto do Gentio’, Dete lembrava a época inicial no Assentamento em um daqueles dias na Estiva, recontando uma história que eu já conhecia mas que ressurgia com novos elementos. ‘Mariza era pequena, mas ela lembra da gente chegando. Ela não queria ir; dizia no caminho para um menino que Sancler arrumou para ajudar lá: “Ó, quando você chegar em casa, tem que tirar o sapato”, e ele riu dela quando ela chegou e viu que o chão era na terra mesmo. Tinha muita gente que achava que nós íamos só esperar o dinheiro do Incra e cascar fora’. Dete se referia ao primeiro crédito recebido, de 1.500 reais, que não era dado em espécie, mas como conta em um supermercado conveniado para a compra da cesta básica até o momento das primeiras colheitas. ‘Depois a gente construiu a casa lá para cima, quando o costume do povo do Gentio era construir beirando mais o rio; mas, mesmo a casa sendo mais cá em riba, a gente mora é no conjunto do Gentio, apesar de que o povo agora fala que tudo é uma coisa só. Agora é tudo Assentamento São Francisco’.

A ‘palhocinha’ mencionada por Dete é elemento constituinte das histórias do Assentamento. Antes de receberem o crédito do Incra para a construção de casas de alvenaria, os moradores ergueram um rancho de taipa ou tijolo de adobe e coberto com palhas de buriti, conforme era a casa de muitos no *tempo do Parque*. As palhoças não seriam desfeitas, no entanto, com a construção das moradas de alvenaria. Em vários lotes elas permaneceram próximas à casa erguida de tijolos, e foram destinadas ao fogão a lenha, transformadas em casas de farinha, depósito, ou em oficina onde eram feitas esteiras de buriti e outras artes.

Em alguns casos, mantinham a arquitetura original. Era assim, por exemplo, no lote de Velho Neano, onde eu estive uma única vez durante o pouso de uma folia de Santos Reis. Nessa ocasião, os foliões foram recebidos na palhoça, e a comida foi toda servida lá; a festa ignorava a casa de tijolos e telha de amianto erguida ao lado. Sancler

dizia que muita gente preferia ficar na palhoça de adobe, mais fresca durante o dia, indo para a de alvenaria apenas para dormir – e esse ‘puxar para a casa de palha’ foi algo que aconteceu em alguns lotes pelos quais passei. No tempo de chuva, também a ela alguns se recolhiam, para fugir do barulho da água forte batendo no telhado, e do vento que parecia que o levaria voando. As palhoças e as casas de alvenaria, estando próximas umas das outras, e operadas cotidianamente em combinação, pareciam remeter à relação entre o antes e o agora – tempos esses mais trabalhados em termos de uma mútua implicação do que de uma substituição do velho pela novidade.

No início, Dete não gostava de ficar na palhoça perto do Gentio. Os ‘corredores’ ainda estavam sendo abertos, transporte era pouco, não havia luz, nem água encanada – facilidades que eles tinham na sede da Feltrin. Dete se sentia isolada; não conhecia quase ninguém por ali, e ficava sozinha com os filhos semana sim, semana não, porque Sancler ia fazer a ronda no Parque. Quando Sancler saía para trabalhar, diversas vezes seguiu-o com os filhos para pousar na Feltrin durante seu período de ronda; até que não pôde mais se ausentar do Assentamento, pois corria o risco de ‘perder o lote’ caso o Inkra passasse mais de uma vez em sua casa e não encontrasse ninguém.

‘Perder o lote’ era assunto de muitas conversas acompanhadas em meus dias iniciais no Assentamento. ‘É porque tem gente que às vezes não fica no lote’, explicaram-me na ocasião, ‘Aí o Inkra vem e diz que tem que sair quem não está ocupando as terras. Trazem uma carta de intimação e as pessoas têm 20 dias para mandar uma defesa’. Definidos os lotes, houve ainda muitos rearranjos em sua composição. Cada vez que eu ia, falavam-me dos que tinham saído (um porque separou da mulher, uma porque ficou viúva, porque se arranhou um serviço de carteira assinada em uma fazenda, porque se tinha de ficar mais próximo da cidade para o tratamento médico de um filho); e de trocas entre lotes (para ficar perto da família, ou em busca de um terreno mais irrigado). Quando alguém novo pleiteava um lote que esvaziara, o assunto era posto na reunião mensal da ARSeV. Em uma delas, um morador esclareceu, antes da apresentação de um candidato que estava lá presente: ‘Porque esse é um assentamento diferente. Não é como esses outros que a gente vê, que ninguém conhece uns aos outros. A gente tem que saber e aprovar quem está colocando nos lotes. E tem que ser alguém que vem *do Parque*. Porque daí, depois de a gente escolher, manda para o Inkra para eles aprovarem. Se não for *do Parque*, tem que ser do entorno; se não for, é alguém de fora, o que é pior p’ra gente, porque é alguém desconhecido’.

O rearranjo de lotes trazia pontos de diálogo com o movimento de *caçar melhora do tempo do Parque* – buscava-se lugar melhor para plantar, mais perto de água, puxado por parentes. E também se associava à circunstância fundiária dos anos iniciais do Assentamento: como o Incra só assinava um contrato quando constatada a residência, havia como uma brecha, um limiar de desenquadramento legal que permitia às pessoas “testarem” o lote. O ‘contrato do Incra’ era o primeiro símbolo institucional da permanência – pré-requisito para a escritura a ser lavrada 10 anos depois. O Incra, por sua vez, redigia seu documento a partir dos símbolos locais de presença de gente: ‘tendo cachorro, galinha e mandioca plantada’, como me disse Tereza, reconhecia-se que tinha gente morando. Depois de assinado o contrato é que se podia entrar com o pedido de crédito do Pronaf<sup>136</sup>, que selava o compromisso com o lote.

Tendo que permanecer mais no lote, Dete lembrava com gratidão do auxílio diário de Seu Fançu, um senhor que vivia só, no lote vizinho, e para quem poucos tinham paciência, dada sua ‘prosa enrolada’, sua dificuldade de audição, e sua busca incessante por alguém com quem casar desde que se separara. ‘Foi em 93 que ela começou isso’, Seu Fançu me contara sobre a doença da mulher, que o afastou dele: ‘Foi lá tratar no Formoso, fiquei esperando e ela nunca voltou’. Ele tinha uma filha, genro e netos que moravam no Assentamento, em um lote mais distante. ‘A vida sozinho é dura. Não tem quem ponha uma água, não tem quem ponha uma lenha...’, dizia ele em uma de suas tantas aproximações ao tema do casamento. Seu Fançu fazia rir àqueles que acompanhavam seu ‘incutimento’ com toda moça que aparecia na casa de Dete, quando então aproveitava para falar de seu gado e reclamar por ter de preparar comida depois da lida. ‘Eu não tenho mulher para fazer a comida, aí fica difícil, e eu vou comer muito tarde’. Sobre sua audição comprometida, Dete contou que era coisa muito antiga, ocorrida de súbito durante o trabalho. A fala parece que foi ‘arruinando’ junto; para compreendê-la, tinha que se ter costume: ‘De primeiro, eu não entendia nada do que ele dizia; com o tempo, a gente vai aprendendo’, falava Dete, a principal intérprete de Seu Fançu, papel aliás que exercia com ternura ímpar. Seu Fançu surgia mais de uma vez ao dia, para ajudar em algo na roça, no terreiro, ou com o gado. Alguma refeição ele sempre fazia por lá, e gostava de ficar de prosa com Dete e Sancler, que se preocupavam dia em que ele não aparecia.

---

<sup>136</sup> Programa Nacional de Agricultura Familiar, que dispunha de várias linhas de crédito.



A constância de Seu Fançu na casa deles se mantinha portanto na nova morada, construída distante da palhoça próxima ao Gentio. De lá, se via a casa de Fançu, que escolhera erguê-la na parte mais alta do lote, ‘diz ele que para vigiar melhor as *muié*’, ria Dete. A casa de Dete e Sancler foi feita grande. Com seus três quartos, banheiro, sala e cozinha, fugia dos padrões estabelecidos pelo Incra, que recomendava uma planta de 5X6 metros – dimensão ignorada na maioria dos 90 lotes, cujos donos entraram por conta própria com mais material, além dos 3.000 reais do crédito do Incra, para fazer crescer suas moradas. Quando a empreiteira da CEMIG apareceu para instalar a luz, chegou a divulgar que não colocaria os fios em casas que não estivessem no ‘padrão do Incra’, diretriz possivelmente repensada ao se constatar reduzido o universo de trabalho.

Algumas casas, como a de Dona Lu, ergueram em alvenaria uma arquitetura semelhante a das casas de adobe do *tempo do Parque*: da porta da frente, partia um corredor largo, com duas portas de cada lado, levando à cozinha, que ocupava nos fundos a largura da casa e abria-se para o terreiro. Lia essa passagem como corredor e não como sala porque era um lugar sem móveis, por onde as pessoas paravam só o tempo de tomar um copo d’água do pote disposto em um das esquinas do cômodo. Em geral, só a via ocupada em ocasiões especiais, como a das folhas, onde os foliões saudavam a casa e tocavam as curraleiras. A “falta” da sala produzia seus efeitos próprios: a centralidade da cozinha. O corredor a ela conduzia, lugar em que então se sentava para tomar um café e prosear.

A arquitetura da casa de Dete era diferente da de Dona Lu (que, por sua vez, era semelhante à de Dona Nica): a sala, primeiro cômodo, era quadrada e mais espaçosa, mas, no início, pouco ocupada; dela, saía a porta que levava à cozinha, o maior cômodo da casa. Os dormitórios dispunham-se na banda esquerda: a porta do primeiro quarto dava para a sala; depois vinha o banheiro e mais um quarto; e o último dormitório dava para a cozinha. No início, eu ficava com Marizinha, no primeiro quarto. Depois, Dete reordenou-os, e passei a ocupar sozinha o segundo. A cada estada, aliás, surpreendia-me com alguma mudança operada por Dete: a novidade do piso de cerâmica, uma meia-água com mureta na frente da casa, a área coberta onde ficava o tanque atrás, uma cozinha contígua com fogão a lenha, o reboco, o chuveiro elétrico, as portas de alumínio, móveis novos e eletrodomésticos.

Numa dessas mudanças, que transformavam o fluxo da casa, a sala, até então passagem, foi sendo apropriada como lugar para se estar. ‘Quando colocar o piso, eu

compro um sofá. Agora não adianta, porque esse chão só vai fazer empoeirar o sofá’, dizia-me Dete sobre o piso de cimento grosso. Comprado o sofá, veio a televisão, que à noite costumava reunir todos da casa para assistir novela. Seu Fançu, que era um homem de cozinha, não gostava daquela novidade, e tampouco das reprimendas por silêncio quando queria puxar assunto no meio de alguma cena. Ralhava por ter de ficar sentado no sofá, com a sala escura, e olhando para a televisão que ele não escutava direito; então resmungava, pegava a lanterna para se prevenir das ‘quixudas’, como ele chamava as cobras, e tomava o carreiro de volta para sua casa.

A televisão desempenhou um papel importante na transformação da sala em espaço para se passar mais tempo – um dos tantos movimentos que acompanhei e que não cessariam com minha partida. Essas ‘mexidas’ na casa geravam mudanças na dinâmica doméstica e na qualidade da prosa. No tempo em que a luz não tinha chegado, ficávamos à noite, depois da janta, sentados na mesa da cozinha, conversando ao redor da vela. Com a luz e, depois, a televisão, várias vezes fazíamos o prato e íamos comer no sofá. Esse movimento se alterou quando, com o último crédito do Incra para acabamento das casas, eles construíram a ‘cozinha caipira’, como chamava Sancler, ao lado da área de trás, onde foi feito o fogão a lenha, que até então ficava em uma palhocinha devassada no terreiro e era pouco usado. Com essa cozinha, Dete mexia bem menos com o fogão a gás; e, nos arredores dela, é que se passou a concentrar mais gente.

A casa de Dete e Sancler tornou-se meu lugar de pouso, quando, na minha primeira estada no Assentamento, em 2006, eles foram me buscar na casa de Dona Nica, para onde eu tinha ido inicialmente – circunstância descrita na introdução. Mariza tinha 9 anos e Adelson, 16, quando comecei a pesquisa. Em minhas idas ao longo de três anos, pousei poucas vezes, um dia ou outro, em outras casas – como na de Dona Lu, na de Dona Nica e Seu Miguel, e na de Tereza mais Chico. Quando ia para o Assentamento, ficava de uma semana a duas, rodando com Dete pelas casas ou ficando em casa acompanhando o movimento daqueles que faziam o mesmo.

Nossas andanças se davam em geral a pé. Estando Sancler junto, aproveitávamos para ir mais longe, como na casa de Regina, a irmã de Dete, a 6 quilômetros de distância, quando então seguíamos de charrete. Em duas idas, levei minha bicicleta da Chapada, tentando equilibrar Dete, e às vezes Mariza, na garupa. Apesar dos meninos gostarem e fazerem muito uso dela, para nossas andanças, não era

uma boa opção por causa dos trechos de areia solta no caminho. Dete também não gostava; ‘tá bom de matar quem inventou a bicicleta’, ria. Uma vez, selou uma mula mais mansa para que eu tentasse montar, mas logo desistiu quando percebeu que o animal, que ‘sabe quando a pessoa não tem costume com montaria’, não saía do lugar. Na ida final, eles estavam com uma moto, que só Adelson sabia pilotar; depois, a moto foi vendida para comprar o carro com o qual fomos para a Estiva.

Andando com Dete através dos carreiros do mato, podia-se mapear quantidade e qualidade de trânsito. Das andanças, eu julgava de início serem apenas um íterim para o dado mais relevante (a chegada na casa de alguém), até passar a concebê-las em si como um evento – uma situação etnográfica de “durante”, se assim se puder dizer. Com Dete, elas pareciam alimentar o falar. Nelas também apurava-se uma ‘ciência’ sobre os rastros, em que a observação nos ‘carreirinhos’ tinha papel de destaque na elaboração de deduções.

Lembro-me uma vez em que voltávamos da casa de Dete Ferro-Velho, do outro lado do Gentio, e na chegada, quando fechamos o colchete de entrada do lote, Dete, no meio de tantas marcas na areia branca e fina, reparou: ‘Chica passou aqui’. Chica tinha dito no dia anterior, quando fomos a sua casa, que talvez passaria em Dete no dia seguinte. Não tinha dado certeza, mas Dete confirmava a vinda ao reconhecer as pegadas: ‘Vê, o passo de Chica é mais espalhadinho’, explicava em meio à minha dúvida. Na porteira de acesso à casa, havia uma rama de mato presa – sinal de alguém que encontrou a casa fechada e queria acusar a vinda. À noite, quando Seu Fançu chegou em Dete, disse que cruzou com Chica pelo caminho; ela tinha ido até Dêga, num lote próximo, comprar queijo para fazer biscoito, e, depois de passar em Dete sem encontrá-la, voltou correndo porque ameaçava a chuva e seu polvilho tinha ficado ‘no tempo’, secando ao sol.

Em outra vez, voltávamos da casa de Regina. ‘Vocês não viram uma Velha por aí?’, perguntava-nos preocupado Seu Eduardo dentro de uma caminhonete que vinha em sentido contrário e fazia uma busca por Dona Isidra, sua esposa. Não era a primeira ocasião em que ela sumira. ‘Dona Isidra não está muito certa da cabeça’, diziam-me; ‘O médico disse que parou de ir sangue para umas partes do cérebro’, Seu Eduardo me explicara. A João Cofocó, um dos filhos, ela não reconhecia mais; mas para a casa da filha Nega, próxima à sua, encaminhava-se todo dia. Para preocupação da família, mantinha o costume de andar. Uma vez chegou em Dona Nica de noite, sentou na

cadeira e não queria levantar para a levarem embora. Em outras, como aquela, perdia o rumo, e punha muita gente a buscá-la. ‘As filhas têm que procurar o rastro dela’, comentava Dete quando a caminhonete se afastou. Adelson, que ia guiando a mula da charrete, riu, e Dete não gostou: ‘As filhas conhecem os passinhos da mãe’, retrucou<sup>137</sup>.

Nos carreiros (trilhas, corredores secundários e estradas principais), refletia-se sobre os movimentos das pessoas. Prestava-se atenção nas pegadas, se de chinelo ou botina, se indo ou voltando, se de mulher ou de homem; ou no sentido em que seguiam os sinais de moto, carro ou animal (cavalo ou cachorro, que sempre acompanhavam os donos). E as suposições não eram apenas elaboradas através de rastros visuais. Ouvindo ‘zoadas’ – do trator, da Toyota, de carros e fogos, do ônibus escolar pelos corredores –, apressavam-se inferências: quem começara a gradear o terreno para a roça; para que lado o Ibama levava os brigadistas; em que casa a folia estava passando; a que horas as crianças chegariam da escola naquele dia.

As trilhas entre as casas, se limpas ou mais fechadas, eram também uma medida do conhecimento de uns com os outros. Assim, de Dete e Sancler, o carreiro aberto para o lado de Seu Fançu e os vizinhos Meire e Côca indicavam um ‘passar em’ diário e em sentido duplo, que diferia da trilha que cruzava os lotes para o outro lado, ‘suja’ por falta de trânsito. Das andanças feitas a partir daí, falarei mais no tópico a seguir.

### ***Passar em***

No capítulo 1, vimos que, *no Parque*, o andar era o modo de conhecimento de uns com os outros; que quanto mais se andasse, mais se conhecia. Neste universo, a produção de roça e gado ‘na solta’ impulsionava deslocamentos mais amplos. O gado, em especial, era um importante vetor de conhecimentos. Seu Jerominho, por exemplo, me contava sobre as largas extensões que percorria na lida com o gado, sempre acompanhado de algum de seus meninos. Dona Plácida, por sua vez, cuidava da casa e suas imediações. Com o marido fora, o trânsito era mais restrito às vizinhas próximas, Joana e Bárbara. Indo a casas um pouco mais distantes, como as da Estiva, não era comum ‘carregar os filhos’ (o povo de primeiro não tinha isso de hoje, de sair, carregar os filhos não; deixava os filhos tudo na casa, dissera-me Dete). Dete só conheceu a Estiva

---

<sup>137</sup> Uma piada comum era chamar alguém de ‘Pé de pano’, para dizer que tinha caso com mulher casada: ‘Porque, povo de antigamente, [o amante] amarrava pano no pé para não deixar o rastro’, explicaram-me.

depois ‘de grandona’. Porém Sancler já conhecia Dete ‘de pequeninha’, em andanças pela Onça.

O dado de que os afazeres mais contínuos das mulheres associavam-se ao terreiro, e os dos homens à solta, ao ‘mundão’ (e para isso ver também Cerqueira, 2010:156 *et passim*, que aliás inspira toda a reflexão deste tópico), ajuda a pensar por que, na geração de Dete e Sancler, homens tinham um conhecimento mais vasto *do Parque* do que as mulheres<sup>138</sup>. No Assentamento, na rede de Dete, era comum que mulheres que eu julgava já nutrirem um costume de antes, terem se conhecido somente ali. E era comum também que o desconhecimento entre elas viesse acompanhado de um conhecimento prévio de/entre seus maridos. Uma das pessoas mais próximas de Dete no Assentamento era Chica, cuja família vivera perto da Vereda Terra Vermelha, que caía no Mato Grande. A família de Alberto, seu marido, também era dali próximo. Chica e Dete não se conheciam *do Parque*; Dete nunca tinha ido ao Mato Grande, nem Chica à Onça. Mas Alberto conhecia Dete ‘de mocinha nova’. Chica dizia que, no Assentamento, não conhecia ninguém de antes; mas que Alberto ‘conhecia todo mundo’. Eu vim conhecer o pessoal daqui agora, depois que eu casei mais Alberto, que mudou para cá. Sancler, por sua vez, da área que se fez Parque, só não conhecia muito a cabeceira do Rio Preto: Das 80 famílias, às vezes a gente não conhecia 10 famílias. Conhecia 70 famílias do Parque.

Através de uma comparação implícita com o *Parque*, os dados etnográficos serão apresentados com uma pergunta de fundo: se antes os afazeres dos homens os lançavam mais ao ‘mundão’ do que os das mulheres, mais ligados à casa e ao terreiro; um universo ‘apertado’ de lotes, que aproxima casas e oferece limites mais nítidos para as andanças do gado e da roça, transforma deslocamentos de homens e de mulheres? Uma configuração espacial que apresenta uma malha estreita entre casas<sup>139</sup> estimula o trânsito feminino?

De Dete, a casa que mais se freqüentava era a de Meire e Côca (depois de Seu Fançu, era a que ficava mais perto). Meire era filha de Dona Lu e Seu Tasso. Elas se

---

<sup>138</sup> Ponto a geração de Dete e Sancler porque a de seus pais implicou movimentos de *caçar melhora* que eles já não empreenderam (e os relatos dos largos deslocamentos do *botar brejo* já são mais raros). O *caçar melhora* que usualmente partia da região da Várzea Bonita e Larga promoveu conhecimentos entre pessoas que depois não mais se encontrariam (caso de Dona Plácida e Dona Nica, por exemplo). Os antigos se conheciam mais uns aos outros do que seus filhos.

<sup>139</sup> Tomo de empréstimo o termo ‘malha estreita’ de Elizabeth Bott (1976) – cunhado para pensar redes sociais na periferia londrina –, porém sem aprofundá-lo conceitualmente.

conheceram no Assentamento e desde então iam mais de uma vez ao dia na casa uma da outra: para pedir alguma coisa que estava faltando (como farinha, leite, ovo), para auxiliar em algum afazer (rapar mandioca ou preparar uma quantidade maior de comida, quando tinha folia, por exemplo), ou para ‘bestar’, principalmente quando os maridos estavam fora. Antes do projeto para água encanada no Assentamento (de que falarei no próximo capítulo), a água das casas de Dete e Sancler e de Seu Fançu era puxada de uma ‘barragem’ do lote de Meire e Côca; para lá se ia toda vez que a água ‘falhava’, para se resolver algum problema no motor ou na mangueira. Quando Meire e Côca iam a Buritis, município vizinho, visitar a família de Côca, Dete vigiava a casa, limpava o terreiro e ia dar de comer aos porcos e ao cachorro. Meire também deixava os dois filhos pequenos com Dete quando tinha de ir à cidade; e quando Côca trabalhou de brigadista no Ibama, e passava, como Sancler, uma semana fora, ela ia com os filhos dormir em Dete.

Além de Meire, íamos em Chica, Vande, Dona Nica e Dona Lu (as quatro no São Francisco); menos freqüentemente, no Gentio, em Tereza (onde às vezes pousei) e Dete Ferro-Velho; e em Regina (na Taboca). Em outras casas, ‘visitei’ uma vez (quando a anfitriã sabia de antemão que iríamos, e preparava um almoço) ou apenas passei (‘encostei’), por estarem no caminho daquelas que eram nosso destino<sup>140</sup>. O movimento de visitar ou passar era estimulado por minha estada (‘Dete só vem aqui quando Camila está’, reclamara uma vez Dona Nica; ‘é bom quando você vem que eu vou na casa de um tanto de gente’, falara-me a própria Dete). Mas isso não era um proceder inédito, senão “exagerado”, pois a intensidade se dava a partir de fluxos que já existiam, e que eram próprios da sociabilidade local – algo que se podia constatar pelos passantes na casa de Dete e nas casas pelas quais passávamos.

O costume do ‘passar em’ podia ser constatado através da comida e do café. Dona Nica, apesar de ser só ela e Seu Miguel em casa, preparava o almoço no cálculo de mais gente – cálculo aliás de todas as casas, nas quais não havia visita que pegasse a anfitriã desprevenida. Comida não faltava; sobrando, ficava para a janta. A refeição era preparada numa combinação, que se via em várias cozinhas, entre o fogão a lenha e o a gás. Neste, se faziam as comidas de preparo mais rápido, e que ‘pregavam’ no fundo – como um macarrão com molho de tomate, um maxixe ou jiló refogado com cebola e açafrão, ou uma couve manteiga. No primeiro, era feito o “grosso” – o feijão carioca, a

---

<sup>140</sup> Sobre ‘visita’ e ‘passagem’, ver novamente Cerqueira (2010:77).

carne de boi ou porco com mandioca, o frango caipira na pressão, a panela de ferro grande do arroz branco –, que mantinha quente, com o calor da lenha mesmo apagada, a comida dos passantes que chegavam mais tarde e ainda aproveitavam o almoço. Na lenha, sempre havia uma chaleira com água, para esquentar o balde do banho, antes da luz, e para as garrafas de café. O rabo do fogão era lugar também que revezava gente que encostava para aquecer do frio que ia batendo no cair da tarde.

Mais ainda do que a comida, a medida do café era a de grandes quantidades. Em um cálculo voltado para o coletivo, as garrafas eram preenchidas em alternância – na casa de Dona Nica, eram duas. A uma chaleira de água, eram destinadas três colheres de pó, misturadas no coador de pano com uma quantidade generosa de açúcar. O café seguia a regra do não ser forte, ‘amargoso’; o raleado não se dava por economia do pó: pois sendo o café o líquido da conversa, a quantidade de um repercutindo na de outro fazia cada qual ser pouco caso não houvesse repetição. Além do mais, a proporção água/pó levava em conta o fato de que uma casa possivelmente não seria a definitiva para aquele que passava; um passante teria muitos goles pelo caminho. Prova disso é que os pequenos copos eram das vasilhas que mais despontavam em uma cozinha, embocados para baixo em uma prateleira de destaque ou justos à bandeja da garrafa de café em cima da mesa. A expectativa daqueles copos era de um passar pingado: se aquela casa, para o passante, não era a última; tampouco o passante, para a casa, também o seria. Assim, o café evocava um sentimento provisório e um movimento perene: pois ao mesmo tempo em que alimentava a passageira permanência em uma casa, fomentava a permanente passagem em casas diversas. Toda casa tinha cheiro de café.

Com Dete, minha presença estimulava as visitas, o passar, como dito. E isso também se dava de modo mais intenso com Sancler ausente, em semana de trabalho. Quando a semana em que eu ia era a de seu turno de ronda no Parque, Dete ficava mais solta com relação aos afazeres diários. Além disso, Mariza e Adelson saíam às 9 da manhã para a escola e só voltavam às 6 da tarde – turno que balizava nossa saída e chegada.

Quando minha ida coincidia com a semana de descanso de Sancler, reduzíamos as andanças, às quais ele às vezes nos acompanhava. A rotina com todos em casa era, em geral, a de um acordar antes das 7 da manhã – o primeiro despertando os outros com ruídos e luz que se espalhavam pelos cômodos por cima das paredes sem forro.

Enquanto Sancler saía para tirar leite das vacas apartadas dos bezerros na noite anterior, Dete, depois de dar de comer às galinhas, ia mexendo nas vasilhas que ficavam na pia da noite anterior, e acendendo o fogo a gás para o café. Às vezes preparava um biscoito ou pão de queijo frito; às vezes, comíamos um bolo ou pão feito na véspera, ou bolacha de amido comprada em quantidade na feira do início do mês; e no tempo das águas, com as vacas dando mais leite, havia queijo curado e requeijão. Chegando com uma leiteira cheia, que Dete ia ferver, Sancler chamava Adelson, ralhando com a preguiça do filho, que gostava de esticar o sono de manhã, mas já devia estar de pé para ajudar em algum serviço – soltar as vacas, olhar o gado, buscar a mula na vazante, capinar o mato da roça de mandioca – antes de ir para a escola. Mariza gostava de dormir, era a última a acordar, e se tinha que se apressar para não perder a hora do ônibus, que eles pegavam na rodagem. A escola ficava na cidade de Formoso, a 40 quilômetros, e dois ônibus começavam a zoar cedo no Assentamento para ‘puxar aluno’ em todos os corredores e chegar ao destino antes do almoço, para as aulas que começavam às 11.

Com a saída das crianças, Sancler ia mexer com a roça – o terreiro com mandioca, a vazante com milho e feijão – ou com o gado, seus ou de outros com quem combinava de ajudar; Dete limpava e arrumava a casa, varria o terreiro, lavava e estendia roupas, e preparava o almoço. Com a quantidade do almoço calculada para a janta, não se precisava preocupar mais com comida à noite; tampouco com a casa, já arrumada. E a tarde seguia mais desacelerada do que a manhã. Dete tirava às vezes um cochilo depois do almoço e gostava de assistir as novelas da tarde. À noite, com as crianças em casa, era só requeimar a comida e empilhar as vasilhas para o dia seguinte. Todos esses momentos do dia eram pontuados por gente que passava, para dar um recado, pedir um esticador de cerca, auxiliar na roça, prostrar com um café.

Com Sancler em casa, se acaso saíssemos de manhã depois do café, Dete deixava o almoço pronto. Mas um dia fora fazia a casa carecer de que fosse cuidada no dia seguinte. Dete então aproveitava para se aprofundar em afazeres que tratara por alto no dia anterior.

Quando saíamos por um dia, a casa sentia a ausência de Dete; pela falta, portanto, ressaltava-se a importância da presença. Isso era notável nas casas sem mulher, ou naquelas em que mulheres se dedicavam mais a ‘assuntos de homem’. ‘Aqui sou eu e eu mesmo’, dizia Pedro Professor, solteiro, que morava perto de Dona Lu, sobre a dificuldade de se ter de lidar com tudo sozinho no lote, escusando-se pelo



desarrumado do terreiro. Passei por lá uma vez, acompanhada de funcionários da Funatura que convidavam os moradores para um curso de extrativismo no Gentio, quando nos recebeu no ranchinho de palha.

Queixa semelhante ouvia de Seu Fançu, como já mencionado, que reclamava da solidão e de comer tarde porque tinha de preparar a comida depois da lida. A casa dele vivia fechada, pois ele costumava ficar mais em Dete e Sancler ou em sua filha, e voltava às vezes só para dormir. Uma vez fomos até seu terreiro lavar vasilhas com a água que restava na caixa, e que em Dete havia acabado. Das janelas, via o interior da casa, de pequenos cômodos e poucos móveis (com fogão a lenha, poucas panelas empilhadas e uma cama de solteiro).

A falta da mulher era também lamentada por um conhecido próximo de Dete e Sancler que se separara havia pouco tempo. Ele sofria pela ausência, e às vezes chorava na cozinha deles quando lembrava dela. Fora a mulher que o deixara – diz que ‘porque não agüentou a pinga’. O problema piorara com a separação. Um dia correu a notícia de que ele bebera diesel no litro e ficara dois dias estirado, debaixo de sol, no meio da plantação. Ele era esforçado com o trabalho na roça, morava em um lote considerado um dos melhores do Assentamento, com uma vereda ao fundo, tinha uma plantação de milho e feijão cuja produção oferecia aos vizinhos; mas não via mais sentido em ficar só na casa e foi embora para outro lugar, morar junto da mãe viúva<sup>141</sup>.

Dizia-se que as mulheres sem homem em casa – como Dona Lu, Dona Binú e Dona Ambrósia (senhora que morava próximo ao Cajueiro) – estavam em melhor situação do que o contrário; que faziam serviço de mulher e de homem, pois a casa e o

---

<sup>141</sup> ‘Tem marido que é ruim p’ra mulher’, respondia-me Dete depois que fui enumerando casos de mulheres que se separaram no Assentamento. Sobre ‘marido ruim’, ouvia: ‘Ô dó. Ela está magra, magra. Diz que ela não ‘güenta mais ver só arroz e feijão na frente. E ele só na pinga’; ‘O homem nem para acompanhar até a cidade! Ela com aquela barriga, carregando menino, com filho doente, e caminhando sozinha aquela lonjura! A carniça não foi capaz de deixar nem na rodagem!’; ‘Ah, aquele lá é outro sangue ruim, prosa ruim. É aparecer qualquer mulher que ele logo já fica incutido’; ‘Era casado querendo levar vida de solteiro’; ‘Ele é muito ruim para ela. Diz que bate nela’; ‘Ela reclamava que não parava coisa em casa. Era comprar um móvel para ele logo fazer catira’. Se ainda existia ‘marido ruim’, ‘malino’ e ‘velhaco’, que ‘empatava’ a vida da mulher, costumava-se dizer que mudanças ocorreram em relação ao ‘tempo de primeiro’. ‘O homem tem que escutar a mulher. Marido que não obedece, não escuta a mulher, não tem nada em casa; e, quando se conversam, você vê que já conseguem juntar umas coisinhas, não gastar todo o dinheiro’, uma constatava. Durante uma torra de farinha na casa de Chica, Sancler ria sobre o tema da obediência, contando sobre turistas que eles acompanhavam para conhecer o Parque: ‘A gente não costuma ter comando de nada, nem mulher não obedece. E esse povo sempre faz o que a gente fala. Obedecia. Aí era bom’. Outra vez foi Dete que ria assistindo com Sancler uma cena da reprise da novela Pantanal, em que Tibério, fazendeiro que tinha duas famílias, aparecia menosprezando Bruaca, a esposa com quem vivia na fazenda: ‘Essa novela passa no tempo antigo, quando a mulher obedecia às ordens do marido’. E se estendia no assunto: ‘De primeiro, quando chegava visita na casa, fosse homem e o marido não estivesse, mulher não atendia não. E se o marido estivesse, a mulher saía, não ficava de conversa’.

terreiro mantinham-se ajeitados e também, mesmo com a idade, continuavam ‘trabalhadoras’, plantando e colhendo suas roças. Apenas gado não tinham. Por seu turno, em relação a homens sós, ouvia menções ao pouco cuidado consigo (seja por usar roupas velhas, por não ‘banhar direito’, manter-se com as mãos sujas, ou ainda por beber demais); e ao ‘desleixo’ com a casa (sem limpeza, móveis e manutenção). Nos lotes de homens sós pelos quais passamos, não fomos além do terreiro. As casas estavam fechadas e vazias. Sem mulheres, as casas não convidavam a entrar, estavam alheias ao trânsito<sup>142</sup>.

Das mulheres, esperava-se ‘capricho’ com o universo que contemplava casa e terreiro e tudo o que o compunha. Ser ‘caprichosa’ tinha a ver com: casa limpa e arrumada, panelas bem areadas (que ficavam visíveis em armários ou presas pela aba em pregos na parede), água no pote, utensílios bem cuidados, comida boa, café na garrafa, roupa lavada, mantimentos no depósito, galinhas alimentadas, às vezes uma horta, terreiro sem cisco, filhos ‘banhados’ e por perto.

A ligação das mulheres com as casas se fazia notar no leque de assuntos que povoavam sua prosa – uma vez sintetizado por Meire, quando voltou de uma consulta em Formoso por causa de uma contratura no pescoço: ‘O médico falou que pode ser nervoso. Eu fico muito nervosa; quando não são os porcos, a vaca, o cachorro ou as crianças, é o marido!’, ria. Essa ligação se fazia perceber também na leve repreensão lançada às mulheres que ‘não ligavam muito para casa’. Sobre isso, aludia-se à casa ‘largada’, bagunçada, à comida feita com pouca higiene, com bicho entrando na cozinha, e a filhos ‘soltos, que chegam na casa dos outros pedindo comida’. Essas características, ouvi associadas a duas mulheres que tinham apreço à lida com o gado. Uma delas às vezes saía sozinha a cavalo em direção a sua antiga propriedade *no Parque*, que não havia sido indenizada, para cuidar das reses que lá ficaram, e deixava os filhos com o marido. Um dia, ela me falou de um curso sobre gado que participou no

---

<sup>142</sup> Em uma semana em que Dona Nica estava ‘para Brasília’, em uma feira a convite da Funatura, Seu Miguel tinha apenas uma panela de feijão no fogão a lenha, e a casa estava vazia de passantes, contrastando com o movimento usual na cozinha de Dona Nica. Analisando a ‘rotina dos movimentos humanos nos Buracos’, a relação das mulheres com a casa, e com a cozinha em especial, e a prosa aí implicada, Cerqueira enuncia: ‘[A]s mulheres têm acesso vantajoso aos causos que se estendem pelas versões dos diversos passantes. É nas casas que o povo conversa, dizem os buraqueiros para dizer que ali se contam causos e também “fofocas”, isto é, “mentiras” no sentido pejorativo do termo (...). “Nas casas”, está em jogo o que podemos chamar ‘reputação’ e que os buraqueiros nomeiam jocosamente “a fama dos outros”. Neste sentido, pode-se dizer de maneira algo subvertida que as casas constituem o ‘espaço público’ buraqueiro’ (*id. ibid.*:157).

Gentio e que durou mais de uma semana. ‘Ensinou a vacinar, ferroar’, animava-se, ‘De mulher, só tinha eu mais uma outra’. Sua sogra certa vez reclamou com Dete que a nora ‘parece que só tem assunto de homem’<sup>143</sup>.

Manter uma casa caprichosa implicava um trabalho diário – como o demonstrava a casa de Dete, quando ela falhava um dia. Porém, no Assentamento, com as ‘facilidades’ – a água que vinha em casa, o transporte passando próximo, os filhos que ficavam o dia na escola, o fogão a gás que esquentava mais rápido a comida –, o lastro de descanso feminino era mais amplo se comparado ao *Parque*. Nessa direção, Côca, marido de Meire, que gostava de fazer troça, em um dia na casa de Dona Lu, brincava sobre a rede d’água que estava nos últimos ajustes e que gerava uma especulação crescente sobre o dia em que seria instalada: ‘É bom que a água não chegue na casa mesmo. O que a mulher vai ficar fazendo, se o serviço dela é pegar água? Tem ao menos que ficar a uns 100 metros da casa’, ria.

Com a rede d’água recém funcionando, com água na pia das casas, foi a vez de Galdino, cunhado de Dete, fazer um comentário semelhante. Ele passava de animal para seguir junto com Sancler em uma ronda para os lados do Cajueiro. Sobre a novidade, falava que a mulher era quem tinha que dar mais valor àquelas melhorias. Sancler riu, do seu jeito discreto, como a sugerir que Galdino, seu concunhado ‘conversador’, se atinha a um modo de pensar ultrapassado. Galdino se apressou em explicar, dizendo que achava era bom que o trabalho da mulher diminuísse: ‘É porque assim, essas melhorias, é bom p’ra vida da mulher, né. Porque mulher trabalha demais, está sempre fazendo alguma coisa. Já o homem fica o dia mais p’ra roça; para o trabalho dele não faz muita diferença se tem água em casa ou não’.

As ‘melhorias’ que permitiam fazer o mesmo trabalho em menos tempo, possibilitavam períodos maiores de “desatrelamento” das mulheres em relação à casa. Isso se evidenciou quando a Funatura fez o curso de extrativismo referido mais acima, em que foi maciça a presença feminina durante todos os dias de uma semana de janeiro (e também porque tocava num tema culinário, de produção de conserva e de farofa de pequi). Durante o giro que os coordenadores fizeram pelo Assentamento para convidar para o curso, a escusa antecipada dos homens pela ausência estava em geral ligada à

---

<sup>143</sup> A ligação das mulheres com a *casa* é trabalhada, em Heredia (1979), em relação (e em oposição) a dos homens com o *roçado*, duas categorias centrais em sua análise. A autora aborda que, onde estudou, havia um predomínio do segundo termo sobre o primeiro, pelo fato de a casa ser considerada uma unidade de consumo (e lugar de não-trabalho) e o roçado, de produção (lugar de trabalho) – o que se distingue do Assentamento.

roça e ao gado ('Eu estou muito ocupado. Tenho de fazer um curralzinho porque não dá para criar bezerro no mato', 'Não vou poder porque estou vigiando um arroz, mas a mulher vai'). Algumas mulheres que disseram que não iam ('Estou meio ocupada. Mas vai meu filho, porque eu fico ocupada com a menina doente'), no fim apareceram; e as que tinham que cuidar também da roça ('Até comigo podia contar, mas eu estou com um arroz aí que está me chamando, tem que vigiar um louro aí', desculpou-se Dona Lu, que apresentou o mesmo motivo de sua irmã Marião), não foram.

Os dados apresentados até aqui buscam compor a hipótese de que o Assentamento aquecia as andanças femininas. Para qualificá-la, mencionou-se: a configuração espacial 'apertada' de lotes, que resultava em uma malha mais estreita de casas; o 'passar em' entre casas como um movimento próprio da sociabilidade local; que os afazeres das mulheres estavam mais ligados à casa e ao terreiro, se comparados aos dos homens (algo que se sobressai ao se observar casas sem mulher ou em que as mulheres tinham apreço a 'assuntos de homem', gado em especial); que as casas sem mulher eram casas vazias e fechadas; que a presença feminina abria a casa para o trânsito; e que as 'melhorias' (a rede d'água, principalmente) aumentavam o lastro de descanso das mulheres e a possibilidade de inverter esse tempo em outros fazeres que não ligados aos de sua própria casa.

O trânsito das mulheres agitava uma definição sócio-espacial focada em lotes individualizados. O movimento feminino levava-me a refletir, para além de unidades domésticas e produtivas, sobre como o andar das mulheres projetava as casas para fora. Através da mandioca e da farinha, será falado um pouco mais sobre isso.

### ***Mandioca e farinha***

Em uma semana de novembro, em 2008, as casas estavam em especial agitadas em torno da produção de farinha. Por onde passávamos, era quase constante a menção a alguém que estava fazendo, à necessidade de renovação do estoque da casa, à mandioca que estava no tempo de arrancar. Depois da arranca, o processo de 'rapar', 'relar', 'prensar' e 'torrar' demandava que uma etapa fosse feita logo na seqüência da anterior, sob o risco de perda. Quando se começava a 'mexer com farinha', não havia inflexões; o trabalho era de dedicação exclusiva e todas as outras tarefas ficavam a ela subordinadas. A casa ficava desarrumada, a comida era um mexidinho do dia anterior, as crianças se ajeitavam sozinhas no ir e vir da escola, mal e mal se fazia um café.

‘Chica está fazendo farinha’, tinha ouvido mais de uma vez. A semana toda seria de arrancar e processar a mandioca de seu lote e de vizinhos que não dispunham de uma oficina. A casa puxava gente e não parava. Eram dias seguidos que começavam cedo e se estendiam mais do que o costume, em que se reclamava do corpo cansado e do pouco sono, e em que o esforço se media pelas muitas quartas de farinha e outras tantas de tapioca produzidas. Mas Chica gostava de mexer com farinha, era o que sempre se dizia.

Com a última parcela recebida do Incra, no início daquele ano, para o acabamento das construções, Chica e Alberto, seu marido, optaram, junto com o aumento da casa, erguer uma oficina de farinha no quintal. Assim, não precisariam mais ir a uma das sedes – do Gentio ou do São Francisco –, onde foram feitas fabriquetas comunitárias. Ninguém gostava muito de fazer a farinha por lá, não só pelo esforço do deslocamento, carregando a mandioca arrancada, como pela falta de asseio que era atribuída ao lugar: ou porque a última pessoa não limpava direito, ou por causa de fezes de cavalo ou boi que ficavam soltos na sede.

As pessoas que gostavam de mexer com farinha e não fizeram oficina, como Dete, iam às casas de quem tinha; já as que não gostavam, sabiam quem e quando se fazia e compravam quartas da farinha pronta. Mas a farinha era mais ‘dada dada’ do que ‘dada comprada’, pois era item de troca ao longo de todo um ano – isto é, sua distribuição não se restringia ao espaço de tempo imediato após a feitura. Quando perguntei a Dete quantos faziam farinha no Assentamento, ela riu, dizendo que metade fazia e a outra metade pagava, e brincou que tinham aqueles que esperavam para pegar<sup>144</sup>. Dete era das que faziam e também das que davam para aqueles que esperavam para pegar.

Tinha por costume ajudar Chica. Isso era comum entre pessoas próximas. Seu Miguel foi ajudar Vande quando Dona Nica estava viajando. Luiza, irmã de Alberto, e suas filhas iam a Chica fazer farinha (para si e também no auxílio à cunhada) – até Laurita, que morava mais perto dela no Gentio, erguer sua oficina, onde a encontrei uma vez. Dona Lu, outra que era conhecida por fazer farinha, e que não tinha a fabriqueta, tinha sempre quem a ajudava quando ia à oficina comunitária na sede do São Francisco,

---

<sup>144</sup> O prato de polvilho, com 2 quilos, Chica vendia a 5 reais. O da farinha era mais barato (mas Dete não soube me precisar quanto).

e também costumava passar por Chica para fazer o mesmo. A ajuda era retribuída com porções da farinha e do povilho recém-feitos, ou com o uso gratuito do espaço.

Naquela semana de produção intensa, Dete foi três vezes a Chica. No primeiro dia, auxiliaríamos Chica e Alberto com as mandiocas que um vizinho levava, das quais eles ficavam com meia parte da farinha. Depois, Dete levaria as mandiocas arrancadas, rapadas e lavadas em seu lote para, em um dia, relar e prensar, e, no outro, torrar a farinha. ‘Chica não cobra aluguel não. A gente ajuda ela, ela ajuda a gente’, falou-me Sancler no dia de torra da farinha. A ajuda mútua sucedia em outras ocasiões. Boa cozinheira, sempre que tinha almoço para mais gente na casa de Dete, por conta de missa, folia, festa ou reunião, Chica chegava cedo e auxiliava no durante.

Elas não eram vizinhas; o percurso a pé de uma casa a outra levava de meia hora a mais. Para se chegar até lá, percorremos de comprido o lote de Dete, pelo caminho até o colchete de entrada; caminhamos por um atalho estreito através da reserva que ficava à frente do lote até chegar à ‘rodagem’ (via principal que saía da estrada Chapada-Formoso, cruzava todo o Assentamento até quase o Cajueiro, no rumo do Parque). De pontos diversos da rodagem, partiam os corredores, que davam acesso a um conjunto de lotes. Às vezes, o dono do lote na entrada do corredor, nomeava-o – como o ‘o corredor de Messias’, perto da sede do São Francisco. Mas na maioria das vezes, seguia critério pessoal, da casa que se tinha costume de freqüentar em determinado corredor.

Saindo do atalho da reserva, após atravessar a rodagem, seguimos pelo ‘corredor de Chica’, cujo primeiro lote era o de um casal mudado recente, após o falecimento do dono anterior. Para cortar caminho, entramos neste lote pelo acesso principal, e passamos em frente à casa, que estava fechada, para pegar uma estradinha à esquerda. Por ela, margeamos uma vereda, de onde se avistava a casa de Nicanore, senhor solteiro que viera do Matinho, cabeceira do Rio Preto, e era dos poucos que Sancler não conhecia *no Parque*. O acesso a seu lote era por um corredor próximo à sede do Gentio, e que eu só tinha percorrido uma vez, à noite, seguindo um terno de Folia de Reis.

Os dois cachorros de Dete, Tigre e Bob, nos acompanhavam, como sempre. Na saída de casa, Dete jogara um pedaço de pau na direção deles para afugentá-los, mas eles se embrenharam no mato, e surgiram de repente adiante. Os cachorros seguiam os donos para qualquer lugar (Tigre uma vez foi até Formoso atrás de Adelson, que ia tocando um gado com Côca; exausto, não conseguiu voltar e chegou em casa uma semana depois). Por isso, anunciavam-nos (‘Tereza está aí cozinhando’, Dete deduzira

em uma ocasião quando passávamos pela sede do Gentio, onde ocorria um curso, quando viu o cachorro dela deitado embaixo de uma árvore). E como os cachorros romperam na frente e chegaram antes, Chica sabia que estávamos próximas. Após a vereda de Nicanore, estendia-se um caminho reto que, dentro em pouco, nos levava até sua casa.

Chegamos cedo, pois a mandioca era muita. Além de Alberto e Chica, sentados ao redor do monte a rapar, estavam Seu Ranulfo (que não morava no Assentamento, mas era presença constante na casa) e Lourdes (vizinha, casada com um primo de Alberto), que se fora antes do almoço. A rapa, que nos aterria durante todo aquele dia, propiciava prosas e silêncios diversos. Alberto, que era bom de contar histórias engraçadas, lembrava casos do gênero ‘parece que foi’; Dete recordava de outras histórias, sobre ‘o povo de primeiro’; ‘assuntaram’ sobre Fançu; e também sobre os que, nos Assentamento, tinham ‘tirado aposentadoria’; Chica ralhava com Seu Ranulfo por ele não correr atrás dos documentos para aposentar; comentaram a morte de Toni Lambada e a indecisão de Valda, a viúva, se permaneceria no lote; falaram de Pronafão, Pronafinho, Pronaf Jovem, Pronaf Mulher, da rede d’água e de reuniões da Associação; brincavam de arranjar namorada para Seu Ranulfo, que era solteiro.

O monte de mandiocas ficava no centro da roda, por cima de uma lona preta, e eram rapadas com uma faca. A mandioca rapada era acumulada em caixas de fibra que ficavam ao redor da oficina. As cascas, de tempos em tempos eram espalhadas ao sol, e depois de secas, serviriam de alimento para animais. Não veria a feitura toda neste dia, mas já o tinha acompanhado em outro mês. Após lavadas, as mandiocas seriam despejadas em uma prancha de madeira baixa e direcionadas por Chica ao ‘relador’ que ficava na ponta e funcionava com motor a diesel. A massa relada, uma pasta grossa, caía em um recipiente de fibra, e Alberto ia distribuindo-a com um rodo de madeira para caber mais. A massa toda era então levada para uma prensa de madeira do lado de fora, manejada por Seu Ranulfo, e ali permanecia muitas horas; era espremida até ficar enxuta e, no caso da ‘mandioca braba’, até sair todo o líquido com ácido cianídrico, branco e pastoso, venenoso. Nessa hora, tinha de se afastar pintinhos e galinhas que ficavam por ali ciscando (‘tomou, tombou’).

A massa para fazer polvilho/tapioca não ia para a prensa. Depois de ‘relada’, a massa destinada para o polvilho era posta num balde de água limpa e era ‘lavada’ várias vezes (despejava-se a massa em um saco aberto de nylon novo e limpo, reservando a

água que saía quando se ‘torcia’ a massa). Então se deixava a tapioca de molho e ela ia assentando no fundo do balde. Por fim, vertia-se a água e a massa fina, alva e suave, concentrada no fundo era despedaçada e espalhada por jiraus para secar durante alguns dias ao sol. E por isso é que se dizia ‘tirar tapioca’.

Para uma alta qualidade do polvilho – que tinha um rendimento bem menor do que a farinha –, boa era a massa mais ‘colenta’. Quando ‘seca’, melhor para farinha. A massa destinada para a farinha era, da prensa, despejada novamente na prancha do relador, para ser espalhada, esfarelada a mão, e ‘cessada’ em uma peneira. O granulado que ficava na peneira era a ‘crueira’, aproveitada para biscoito e também para dar de comer a animais pequenos. A massa cessada era levada à tarimba – erguida com tijolos de adobe e superfície de cimento queimado de ponta a ponta nos fundos da oficina. Os buracos para pôr as lenhas que alimentavam o forno ficavam de trás, por fora. A torra era feita de dois em dois, cada qual com um rodo, que se revezavam com outros. A farinha tinha de ser mexida para frente e para trás sem parar, senão queimava; esse movimento contínuo levava mais de hora, até a farinha ficar bem tostada e finalmente pronta.

Como dito, a primeira ida a Chica naquela semana foi para ajudá-la com as mandiocas colhidas de um vizinho, cuja produção os donos da oficina ficariam com metade. As mandiocas que Dete e Sancler levariam para fazer farinha para seu próprio estoque foram arrancadas alguns dias depois no lote deles, em um pedaço contíguo à casa (e, por se encarregarem de todo o processo, não ‘meavam’ a farinha). Como, em geral, mandioca se plantava em terra mais dura, tinha de ser colhida com enxadão. Em ocasiões diversas, vi somente homens na ‘arranca’. Nesse dia em Dete, apareceram Lero e Alberto para ajudar. Lero era casado com Ilda, compadres de Dete e Sancler desde que estes apadrinharam o filho mais novo daqueles. Lero era ‘bom de serviço’, um dos que mais ajudavam Sancler na roça e que também costumava trabalhar em outros lotes por 20 reais o dia. Sancler às vezes pagava o dia (como quando Lero foi ‘quebrar milho’ na vazante), às vezes havia uma troca de ajudas, às vezes a ‘meia’. Naquele dia em que Lero apareceu para a arranca e, depois continuou, junto com Ilda, na rapa da mandioca, eles levariam meia quarta (20 quilos) da farinha que seria torrada na tarimba de Chica e Alberto no fim da semana<sup>145</sup>.

---

<sup>145</sup> A farinha era medida por ‘quartas’: uma quarta era 40 quilos. O recipiente medidor era uma lata de tinta grande, que, cheio, comportava 20 quilos de farinha (meia quarta).



A ‘meia’ costumava ser uma referência de serviços compartilhados (um filho de Lero que ajudou Adelson com a retirada da favela, ficou com metade do pagamento quando as favas foram vendidas; uma vizinha de Regina, irmã de Dete, pegou uma galinha chocadeira dela, e a devolveria junto com a metade dos frangos gerados). O trabalho na meia era também um modo comum de equilibrar a sobra de um com a falta de outro. Lero, cujo lote era mais seco, costumava trabalhar em outros para ganhar a meia em plantações que eram mais difíceis de vingar em seu terreno. Na vazante de Sancler, havia um milho de Alberto e de um homem que morava ‘para lá do Gentio’. Dete me explicara: ‘Sancler gradeia e dá as sementes; eles plantam, capinam, colhem e deixam a meia do milho e do feijão’<sup>146</sup>. Perguntei por que eles não plantaram no lote deles, e Dete disse que era ‘porque não tinham o cobre; trator é caro: uma hora é setenta reais’. E puxou a comparação: ‘*No tempo do Parque*, não tinha isso de meia; o povo plantava no brejo cada um sua parte. O que plantava, colhia, e era bem menos, porque era tudo na mão, até porque trator não entra em brejo, atola. E *hoje*, no Assentamento, ninguém planta mais em brejo, porque tem os tratores, e aí se planta mais. Mas é mais para o consumo mesmo’.

Havia também as trocas de ajuda e serviço. Tavinho de Vande, por exemplo, arrumou lenha para Dona Nica; e Dona Nica liberou seu lote para Tavinho arrancar favela para vender, porque ela não interessava na extração e ele não tinha nenhum pé no lote. Sancler costumava deixar parte do gado em Alberto antes das primeiras chuvas. Em seu lote, nessa época já quase não havia pasto para os animais; e, quando as águas começavam, tinha de largá-los somente depois de 15 dias, para deixar os brotos do capim crescerem mais. Como Alberto não tinha gado, restava pastagem em seu lote; e para ele, era bom abrigar o gado de Sancler para comer o mato alto. Na vazante deles, perto do Gentio, tinha uma roça de feijão do genro de Seu Fançu, que tinha trator. Sancler deu a terra para ele plantar naquele ano; depois da colheita, já estaria gradeada para sua produção.

Outra situação de troca que presenciei, foi quando chegou o crédito do Inbra para acabamento das casas. Dete queria antes de tudo fazer o reboco, e Sancler pensava em chamar João Cofocó ou Idelino, que ‘mexiam com construção’. ‘Sancler não gosta de chamar gente que cobra na hora, em dinheiro no fim do dia’, explicava Dete. ‘O João

---

<sup>146</sup> Gradear o terreno era um trabalho de trator, feito após a aragem. A aragem, explicavam-me, removia o mato; a gradagem revolvia a terra, preparando-a para o plantio. Além da zoadá, os tratores deixavam o rastro das grades, linhas finas e paralelas, nos caminhos.

e o Idelino quando vêm, Sancler às vezes paga depois, em prestação. Tem vez que eles nem cobram, e Sancler vai ajudar em alguma coisa depois na roça deles. Essa área mesmo aí no fundo, foi João que fez e não cobrou nada'. Mas Sancler se queixava que no Assentamento as pessoas se ajudavam menos umas às outras, e que quase não se conseguia fazer trabalhos em mutirão como antigamente. Na construção da casinha para abrigar o tanque de leite, que alguns moradores passariam a comercializar com a chegada da eletricidade, dizia que eram sempre os mesmos poucos que apareciam para trabalhar.

Aquelas mandiocas que Lero ajudava a arrancar foram semeadas dois anos antes. Era a primeira colheita de mandioca de Dete e Sancler no Assentamento. Plantada próximo à casa, não foi arrancada de uma vez. Algumas semanas antes, já se havia colhido uma leva que rendera duas quartas de farinha (80 quilos). Aquela seria a segunda e derradeira, quando então o terreno ficaria limpo para o novo plantio, que era feito aproveitando-se ramas das mandiocas colhidas.

Mandioca produzia de um ano e meio a dois (por isso que, embora o período da feitura da farinha se concentrasse em outubro/novembro, as oficinas funcionavam também em outros meses). A temporada era mais curta quando se plantava em terreno de brejo, pouco comum no Assentamento ('No brejo, com a terra fofa, 10 meses já arranca', explicou Lero); nesse caso, o solo permitia que se semeasse mesmo na seca e as mandiocas cresciam acima do padrão. Mas mandioca dava em qualquer lugar e não carecia de tantos cuidados como outras plantações. Pouco exigente de solo, boa de plantar (uma vez que a rama arrancada era reutilizada para o novo plantio), e que fornecia farinha, polvilho e alimento para animal, era cultura presente em todos os lotes por que passei, e dos primeiros sinais de presença de gente<sup>147</sup>.

Assim que colhidas, aproveitava-se o início das chuvas para o novo plantio. 'Chega esse tempo, eu fico agoniadinha para plantar minhas roças', dizia-me Dona Lu num fim de tarde cinza escuro em meados do mês de novembro. A pressa, no caso da

---

<sup>147</sup> Havia um lote desocupado no Assentamento, que diziam que o dono estava 'segurando' porém não iria morar. A casa fora construída; mas nem tanto o fato de estar fechada, senão o de que não se avistava uma roça de mandioca próxima, indicava que ali não vivia ninguém. A predominância do cultivo da mandioca aparece nos questionários da pesquisa da Biotrópicos (ver nota de rodapé 4 deste capítulo). De 50 respostas, a mandioca foi citada em 39 lotes, seguida de milho (36), arroz (21), feijão (19), cana (4), abacaxi (1) e banana (1). A média da área de cultivo, a partir de 47 respostas, foi de 1,89 hectares (com variação de 0,2 a 6ha). E a média de área de pastagem, a partir de 48 respostas, foi de 6,04 hectares (com variação de 0 a 15ha). Essas informações são uma estimativa. Agradeço a Edsel Amorim Junior o fornecimento dos dados.

mandioca, era justificada pelo momento único em que se aproveitava o efeito das águas frias em terreno ainda quente: ‘Se planta agora, em oito dias a mandioca já enraíza. Em terra ainda quente, o leite da mandioca corre, e a raiz logo sai. Se a gente esperar demais e plantar com chuva muita, o leite da mandioca coalha e a raiz não sai. Aí a mandioca puba. Pubar? É uma coisa que estraga, que tem mau cheiro. Mandioca feia,nojenta, está pubando, não presta p’ra nada; diferente de quando está sã, que é branquinha. Tudo o que puba, não nasce, não dá futuro’.

O período da ‘planta’, não só da mandioca, que se concentrava no prenúncio das águas, era um marco temporal. Lembro-me de uma mulher que pensava em se mudar do Assentamento; perguntada quando, disse: ‘Não sei. Na próxima planta, talvez a gente já não esteja mais aqui’. Alguns dias depois da arranca, acompanharia Dete e Sancler, junto com Mariza, neste serviço que era feito cava a cava: Sancler ia à frente abrindo um pequeno buraco com a enxada, Dete e eu seguíamos jogando dentro de dois a três talos pequenos da planta da mandioca (a maniva), e Marizinha finalizava tampando o buraco<sup>148</sup>.

Plantava-se mais da ‘braba’ do que da ‘mansa’, esta usada principalmente para cozinhar com carne na panela de pressão. A farinha feita com a ‘braba’ era de qualidade superior à feita com a ‘mansa’ – ‘a da mansa roxeia’, diziam. O menor espaço a esta reservado era demarcado de antemão; misturadas, era difícil distingui-las, pois os pés eram quase iguais. Mas quando descascadas, sabia-se qual era qual (a braba era mais rija e branca).

As mandiocas arrancadas em Dete e Sancler eram da ‘mansa’, porque quando eles plantaram, fora difícil encontrar maniva da ‘braba’. Elas impressionavam pelo tamanho – uma delas dava mais do que a metade de Lero. As que estavam mais próximas da casa eram as maiores, ‘de certo pelo movimento no terreiro, que vai afofando a terra’, deduziu Sancler; as mais distantes, perto do curral e longe do movimento de quem chegava e saía, eram menores.

Depois de arrancada, a mandioca seria rapada e lavada lá mesmo; no dia seguinte seria transportada até Chica para, durante dois dias, fazer a farinha. As mandiocas eram despejadas na área coberta de trás da casa. Além de Lero e Alberto,

---

<sup>148</sup> Causava prejuízo quando o gado entrava no terreiro e comia da planta da mandioca. Uma vez, saímos cedo de casa para ir a Formoso, alguém esqueceu a porteira do terreiro aberta, e o gado entrou e atacou a plantação. Os cabritos que Sancler criava também comiam o olho da mandioca. Na hora de plantar, tiveram de arranjar maniva com outras pessoas.

Ilda, esposa de Lero, chegou para ajudar a rapar. Depois, Galdino apareceu a cavalo para ir fazer uma ronda com Sancler no Parque, para os lados do Cajueiro; errara o dia combinado, e ficou também para a rapa. ‘Conversador’, Galdino alimentava a prosa, pontilhada de duplo sentido. ‘Uá, foi só ‘cê chegar, a mandioca sumiu’, ria para Seu Façu que vinha vindo. A rapa era quando mais precisava de gente, senão o trabalho não rendia.

Na área de Dete, aquele tipo de fazer coletivo me fazia lembrar do trabalho conjunto, em roda, envolvido também em outras produções, como as de pequi, milho e buriti. Falarei um pouco a respeito, antes de seguir no percurso da mandioca. A produção do pequi, que se concentrava em dezembro, foi puxada uma vez por Vande. Ela viera uma noite, com a filha, dormir na casa da cunhada, e no dia seguinte sairia para fazer um ‘giro’ pelos pequizeiros do lote. Pequi, naquele ano, ‘foi muito; tinha dado bom’, pois caíra, no tempo e intensidade certos, uma chuva serenada, em setembro, que abrira a florada. Na estiagem que se seguia até as águas chegarem de vez, viam-se os pés de pequi carregados das flores amarelas. Depois, com os frutos crescendo, ouvia-se a ‘zoada’ das araras Canindé, as azuis – um ‘bicho atentado’ porque comia a castanha do fruto (que se esconde por baixo da casca espinhenta envolvida pela polpa), e, na revoada, precipitava a queda de pequis ainda verdes.

Na ‘cata’, seriam recolhidos os pequis caídos, maduros. Vande já tinha feito o giro em seu lote. No de Dete, tinha muito pequi, pois eles, ao contrário de Vande, não tinham o costume de fazer óleo (que exigia grandes quantidades) e catavam só para cozinhar. O pequi era posto, inteiro, junto com arroz ou frango, e ‘roído’ na hora de comer. ‘Ê, pequi fuxiquento’, ouvia quando alguém chegava a uma casa em que a cozinha exalasse o cheiro forte. Daquela ‘apanha’, além do óleo, também usado na cozinha (e que, dependendo da quantidade tirada, podia render para um ano), Vande ia fazer um pouco de sabão (uma massa do pequi misturada com soda).

Ilda, com seus dois pequenos, tinha chegado cedo; ia passar o dia em Dete, pois Lero estava fora, de serviço. Raiane e Raílson, filhos mais novos de Tereza e Chico, passaram também de manhã para pegar os questionários da pesquisa da Biotrópicos que eles aplicariam em 11 lotes no Gentio, e ficaram para ajudar na ‘apanha’. Falaram que os pais também estavam mexendo com pequi, abundante no lote deles, e que iam fazer polpa em conserva para estocar para o ano. Da vez em que eu os visitara, Chico estava planejando melhorias na palhoça (que fora a morada da família antes da casa espaçosa

que ele mesmo construía ao lado), onde fariam o processamento do pequi e a farinha para vender. Fora Chico, ‘inteligente’, quem trouxera a novidade de que não precisava despolpar todo o pequi para depois fazer o óleo; ‘pisa tudo de uma vez no pilão’, lembrava Vande.

Vande puxava o giro, que no fim contava com 6 pessoas, coordenando por quais pés passaríamos na ida, e por onde seguiríamos na volta, sem pular nenhum. Junia, sua filha, ficara em casa com os pequenos preparando o almoço, e Sancler fora para a roça. Levávamos baldes e facas. Em cada pé, catávamos os pequis caídos espalhados no chão, reuníamos-los e sentávamo-nos ao seu redor. Com a faca, ‘rachava-se’ o pequi; a casca verde era cortada ao meio e na longitudinal e, uma vez aberta em duas metades, sacávamos os gomos amarelos (com sorte, encontravam-se os 4), que eram jogados nos baldes. ‘Limpo’ um pé, passávamos para outro.

A roda puxava lembranças ‘do tempo que mãe *‘panhava* pequi’ e comparações. Na Estiva, Vande dizia, ‘teve uma vez, os filhos todos atrás de mãe, que nós tiramos 80 litros de óleo’. Ilda emendava: ‘Nos Gerais, eu ficava o dia todinho catando pequi. Levava paçoca e só voltava no fim do dia’. E Dete recordava da Onça, catando pequi com a mãe; Dona Plácida ‘*rrancava* a polpa até ficar com sono. Nós quase dormindo... até que ia todo mundo para a cama, e mãe continuava lá’.

– Naquele Gerais sem dono – continuava Vande –, nós íamos no cerrado catar, porque lá nas nossas terras mesmo não tinha muito. Aqui nos lotes já não dá: tem que pedir. E tem gente que não gosta de deixar, que não é muito de dar dado. Que nem buriti. Nós mesmos nunca mexemos com buriti aqui no Assentamento.

– Na Estiva, embaixo não era limpinho do jeito que encontra aqui, né? – Raiane falava. Tinha é muito ninho de cobra. E só as mutucas.

– É porque aqui já foi gradeado, das fazendas – explicou Dete.

Aquele dia rachando pequi renderia 5 baldes do fruto, que Vande levaria para casa. Cada balde equivalia a aproximadamente 1 litro de óleo. Vande comentava do marido:

– Tavinho é que diz: ‘Larga isso p’ra lá mulher’, pela trabalhadeira... ‘A gente compra óleo’. Filho também não arranja de ajudar, nenhum quer, de certo porque ficam no sentimento daquele tempo em que a gente trabalhava muito, por precisão. Agora não precisa, e eu mesmo tenho óleo lá ainda, mas eu gosto de *‘panhar* pequi. Se eu não trabalhar, aí mesmo é que eu adoço.

Se em dezembro era mês que se intensificavam as rodas de pequi, em janeiro acompanharia, no Assentamento, movimentos semelhantes com relação ao buriti, primeiro, e ao milho verde, depois. Essa era uma época (dezembro/janeiro) em que as casas costumavam receber visitas, que passavam férias e aproveitavam as Festas de Reis (havia duas folias, mas só uma fazia o giro todo no Assentamento). Era comum, para dezembro, ‘carnear’ um boi ou um porco<sup>149</sup>. Vi, em Dete e em Vande, um porco ser ‘cevado’, meses antes, para este fim. Em Dete e Sancler, foi Côca de Meire quem carneou o porco (matou, despelou, tirou a capa de gordura e cortou os pedaços), serviço que lhe rendeu uma banda. Era Côca quem costumava carnear gado no Assentamento, e toda terça-feira vendia carne em sua casa (de gado seu ou comprado em algum lote). Quando carnearam este porco, não havia ainda eletricidade. Um pedaço foi vendido a Tavinho e o resto foi frito em pedaços pequenos, mantidos na banha para não perecer. Da gordura, Dete fazia duas panelas de toicinho, que era armazenado.

No início de ano de casa cheia (antes de irmos para aquela que seria a minha primeira estada na Estiva), Dete e Sancler recebiam irmãos, cunhados, sobrinhos e amigos (de Chapada, Brasília e Buritis) para passar alguns dias. Como os buritis maduravam, via-se a roda de mulheres para descascar e despolpar quando se conseguia um cacho. As crianças volteavam o balde furtivamente para roer os frutos – e a semente era jogada no buraco raso em que Dete depositava os ciscos quando varria o terreiro, onde nasceria um pé de buriti (palmeira de área embrejada). Apesar de buriti não ser abundante no Assentamento, o cacho, que não recordo de onde viera, rendeu uma panela grande de doce, que foi feito no fogão a lenha do terreiro, quando ainda não tinha a cozinha caipira.

Emendada na safra de buriti, vinha a de milho verde. Em um dia de janeiro, passamos, com Tereza, na casa de Dona Lu, que ia arrancar milho. Ela plantava junto com o de seu filho Pedrão, no lote deste (vizinho), e intercalado com o feijão. Colheria apenas parte, pois o milho maduro era meses depois ‘quebrado’ para alimentar as galinhas. O milho verde, que ajudamos Dona Lu a arrancar, levamos para a cozinha. Ele

---

<sup>149</sup> Dete me contou caso com esse enredo: ‘Lero que apareceu com uma história lá, disse que aconteceu mesmo, não sei se é verdade. Parece que tinha um lugar onde todo mundo acreditava em tudo o que se dizia. Tinha um homem lá que estava cevando um porco para carnear em dezembro [cevar é pôr o porco para engordar, para carnear depois]; dizia: “Esse porco é para dezembro. Esse porco é para dezembro”. Aí um amigo dele – um amigo não, um homem –, teve a idéia de falar que o nome dele chamava Dezembro. Chegou dezembro e esse homem falou: “Ó, o senhor disse que o porco era pra dezembro: eu sou Dezembro, então o senhor tem que me dar o porco”. O homem pensou, pensou, e deu o porco, achando que o outro era Dezembro mesmo. Isso naquele tempo que o povo era besta; acreditava em tudo’.

foi ‘relado’ todo por Dete e Tereza, uma de cada lado, na mesa de Dona Lu; e depois foram feitos pamonha, bolo e mingau. Nessa época, em diversas casas comiam-se doces a base de milho e de buriti, também distribuídos a casas mais chegadas.

Dessa digressão feita a partir da rapa de mandioca em Dete, retém-se que, nas rodas mencionadas (associadas à produção de pequi, buriti e milho, e também de carne), estava implicado um fazer coletivo e um fazer para o coletivo, já que a quantidade no momento da produção trazia a intenção de mais gente. A mandioca, depois de rapada e lavada em Dete, seria transportada para a oficina de Chica, no dia seguinte, de charrete. Relada, a massa passaria a noite na prensa, para, na outra manhã, Dete e Sancler fazerem a torra. Quem estava por perto, ajudava em rodízio na tarimba, pré-cozinhando e desembolando a farinha com rodos em fogo mais fraco, com o cuidado para não pregar na pedra, e depois a torrando em fogo mais alto. A farinha pronta foi guardada em sacos de estopa. Chica aproveitou o forno esfriando para fazer beiju, que serviu com café. Acabava a produção de Dete e Sancler; mas os produtos da farinha continuariam alimentando relações durante todo o ano.

A farinha e o polvilho eram estocados na despensa. A farinha estava presente em todas as refeições, como uma última camada que se jogava por cima do prato feito. Com ela também se fazia farofa e paçoca. A farofa era a farinha de mandioca misturada no fogão com alguma carne cozida (de porco, galinha ou de vaca). Quando essa mistura era ‘pisada no pilão’, deixando-a toda de uma consistência só, era chamada ‘paçoca’. Era comida de manhã, com café. Como demorava a perecer, a paçoca costumava ser levada para viagens mais longas e também quando se passava o dia na roça trabalhando.

Com polvilho se fazia – geralmente quando chegava mais gente na casa – beiju/tapioca, pão de queijo no forno ou frito, e biscoito frito (uma mistura de polvilho, leite e açúcar, arredondado e cilíndrico). Fazia-se também quebrador (polvilho, queijo, ovos, leite e açúcar), biscoito crocante que era preparado em grande quantidade para guardar, distribuir ou oferecer em algum evento que reunia mais gente (como na reza de São Sebastião em que estive na casa de Dona Ermínia). Não era costume vendê-lo. Dona Lu contou sobre ‘um homem do Ibama’ que queria que ela fizesse biscoitos para ele comprar: ‘Não dá certo não, *m’ermã*. Biscoito só sai bom quando é para a gente comer em casa. Quando é p’ra vender assim, parece que não presta’.

A farinha armazenada era um estoque para a casa e (mais do que o polvilho) um estoque para o trânsito. Algo que me chamara a atenção quando fui pela primeira vez no

Assentamento, e que depois fui percebendo como um lugar-comum, era que: no movimento de passar nas casas feito através das mulheres, não se trocava somente prosa e notícias, mas coisas levadas e trazidas. Era raro sair de uma casa de mãos vazias. E dos itens trocados entre as casas, a farinha se destacava. Cerqueira – que constata que ‘uma casa buraqueira não permanece sem farinha’ (:211) – já atentara para isso:

As idas e vindas entre pessoas de casas vizinhas diferem-se das formas ritualizadas das visitas - em geral resultadas de deslocamentos menos rotineiros – mas não deixam de garantir, com ofertas e pedidos mútuos de uma sobra de carne ou uma inteira de farinha, a abençoada multiplicação dos alimentos. É ponto pacífico entre os buraqueiros que, entre “as coisas boas da vida na roça”, está o fato de ali se poder viver sem dinheiro: nunca há de faltar o de-comer: “o que a gente não colhe, o vizinho empresta”. A boa relação de vizinhança, portanto, feita disto que se reveste em constante fluxo de prosa e comida, supõe o reconhecimento constante da generosidade alheia (*id. ibid.*:179).

Faço agora uma breve retrospectiva de algumas passagens, focando-me neste assunto, para demonstrá-lo.

Na casa de Vande, a primeira visita que fiz no Assentamento (outubro 2006), depois que Dete e Sancler foram me buscar em Dona Nica, ela nos ofereceu logo que chegamos farofa de porco (carneado havia pouco dias). Comemos da carne de porco no almoço (com arroz e feijão carioca, macarrão com molho de tomate, batata e maxixe), e Vande deu, junto com um dos queijos que tinha feito, mais um pouco para Sancler levar (e que comemos no dia seguinte).

Na mesma semana, fomos visitar Regina, irmã de Dete, e lá almoçamos. Na saída, Dete pegou um casal de perus e pôs na charrete (‘Um irmão meu veio aqui, a Regina estava para vender os perus, e ele comprou para mim’). Levou também um vidro de pimenta envasado pela irmã, e deixou para ela uma vasilha de farinha de mandioca que tinha trazido. No caminho de volta, passamos em Marião (irmã de Dona Lu), para quem Dete levava um litro de leite, em uma pet de refrigerante, de ordenha feita no dia anterior. Fomos até sua horta, atrás da casa, da qual Dete pegou vários ramos de cebolinha para plantar.

Em Dona Nica, no fim da primeira semana, passaram Andréa, que ganhou ovos e farinha, e Marião, que levou pó de café (que faltava em sua casa) e um pouco de fumo (que era bom para acabar com piolho de galinha, as pixilingas).

Na estada seguinte (novembro de 2006), passamos em Chica, para quem Dete levava uma dúzia de ovos de cocá; com Meire, visitamos Dete Ferro-Velho, no Gentio



(onde comemos doce de buriti; e na volta, passando por Lena, ela deu ovos de cocá para Meire); fomos em Meire, onde aparecera Dona Lu, que trazia um tapete de retalhos que tinha feito para a filha e nos comentava que ia fazer farinha; em Vande, almoçamos, Dete fez ‘biscoito frito para merendar’, e, na hora de ir embora, pôs em uma sacola para levamos bananas de seu terreiro, metade de uma moranga de sua horta e ovos de cocá; na volta, encostamos em Meire, que deu um pouco de leite a Dete para fazer bolo; no dia de meu retorno, Vande passou em Dete para deixar farinha e ovos de cocá para entregar a sua filha na Chapada<sup>150</sup>.

Em janeiro, para Chica levamos leite e doce de buriti, e trouxemos carne de porco; Brechó deixou para Dete e Sancler, milho e feijão de sua roça; Chico deixou óleo de pequi; passando na casa de Meire, trouxemos leite, canjica, tripa e lingüiça do boi carneado por Côca; como íamos para Dona Lu no dia seguinte, Meire pediu para levamos alho e um creme hidratante que ela tinha comprado; entregamos a Dona Lu a encomenda, mais óleo de pequi que Tereza pedira a Chico para enviar por Dete, e de lá trouxemos pamonha e mingau de milho.

No ano seguinte, em junho, quando estava na casa de Dona Lu, apareceram Pezão (para pagar 10 reais de um frango que tinha comprado), e Seu Eduardo (para pegar milho para as galinhas, que Dona Lu já não tinha mais, pois fora muito distribuído). Dona Lu comentara também que da farinha que fizera, restara pouco, porque dera a muita gente (ela plantava mandioca no lote de seu filho, no Gentio, e depois lhe dava farinha). Sabia que Chica estava fazendo farinha, e já tinha lhe pedido um pouco de polvilho para comprar. Em setembro, quando ‘pousei’ um fim de semana em Tereza e Chico, passaram por lá o casal de vizinhos Seu Dizaldo e Dona Ermínia, que trouxe macarrão e bombрил (‘Ela sempre traz alguma coisa’, disse Tereza), e levaria farinha e verdura (porque não tinha horta) de Tereza. No dia seguinte, voltei para Dete levando farinha e polvilho de Tereza. Ela me acompanhava e passamos por Laurita, sua vizinha, no caminho. Quando já tínhamos nos afastado, ela berrou de longe para eu voltar e me deu ovos para levar a Dete.

Na estada de novembro, enquanto eu gravava a conversa com Dona Lu, ela ia ‘socando’ açafão em pó em uma garrafa de vidro. O açafão, ela tinha comprado em quantidade de Luzia, de Quincas, seu sobrinho, que tinha pé em casa e ‘pisava um

---

<sup>150</sup> As cocás, galinhas d’angola, dão ovo durante seis meses, nas águas (diferente das caipiras, que dão ovo o ano todo). Falarei sobre as cocás no capítulo seguinte.

bocado para vender’. Queria me dar para que eu levasse um pouco para minha mãe, que ela conheceu naquele ano na Chapada. ‘Mas assim a senhora fica sem’, preocupava-me, vendo ela encher o litro. É bem socadinho o litro; dá quase um litro a hora que solta ele todinho. Cheirinho. Lá ela dá, mostra, dá p’ra vizinhança, as colegas dela. Porque eu sei que quando a gente chega assim com uma coisa diferente, a gente sempre reparte com os vizinhos, né? (e isso me fazia lembrar também de uma repreensão que ouvira, de alguém que passou por uma casa e ganhou 4 ovos: ‘Fulana dá as coisas só no pingadinho. Quando eu dou, não, eu dou bastante’).

No capítulo 1, mencionou-se que a comida alimentava para frente; mais do que uma retribuição, era a abertura ao adiante (como sinalizava a história da vasilha suja, que Dete contou sobre os vizinhos na Onça). No Assentamento, vê-se que ela segue alimentando o trânsito, não só por nutrir o momento em que se está em uma casa, como também por – ao ser armazenada, a modo de um estoque de relações – ser oferecida a um movimento de ir e vir, que muitas vezes não era imediato e tampouco de produtos fixos. Por mais que se estivesse num regime de propriedade diferente ao *do Parque*, a consequência imediata não era um fechamento para dentro das cercas, como a ‘vida apertada’ poderia supor. As andanças, senão como *de primeiro*, continuavam operando, e agora expandindo o universo do lote. Ao movimento de alimentar para frente sugerido antes com relação à comida, agregaria o movimento ‘fura-cerca’ de alimentar para fora<sup>151</sup>.

Recompôr o percurso da mandioca e farinha teve a intenção de implicar o coletivo não somente na quantidade estimada das coisas feitas, como também apontá-lo em todo o processo do fazer. Em outras palavras, não só a distribuição focava vizinhos, como a produção envolvia sempre mais gente do que os da casa. Assim, se pensado como unidade, a produtiva não correspondia à familiar, uma vez que o que era feito nas casas não se destinava somente ao seu auto-sustento, mas também ao sustento do trânsito entre-casas.

A ‘precisão’ como medida do que se fazia é também aqui conceito importante. A ‘precisão’ foi trabalhada por Heredia, *op.cit.*, para se referir tanto à necessidade de suprir consumos alimentares que ‘fogem ao cotidiano’ (festas e visitas), como a situações de insuficiência da produção para o consumo familiar (:100). No Assentamento, ela podia ser compreendida para situações de ‘dificuldade’, usualmente

---

<sup>151</sup> ‘Fura-cerca’ é como se dizia do gado ‘atentado para quebrar arame’.

referidas ao passado (como quando Vande lembrou da Estiva, para justificar por que os filhos não queriam ajudá-la na cata do pequi: ‘nenhum quer, de certo porque ficam no sentimento daquele tempo em que a gente trabalhava muito, por precisão’); ou para aludir às condições suficientes para o viver (quando em um lote se desmatou uma ampla porção para fornecer matéria-prima para carvão vegetal, em troca do terreno gradeado, ouvi a repreensão: ‘Como é que vai dar conta de plantar esse tanto? A gente desmata o que tem precisão de plantar. Para quê mais?’). Pelo exposto, penso que os vizinhos estejam fortemente envolvidos nesse ‘cálculo’ do que é ‘preciso’, no sentido daquilo que é suficiente para se viver<sup>152</sup>.

Antonio Candido, n’Os Parceiros do Rio Bonito, já nos falava do imprescindível que era a solidariedade vicinal: ‘A necessidade de ajuda (...) determinava a formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional’ (:89). Esse ponto era fundamental para sua definição de ‘bairro rural’, como ‘a unidade em que se ordenam as relações básicas da vida caipira, rudimentares como ele. É um *mínimo social*, equivalente no plano das relações ao *mínimo vital* representado pela dieta (...)’ (*id.ibid.*:98, grifos do autor)<sup>153</sup>. A ‘sociedade caipira’ que Candido estudou, se não era mais do ‘tipo fechado, com base na economia de subsistência’ (:46) – ou seja, sem excedentes, apenas produzindo o que era necessário para a sobrevivência do grupo familiar –, guardava, segundo ele, muito de suas características (:204).

Revisito a noção de excedente, agora me aproximando da leitura crítica de Clastres (2003) a respeito da ‘economia de subsistência’. Pensando sobre ‘sociedades primitivas’, o autor contesta a idéia do ‘subsistir’, e interpretações, dela decorrente, que se pautam no idioma da ‘falta’, da ‘ausência’ (dentre outras, de poder político). A linguagem da subsistência – e de que a economia de subsistência adviria de uma incapacidade técnica de produzir excedentes –, seria, segundo ele, uma projeção ocidental, que, no caso em que se debruçou, se mostraria além de tudo contraditória: pois ora tratava as sociedades primitivas como ‘inteiramente ocupadas (...) em produzir o mínimo necessário à sobrevivência’, incapazes portanto de ‘sair da estagnação de

---

<sup>152</sup> E ‘cálculo’ é mais um conceito trabalhado por Cerqueira (*op.cit.*) em relação aos Buracos, que ecoa no Assentamento.

<sup>153</sup> ‘[U]m grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menor organização das relações não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo’ (:35).

viver o dia-a-dia’ (enfim, que não viviam, mas sobreviviam) (:208); ora, ao se constatar o longo tempo em que passavam ‘fumando em sua rede’, dizia que ‘o selvagem é preguiçoso’, pois não investia seu tempo livre para acumular excedentes (e aí vem o trecho clássico: ‘[A]o descobrirem a superioridade produtiva dos machados dos homens brancos, os índios os desejaram, não para produzirem mais no mesmo tempo, mas para produzirem a mesma coisa num tempo dez vezes mais curto’ :213-4).

E então Clastres – rebatendo o argumento de que as sociedades primitivas subsistiam por lhes faltar habilidade técnica para produzir mais do que o mínimo necessário, com a constatação de que elas demonstravam ‘garantir um domínio do meio natural *adaptado e relativo às suas necessidades* (...) pelo menos igual [à capacidade] de que se orgulha a sociedade industrial e técnica’ (:209, grifos do autor) – pergunta: ‘a economia dessas sociedades é realmente uma economia de subsistência?’ (:210).

Embora a arena do debate não seja exatamente a mesma, vale retomá-lo para refletir, no Assentamento, sobre o que seria o ‘mínimo necessário’ para viver, bem como o significado daquele montante que é produzido além desse mínimo (que Wolf, 1970, chamou respectivamente de ‘mínimo calórico’ e ‘excedente’). Se a casa existe para fora, e a ‘precisão’ contempla os vizinhos em seus cálculos, a noção de ‘excedente’, em vez de ser avaliada como algo além do essencial, poderia ser pensada como algo que dele faz parte. Ou, para usar dos termos de Candido em uma elaboração dele distinta, não haveria um ‘mínimo vital’ e um ‘mínimo social’, senão que um e outro significariam a mesma coisa.

O propósito de acompanhar o ‘passar em’, o trânsito entre casas neste capítulo, foi manejado como uma tentativa de – em vez de falar sobre um viver pautado na produção para o auto-consumo de uma unidade doméstica, e na de excedentes que seriam trocados com outras unidades domésticas – qualificar a idéia de que “excedente” era o alimento para o movimento, algo essencial para a existência de uma ‘sociedade’ que é/segue sendo feita de andanças. Mais do que uma quantidade além do que é necessário para *sobreviver*, o que “excede” seria na verdade parte constituinte; o conteúdo que informa enfim *sobre* o que *o viver* é feito.

(Lembrando que a dificuldade de viver sem vizinhos – conforme o indica aqueles que, como Dona Ermínia, Seu Samu, Dona Marinha e Seu Cláudio os viram indo embora – é ilustrada não com a fome física, mas com a falta de movimento.)

## IV. Vida Apertada

### *Seu Nenzinho dos Bois*

No dia de São Sebastião, 20 de janeiro, Seu Nenzinho apareceu na Estiva, vindo da barra do Rio dos Bois onde mora, porque ‘teve notícia’ de que Dona Ermínia ia fazer uma reza. No ano anterior, estando eu na Estiva nessa mesma época, acompanhara esta reza, puxada por Dona Marinha de Seu Cláudio, a única da vizinhança que a sabia, toda em latim. Mas, neste ano, Dona Ermínia tinha dito que não se animara em fazer, porque estava ‘sem cobre’ – a aposentadoria não chegara na data devida, e ela não tinha como comprar os ingredientes para os biscoitos que eram servidos para os conhecidos que marcavam esse dia para lá aparecer.

Era costume, há muito, Dona Ermínia rezar para São Sebastião. De primeiro, era uma festona, muita gente, muita comida. Vinha gente de longe, de longe, rememorava Vande em outra ocasião. Admirava-me como o povo ficava sabendo da festa; Pois é. A notícia ia correndo, daquela festa. Festa de São Sebastião, que era do dia 20 de janeiro..., Vande explicava. Sancler pegava o gancho:

– Dia 20 de janeiro. Já sabia quais eram as pessoas que rezavam.

– Todo ano sabia – continuava Vande –. Então quando era no dia, só ia chegando aquele povão. Ô, era bom demais, moço! Era muito bonito; chegava aquele tanto de cavaleiro montado.

Como havia pouca gente nos arredores, a festa já não era mais como antes, segundo Dona Ermínia tinha me dito no ano anterior, quando as pessoas chegaram cedo, acompanharam a reza na sala da casa, comeram biscoitos e café, e partiram antes do almoço. Apesar de mais minguada se comparado ao tempo de primeiro, Dona Ermínia contudo nunca tinha deixado de fazer a reza. E por isso é que Seu Nenzinho chegava ali, desavisado.

Veio de animal dos Bois (rio que desembocava mais abaixo na Carinhanha), até a Estiva, 15 quilômetros, duas horas a cavalo. A reza não houve, e Seu Nenzinho então passou na casa de Seu Pedrinho, que há tempos não via.

A casa àquela altura era um alvoroço de menino. Sentou-se na área externa, de prosa, primeiro com Juvenal, genro de Seu Pedrinho, que é da família dos Bitos, do Cajueiro. Fora um tio de Juvenal, Toninho, que fizera as telhas que cobriam a casa em

que estávamos. Juvenal procurava notícias de um fulano, Seu Nenzinho não o conhecia muito bem:

– Não tenho costume com ele não – dizia.

– O sistema meu agora é que eu conheço a pessoa, mas não lembro o nome – ia Seu Pedrinho se calibrando na conversa.

Seu Nenzinho e eu ‘parece que’ já tínhamos conhecimento um com o outro. Tínhamos nos apresentado na sua chegada, mas das duas partes pairava a sensação que isso já havia acontecido antes. No jogo do ‘será que a gente já não se viu’, um buscando o outro, ‘calculando’ – conhecido de quem, casado com quem, morando onde... Um dos dois, ou os dois juntos, se lembrou:

– Moço!, mas eu já estive foi na casa suas em Januária!

Seu Nenzinho estivera lá de passagem, havia mais de 1 ano, recordávamos então. Parara com Damiana, chegando às 7 do ônibus que passava na Chapada às 3 da manhã. Rumariam para Montes Claros, para uma reunião com a entidade financiadora de projetos que eram executados pelo Instituto Rosa e Sertão e pela Cooperativa Agroextrativista Sertão Veredas, representados por Damiana e Seu Nenzinho respectivamente. Como não tinha transporte direto da Chapada para Montes Claros, passaram lá em casa, tomaram café e seguiram viagem.

– Moço, mas como pode! – exclamava Seu Pedrinho sobre essas coincidências.

O clima era de alegria, e a conversa rodava os temas mais diversos.

– Eu sou conhecido por Nenzinho – dizia o próprio.

– E o povo me chama de Pedrinho da Estiva.

– Mas eu me chamo mesmo é Júlio.

– E eu estou sabendo disso é agora! E olha que já tem quanto tempo que a gente tem conhecimento uns aos outros!

Seu Nenzinho falou aos homens ali presentes que tinha ParaTudo no animal parado em frente à casa.

– Mas é para vender – alguém lembrou.

Entendi então que Seu Nenzinho viera para a reza com o propósito também de vender bebida. Em toda festa ou reunião alguém encabeçava o comércio. Nas folias em que estive no Assentamento, o comércio era feito no carro do vendedor, parado à distância da festa, para onde se dirigiam os homens, principalmente, para comprar pinga no litro, ParaTudo, Cortezano, Presidente, cerveja ou refrigerante. Esse comércio tinha

sua dose de conflito, e era mais velado. A bebida vendida toda vez era alvo de crítica; mas em quaisquer encontros estava presente: em festas, reuniões da associação de moradores, no Segundo Tempo, nos dias do terço e quando o padre ia rezar uma vez por mês a missa em uma das sedes – fato que o fazia incluir no sermão a urgência em se construir uma capela no Assentamento, pois não podia ser que, durante a missa, houvesse som, homens bebendo e gente pitando ali em volta.

Seu Nenzinho trouxera também balas, e as crianças ficaram pedindo às mães dez centavos para levar duas.

– Lá na Chapada, com dez centavos, dá para comprar três balas – uma mãe comparou, quando a filha lhe pediu moedas.

– Para vender no Boi desse jeito, eu não vou levar é nada – no que todos concordaram.

– O senhor tem uma vendinha lá no Boi, Seu Nenzinho? – perguntei.

– Um armazém pequeno, que vende um pouco de tudo. Bala, biscoito, essas coisas de casa, bebida. Só para o remediado mesmo.

Tinha também uma fabriqueta de farinha e rapadura, que ganhou reforma a partir do projeto que o fez passar em minha casa. Seu Nenzinho é muito interessado com as coisas, ouvia então, e era um dos que mais forneciam produtos para a venda na Cooperativa. Do braço do buriti, também fazia sofás, poltronas e mesas:

– Qualquer coisa que você quiser, eu faço; com esteira por cima e tudo!

E contava que havia pouco tinha aparecido no Globo Repórter numa edição sobre o cerrado, que o filmou na casa de farinha e com os móveis feitos da palmeira.

Na venda nos Bois também comercializava carne de sol de 15 em 15 dias: comprava o gado de alguém (‘um garrote a 700 reais’), que ele mesmo carneava. Dizia:

– Eu gosto de comprar gado é para o lado de cá, porque lá para o Boi a carne não é tão saborosa. O filho meu mesmo outro dia me perguntou: “Por que a carne da Estiva é mais gostosa do que a carne daqui do Boi?”.

E aí Seu Pedrinho entrou na conversa:

– Por conta do capim: o daqui é nativo, o de lá é pasto formado. Essa invenção de brachiaria.

Dalva tinha me falado coisa semelhante quando, no dia em que fomos até a casa de Dona Marinha e Seu Cláudio, passamos na vargem perto da tapera de Chico e Tereza: ‘Gado que come capim nativo tem carne melhor do que o que come brachiaria’.

Seu Pedrinho continuava:

– O boi daqui come amargoso: é o olho da unha d’anta, o olho do barbatimão, o olho da favela; que ele mesmo vai atrás. E o remédio é do mato, o mato é que dá. Esses bois criados na brachiaria, não: ficam ali, não andam, não buscam comida. A carne é mole, não é dura como os daqui. Comem só daquele pasto aguado, aí tem que complementar com mineral. As carnes ficam tudo de mesmo gosto, porque eles também comem tudo as mesmas coisas. Aí você vai ver: por causa do capim e dos remédios, é uma carne sem cheiro; você joga a banha na panela, não tem cheiro de nada. Agora, vai fazer uma carne com gado de capim nativo!: joga uma gota de gordura na panela, de longe você já sente aquele cheirão bom exalando.

Isso atçou as comparações. Seu Nenzinho mais Seu Pedrinho falavam, com afinco, que essa diferença também se expressava no leite: vaca de capim nativo tem leite gordo, forte, com gosto, você toma e alimenta; na braquiaria, é aquele leite fraco e aguado – ‘pois ‘cê não vê esses leites que a gente compra em supermercado?!’.

‘E as galinhas? Vê a diferença da carne mole dos frangos de granja!? Também... elas ficam tudo ali juntinho, não andam, comem tudo a mesma coisa, e aqueles remédios... Aí é aquela carne fraca e sem gosto, ovo branco e sem gosto – você faz um bolo ou biscoito e fica aquela massa branca. Já com o ovo da caipira, fica amarelinho. A caipira tem gosto, porque ela anda, caça o de comer e come coisa diferente’.

E assim também sucedia com os peixes: Seu Nenzinho lembrava que ‘peixe de viveiro tem gosto é de nada’; Seu Pedrinho explicava que ‘esses peixes aí da Estiva, da Carinhanha, se alimentam dos frutos do mato, que caem nos rios: buriti, xiriri, cagaita’, e aí vai a diferença.

Seu Nenzinho não tardou muito. Antes de ir embora, contou só mais a história de uns homens ‘que andaram roubando placa solar aí por essas roças – no Boi mesmo foi uma, que servia para o telefone’, e que foram pegos depois de tentarem pagar a gasolina da caminhonete com um celular no único posto da cidade.

– O diesel acabou, e eles ficaram é-dias na Chapada tentando vender o celular para conseguir ir embora. Aí chegou a notícia do roubo das placas, a polícia foi unindo os fatos até que pegou dois deles.

– Como diz João de Alta: foi o Divino Pai Eterno que indicou – ria Seu Pedrinho.

Seu Nenzinho levantou.



– ‘Cês vão me desculpendo a pouca demora, mas eu tenho que ir rompendo.

– Uá, mas *tá* cedo, moço!

\*

Se no capítulo anterior falou-se em andanças femininas aquecidas no Assentamento, e – através da mandioca e da farinha – de fazeres que extravasavam cercas, neste será trabalhado – através do gado – um retorno ao lote. O ‘aperto’ não era tanto sentido na lida com a roça como o era na lida com o gado. A roça era posta na parcela do dono, mas não estava alheia a ‘andanças’. Uma mandioca podia ser plantada em uma terra ociosa de outro lote, em troca de farinha; uma roça de feijão e milho era semeada na vazante de um conhecido, meando a produção com o dono. E o que era feito na roça era distribuído nas andanças das pessoas, levando a produção para um raio mais amplo do que o do lote onde houve o plantio.

Já o gado estava mais propenso, em um espaço atravessado por cercas, a sentir os efeitos da ‘vida apertada’. Além das cercas, os lotes seguravam as andanças do gado porque, no Assentamento, havia também mais apelos para que os rebanhos se restringissem às parcelas e que não se os deixassem soltos em áreas comunitárias como as sedes, as áreas de reserva e as estradas, conforme veremos. Isso repercutia no modo de criar e na qualidade da criação, nos termos da conversa entre Seu Nenzinho e Seu Pedrinho. Sendo a lida com o gado a mais afetada com a mudança, entende-se melhor a saudade devotada ao *Parque* pelo ‘povo do Gentio’ – mais vaqueiro do que o do São Francisco –, e sua contrariedade à Funatura.

O gado será tratado como um ícone da transformação tempo-espacial entre o *Parque* e o *hoje*. Sendo vetor de trânsito e portanto medidor de movimento, fala de um tempo vasto, de léguas, em um espaço sem cercas e impedimento; e de um tempo apertado, de hectares, em um espaço de parcelas definidas.

### ***Gado na solta***

Quando ainda não tinha as andanças como foco, não imaginava me deter no assunto do gado, até porque, das pessoas com quem eu tinha mais convívio no Assentamento, não poderia dizer ‘vaqueiras’. Com o desenrolar da escrita e o anseio de saber mais sobre o ‘gado na solta’ em comparação com o ‘gado empresilhado’, fui atrás

de dados que me faltavam. Então Damiana novamente surgiu rastreando caminhos etnográficos.

Já fazia um tempo que ela queria ir até Sítio D'Abadia, município de Goiás, contíguo a Formoso (bastava atravessar a ponte sobre uma pequena represa desta cidade), onde o Assentamento se situava. Lá morava Dona Lourença (mencionada na introdução), que tinha se mudado recentemente de Retiro dos Bois. Não pudera esperar a chegada da luz, pois, diabética, tinha de manter refrigeradas suas doses de insulina. O Retiro dos Bois fora reconhecido comunidade quilombola em 2007, Dona Lourença à frente, mas ela e o marido tiveram de mudar para um lugar mais remediado. Venderam seus 500 hectares na beira da Carinhanha para um comprador gaúcho, e adquiriram uma terra no Sítio D'Abadia, levando junto alguns filhos que não quiseram ficar no Retiro sem a mãe.

Um deles era Zé Estrela. Damiana me puxou para a visita com o propósito também de conversarmos com ele, que a vida inteira mexera com gado. Fomos de carro da Chapada (ela, seu filho Lucas e eu) em uma quinta bem cedo. Na volta, pousaríamos em Dete, aproveitando os aniversários de Sancler e Vande, para retornar no dia seguinte. Isso foi junho de 2009, a última vez em que estive no Assentamento.

'Estrela', me explicava Damiana no caminho, foi apelido dado a Zé por ser bom nos negócios com gado. E por 'negócios' não se entendia apenas a lida cotidiana, mas o saber fazer 'catira' – comércio que usualmente tinha gado no meio (a respeito, ver Ribeiro e Galizoni, 2007)<sup>154</sup>. A primeira vez que ouvi o termo foi no Assentamento, durante uma conversa à noite entre Sancler e o vizinho Luzmar na mesa da cozinha. 'Estão aí só na catira', ria Dete, para falar da conversa deles, em que no fim se acordou que Sancler daria um bezerro para Luzmar, e Luzmar 'voltaria' 7 sacas de milho e 100 reais em sementes para Sancler. Essa era uma catira pontual. Mas havia aqueles que 'viviam de catira', que eram 'catireiros'. 'Fulano é bom de catira. Compra uma vaca aqui, vende mais caro depois', disseram sobre um. 'Ele é bom de dizer as arrobas do gado', isto é, falava com convicção e sem balança, para quem ia vender o gado para ele carnear, quanto pesava o animal. Como 'sabia direitinho', falava firme sempre uma

---

<sup>154</sup> Dizem os autores: '[C]atira – ou barganha, *breganha*, baldroca, negócio, rolo: as denominações são muitas – é uma das instituições mais sólidas do meio rural mineiro. Trata-se da troca de animais por bens de consumo, produtos agrícolas, dinheiro ou um pouco de cada, e vice-versa. Em algumas regiões é um negócio bastante freqüente e os negociadores são extremamente dedicados; em Minas Gerais serve para dispor bens sem serventia, trocar o miúdo pelo remediado e este pelo graúdo, para encorpar, aos poucos, os bens que compõem o patrimônio familiar' (:69).

arroba a menos, e o que vendia não contestava<sup>155</sup>. ‘Aí a vaca boiadeira [aquela que o bezerro já apartou, que está magra, boa para pôr na boiada] às vezes de 8 arrobas, ele fala que tem 7; era para dar 450 a 500 reais, ele dá 400 e revende o gado mais caro, quando não carneia’. Um catireiro, dos bons, que eu conhecia, revendia o gado por bens de mais valor (quando cheguei, tinha um carro velho, depois trocado por uma moto nova, que logo queria revender). Esse ia ‘vivendo com o dinheirinho da catira’. Mas tinha quem era ruim de catira, que perdia tudo, e ‘não parava com coisa em casa’. ‘Cicrano se vivesse só de catira, morria de fome. É ruim de catira, só faz se afundar’. Ouvia que ‘quem tem boi, é melhora p’ra catira’, o que não era o caso do Cicrano, que ‘vivía enrolado’, às vezes com cigano da Chapada atrás<sup>156</sup>. Nunca escutei mulher falando que fazia catira, ou menção a mulher catireira (algo também citado no artigo de Ribeiro e Galizoni, *op. cit.*:69) – e a circulação de produtos entre as casas, como visto no capítulo 3, jamais me foram apresentadas nesses termos.

O talento de Zé Estrela para negócios com gado foi enunciado logo no início da conversa, quando recontou um caso conhecido: um rolo entre ele e \*Dona Fátima, senhora gaúcha, catira boa em que Zé conseguiu trocar uma vaca mais fraca (comunzada) por um boi mais forte (cruzado), e ainda fez voltar uma novilha<sup>157</sup>. Comunzado era gado com menos ‘raça’, segundo explicação de Sancler, que certa vez, durante uma ordenha, me apontava duas vacas que só davam leite para os bezerros.

– Foi assim... – Zé ia puxando pela memória – Eu esqueci como foi a catira que eu fiz!... Não, foi assim: eu tinha uma vaca de leite, sabe? Aí eu peguei a vaca e dei no boi, e aí ela pegou e me voltou... como é que foi, moça?... Foi! É: compadre \*Jonas tinha vendido uma novilhota p’ra \*Dona Fátima. A novilha tinha sido minha; e compadre \*Jonas nunca tinha levado a novilha para Dona Fátima não, a novilha ainda estava lá em casa. Aí eu peguei a vaca nossa: “Ó, Dona Fátima, eu te dou a vaca no boi, e a senhora me volta aquela outra novilha que ‘ocê comprou de Jonas, que está lá em casa. A novilha já está lá, se a senhora interessar...”. Aí ela falou: “Av’Maria, essa vaca sua está muito magra!”. Eu falei

---

<sup>155</sup> 1 arroba era 15 quilos. Na época, a arroba, de vaca ou de porco, estava 65 reais.

<sup>156</sup> No artigo de Ribeiro e Galizoni supra-citado, menciona-se o conto ‘Corpo fechado’, de Guimarães Rosa, em que ‘Manuel Fulô (...), por vingança, negociara com uns ciganos dois cavalos imprestáveis como se fossem animais da melhor qualidade’ (:65).

<sup>157</sup> Novilha é um filhote feminino que não é mais bezerro, que já tem 2 anos. O masculino da novilha é o garrote. Seu Tasso uma vez me pediu pra eu escrever um homem do Sítio d’Abadia, que nunca tinha pagado um garrote que Seu Tasso vendera a ele. Seu Tasso não fizera pessoalmente o negócio, mas o prazo era até fim de setembro, e o homem não dera sinal de vida. O valor era 450,00, mas Seu Tasso dizia que não receberia por menos de 500, acrescido do preço das passagens caso tivesse de ir lá pegar o dinheiro.

assim: “Não! [risos] Não, Dona Fátima, é porque ela está criando. Eu tirei o bezerro dela ontem. Você quer ver: se eu piar<sup>158</sup> ela aí, você vem tirar o leite dela”. Aí ela foi lá, pegou uma corda, piou ela, aí: “Vai lá, \*Élsio; tira o leite da vaquinha aí”. Aí Élsio foi lá, foi debaixo da vaca, e tirou uns quatro litros. Aí ele: “Ô, Nêga: compra a vaca!, compra a vaca!”. – ria Zé, imitando o sotaque gaúcho de Seu Élsio – “Compra a vaca, Nêga! A vaca é boa de leite. A vaca está solteira e ainda está dando quatro litros. Pode comprar a vaca”<sup>159</sup>. [risos] Aí ela: “Será, Élsio, que eu compro essa vaca?”, “Mas pode comprar a vaca. Esse boi fica só atentando aí, quebrando arame. Compra a vaca do Zé aí”. “Vai lá, Élsio. Toca o boi p’ra cá, p’ro Zé ver”. Aí ele foi lá, tocou esse boi p’ra cá, aí eu olhei esse boi...: “Uá, Dona Fátima, esse boi da senhora quebra arame, é? Eu não vou levar esse boi para lá, porque ele vai atentar lá e eu vou perder negócio”. Ela: “Ô, Zé, então faz o seguinte: eu te dou o boi na vaca, e você pega a novilha que está lá *ni* Jonas”.

Zé Estrela insistia mais no “blefe” da catira, que lhe garantiu o sucesso da operação: ele sabia que o boi de Dona Fátima era melhor do que a vaca sua, mas não demonstrou. Tergiversava: “Será, Dona Fátima?...”. Aí eu peguei, rodeei o boi, rodeei, como quem que não queria fazer negócio, sabe? E então Dona Fátima, já interessada na vaca, e com receio do recuo de Zé, amalhou sua decisão, supondo-a hesitante, ao lhe garantir a novilha que estava na casa de Zé. A catira ainda deu um jeito de ser mais exitosa quando, passados assim uns cinco dias, a novilha que Dona Fátima ‘voltou’ para Zé, a outra novilha que ela me deu de volta, pariu. Aí eu fiquei com o boi, com a novilha e com o bezerro – lembrava com um riso.

Dona Fátima, a gaúcha, tinha terras em uma localidade vizinha a deles. As terras de Dona Lourença e Seu Teodoro, no Retiro dos Bois (que assim se chamava porque ficava em uma antiga fazenda chamada Retiro, que ia até o Rio dos Bois, o mesmo de Seu Nenzinho), eram de 525 hectares. Quando conheci o Retiro, havia em torno de 50 moradores, entre irmãos, filhos, sobrinhos e um primo de Dona Lourença, em 9 casas espalhadas ao longo do acesso de terra que cruzava as terras. Não tem nenhuma pessoa de fora. É tudo uma família sozinha, a gente ali dentro é uma família só. E hora que espínica um, dói em todo mundo, dizia-me Dona Lourença em outra ocasião. Todos descendiam de Seu Lindolfo, bisavô de Dona Lourença. Ela e Seu Teodoro moravam na casa com o filho Zé e uma neta; três filhos moravam em outras casas no Retiro, e os

---

<sup>158</sup> ‘Piar’ é amarrar as patas traseiras, e às vezes o rabo, da vaca durante a ordenha para ela não dar coice.

<sup>159</sup> Vaca solteira é a que o bezerro acabou de desmamar.

outros três, na cidade de Chapada Gaúcha ou de Formoso. Uma filha, que morava com suas duas meninas em uma casa próxima a de Dona Lourença, nas terras dos pais, mudou-se para a Chapada com a saída da mãe. Dona Lourença falou que eles eram os únicos que tinham escritura.

As terras deles não eram cercadas por fora; tinham cerca apenas em uma porção perto da casa, para reunir o gado: A área nossa não era cercada não. Tinha cerca, mas tinha só na época de a gente prender, na seca, né? Aí tinha só na base de umas 50 hectares só. Zé cuidava do gado deles (em torno de 40 cabeças) e também alheio (30 de um e 40 de outro). É, lá tinha umas cento e poucas cabeças, concluía, e explicava que, na ‘meia’, Se parisse dez vacas, era cinco do dono e cinco nosso.

A criação era ‘na solta’: o gado andava por conta própria e para além da propriedade deles – Criava era na área dos outros, cá p’ra cima. A não ser na seca, eles não preocupavam com as andanças do gado, que ia e voltava sozinho: Nós soltávamos eles, aí colocava sal no cocho, né. Aí eles comiam o sal como hoje de tarde e saíam, subiam p’ro cerrado. Aí quando era amanhã meio dia, você podia ir lá que eles estavam descendo, para vir comer sal e beber água. O gado dormia lá perto do cocho mesmo e do bebedor. Depois caía no mundo.

Em geral, donos de outras terras não impediam a passagem de gado alheio. Perto do Retiro, tinha apenas um caso desses; de um povo que fez uma cerca lá em cima, nem p’ra gente passar e nem p’ra gado. Que fechou a estrada lá. Era só dele, e até hoje ‘inda é fechado. O trânsito do gado fazia as pessoas se comunicarem umas com as outras, e isso era uma garantia para o vaqueiro: assim como ele vigiava o gado de outrem que passava por suas terras, outros faziam o mesmo com relação a seu gado.

Esse trânsito e o correr das notícias fora-me mencionado, depois, também na conversa com Seu Jerominho: Podia vir eu criar na terra d’ocês, e podia vocês criar na terra minha. O gado era assim. Eu ia campear, olhar o gado meu, encontrava um vaqueiro. Insisti na dúvida se não tinha problema encontrar gado dos outros em sua terra: Não. Ninguém importava. E mais à frente: Encontrava às vezes mais Pedrinho, perguntava: “você não viu algum gado meu por aí?, e tal”; “Uai, em tal lugar, eu vi, tantas rês”. Porque os *gado* tinham as marcas, né. As marcas minhas mesmo é 55. Todo gado tinha a marca. O rebanho de Seu Jerominho tinha cabeças suas e também que ele comercializava (comprava para carnear e para revender): Eu comprava gado até sem dinheiro. Já aconteceu d’eu comprar quantia assim de 15, 20 cabeças, sem dinheiro. Eu ia mais os meus

meninos, e comprava o gado, e marcava o dia d'eu pagar. Eu já sabia dos compradores que queriam o gado. Aí eu trazia o gado, chegava aqui e vendia uma parte p'ra um gaúcho, vendia uma parte p'ra outro, e recebia na hora; no dia, aí eu dava conta de pagar. A posse de Seu Jerominho era de 55 hectares, como mencionado no capítulo 1. Se fosse cercada, não teria como manejar o rebanho que possuía. É curioso, nesse sentido, que a marca do gado de Seu Jerominho fosse '55'. Pensando que esse símbolo indicava o tamanho de sua posse, algo que não tenho certeza, o gado andante que portava essa marca, indicava o dono e sinalizava como era a vida vasta dos Gerais: o tamanho da terra não era marcado *in situ*, cercas não correspondiam ao espaço medido e titulado de uma propriedade, e a terra era expansível pelas andanças. Em suma, num tempo sem cerca para definir a terra apropriável, o tamanho da terra andava com o gado. Para repetir Seu Eduardo: Só sabia o que era a nossa casa. Mas nós usávamos mais de mil hectares. Ou, como disse Seu João de Alta: 'A terra da gente é aquela em que a gente está. Esse mundão é todo nosso, e a terra da gente é aquela em que a gente está'.

Vaqueiro não preocupava de deixar o gado solto, apesar de que tinha, sim, povo que Naquele tempo era bom p'ra matar gado dos outros, e que roubava gado, como lembrou Dona Lourença. Mas isso era difícil de acontecer, porque, além dos animais terem a marca ferrada do dono, todos conheciam o gado uns dos outros. Se pegasse, logo um avisava. Perguntei a Zé sobre o roubo: Não, lá era difícil roubarem. Quando acontece assim de sair o gado, aí tinha uns amigos nossos avisavam; falavam assim: "olha, está em tal lugar, assim, assim". Aí eles conheciam. Sabia-se quando um vaqueiro tocava um gado que não era seu: "Agora fulano ia tocando gado assim, assim, e era seus". Aí no outro dia, nós arriávamos o cavalo e íamos. Chegava lá... Não tinha erro. E se alguém carneasse gado alheio, também se desconfiava, pois, num tempo em que não era freqüente se comer carne de gado, as redondezas ficavam sabendo quando alguém matava um animal.

Do gado solto, tinha-se apenas de se manter a par de seu rumo. Nas águas então, quase não havia com que se preocupar. Com os frutos dos paus do cerrado, o capim nativo verde, e fartura de água, os animais se alimentavam por conta<sup>160</sup>. Nas águas, você pode soltar ele aí, porque ali ele quase não adocece, sabe?, o trabalho é mais pouco, dizia

---

<sup>160</sup> Na Toyota, voltando do Assentamento, Pedrão, filho de Dona Lu, falava-me um pouco sobre o capim: que pegando 5 metros por 5, achava-se mais de 30 tipos de capim nativo. E apontou para dois tipos: o verdinho menos crescido, era a 'brachiaria nativa'; o que estava seco, mais comprido, era o 'capim campestre' ou 'de raiz', também conhecido como 'fura tripa' (que Pedrão contestava a alcunha).

Zé. Para beber, o gado ia mais era nas vargens alagadas, perto das veredas – eles gostavam mais das águas das vargens porque esquenta mais, sabe? –, pouco indo à Carinhanha, de água mais fria. Ficava uns 6 meses lá solto. Nós só víamos de vez em quando. Quando passava, ia lá, contava um bocado, olhava. *[risos]*

Nessa direção, Sancler contava histórias do tempo em que era do tamanho de Mariza, na Estiva. Que seu avô, Velho Bastião, falava sobre as mudanças: no futuro, ia ter ‘cerca com espinho, que é o arame farpado, carro sem boi, e carro que ia andar no céu’. O arame farpado ele chegou a ver. Antes não tinha arame (Seu Pedrinho comprou o primeiro arame em 76); o gado não era muito e ficava solto nos Gerais. Para prender, tinha que amarrar no tronco, um por um. Às vezes, levava uns 10 dias para campear o gado solto<sup>161</sup>.

Como era o gado que ficava solto, as plantações tinham de ser cercadas para animal não estragar (antes de existir arame, eram paus fincados e justapostos) – mais especificamente as roças perto das casas, como as de mandioca. As roças de brejo em geral não precisavam ser cercadas, porque gado ali atolava. Mas as cercas de arame, depois, não eram impedimento para gado ‘atentado’. Ô, minha fi’a. Silivestre e Doroteu tinham umas vacas que só Deus sabe..., falava Dona Lourença sobre os irmãos. Doroteu tinha umas vacas lá, nós tínhamos uns hectares de mandioca, quando nós chegamos lá, eles tinham comido tudo, completou Seu Teodoro. Elas tudo eram atentadas. Não tinha jeito. Tiodoro fez uma cerca lá de 7 fios, ô meu Deus... aí que quietou. Mas ainda furou a cerca. Quando elas davam p’ra arrebentar, quando entrava, era tudo. Perguntei se havia diferença entre o liso e o farpado: Elas arrancam tudo igual. O liso ainda é pior, arrebenta mais, porque não faz furar; aí é que elas é-vêm p’ra cima.

Na seca, explicava Zé Estrela, era quando se tinha de tomar mais cuidado com o rebanho. O gado tem que estar mais perto da casa, você cuidando dele. A atenção vinha principalmente porque era quando maduravam frutos do cerrado que faziam mal ao gado, como o imbu brabo (umbu), e o barbatimão. O imbu dá um chorreio no gado, dizia Seu Teodoro, se comer ele passa mal. E se a vaca estiver buchuda, sabe?, aí perde. Como estávamos em junho, eles já se preocupavam com o imbu que amadureceria dali a alguns dias. Com o barbatimão, se o gado comesse do pau (cuja casca era usada em

---

<sup>161</sup> Sancler me explicou que ‘campear’ era quando se saía para procurar e juntar o gado; e ‘pastorear’ era quando o gado estava certo, o rebanho estava junto, e o vaqueiro seguia junto à boiada, cuidando dela no pasto.

remédios para cicatrização), ou da frente do galho, também passava mal (diferente de comer do ‘olho’ que, como dissera Seu Pedrinho, era um ‘amargoso’ bom para o gado). Uma vez lá, contava Zé, um amigo nosso, a novilha dele adoeceu, e essa novilha não queria melhorar, nada. Até um dia ele pegou ela e matou. “Vou ver o que essa novilha tem”. Rachou ela assim, partiu ela, fez um talho no bucho dela. Estava um bolo da semente de barbatimão. Barbatimão já estava quase nascendo dentro. E Dona Lourença: Barbatimão aperta demais.

O gado era campeado, recolhido à cerca, nessa época; e ficava mais perto da casa até o tempo do perigo dos frutos passar, em torno de 4 meses. O movimento também se pautava pela oferta de pasto, que por sua vez era manejado com o fogo (visto no capítulo 2). Farto nas águas, o gado se espriava mais do que na seca, quando se atinha a porções como a vargem, que eram uma reserva de capim fresco.

Quando o gado estava reunido, era também momento de vistoriar o tamanho do rebanho e se tinha algum animal doente. Nesse aspecto, as diferenças entre o ‘de primeiro’ e o ‘hoje’ eram bastante demarcadas. As doenças e tratamento eram outros. Sobre eles, Seu Teodoro ecoava o que dissera Seu Pedrinho, que De primeiro... Não tinha vacina não; vacina era rapa de pau; e que se fazia uma rapa de pau-terra, colocava na água e estraçalhava bem, para tratar de uma febre que existia antes. O tratamento com remédio do mato era também usado como prevenção. Zé contava que seu avô dava para boi carreiro (aqueles que põem na carroça de boi) um sumo do pé-torto que tem no mato, pisado no pilão e misturado com água. Esse sumo era para deixar o boi gordo e forte e para ser dado depois das viagens longas, como para Januária (15 dias), para recuperar. As doenças de antigamente não eram as mesmas de ‘hoje’, e por isso os remédios eram distintos. Havia uma febre que arrancava o couro, que, junto com uma peste que agora não mais se via (e que fazia o gado no curral amanhecer o dia – um, dois mortos – com a perna virada p’ra riba), eram doenças de primeiro, que a gente não sabia qual era. Numa época lá mesmo apareceram umas doenças lá que estavam acabando com a criação, contava Seu Teodoro. Agora demudou tudo, os remédios também demudaram, completou. E para essas doenças ‘de hoje’, tinha de se dar vacina<sup>162</sup>.

Em outros tempos, eram outros os modos de controlar o gado – em termos de qualidade (se o rebanho estava são) e quantidade (o número de cabeças). Aliás, um e

---

<sup>162</sup> A mudança de doenças e de remédios do gado parecia-me ter paralelo com a das pessoas, algo que valeria um aprofundamento.



outro se interligavam, algo sugerido na conversa com Dona Ermínia, Seu João de Alta e Jau. Ou seja, o controle da quantidade tinha a ver com o da qualidade; mudando um, o outro também se transformava. Perguntando a Dona Ermínia quantas cabeças eles tinham, quando Seu Nêgo era vivo e criavam o gado na solta, ela não soube me precisar: Nessa época, nós aqui, eu não sei os outros, mas nós aqui era umas 20 e tantos... E então Seu João interveio:

– Era mais. O gado sempre não era contado, não senhora.

– A gente não contava. – Dona Ermínia assentia.

– A gente gravava aquele gado, mas acontecia que não era contado. Acontecia...

Hoje é contado o gado.

Mesmo não contado, dava-se falta de qualquer um que sumisse. Era gravado, mas não era contado. A necessidade da contagem estava ligada às demandas posteriores de registro, de documentação. E esse registro do *quanto* se tinha de gado associava-se ao do *como* estavam as cabeças. Falava Seu João, na continuação da conversa:

– Se falhava algum e a idéia não desse na hora, num dia, no outro dia, no outro dia, “ó, está faltando um bezerro”, ou “tal novilhinha”, ou “tal gado, tal vaca”, está faltando. A idéia dava. Não contava não senhora. Agora hoje o gado é contado, ainda mais por causa dessa vacina contra a aftosa, hoje já é contado porque não tem jeito. Agora mesmo eu cheguei lá, essa menina morena lá, lá dessa casa, do IMA [Instituto Mineiro de Agropecuária], ali perto da prefeitura, tem a casa do IMA agora, é IMA que fala? A casa da vacina, do IMA, da vacina... Eu fui falar... ela falou: “ô, seu João, aqui está faltando muito gado, acho que deu 4 gado faltando”. Aí eu: “Ah, está faltando?”, “Está”; “é...” – “eu devia ter falado que esse trem morreu, agora vai encomprar” – “é o...”, eu falei “eu vendi ele”. “Pois é. P’ra quem?”; eu falei: “Ô, moça!, eu não estou nem sabendo”. “Pois o senhor vai adivinhar lá, levantar lá, e traga o cartão deles, o número do cartão p’ra eu descontar aqui o gado”. O negócio hoje não é fácil não. A senhora está entendendo. Agora com essa vacina agora é brabo.

O diálogo com o conceito nativo de ‘sistema’ parece-me fértil para reunir todas as características mencionadas sobre o ‘gado na solta’. ‘Sistema’ era designação muito utilizada e aludia, *grosso modo*, a um quadro de premissas indissociáveis. Mudando uma, mudava tudo. Falar ‘é outro sistema’ (como se dizia por exemplo do ‘sistema antigo’), parecia-me quase como dizer que se tratava de uma transformação infra-estrutural.

O ‘gado na solta’ se alimentava de capim nativo, manejado através do uso do fogo, que fazia nascer broto forte, além de fornecer o mineral da cinza. O capim nativo era o alimento primordial do gado, junto com frutos e plantas do cerrado, os quais eram também remédios para as doenças ‘de primeiro’. Por suas andanças e pela alimentação variada, a carne do gado na solta era tida como de mais gosto. O andar era livre, por quase não existir cerca ou impedimento do trânsito em outras propriedades. E assim o rebanho era dado a quantidades, acumulado e vendido quando se precisasse (à base da catira, sem registro escrito).

Já o gado confinado, ‘empresilhado’, era ‘outro sistema’, como veremos.

### ***Gado empresilhado***

Até hoje aí o povo ainda briga, esses que saíram *do Parque* lá, ainda brigam por mor de as terras deles lá. Eu já vi muito falar aí, dizer que lá *no Parque* era muito melhor. É nada; os cabras hoje estão tudo é bem aí. Parece besta. É que acostumou lá *no Parque*, sabe?: porque lá *no Parque*, se o cabra tem 50 vacas, pega aí cabeceira de Rio Preto, Chapadinha, esse mundo tudo aí, o cabra cria nesse mundão aí, né?

Como já sugerido, as transformações na lida com o gado constituem-se ponto importante na composição da contrariedade no Assentamento. Ao contrário da roça, cuja lida era sujeita a apreço (principalmente por permitir o uso do trator), do gado se ressentia que não mais pudesse ser criado ‘na solta’, como antes. A contrariedade se pautava na restrição às andanças. Pois se a roça permitia o movimento entre lotes (a cerca não necessariamente era um impedimento), a lida com o gado aí prescrevia um confinamento. Em outras palavras, a roça permitia um extrapolamento dos lotes, mas o gado prescrevia um retorno a eles. É sobre isso que se falará neste tópico, para no fim se lançar uma comparação com o ‘gado na solta’.

O retorno ao lote se evidenciava nas tentativas de sedentarização e individualização do gado, que serão aqui descritas através do Pronaf e da rede d’água. Ao mesmo tempo, pelo menos nos momentos iniciais que acompanhei, havia um movimento contrário que insistia no gado solto – na reserva, nas estradas, na sede, e também no Parque.

Um dos elementos da escolha do lote no Assentamento, como mencionado no capítulo anterior, era a preferência em se trabalhar mais com gado ou com roça. As terras no São Francisco eram menores, mais irrigadas, tinham mais mata; era ‘terra de

cultura', melhor para roça. As terras no Gentio eram mais amplas, abertas, arenosas; era 'Gerais', melhor para gado. A preferência dos primeiros moradores foi pela área do São Francisco, especialmente os lotes que beiravam a Taboca. Apenas 4 moradores preferiram de imediato lotes no Gentio (os outros lotes foram ocupados pelos últimos que decidiram sair da área que se fez Parque).

Um desses moradores era Laurita, que com seu marido e filhos se estabeleceu em um lote vizinho ao de Dete pelos fundos, e ao de Tereza pela lateral. Laurita escolheu o lote por causa do gado, já que, como me disse Sancler, era um dos melhores para quem tinha criação. Tinha muito 'pasto natural', pois ficava numa 'ilha', com água por toda parte: de um lado, o Gentio, de outro, 'uma vereda de parelha com o Gentio', que desaguava neste rio. Outro morador que preferiu o Gentio era Lau Preto, senhor com quem não tive conhecimento, cujo lote era 'pregado' à sede, e a dois de distância do de Dete e Sancler. O lote de Lau era o da chácara mencionada por Edinho (ver capítulo 3), em que foram plantados vários pés de fruta. A constatação de que seu gado continuava gordo mesmo na seca, quando pastava pelo Gentio num tempo em que o Assentamento não tinha cercas, fez Sancler escolher um lote dele próximo, como já mencionado.

O gado solto de Lau Preto remete aos anos iniciais do Assentamento. Depois do período de acampamento, quando os primeiros moradores ficaram juntos na sede (como citado no capítulo anterior), cada qual foi escolhendo seu lote e erguendo a palhoça na qual moraram até receber o crédito do Incra, a fundo perdido, para a construção da casa. Sancler e Dete não pegaram essa fase do acampamento; já fizeram a palhocinha no lote escolhido, na vazante do Gentio. O crédito para a construção das casas foi um dos primeiros. Antes dele, houve o da cesta básica, também a fundo perdido, que durante um ano fornecia o mercado para garantir a segurança alimentar até as primeiras colheitas.

Junto com os créditos do Incra, havia os financiamentos do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), assunto perene durante meu trabalho de campo. A cada ida minha, a prosa se atinha a uma linha em especial (Pronafinho, Pronafão, Pronaf Jovem, Pronaf Mulher). Inicialmente foi o Pronafinho (de 3.500), que fornecia insumos para as primeiras plantações. O segundo, o Pronafão (de 16.000), era um financiamento mais robusto para agropecuária. Sancler fazia planos, antes de recebê-lo, de investir em pasto e gado, segundo ele a melhor aplicação: 'Um bezerro vende a 250 reais',

explicava, e já era possível quitar o crédito com parte do rebanho multiplicado<sup>163</sup>. A outra vantagem de criar gado, falava ele, era que não dava tanto trabalho e era menos instável do que plantações. O Pronaf também deveria ser destinado ao cercamento dos lotes. Assim, antes de seu recebimento, quem tinha gado, deixava-o solto no Assentamento.

O Pronaf vinha em levas, e as cercas eram feitas na medida em que se recebiam os créditos. Os últimos lotes a recebê-lo, foram 5 localizados no Gentio, cujos donos foram os últimos a chegar no Assentamento. Nas reuniões mensais da ARSeV, que aconteciam todo segundo domingo do mês, era momento para tratar do assunto: quem pleiteava, como andavam os trâmites daqueles que já haviam feito o pedido, qual era a previsão da assinatura e recebimento. Nessas reuniões, surgiam dissensos relacionados às cercas. Em uma dessas reuniões, depois de nominadas as pessoas contempladas por Pronaf e Pronafinho, um homem apresentou sua queixa àqueles que tinham recebido o Pronaf e não haviam cercado seus lotes: ‘Quem recebeu o Pronaf, tem que fazer a cerca. Não faz, aí o gado vai para o lote de quem ainda não recebeu e não teve dinheiro para fazer a cerca. Aí o gado invade e bagunça a plantação, dá prejuízo para o outro’, dizia o homem.

O Pronaf foi propulsor das primeiras experiências de prender o gado, e dos desconfortos iniciais daqueles acostumados a criar o gado na solta. Mesmo com todos os lotes cercados no Assentamento, dois anos depois dessa reunião que acompanhei, discussões sobre gado na solta continuavam a povoar sua pauta, bem como a das prosas nas casas. Criticava-se o gado solto nas sedes ou nas reservas: ‘No dia do casamento de Orlanda mais Pezão, da festa no Gentio, estava o gado de Fulano lá na sede, as bostas tudo perto da casa, foi um trabalho para lavar. É ele e mais dois que têm mais a mania de deixar o gado solto, o resto cria mais é dentro dos lotes’; ‘Agora estão querendo é cercar as reservas por mor de o gado não ir para lá’, ouvia.

Esquivas em se manter o gado dentro das cercas se pronunciaram também durante o projeto de instalação da rede d’água, que tinha como objetivo o fornecimento

---

<sup>163</sup> Havia uma carência de 5 anos para pagar o Pronaf de 16.000, explicavam-me. Caso o pagamento anual (em torno de 1.000 reais) fosse feito em dia, o valor era amortizado para 8.500. Sancler questionava o prazo do pagamento anual, previsto para dezembro, época em que, recém começadas as chuvas, o gado ainda estava magro; o prazo deveria ser em julho, quando as vacas estavam gordas. A vaca parida que valeria 700 reais quando gorda, na seca era vendida a 450 (quando arranjava comprador), comparava. Ele já tinha assinado um Pronaf, de 13.500 (que, quitado, lhe daria acesso a outra linha); constatava que, se não tivesse vendido vaca nenhuma das que comprou, estaria com 25.000 reais aproximados em gado. Das vacas que ele comprou, foram paridos 10 bezerros, e, destes, um tinha dado cria.

de água para as casas e a instalação de bebedouros nos lotes para o gado. A Funatura não era a executora, mas acompanhava o projeto, pronto em 2008. A água era puxada da Taboca por duas bombas, que enchiam as caixas instaladas em um terreno alto próximo à sede do São Francisco, e dali era distribuída em 5 redes, por todos os corredores, até a entrada dos lotes (a ligação para a casa ficaria por conta do morador). Até então, a água era em geral consumida em baldes, enchidos em cisternas ou nos rios (na casa de Dete, sempre houve água encanada, primeiro puxada por bomba de uma barragem do lote de Meire, depois, de um poço artesiano). O prazo de conclusão do projeto se prolongou, e enquanto a água não chegava, brincava-se a respeito:

– Tem gente aí que está banhando é na caixa d’água.

– *Tá feito Fulana, da vez que fizeram as barraginhas no lote dela, dizendo ela que ficou feliz porque quando chovesse ia poder banhar, feito um rio, e ainda lavar as roupas’ – ria-se*<sup>164</sup>.

O anseio da Funatura era o de que, com a rede, fossem instalados bebedouros nos lotes, e assim o gado, aí restritos, não iriam mais tomar água nos rios. Cesar Victor, superintendente da Funatura com bastante trânsito no Assentamento, em uma reunião conversava com os moradores sobre como funcionaria a rede, o bombeamento desde o rio e a distribuição: ‘A água é prevista para o uso de uma família de 5 pessoas em média’, explicava, ‘E também para sustentar de 10 a 15 cabeças de gado, que é o que se estima em média, pelo tamanho dos lotes, que cada um tenha. Com bebedouro no lote, o gado não precisa mais beber na Taboca. Porque se deixar o gado ir na Taboca, além de assorear o rio, ele polui a água que vocês estão bebendo’. Os moradores presentes na ocasião, a grande maioria do São Francisco, concordavam com o que fora dito: bebedouro no lote era mais perto do que ir no rio; e as margens dos rios eram ‘atoleiros’ perigosos para o gado.

Em outra reunião da ARSeV, com a rede já funcionando, faziam-se as primeiras avaliações. Era novembro, começo das águas, e Seu Elias, o presidente, falava

---

<sup>164</sup> Com a rede operando, Dona Lu foi uma das que não puxou água para casa. Ela tinha duas caixas d’água no terreiro, uma abastecida por uma cisterna, e outra, mais acima da casa, pela mangueira que vinha da caixa do projeto. Estava ‘feliz da vida’ com a água ‘pertinho de casa’, mas continuava usando baldes para banhar, lavar vasilhas e roupas. O uso da água encanada era combinado com um manejo à moda antiga. Dete dizia a Meire que ela usava água ‘regrada’, como se não tivesse torneira, enchendo o tanque e enxaguando as vasilhas como ‘de primeiro’; e Meire, por sua vez, dizia a Dete que ela desperdiçava água, pois a deixava correndo na torneira. Um outro morador não quis ‘puxar a água’ para casa, pois tinha uma vereda no lote e não queria ter de pagar mensalmente uma contribuição pelo uso para a Associação, mas teve de mudar de idéia quando na seca a água da vereda ‘encurtou’.

calmamente a todos sobre a necessidade de se contribuir com a mensalidade da Associação, que em grande parte ia para o pagamento da conta de luz, que aumentara com as bombas. ‘A rede d’água é muito importante. Não fosse ela, agora muita gente estava pelejando com essa seca’, dizia com referência à estiagem prolongada. Na seca, com o ‘encurtamento’ dos leitões, diminuía a oferta d’água e aumentavam os atoleiros nas margens de rios, crescendo então o consumo nos bebedouros (Dete e Sancler diziam, na seca, que até de noite o gado estava chegando para beber no tanque, e calculavam que consumiam em torno de 1.000 litros por dia). Mas com a chuva, o gasto com a água diminuiria, todos comentavam; pois, nas águas, não mais se precisava segurar o gado no lote, já que tinha farto o de beber em rios e veredas cheios. ‘Com as águas, gado não bebe mais no lote’, um se entusiasmou.

Ter água em casa era algo novo para a maioria dos moradores no Assentamento, que sempre buscaram água nas veredas e rios para o consumo da casa. *No Parque*, o gado bebia por conta em vargens e rios. ‘Tem gente que não importa’, era uma reclamação constante quando faltava água em casa (algo comum nos meses iniciais de funcionamento do projeto), por conta de algum cano que desenganchara e que não houvera quem consertasse. ‘Às vezes vê que está ali vazando, mas não faz nada’. Outros não fizeram a ligação final com a casa. Com o encanamento, pessoas e gado não precisariam em tese mais ir até os rios, pois a água viria à casa. Isso não deixava de ser um movimento de afirmação do lote, de individualização, uma vez que não mais se usava coletivamente de um recurso natural.

Nem as cercas, nem a água nos lotes levaram imediatamente a um confinamento do gado. Podia-se avistar rebanho na estrada, sem sinal do dono, a não ser a marca dos animais. Além disso, havia iniciativas de manejo combinado de criação entre o Assentamento e o Parque – possibilidade aberta pela delonga da indenização de pequenas propriedades por parte do ICMBio. Gente que tinha gado *no Parque* que nem os lotes maiores do Gentio deram conta de comportar, às vezes mantinha as vacas leiteiras no Assentamento e deixava o rebanho de corte na unidade.

O território demarcado pela unidade era aventado como lugar para se deixar o gado também por posseiros que, abrangidos pela ampliação do Parque, não tinham recebido o pagamento de suas benfeitorias. ‘Eu já falei com a chefe’, um me comentava depois de uma reunião de moradores no Gentio (quando as sedes já não mais estavam divididas), ‘se eu não receber essa benfeitoria, eu vou tacar meu gado no Parque, porque

aqui está difícil demais p'ra criar'. E comparava: 'Lá eu criava 25 cabeças que davam 11 bezerros no ano. Aqui [seu lote tinha em torno de 25 hectares], são 14 cabeças, 4 bezerros no ano. Lá o gado, na seca, caçava o de comer pelo cerrado; aqui, nessa época, não passa fome só se planta brachiaria. E p'ra plantar brachiaria, não pode chover cedo, senão perde. Tem que ser como neste ano, que a chuva tardou'.

O sistema na solta *no Parque* implicava rebanho de corte, mais baseado na quantidade de gado do que na qualidade das cabeças (isto é, havia uma preponderância do coletivo em relação ao individual, algo que se tentará explicar melhor adiante). No Assentamento, o gado em quantidade encontrava dificuldades de se atualizar. Um dos senhores que mais deixava o gado na solta tinha um rebanho de corte. Ele estava sempre às voltas com seu gado. Ora parava para contar de sua lida ('fui atrás de um gado no vizinho, mas não era meu não', 'meu gado já não tem mais onde beber no lote; na seca vai morrer de sede', 'ficamos o dia para tirar um gado meu que atolou no brejo'), ora o encontrávamos indo atrás da criação, ora víamos seu rebanho pastando na beira da estrada.

A dificuldade de levar gado *do Parque* para o Assentamento tinha a ver com a quantidade de gado, mas também com sua qualidade – características mutuamente implicadas. A 'solta' era propícia ao gado de corte (para produção de carne), e um espaço de lotes, mais ao gado de leite (para produção de leite e derivados). *No Parque*, vaca leiteira era para o sustento da casa. Sendo escassa a circulação monetária, o gado de corte servia à acumulação; a quantidade 'na solta' ia crescendo, e se vendia uma cabeça quando se necessitava de algo (tirar um documento, fazer uma viagem, realizar exames e consultas ao médico, pagar advogado, comprar um lote na Chapada). Gado de leite não tinha valor: 'Naquele tempo vendia vaca de leite como vendia gado de corte. Valia tudo a mesma coisa. *Hoje*, qualquer leite que dá, é caro o gado', dizia Dete.

Mas os lotes não favoreciam a quantidade. Quando tentavam levantar fundos para a construção de uma capela, um conhecido se impacientava com a falta de doações: 'Fulana deu 100 reais, depois de muito pedir. Todo ano morre 3, 4 gados deles. Moço!, eles perdem 1.500, 2.000 reais todo ano. Perdem porque têm muito gado, o gado fica magro; eles não dão conta de cuidar de tanto. O que custa vender um gado e dar uma parte p'ra ajudar a igreja?'.

Assim, no Assentamento, ao contrário *do Parque*, procurava-se dedicar mais ao gado de leite do que ao de corte – algo que Dete também me apontara<sup>165</sup>. A mudança da qualidade da criação tinha a ver não só com o espaço que diminuía, mas também com a possibilidade de escoamento de leite e derivados, o que não acontecia antes. Depois da instalação da luz, implantaram um tanque (via projeto da Emater, com o apoio da prefeitura de Formoso) na sede do São Francisco. O leite era depositado pelos interessados (24 pessoas de início, Sancler dentre eles), recolhido duas vezes por semana por um caminhão da prefeitura e distribuído nas escolas da região. ‘Antes, *no Parque*, usava mais era fazer queijo; agora é o leite que aproveita mais’, dizia-me Dete.

Essas diferenças me foram um dia sintetizadas por Sancler, numa das conversas que levávamos na mesa do café de manhã, antes de cada um seguir para sua lida: ‘Tem gente que às vezes tem mais saudade *do Parque* porque acha que *aqui* tem mais gasto com as coisas. *No Parque*, o que produzia era mais para o sustento. Não investia para o gado ficar gordo, sadio. Quem trabalha com gado de leite, tem mais preocupação. *No Parque*, não tinha tanto trabalho, era só deixar o gado solto no mundo, que ele ia caçar sozinho o seu pasto e a água p’ra beber. *Aqui* tem mais cuidado: dar o de comer; investir em pasto, plantar a brachiaria; comprar o complemento mineral, a ração; vacinar o gado, deixar o cartão em dia. Diz que *no Parque* a natureza dava tudo, e *agora* tudo precisa comprar. Tem de comprar cerca, pau, grampo, prego’<sup>166</sup>.

Outro dia, na casa de Dona Nica, ouvi um morador que por lá passava versar em direção semelhante. Era \*Joãozinho, que se sentara na cozinha enquanto esperava a carona que o levaria, junto com Dona Nica, até Formoso. Fora a única vez em que eu o vi. Morava sozinho e tinha sido vice-presidente da Associação Quilombolas; no entanto,

---

<sup>165</sup> Na pesquisa da Biotrópicos (de 2008) mencionada no capítulo anterior, havia questões a respeito da criação de gado. Sobre o tipo de pastagem, de 43 respostas: 21% diziam ‘formada’; 25,5%, ‘nativa’; e 53,5%, ‘mista’. Das 39 respostas sobre tipo de gado: 46% apontaram ‘gado de leite’; 13%, ‘gado de corte’; 41%, ‘misto’. 24 pessoas responderam sobre a quantidade de gado, totalizando 242 cabeças, média de 10,8 por lote (com variação de 3 a 27 cabeças).

<sup>166</sup> O gado de Sancler e Dete oscilou durante meu trabalho de campo. Tinham em torno de 25 cabeças, número que diminuía quando adquiriam algum bem de mais valor. Mexiam com leite e com corte, e o rebanho era criado em rotação entre 6 piquetes. Tinham vacas e um boi reprodutor. Os bezerros, explicava-me Sancler, eram mais do ‘tipo 1 e do tipo 3, o que depende do pasto. Quanto mais gordo, comendo mais pasto, mais perto do 1. Para os lados da Taboca lá, só dá mais do 2, porque o pasto é ruim’. O pasto deles era misto, ou seja, nativo e ‘formado’ (plantado de braquiaria). Na seca, o pasto ‘arruinava’ muito, e Sancler pensava em plantar cana para alimentar o rebanho. O prego dos bezerros variava de 300 a 450 reais, dependendo do tipo. Às vezes, Sancler vendia ‘um lote de bezerros, a uns 350 cada um, misturados os tipos’. Uma vaca, vendia-se antes de ficar muito velha. O gado de leite, Sancler dizia que tinha que cuidar todo dia; o de corte, só se preocupava com a vacina mensal. Já ‘mexeu com corte’, teve 40 cabeças, mas foi vendendo porque o pasto não era bom; tinha que se investir muito em braquiaria para ter rebanho de corte.



não se queixava da lida com o gado no Assentamento. Contou de um homem que ele conhecia, ‘que criava 70 cabeças de gado em 12 hectares’, e que queria fazer umas ‘palestras pelos assentamentos para explicar p’ro povo como aproveitar o lote’. Numa parte do lote ele plantava cana, que era um bom cultivo para alimentar o gado, inclusive durante a seca; na outra, brachiaria. O lote, o homem dividiu em 36 piquetes: ‘O gado ia seguindo cada dia em um piquete, e quando chegava no 36, tornava a voltar no primeiro, onde já tinha crescido de novo a brachiaria’. Joãozinho se animara, e disse que ia logo começar a plantar a cana no seu lote e depois iria fazer os piquetes. ‘Mas eu só vou formando o pasto quando conseguir dinheiro do leite. Quando render um dinheirinho, faço um piquete. Vou fazendo um por um. Não quero pegar Pronaf, porque depois é difícil de pagar. Vou investir no gado com o dinheiro do gado. Nesse Assentamento, tem que trabalhar com o que tem. E às vezes, cuidando bem, o gado fica até melhor do que criado solto’. Joãozinho só ‘mexia’ com gado de leite, ‘porque de corte, p’ra ter algum lucro, só quem é grande. Pequeno tem que trabalhar é com leite. Porque um bezerro, ‘cê vende a 350 reais; é menos do que você tem que investir numa vaca, com sal e mineral, quando ela está prenha e parida. Tem que organizar bem e trabalhar é com leite’, concluía.

A linguagem que acompanhava o gado no Assentamento era distinta daquela que o acompanhava *no Parque*. Neste caso, a lida acionava o vasto, a solta, as andanças sem fim, o manejo feito pelo fogo para fortalecer o capim nativo e fornecer mineral, e frutos do cerrado que aplacavam doenças. Já com o ‘gado empresilhado’, cujas andanças eram restringidas num espaço de lotes, o tom do manejo era dado pelas cercas: aos animais que não ‘caçavam’ o de comer por sua conta, tinha de se ‘formar’ o pasto, plantar brachiaria, fornecer o mineral, fazer uma rotação entre piquetes que lhe determinavam o movimento. O gado se sedentarizava, ficava mais doméstico. Servia agora mais à contagem, ao controle, ao escrutínio; e deveria ser vacinado regularmente para evitar as doenças ‘de hoje’. A transformação do horizonte de trânsito do gado caminhava junto com uma mudança no tipo de criação. Por um gado que não podia mais se alimentar de andanças, variava sua qualidade: se *no Parque* o de corte era dominante, *hoje* tomava espaço (pela diminuição deste) o gado de leite; falava-se menos em quantidade do rebanho, e mais em qualidade das cabeças.

O gado, como um tema transversal a perpassar o *tempo do Parque* e o *hoje*, falava de mudanças e ativava comparações. Era um mote que permitia refletir sobre as

transformações que povoavam a prosa de meus conhecidos, e que versavam sobre vidas na larga, corrigidas e apertadas. Essas mudanças não falavam apenas de gado, pois a lida era ao mesmo tempo “modificada por” e “modificadora de” outras características que faziam o antes ser tido como distinto do agora. O *gado de lá* e o *gado daqui*, de que conversavam Seu Nenzinho e Seu Pedrinho na abertura deste capítulo, dizia respeito não somente aos animais, mas também a regimes de propriedade, produção e sociabilidade, retomando designações do capítulo 1. Seria como ‘o meio, o signo e o resumo de dois “estilos” de existência’, para falar como Clastres, quando se referiu ao arco e ao cesto como expressão da oposição entre homens e mulheres guayaki (2003:123).

Essa seção teve o intuito não somente de falar do gado, mas falar através dele. A restrição de suas andanças sinaliza um tempo em que o raio das andanças das pessoas também diminui; pois diz sobre um espaço onde não mais se atualizam aqueles deslocamentos ‘sem impedimento’, para *caçar melhora, botar brejo e ter conhecimento* aludidos com relação ao *Parque*. As andanças dialogam com a forma de se ter a terra. No espaço de lotes do Assentamento – em que cercas coincidem com limites de propriedade –, as pessoas, como o gado, andam menos se comparadas *ao Parque*.

No capítulo anterior, sugeriu-se, através das mulheres, que se está andando mais no Assentamento; neste, contraditoriamente, está se indicando, através do gado, que as pessoas andam menos. Contudo, creio que a intensidade e a diminuição podem conviver numa mesma tese se o ‘andar menos’ for compreendido como um ‘andar em raio menor’. Desse modo, pode-se falar em trânsitos *mais* aquecidos entre caminhos *menos* longos.

Uma vez que as andanças são aqui tomadas como uma forma central de conhecimento (andar é conhecer, como dito no capítulo 1), logicamente andar menos traz efeitos na forma como as pessoas conhecem as coisas e se conhecem entre si. Faço uma menção final a transformações na ordem do conhecimento, que tocam no assunto do perto e do longe – algo que o primeiro capítulo se ocupou e que será agora revisitado. Ou seja, a andança do gado, que fala da andança das pessoas, é também um meio para pensar escalas de distância e suas transformações.

*Hoje* se constatava que as distâncias entre as casas estavam mais curtas. Andava-se mais entre as casas porque, dentre outras coisas, era preciso andar menos para se chegar até elas. ‘Mais juntinho’, ‘apertadinho’, ‘mais perto uns dos outros’,

eram expressões que eu ouvia em relação ao Assentamento. Essa intensificação de andanças mais curtas modificava percepções espaciais, algo indicado por Dona Lu em nossa conversa. A gente era conhecido de todos que moravam dentro *do Parque*, mas lá é distante, né? Às vezes a gente topava com um morador assim, questão de quatro, cinco moradores num lugar; depois a gente caminhava mais de 20 quilômetros p'ra tornar a alcançar outra casa. Perguntada se se rodava nas casas como 'aqui', Dona Lu respondeu: É, às vezes saía cedo, chegava, mas era já mais tarde. Adiante, quando questionei sobre os mais chegados *no Parque*, apontava a casa de finado Bastião, que era mais próxima; um próximo que era longe. E, então me mantive na questão, tentando explorar este aspecto com relação ao Assentamento:

– E o que tem de diferença lá *do Parque* p'r'aquí...

– Não, aqui é mais perto. – respondeu Dona Lu.

O assunto do perto e do longe surgiu também na conversa com Vande e Tavinho. Nós estávamos acima da Barra da Estiva, apontava-me Tavinho no mapa que eu apresentava. Mostrei onde Tereza e Chico tinham marcado sua morada no dia anterior, quando estive com eles. Pois é. Bem pertinho de nós, onde nós ficávamos também, disse Vande, e então Tavinho completou: Tinha 2 quilômetros. Dois quilômetros, estimo muito por alto, era a distância da casa de Dete à de Vande no Assentamento. Se na Estiva essa distância era atravessada sem se 'topar' com nenhum morador, por um dos carreiros que andamos (pela reserva), avistávamos 6 casas (Meire, Ilda, Nêga, Dona Isidra, Velha Izabé, Idelina) até chegar em Vande<sup>167</sup>.

No primeiro capítulo, falou-se a respeito dessas percepções com Seu Jerominho (Nós éramos vizinhos, dizia sobre a Estiva, P'ra dizer ali, hoje, é longe, mas nesse tempo era perto), Jau (Era longe, mas nessa época era vizinho, falou sobre o 'povo' da Muriçoca) e Seu João de Alta (Esse povo que beirava a Carinhanha era tudo vizinho ... Nem que fosse duns 30 quilômetros a mais... porque 30 quilômetros dá... 36 quilômetros dá 6 léguas ... Então esse tinha que ser vizinho ... Porque o povo aqui, existia pouquinho ... Era muito espaçoso. Então, daqui p'ra chapada, podia considerar como um vizinho). Num tempo 'espaçoso', 'no tempo da légua' (como Seu João de Alta se referiu em outra

---

<sup>167</sup> Zatz (2006) traz trecho de uma entrevista, com um morador nascido em 61, que também compõe essa reflexão (mantenho a grafia como consta no relatório): 'De primeiro nois morava no Parque, o pessoal ia pra Januária a cavalo, de carro de boi (...). Hoje já mudou! Hoje, de cavalo, ninguém guenta mais andar. O pessoal só anda de carro. Quem tem um cavalo, anda aqui pertinho, três quilômetros, 2 quilômetros'. Uma leitura tardia deste documento, me fez ver aí também o *Parque* operando nos termos aqui propostos.

estada minha na Estiva), 6 léguas faziam um vizinho, era perto. Um perto que, *hoje*, se constatava longe. Essas percepções espaciais me foram apresentadas em enunciações comparativas, pois a compreensão de que um trecho era largo só existia quando posto em relação à escala de distâncias que se tinha agora (o perto, que na Estiva foi mencionado em relação aos 2 quilômetros de distância da casa de Tereza, já não se atualizava no Assentamento; apesar de distarem mais ou menos esse valor, Dete e Vande não se consideravam vizinhas).

Quanto mais se andava, mais se conhecia – foi dito no capítulo 1 –, e o andar incorporava o longe e expandia o que era considerado próximo. Quando a natureza das andanças muda, altera a percepção do que é perto e do que é distante. Ao explorar os movimentos do gado – ‘na solta’ e ‘empresilhado’ –, meu interesse não satisfaz somente uma curiosidade pecuária de como o espaço afetaria a qualidade da criação. Minha intenção foi a de também, através do gado, falar da ‘vida’: de um tempo vasto, ‘da légua’, de amplas distâncias, em que o longe era perto; e de um tempo apertado, dos hectares, em que o que era antes perto se tornava longe<sup>168</sup>.

A seguir, continuará se refletindo sobre perto e longe a partir da alimentação.

### ***Repunar***

Em um dia depois do almoço, estávamos sentadas na área atrás da casa de Dete. Regina tinha chegado de manhã com Galdino, que viera encontrar Sancler para fazerem uma ronda pelo Parque. Meire também estava desde a manhã, fazendo pães de queijo para assar no fogão a lenha de Dete, já que ainda não tinha construído o seu. Numa parada usual antes de se começar os afazeres da tarde, Dete, vendo o movimento das galinhas caipiras e cocás (galinhas d’angola) ciscando os farelos da comida, contou: ‘O povo diz que cocá se pegava no mato. Acharam os ovos na mata e criaram em casa. Pegaram os ovos e foram distribuindo p’ras pessoas. Aí elas ficaram mansas. Eu acho

---

<sup>168</sup> Nesse sentido, é curiosa uma passagem da vida de Dona Plácida e Seu Jerominho, em que eles, já morando na Vila, decidem vender o gado que ficava solto na Onça para erguer um muro na casa da cidade. ‘O gadinho nosso, Camila, quando nós viemos pr’aqui’, dizia Dona Plácida, ‘não tinha gente que olhava. (...) Pegamos, vendemos esse gado tudo, fizemos esse murozinho aí’. O murozinho, explicava, era para se resguardar do falar do povo, em um espaço a isso mais suscetível, pois de casas ‘pregadas’ umas às outras. A seqüência dos acontecimentos expõe então signos da abertura (o gado na solta) e do fechamento (a construção do muro), que falava da vida na Onça (aberta às andanças), e da vida na cidade (fechada ao olhar alheio). De todo modo, não se pode exagerar os efeitos do muro, dado o costume da vida vasta. A Chapada fazia lembrar a roça não só pelas mandiocas e galinhas que se via em muitos quintais, mas também pelas casas de portas abertas a um entra e sai de passantes (algo que Cerqueira, 2010, analisou com relação ao ‘povo dos Buracos’ com casa na Vila).

que é mesmo, porque elas são bem brabas, não são que nem galinha’. Parou um pouco, e lembrou: ‘Um dia Alberto veio aí e pediu uma cocá p’ra comer. Eu falei: “Pode pegar aí”. Ele pelejou p’ra pegar e não conseguiu. Aí nós demos um frango para ele’, ria.

Vários indícios do comportamento da cocá fortaleciam essa dedução sobre a ligação mais recente com o ‘mato’. Cocá (que assim se chamava pois era como se escutava o som que emitia) era um bicho mais arredio do que as ‘caipiras’ (as quais, segundo Dete, eram da casa ‘desde sempre’). A não ser que se jogasse comida no terreiro, era difícil vê-las perto da casa; elas rodeavam mais ao largo, e andavam sempre em bando. Eram menos ‘atentadas’ do que as caipiras, que causavam irritação por seu entrar insistente na cozinha, subindo na mesa e no fogão atrás de comida (escutava-se o dia inteiro um ‘ssshhh’ para espantá-las). Botavam muito ovo ao longo de seis meses seguidos, durante as águas (as caipiras punham o ano todo, mas não muito) – que elas enunciavam quando, em setembro, uns 15 dias antes das primeiras chuvas, ‘barulhavam’ o dia todo. Faziam os ninhos no mato, ao contrário das galinhas, que botavam em um poleiro perto da casa. Nas águas, era tempo de ‘catar ninho de cocá no mato’; as mulheres se atinham ao movimento delas no fim da tarde, quando saíam dos ninhos, e ‘passavam nervoso’ com cachorro ‘atentando para comer ovo’ que descobria o ninho primeiro. Os ovos de cocás tinham gema mais amarela e casca mais dura do que os das caipiras, e por isso eram os preferidos para se enviar a alguém. Não costumavam cuidar dos filhotes; os cocazinhos andavam em fileiras atrás de caipiras.

Andar em bando longe da casa, não entrar na cozinha, fazer ninhos no mato, com ovos de casca dura, ser arredia e pouco “maternal”, eram características que distinguiam cocás e caipiras e que tinham a ver com a proximidade/distância do ambiente doméstico. O fato de Alberto não conseguir pegar a cocá, e ter de levar um frango era também indicador disso. As cocás, que eram ‘brabas’ até um dia que alguém pegou os ovos e foi distribuindo para as pessoas, circulavam em um raio mais afastado do que suas congêneres dóceis, ‘mansas’. ‘Brabo’ e ‘manso’ sinalizavam esse movimento de trazer do mato para a casa, domesticar, e se aplicavam a outras situações. Podia assim se referir a gado (o brabo avançava, da vaca braba era difícil tirar o leite), a mandioca (da braba, venenosa, só se podia fazer farinha e polvilho), a algum bicho que mudava de comportamento (como os ‘lourinhos’ da Estiva que estavam ‘mansinhos,

bons para conversar’), ou mesmo a alguma pessoa (‘Fulana está mais mansa’, ouvi sobre uma que passou a chegar mais às reuniões), dentre outros casos<sup>169</sup>.

A cocá era um bicho que falava dessa transição. Passara por uma domesticação recente, e ainda guardava características do mato. Trazia um e outro universo em seu comportamento: andava no mato, mas se sentia parte de um espaço doméstico a ponto de não se desgarrar da casa à qual pertencia. Talvez o que mais falasse dessa transição fosse sua carne, mais escura, dura e de gosto mais forte do que a da caipira. A cocá era uma galinha, porém tinha carne feito ‘bicho do mato’, a qual, de modo geral, era qualificada como ‘remosa’. ‘Remosa’ era dita de carne mais forte, mais rija, e que sofria algumas restrições alimentares, mais estritas ‘de primeiro’ do que ‘hoje’ (eram interditas a mulheres de resguardo, grávidas e menstruadas, ou quando se estava com uma inflamação)<sup>170</sup>. Uma vez, a anfitriã da casa em que almoçávamos, serviu cocá, mas não quis comer porque estava com os ‘peitos inflamados, cheio de bolota; cocá é muito remoso’. E explicava mais: ‘Cocá é bicho remoso porque era do mato até pouco tempo’.

A reflexão de Dete a respeito das cocás foi detonadora para eu pensar sobre proximidades e distâncias entre casa e mato, e possíveis transformações taxonômicas ao longo do tempo. Voltando a meus dados, percebia que esse caso se relacionava a categorias de ‘animal’ e ‘bichos do mato’, usualmente relacionadas a casa e mato, respectivamente; e que, por sua vez, ligavam-se a coisas que se comia e que não se comia. Remoso indicava em geral carnes e outros alimentos ‘do mato’, distantes da casa. No Assentamento, aqueles que mais serviam à alimentação corriqueira eram os ‘animais’, mais próximos da casa (vacas, galinhas, cocás, perus, porcos e cabritos). Não se comia o que era próximo demais, muito domesticado, como cachorro e cavalo. E tampouco se comia o que era considerado muito distante, como onça – ‘bicho’ que só se via o rastro, e que poucos miraram alguma vez<sup>171</sup>.

---

<sup>169</sup> Bernardes (1995), em artigo intitulado ‘O gado e as larguezas dos Gerais’, fala sobre a ‘brabeza’ associada à distância com as pessoas, e menciona ‘animal’ e ‘bicho’, categorias que também lanço mão, como indicarei à frente: ‘E o boi de brabeza é aquele que nasceu e se criou sem nunca ter visto um homem, nem de longe. É o animal que virou bicho (...)’ (:37).

<sup>170</sup> ‘Remoso’ portanto era atribuído a carnes ‘do mato’, de bichos como tatu bola, tamanduá e capivara; e também de peixes como piau, dourado e surubim. Incluía outros alimentos ‘brabos’, como o ‘articum’ (que, se comido em muita quantidade, podia abrir feridas na pele). Havia ‘bichos do mato’ que escutei não serem remosos, como o tatu galinha e a paca; mas não havia ‘animais’ da casa, além da cocá (pelos motivos expostos), com carne remosa. Ver Cerqueira (2010) para uma reflexão sobre bicho remoso, sangue grosso e inflamação.

<sup>171</sup> E, por isso, da onça não se dizia nem que tinha carne remosa, pois remoso implicava uma apreciação alimentar. Diz que *no Parque* tinha gente que comia onça, algo que causava certa repulsa. Onça tinha uma ‘carne fedorenta’, que tinha de deixar muitos dias na água para perder o cheiro forte, contavam.

Pensar a taxonomia pela via alimentar é operação inspirada em Viveiros de Castro (2002). Segundo o autor, alimentar-se de algo é relacionar-se com esse algo; ou seja, a alimentação é um sinal e um veículo de relação. Sobre os yawalapíti estudados, dizia: ‘As categorias animais yawalapíti têm como um de seus eixos conceituais principais as relações que as espécies mantêm com os homens, e a alimentação é certamente um componente essencial de tais relações’ (:47). E mais à frente: ‘Somos o que comemos; mas também somos o oposto daquilo que comemos (...)’ (:49). Se comemos coisas com as quais nos relacionamos e não comemos aquilo que é distante demais, a alimentação ajuda a pensar sobre o que se considera próximo e o que se considera distante<sup>172</sup>.

Tomando a alimentação como sinal e veículo de relação, como dito, penso ser possível também refletir sobre transformações na escala de distância. Pois, no Assentamento, a mudança alimentar que incorporava na dieta cotidiana algumas carnes que eram antes mais esporádicas e rechaçava do cardápio outras que já foram mais apreciadas, indicava mudanças relacionais – mudanças enfim na percepção do que estava perto e do que estava longe, e do trânsito entre coisas da casa e do mato.

O emprego do ‘repunar’ em relação a alguns alimentos era indicador de mudanças dessa ordem. ‘Eu gostava de carne de veado, mas hoje repuno’, foi uma frase que ouvi em algumas ocasiões, variando o bicho. Repunar significava uma repulsa alimentar; algo que causava nojo, aversão, quando se pensava em comer. Podia-se repunar coisas que se tinha costume, animais da casa inclusive. Dona Lu, por exemplo, ‘repunava’ galinha. Ela as criava, mas só por causa dos netos que moravam com ela, e das visitas. Deixou de comer já tinha muito tempo, após sonhar que matou uma galinha do terreiro e, quando já estava ‘morta, caída e estrebuchando’, viu que na verdade era um menino seu. Depois disso, carne de frango passou a repunar. Nem ovo ela gostava, embrulhava o estômago quando sentia o gosto. O bolo, quando Dona Lu estava junto, era melhor nem colocar ovo; mas como bolo sem ovo ficava duro, tinha de bater muito,

---

<sup>172</sup> O mesmo autor também inspira pensar a relação entre operações classificatórias e espaço, quando analisa a repercussão da ‘prática classificatória’ dos yawalapíti no Alto Xingu em sua ‘cosmologia de tipo continuísta e concêntrico’ (:40). Explorando como diferentes sufixos modificam um mesmo conceito-base, o autor reflete que as modificações semânticas implicam uma classificação das coisas ‘por gradientes de distância relativa a um tipo’ em vez de se referir a separações radicais entre as coisas. Disso resulta que: ‘Tal estilo cognitivo *contínuo e escalar* é consistente com uma organização sócio-espacial marcadamente concêntrica (ver Lévi-Strauss 1956), e com a ausência de qualquer separação radical entre as esferas da Natureza e da Cultura’ (:38, meus grifos).

antes de tudo, só com o açúcar, até ficar bem branquinho e aí sim pôr os outros ingredientes.

Contudo, ‘repunar’, ouvi empregado mais com relação a bichos do mato. Bichos que eram comidos antes, mas que hoje já não se queria saber tanto. As carnes mais apreciadas *no tempo do Parque* eram as de preá, capivara, tatu galinha, nhambu, veado (principalmente o campeiro, fêmea do catingueiro), anta, perdiz e paca (chamada por uns de ‘carne real’). Comia-se cozinhado na panela, ou se fazia farofa, como a de tatu. Havia outros que sofriam resistência, mas ainda assim se comia, como tiú e tatu peba. Uma senhora me falou sobre esses gostos ‘de primeiro’: ‘Eu não era de comer muita caça não’, e foi lembrando, ‘Mas paca era muito bom; é um porquinho, só que mais bonitinho. Tatu, só o galinha, porque peba é nojento, come carniça e defunto. De ave, a gente comia perdiz, nhambu, jandaia. A jandaia bem fritinha, os ossos quebrando, era muito boa. Nunca comi arara nem louro, mas sei de gente que comia. A jandaia comia porque atentava as coisas que a gente plantava, arroz e milho, mas arara não atentava, não tinha por que matar. Comia pequi, mas pequi é coisa da natureza, não é o que a gente planta. Sucuri e jacaré eu nunca gostei, porque era muito frio, bicho de sangue frio – capivara também, e tinha um cheiro forte. Tem gente que comia cobra, mas eu mesma nunca comi. Os peixes que eu comia era só piau e dourado. Traíra, nem pensar, porque dizia que era virado de sapo – que nem bagre, bicho nojento. Outro nojento era aquele meleta, um tipo de tamanduá que diz que anda com duas pernas; diz que é virado de gente, que tem mão de criança e rastro de criança. Outros dizem que parece macaco. Macaco? Nem pensar de comer! É bicho que parece virado de gente!’.

Neste relato, a repugnância tangenciava a distância e a aproximação extremas (e aí o desgosto de bicho com sangue frio e o nojo de bicho que parecia ‘virado de gente’ ou que tinha rastro feito o de criança). A alimentação era resultado de uma distância ideal, ao mesmo tempo em que a nutria.

*No Parque*, bichos do mato que se comiam eram chamados de ‘caça’. Assim, nem todo bicho do mato era caça, mas toda caça era bicho do mato. ‘Caça’ era um processo de aproximação do bicho à casa: o bicho se tornava caça para ser comido pela casa<sup>173</sup>. Creio que por isso nunca tenha ouvido onça (ou raposa ou guará) ser referida

---

<sup>173</sup> A ‘caça’, com relação aos ‘bichos do mato’, se aproxima do ‘brejo’, com relação às ‘veredas’ (nos termos vistos no capítulo 1). Um e outro trazem uma implicação humana, falam de uma via de aproximação.



como ‘caça’ – ela não era morta para se comer, mas para acabar a predação aos animais da casa, como bezerros, cabritos e galinhas.

No caso de Dona Lu, o repunar galinha estava ligado a um evento traumático; os outros casos (o de gostar de uma caça que *hoje* repunava), estavam mais ligados a um afastamento relacional, a bichos que se foi deixando de comer. Nesse sentido, repunar não se referia apenas a um desconforto de paladar, mas sinalizava bichos com os quais não se tinha mais uma relação como antes. Deixava-se de se comer porque não se tinha mais acesso a eles como ‘de primeiro’, ao mesmo tempo em que eles se distanciavam porque não mais se os comia. Ou seja, repunar era decorrente e propulsor de um afastamento; era tanto um efeito da distância quanto a fabricava rotineiramente<sup>174</sup>.

Sendo a caça um passo para estabelecer a relação alimentar, e portanto de acercamento, o repunar está associado ao esmaecimento da sinonímia caça/bicho. É curioso, nesse sentido, dois dados trazidos por Andréa Jacinto em sua dissertação na região da Santa Rita, defendida em 1998. Durante seu trabalho de campo, quando o Assentamento não era ainda aventado, a autora acompanhou atividades de educação ambiental do Programa Grande Sertão Veredas, realizado pela Funatura com moradores no Parque. Havia um grupo de funcionários na sede da Funatura na unidade, uma casa localizada na cabeceira do Rio Preto, perto da de Dona Nica (como se mencionou no capítulo 1). Em uma reunião entre a coordenação do Programa e os guarda-parques (que, como já referido, eram ‘da comunidade’), havia um tópico de pauta designado ‘apresentação de uma experiência de cada guarda-parque’. Jacinto narra:

A maioria das histórias contadas por eles referia-se ao encontro com algum animal: a história do tamanduá-bandeira (ou meleta) no veredão; a história do macaco-guariba, bugio, gritador ou roncador, cujo macho é barbado; a do carcará tirando carrapato de anta, que veio com o comentário de que daria uma linda foto; a história da “voz-de-prisão” para o lobo-guará, e o caso com o tatu-peba, caçador; o avistar das duas onças suçuaranas, quase pretas, pardas, num caminho próximo. Essas histórias eram contadas num tom bem-humorado, dando margem a “troças”, brincadeiras e risadas. Ao longo da narração, igualmente, eles eram corrigidos pelas coordenadoras caso usassem de alguma “impropriedade” da linguagem, como foi o caso quando um deles se referiu a um certo tipo de animal como “*esse tipo de caça*”. O uso foi imediatamente corrigido – “*não é caça, é fauna*” (1998:136-7, destaques da autora).

---

<sup>174</sup> Repunar não queria dizer que ‘bichos’ foram banidos por completo da alimentação. Algumas pessoas passaram a apreciá-los mais justamente porque estava difícil de encontrá-los.

‘Corrigir’ a fala era um recado para que bichos do mato não fossem pensados como caça, e conseqüentemente como comida. Vimos, no capítulo 2, que o ideal preservacionista que informou a criação do Parque tinha como horizonte a reconstituição de uma natureza pura, sem gente, com uma fauna e flora ‘desantropizada’, alheias ao ‘impacto’ das pessoas. Era necessário um afastamento para a conservação. Neste e em outro trecho, a coordenação do projeto parecia atenta ao papel da alimentação na construção da proximidade. Mais adiante, Jacinto menciona um manual de condutas elaborado pela coordenação deste mesmo Programa, que disciplinava procedimentos dos funcionários que realizavam trabalho continuado junto às pessoas que viviam no Parque. O afastamento era também uma resolução sobre como deveriam ser as relações com a ‘comunidade’ para a boa execução do Programa. A décima recomendação do manual dizia: “Jamais aceite fazer refeições e/ou lanches nas casas das pessoas das comunidades locais. Caso sinta-se constrangido e tenha que fazê-lo, você deve retribuir com algum mantimento” (:154-5).

Não é minha intenção traçar um quadro de causa única (como se o Parque fosse determinante para o afastamento taxonômico dos bichos). Esses dados são trazidos aqui a fim de apresentar uma situação em que se produziu estranhamento com a palavra ‘caça’, que era então uma quase metonímia para ‘bichos do mato’, e mencionar a elaboração do descontínuo como premissa fundamental no modo de pensar da Funatura – que era estranho às pessoas com quem ela trabalhava. O não tratar bicho do mato como caça, e o não se alimentar na casa dos outros, no fim pareciam variações do mesmo tema: a percepção preservacionista de que a proximidade (no caso, via comida) era um perigo. Transformar bicho em comida, bem como partilhar o ‘de comer’ com as pessoas, gerava intimidade<sup>175</sup> – algo que ia de encontro com a retórica do afastamento manejada pelo preservacionismo. A ‘correção’ operava a descontinuidade e se alimentava da distância.

Esta premissa do afastamento colidia com a da continuidade operada localmente, e anunciava uma separação que tomaria corpo no Assentamento. As caças que se transformam em ‘bichos’ ou ‘fauna’ falam de um movimento de levar para longe. Nessa direção, tomei nota de diversas observações que apontavam uma diferença entre o *Parque* e o *hoje* relativa à aproximação/distanciamento dos bichos. *Agora* eles estavam

---

<sup>175</sup> A ‘intimidade’ gerada através do ‘de-comer’, que por sua vez alimentava a prosa, num contínuo, é o cerne da tese de Cerqueira (2010) sobre os Buracos, como lembrado no capítulo 1.

mais ‘sumidos’ do que ‘de primeiro’, essa era uma percepção geral. Dizia-se que antes os bichos transitavam mais pelos terreiros e arredores; que para os encontrar não se precisava ir longe; e que não se costumava lançar no cerrado atrás de caça (a não ser quem fosse caçador), mas que a caça é que se aproximava da casa.

Assim, ouvia que onça antes atacava bem mais a criação, ouvia casos de encontros frugais com ‘bichos’ (como os tatus que se ‘tropeçava’ pelo caminho), e casos como o das duas perdizes que ‘tombaram’ com um tiro de espingarda só. Escutava histórias de capivaras que vinham ao mandiocal, e pacas que vinham ao terreiro atrás de frutas, onde se deixava uma espingarda que era acionada quando o bicho passasse pela linha esticada no chão. Havia relatos sobre o afluxo de bichos nas proximidades de onde as pessoas moravam, e deduções de que a presença humana era o que os puxava. Nessa direção, Dete me contava sobre a Onça: ‘De primeiro, tinha muito veado por lá, chegava assim pertinho. O córrego estava ali, a vargem do outro lado, e sempre tinha veado lá na vargem. Pai só pegava solteiro, parida não caçava. E era rapidinho; ele falava para mãe esquentar a panela que ele ia caçar, e logo ele já chegava com a caça. Parece que naquele tempo em que se caçava mais, tinha mais caça; hoje já quase não acha, agora que o povo não caça mais’<sup>176</sup>. Percepção que se assemelhava a de Seu Eduardo:

– Mas você sabe: no mundo, pelo calor da criatura, teria que ter um lugar cheio de caça, cheio de tudo. Eles têm medo do homem, mas todo bicho adora o homem. Porque onde tem o homem, tem a criação; o bicho fica aí correndo do homem, mas com o calor da pessoa, os bichos juntam, né? [*Os bichos gostavam quando tinha morador lá?*] É, é. Agora que acabam as pessoas tudo, fica só bicho lá, o bicho não fica muito... ninguém quase não vê não.

Está-se aqui insistindo que a alimentação é decorrente de relação ao mesmo tempo em que a estimula; que a comida vem dos bichos com os quais se relaciona, e igualmente que a relação vem dos bichos dos quais se alimenta. O não caçar indica, assim, um afastamento dos bichos num sentido físico e taxonômico<sup>177</sup>. Esse dado se

---

<sup>176</sup> E a diminuição dos veados estava também associada a outra abordagem local, a respeito do aumento das onças, apontada principalmente pelos guardas-parques. Diziam que como não havia mais pessoas matando onças, sua população aumentara muito, diminuindo a de outros bichos.

<sup>177</sup> Essa idéia se aproxima de algo dito, com outras palavras e conceitos, por Candido (*op.cit.*), que analisou transformações alimentares entre os ‘caipiras’, incluindo a caça. Tratando o que estamos chamando de ‘bicho’ por animal, diz o autor: ‘O animal, que antes era uma espécie de comparsa antagônico num drama, alvo de solicitações, propiciações, verdadeiros entendimentos em que o homem se incorpora ao mundo natural, passa agora a integrar uma realidade diferente, a que o homem se opõe. As novas fontes de abastecimento levaram a uma rearticulação das relações com o meio, em que a posição do alimento é outra’ (:38). Mais à frente, ele falará do ‘asco’ a ‘carnes de sabor estranho’ – de

relaciona ao fato de que *hoje* se acentuou a alimentação do que restou (ou se tornou) próximo. No Assentamento se comia ‘animais de terreiro’ de modo bem mais corriqueiro se comparado ao *Parque*. E, principalmente, se comia mais carne de gado bovino, esse ‘animal’ que se tornou mais doméstico *hoje*. Antes – quando ele ficava solto no cerrado, no mesmo ‘mundão’ dos bichos do mato –, carne de vaca era para situações extraordinárias, como festas de casamento e folias, e sua presença à mesa guardava semelhança com a periodicidade em que se comia carne de caça. ‘Naquele tempo, a gente quase não comia carne de vaca’, dizia Dona Ermínia<sup>178</sup>.

*Agora*, trazido de modo mais permanente para perto da casa, pois criado ‘empresilhado’, era o centro da dieta, comida de quase todo dia – ainda mais com a chegada da luz e a possibilidade de armazená-la na geladeira. O gado incorporado ao espaço da cerca era algo implicado com o dado de que os ‘bichos’ ficaram do lado de fora. Comer mais carne de gado e animais de terreiro relacionava-se ao espaço do lote, que estabelecia um dentro (incluído) e um fora (excluído) através de seus limites cercados. Relacionava-se também ao espaço do Assentamento, recortado por lotes, e que, aproximando as casas, fortalecia uma malha inter-doméstica. A extensão da rede doméstica aquecia a troca de animais que estavam dentro das cercas, ao mesmo tempo que afugentava os que não faziam parte delas (além das cercas, que eram um empecilho ao trânsito, a divisão mais acentuada entre um dentro e um fora era ilustrada pelo adensamento dos latidos de cachorros, animal da casa que espantava bicho do mato<sup>179</sup>).

Em suma, a via alimentar que aproximava uns, afastava outros. *No Parque*, comiam-se bichos que transitavam pelos arredores da casa, algo raro *hoje*. Com uma separação mais demarcada entre casa e mato que levava a um esfriamento do fluxo, diminuiu a possibilidade de os bichos virem à mesa. O movimento de trazer para perto

---

que o ‘repunar’ se assemelha –, observando que é um ‘conceito (...) [que] varia no tempo e no espaço’ (:73).

<sup>178</sup> Ouvi uma história cujo enredo tocava nessa questão, narrada por Adelson: ‘O homem saiu para caçar veado, porque estava cansado de comer só feijão. Aí conseguiu lacerar um veado e levou para casa. Chegou lá, falou para a mulher: ‘Mulher, joga esse feijão no mato porque hoje nós vamos comer veado’, e a mulher jogou o feijão no mato. Mas o homem não sabia de que jeito ia matar o veado, porque não queria desperdiçar nada. Não queria matar com a faca porque ia sair muito sangue. Tanto pensou, que o veado fugiu. Aí foi ele mais a mulher catar o feijão que ela tinha jogado no mato’. ‘Para aprender a não jogar fora a comida só porque arranjou mais’, Dete completou.

<sup>179</sup> Numa conversa, falaram-me a respeito: Ema e veado acabou, né? Depois do Parque. Por causa das onças, que aumentaram. Muitos cachorros saíram, né. Morador saindo, e a onça... [*Cachorro afastava a onça?*] Muitas vezes matava também, né. Às vezes cachorro na porta assim, latindo, às vezes ela vai passar lá no rumo daquela vereda. Dali a 1 quilômetro mais ou menos. Se os cachorros tiverem aqui na porta latindo, ela não vai passar aqui perto. Lá mesmo ela corta viagem e vai embora, né. Muda o destino dela.

da casa as cocás, que se apresentou na abertura desta seção, era assim inverso ao que vinha ocorrendo com outros bichos.

No tópico anterior, buscaram-se os efeitos da modificação espacial na criação do gado, e dele se utilizou para pensar os tempos ‘vasto’ e ‘apertado’. O gado foi fim e também meio para pensar transformações. Além disso, através dele se refletiu sobre as andanças: a modificação do movimento do gado sinalizava aquela ocorrida entre as pessoas, que por sua vez repercutia no modo de conhecimento, com efeitos na escala de distância.

Nesta seção, busquei proceder de modo semelhante, e assim pensar os efeitos da mudança espacial na alimentação – no caso, o comer menos ‘caça’ e mais carne de gado e outros ‘animais’; bem como refletir, através da alimentação, transformações a respeito da percepção de perto e longe, desta vez ligada a coisas do mato e a coisas da casa.

Nesse movimento, tentei me desvencilhar da armadilha de apresentar transformações a partir de uma causa única. Para tanto, ao longo da tese, discorreu-se sobre o Parque e sobre a ‘correção’ ambiental; mas também sobre firmas, agrimensores, gaúchos, monocultivos, técnicos de instituições governamentais, políticas estatais; sobre mudanças de ‘marcação’, de medição, de documentos, de divisão; sobre cercas, como paus justapostos ao redor do terreiro e como arames que coincidiam seu desenho com os limites de uma propriedade; sobre tempos e espaços. Para apresentá-los, tentei fugir na medida do possível da explicação pelo contexto (fosse ele ambiental, agrário, histórico ou geográfico), no intuito de que ele não resumisse, não encerrasse enfim a vida das pessoas. A escrita procurou então a prosa com meus conhecidos, bem como acompanhá-los em suas andanças.

A mudança de alimentação fala de uma descontinuidade que era menos visível no ‘tempo de primeiro’; fala do esfriamento do trânsito entre casa e mato, em que bichos vão desacostumando com as pessoas e vice-versa; fala da segmentação de andanças outrora mais fluidas – entre ‘bichos’ por um lado, e pessoas e ‘animais’ por outro; e fala, por que não, da elaboração de espaços mais nítidos entre ‘natureza’ e ‘cultura’ (algo que se soma a um argumento do capítulo 2, sobre o Parque como lugar de natureza pura e o Assentamento como lugar da cultura genuína, segundo a perspectiva da preservação). Pensar através do gado, no tópico anterior, levou a se dizer que a andança diminuía seu raio, e distanciava o que era outrora próximo. Neste tópico,

através da alimentação, sugere-se que as andanças, agora mais segmentadas, elaboram e desenham-se sobre um mundo menos contínuo e espalhado, de coisas mais ‘apartadas’ e menos ‘misturadas’.

### ***Vida apertada (Considerações Finais)***

Essa tese discorreu sobre transformações de tempo e espaço entre um lugar feito Parque e o Assentamento que se criou para receber as pessoas que aí moravam – tema este que me pareceu etnograficamente central onde realizei pesquisa. As andanças, por serem um modo de conhecimento local, foram tomadas como um meio privilegiado para pensar essas transformações. E para deslindar narrativas estruturadas pela comparação, abusou-se dos conceitos nativos de *tempo do Parque* e *hoje*, tempos-espacos embebidos pela percepção de um sobre o outro.

Num jogo de combinações, o sumário dos capítulos buscou apresentar o argumento da tese. Os capítulos 1 e 2 unem-se na comparação com os capítulos 3 e 4 (ao focarem mais o *Parque* e o *hoje*, respectivamente). E o par 1 e 3 (caminhos cerrados/carreiros abertos) apresentou uma continuidade semelhante àquela do 2 e 4 (vida corrigida/vida apertada).

O capítulo 1, ao tentar compreender como um espaço considerado vazio contemplava movimento, percorreu um território habitado através de andanças de gente, de roças e de gado. A dificuldade de reconhecimento de vidas que eram feitas do trânsito foi trabalhada no capítulo 2, em que se abordam semelhanças entre a monocultura e a biodiversidade relacionadas à lógica intensiva de ocupação de um espaço, que invertiam as linhas extensivas desenhadas pelas andanças. As redes traçadas através das andanças desafiavam uma apreensão do lugar que se fez Parque nos termos de uma unidade, algo que se evidencia quando tomam corpo dissensos que revivem os Gerais no Assentamento para onde foi parte dos moradores. O capítulo 3 aborda esses dissensos que circulavam com o trânsito entre-casas, o qual se tornou meu foco de atenção, pois indicava, através das mulheres, um aquecimento de andanças que extravasavam lotes. No capítulo 4, aborda-se o movimento contrário, de retorno ao lote, através das andanças do gado, que por sua vez falavam das andanças das pessoas. A cerca que ‘segura’ o gado dizia sobre um tempo-espaço em que distâncias estavam mais curtas, e a casa e o mato, mais ‘apartados’.

As definições de *Parque* e *hoje* não encerravam seu sentido no ‘tempo’, posto que eram trabalhadas em diálogo com lugares. Ao *tempo do Parque* se associava os ‘Gerais’, espaço ‘vasto’ que, por comparação, era distinto do *hoje*, tido como tempo em que a vida ficara mais ‘apertada’. Como se vê, é difícil – e não creio ser necessário – designar onde termina o tempo e onde começa o espaço. Mas os mantereí apartados analiticamente por mor de apresentar um derradeiro argumento.

Uma apreciação ainda mais sintética da comparação tempo-espacial entre o *Parque* e o *hoje* poderia ser a seguinte: *de primeiro*, vivia-se um tempo parado em um espaço em movimento, e, *agora*, vivia-se um tempo de mais movimento em um espaço mais parado (e o ‘mais’ indica a operação comparativa). Essa idéia de resumo surgiu de uma reflexão sobre uma fala de Sancler, um dia em que ele discorria sobre as ‘melhorias de hoje’ em relação ao ‘tempo em que era menino’: ‘O povo antigo já ia falando, há muito tempo, das transformações que estão acontecendo agora..., pelo que eles liam na Bíblia. Mas eles diziam que eles mesmo não iam pegar essas mudanças, só os novos... De primeiro, ficou uns 80, 90 anos sem mudança nenhuma. Agora a gente vê, de uns 30 anos para cá, quanta coisa mudou. Mas às vezes essas mudanças parece que são aceleradas demais’.

A partir desta análise de Sancler, fui reunindo outras percepções neste sentido que me foram faladas ao longo do trabalho de campo por conhecidos diversos, bem como pela bibliografia lida. Fui percebendo que o tempo no Parque era adjetivado como ‘parado’, ‘sem mudança’ (naquele tempo, era tão tempo... êê devagar, disse Dona Nica; ‘tempo que parecia teimar num mesmo instante’, anotava Andriolli, 2011:09); e também como um tempo ‘de mais trabalho’ e próprio do ‘povo antigo’. Já *hoje*, o tempo era apreciado como mais ‘acelerado’, de ‘mudanças rápidas’, de ‘melhorias’ e ‘facilidades’. Essa distinção foi também notada por Cerqueira, que assim apontou: ‘Se o tempo dos antigos, narrado como imutável, opõe-se aos dias de hoje, de “evolução” acelerada, a simpatia em relação às figuras de um ou outro dos mundos que se vêem diversos muda a toda hora’ (*id. ibid.*:149).

Sobre o espaço, retomo dados ‘espínicos’ na tese. Com relação ao *Parque*, ouvi que era lugar: ‘vazio, mas de muito movimento’; de ‘liberdade’; ‘vasto’, ‘das léguas’, em que o longe era vizinho; em que se caminhava sem cruzar com cerca pelo caminho; em que Ninguém não conhecia cerca de arame, e por isso roupa estendia na roça

de mandioca; onde se erguia a casa, mas se ‘usava mais de mil hectares’; onde se rodava o ‘mundão’, o ‘mundão [que] era nosso’, pois todo ‘aberto’.

Outros registros bibliográficos vão nesta direção (‘terras comuns’, ‘gado misturado’, ‘solto’, ‘sem cancela’, ‘sem partilha’, ‘folgado’). Num livro de memórias, diz um vaqueiro:

Tenho muita saudade daquelas cantorias e aboio dos vaqueiros rasgando o sertão. (...) O gado solteiro era criado na solta que era um sertão sem fim, terras devolutas do governo. Hoje já está praticamente tudo posseado e cercado. Naquele tempo tudo era aberto sem um palmo de cerca e no período de prender as vacas prenhas ou vacinar o gado ou, ainda, dar sal eram dias de campo intermináveis. Saíamos a cavalo cedinho e íamos campear o gado naqueles cerradões. (Seu Duchim, in: Ribeiro, *mimeo*:15-6)

Sobre o espaço *hoje*, mudava o aumentativo (‘mundão’ e ‘cerradão’) para o diminutivo (‘juntinho’). Com relação ao Assentamento, mencionava-se: que era mais ‘apertado’, dividido, ‘mais perto’; que ‘tem gente mais juntinho’, mas que é cada um no seu lugar e cercado; onde se tinha de ‘segurar’ o gado, ‘empresilhar’, e ‘pedir permissão’ para catar pequi ou buriti, mas que cada um era dono de sua terra. ‘O que mudou é que agora ficou mais perto, as casas ficaram mais próximas’, é relato de um morador, que consta em Zatz (*id.ibid.*:67). O vendedor de remédios para gado que parou na casa de Dete comentava: ‘A diferença é que aqui é muito apertado’. Galdino, dando-me sugestões para a pesquisa, quando eu queria falar com o povo que não queria falar comigo, antecipava-me: ‘Vão dizer que aqui eles estão mais apertados, e que no Parque eles podiam rodar p’ra qualquer canto’.

Em suma, assim como o par *no Parque/aqui* se referia, pela diferença, a um espaço respectivamente ‘solto’ e ‘apertado’, o *tempo do Parque/hoje*, definidos por comparação, apresentavam percepções distintas relativas à sua passagem: constatava-se um lugar ‘parado no tempo’ na medida em que se vivia num tempo acelerado por mudanças. O *Gerais* seria como um espaço andante em uma sincronia. A mudança para o Assentamento foi como um movimento diacrônico, que, no entanto, sedentarizava o espaço. O tempo andava; o espaço já não mais tanto. E as pessoas, embora não do mesmo jeito, seguiam fazendo rastro.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRIOLLI, Carmen Silvia. **Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais: “Mexer com criação” no Sertão do IBAMA**. Tese de doutorado (Pós-Graduação em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.
- ARENSBERG, Conrad & KIMBALL, Solon. O método do estudo de comunidade. In: FERNANDES, Florestan (org). **Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Edusp, 1973. pp. 168-200
- BAILEY, George. Gifts and Poison. In: **Gifts and Poison**. Oxford: Basil Blackwell, 1971. pp. 1-25
- BARBOSA, Livia e DRUMMOND, José A. Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental. In: **Estudos Históricos**, vol.7, n.14. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1994. pp.265-289
- BARRETO Fº, Henyo. **Da nação ao planeta através da natureza: uma tentativa de abordagem antropológica das unidades de conservação da Amazônia**. In: Série Antropologia, n. 222. Brasília: Dan/UnB, 1997. pp.1-33.
- BARTH, Fredrik. Metodologias comparativas na análise de dados antropológicos. In: \_\_\_\_\_ (organização: Tomke Lask). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. pp.187-200
- BERNARDES, Carmo. O gado e as larguezas dos Gerais. In: **Estudos Avançados**, 9 (23). São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 1995. pp.33-58
- BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.
- BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.
- BURTON, Richard. O rio São Francisco; De São Romão a Januária; De Januária a Carinhanha; De Guaicuí a São Romão. In: \_\_\_\_\_. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1977. pp.178-202.
- CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela e ALMEIDA, Mauro W.B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas – e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009. pp.277-310

- CERQUEIRA, Ana Carneiro. **O “Povo” Parente dos Buracos: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro.** Tese de doutorado (Pós-Graduação em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2010.
- CHAVES, Christine. **Festas da Política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis – MG).** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.
- CHAVES, Wagner Neves Diniz. **A bandeira é o santo e o santo não é a bandeira: práticas de presentificação do santo nas Folias de Reis e de São José.** Tese (doutorado). Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 2009.
- CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- CORREIA, Cloude de Souza. **Do Carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas: (des)organização fundiária e territorialidades.** Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Mineiros, Gaúchos e Conservacionistas: uma abordagem dos conflitos sócio-ambientais no noroeste de Minas Gerais resultantes das distintas formas de apropriação espacial do Cerrado.** Dissertação (graduação). Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 1999.
- COSTA, Gustavo Villela Lima da. **O Aventureiro, Ilha Grande – RJ: uma análise de mudança social.** Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2008.
- COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e Baianos: englobamento, exclusão e resistência.** Tese (doutorado). Brasília: PPGAS/UnB, 2003.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuer – uma descrição d modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota.** 2ªed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. **Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil.** In: **Ambiente e Sociedade**, vol.VII, n.1. São Paulo: PROCAM/USP, 2004. pp.47-66
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

- FOX, Richard. The study of historical transformation in American anthropology. In: GINGRICH, Andre & FOX, Richard (eds.). **Anthropology, by Comparison**. London and New York: Routledge, 2002. pp.167-184
- FOX, Richard & GINGRICH, Andre. Introduction. In: \_\_\_\_\_ (eds.). **Anthropology, by Comparison**. London and New York: Routledge, 2002. pp.01-24
- FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA. **Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu**. Brasília: Funatura, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas/MG**. Brasília: Funatura, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas/MG**. Brasília: Funatura, 2002.
- \_\_\_\_\_. Programa Grande Sertão Veredas. **Levantamento sócio-econômico das comunidades localizadas no Parque Nacional Grande Sertão Veredas (outubro/97 a maio/98)**. Brasília, agosto de 1998.
- FUNATURA e IPHAN. **Os Guardiões das Veredas do Grande Sertão: a população tradicional veredeira do Assentamento São Francisco, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o inventário das referências culturais** (relatório preliminar Aplicação do INCR da População do Assentamento São Francisco Oriunda do PNGSV-MG. Convênio Funatura/IPHAN 020/2004). Brasília: Tríade Patrimônio e Turismo/IPHAN/Funatura, 2005.
- GALIZONI, Flávia Maria *et al.* **Águas dos Gerais**. In: **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. pp.235-260
- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, n. 74, outubro 2010. pp. 159-196.
- JACINTO, Andréa Borghi Moreira. **Afluentes de Memória: itinerários, taperas e histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. Dissertação (mestrado). Campinas: Departamento de Antropologia/Unicamp, 1999.
- LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n.25. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2006. pp.31-64
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: **Tempo Social**, 8(1). São Paulo: Departamento de Sociologia/USP, 1996. pp.25-70

- MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- MORAES, Maria Dione de Carvalho. **Memórias de um Sertão Desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do Sudoeste Piauiense)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Tese (doutorado). Brasília: PPGAS/UnB, 2009.
- PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Apresentação. In: FUNATURA. **Alternativas de desenvolvimento dos cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis**. Brasília: Fundação Pró-Natureza, 1996. pp.04-5
- PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito: ensaio de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. pp.171-177
- PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz. Política Ambígua. In: BIRMAN, Patrícia, NOVAES, Regina e CRESPO, Samira (orgs). **O Mal à Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997. pp.159-183
- PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. In: \_\_\_\_\_. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. pp.31-57
- QUIRÓS, Julieta. **Por que vêm? Figuração, pessoa e experiência na política da Grande Buenos Aires**. Tese de doutorado (Pós-Graduação em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2010.
- RAMOS, Alba Evangelista e ROSA, Claudia Maria Mello. Impacto das Queimadas. In: FUNATURA. **Alternativas de desenvolvimento dos cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis**. Brasília: Fundação Pró-Natureza, 1996. pp.34-8.
- REDFIELD, Robert. **The Little Community**. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- \_\_\_\_\_. As Histórias dos Gerais. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. pp.23-39
- RIBEIRO, Eduardo e GALIZONI, Flávia. A arte da catira: negócios e reprodução familiar de sitiante mineiros. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.22, n.64. São Paulo: ANPOCS, 2007. pp.65-74.

- RIBEIRO, Joaquim R. **Duchim e Laura: um casal de fé**. Chapada Gaúcha: 2006. mimeo
- RICUPERO, B., ABDALA, F. e MARIANO, K. **Meio ambiente e dívida externa: anotações de uma pesquisa**. In: Cadernos CEDEC, n.40. São Paulo: CEDEC, 1995. 36p.
- ROSA, João Guimarães [1962]. **Primeiras Estórias** (conto 'Seqüência').
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Quadro geral do sertão; Viagem pelo sertão desde a sua orla até a povoação de Formigas, inclusive; Prosseguimento da viagem pelo sertão. Povoação de Contendas; O rio S. Francisco; Continuação da viagem pelo sertão; Povoações de Coração de Jesus e de Curmataí. Fim da viagem pelo sertão. In: \_\_\_\_\_. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. pp.307-366
- SANTOS, Antônio Justiniano dos. Terra, lavouras e criações no Rio dos Cochos. In: RIBEIRO, Eduardo M. (org.) **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. pp.157-188
- SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. **Povo da terra, terra do parque: presença humana e conservação de florestas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR)**. Dissertação (mestrado). Campinas: IFCH/Unicamp, 2001.
- SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. **Espaços do Sertão**. Monografia (mestrado). Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Dan/UnB, 1995.
- SOUZA, Flávia Aparecida Andrade. **A cultura tradicional do sertanejo e o seu deslocamento para a implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, 2006.
- SPIX e MARTIUS. Viagem através do sertão até ao Rio São Francisco; Viagem até ao Vão do Paraná, na fronteira de Goiás e regresso a Malhada, no Rio São Francisco. In: \_\_\_\_\_. **Viagem pelo Brasil 1817-1820**, vol.2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. pp.75-120
- STEIL, Carlos Alberto. Política, etnia e ritual – o Rio das Rãs como remanescente de quilombos. In: PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito: ensaio de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. pp.197-210
- STRATHERN, Marilyn. The concept of society is theoretically obsolete (For the motion). In: INGOLD, Tim (ed.). **Key Debates in Anthropology**. London: Routledge, 1996.

- VIDAL E SOUZA, Candice. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: UFG, 1997.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. À procura das Bandeiras Verdes. Movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental. In: **Boletim Rede Amazônia**, ano 2, n.1. Rio de Janeiro/Belém: IRD, PPGSA/UFRJ, NAEA/UFPA, 2003. pp.9-14
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- \_\_\_\_\_. Etnologia Brasileira. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Sumaré, ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999. pp.109-223
- WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ZATZ, Inês. Contextualização de Formoso e do Assentamento; Relações das celebrações comunitárias e musicalidade. In: IPHAN e FUNATURA. **Inventário dos Bens Culturais da Comunidade Assentamento São Francisco Oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas-MG (Fase Identificação)**. Formoso: Assentamento São Francisco, 2006.

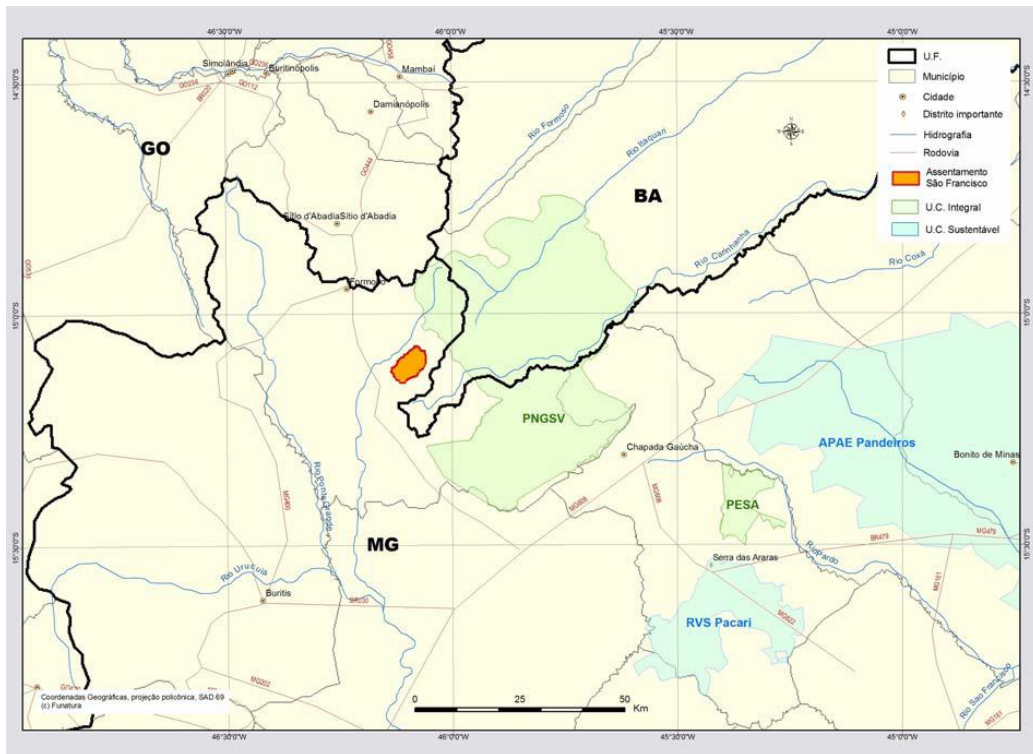
## ANEXO 1: Brasão e Hino do município de Chapada Gaúcha



“Hino de Chapada Gaúcha/MG Quem te conheceu A 20 (30) anos atrás Não te reconhece mais Do meio do mato Do cerrado bruto De noites de vento frio Alguém jogou na terra A semente da esperança E Chapada Gaúcha nasceu E o progresso veio a galope E se espalhou feito o ventre leste Quem passar por aqui se apaixona Com certeza jamais se esquece Nossa história foi sem fé escrita Com suor, com lágrimas e sangue Chapada Gaúcha em Minas Um pedacinho do Rio Grande do Sul Hei, povo mineiro Em primeiro lugar quero agradecer Jamais conheci Povo tão hospitaleiro Obrigado por existir Hei, meus companheiros Chapadenses e serranos frutos ao de vir Desta união De dois povos brasileiros Iguais por Deus E por este país Que o passado seja espelho Pro futuro que te espera Chapada Gaúcha em Minas No Brasil já se fez história Nossa bandeira foi hasteada Nossas mãos estarão sempre Unidos em paz Os filhos de sua Chapada Antes de mais nada são filhos De Minas Gerais.”

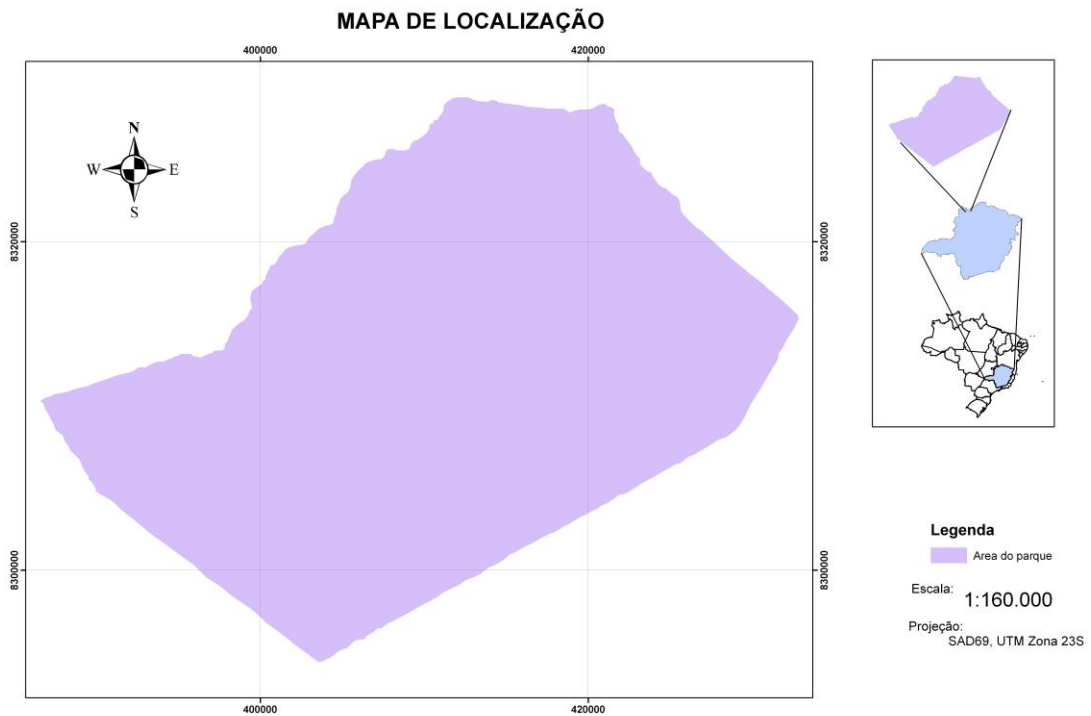
**Fonte:** [http://www.chapadagaucha.mg.gov.br/portal1/municipio/hino\\_brasao.asp?iIdMun=100131179#](http://www.chapadagaucha.mg.gov.br/portal1/municipio/hino_brasao.asp?iIdMun=100131179#)

## ANEXO 2: Localização Assentamento, Parque e Chapada Gaúcha



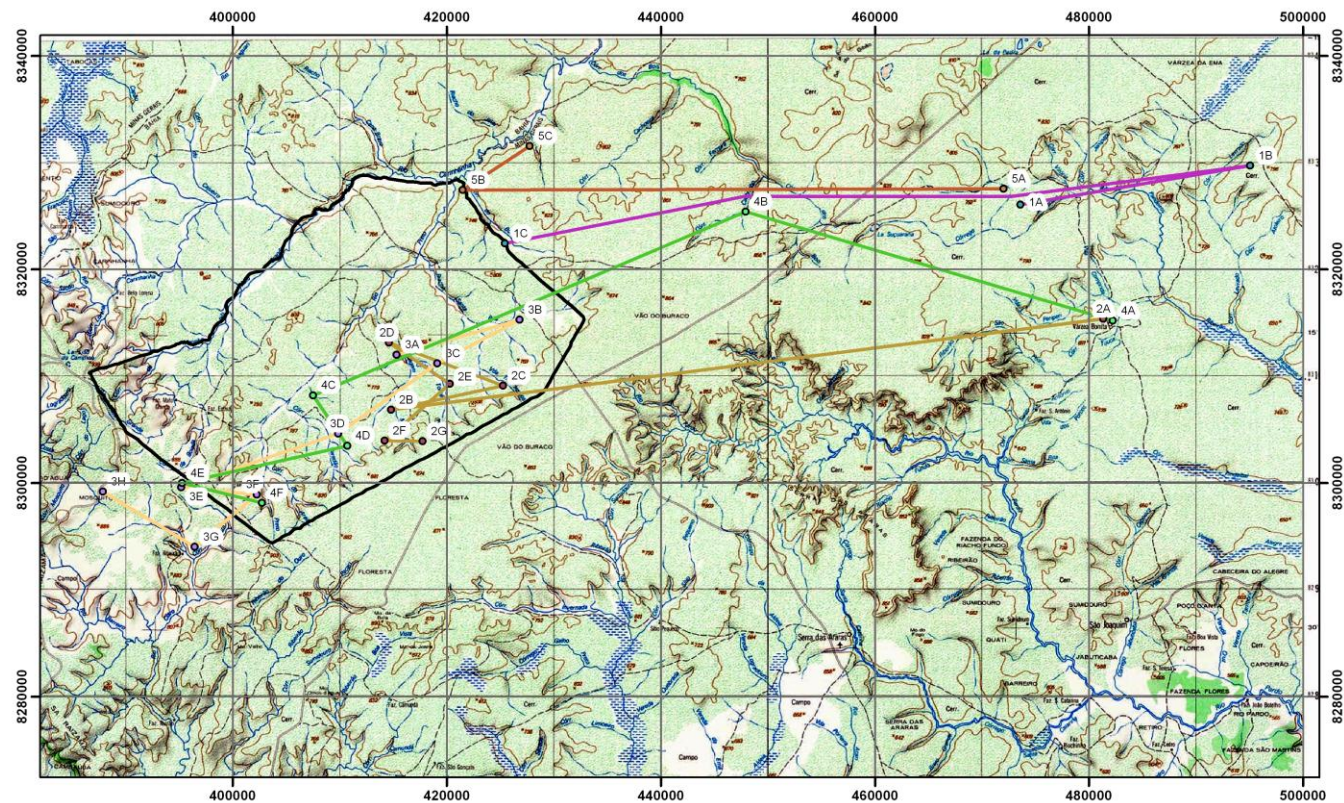
**Fonte:**

Funatura (Inventário dos Bens Culturais da Comunidade São Francisco oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, 2008)





### ANEXO 3: Itinerário aproximado de andanças Velho Nêgo, Seu Jerominho, Dona Nica, Dona Lu e Seu Eduardo



<b>Itinerário aproximado de andanças</b>	<b>Legenda</b> 1 Seu Jerominho e Dona Plácida 2 Seu Eduardo 3 Dona Lú 4 Dona Nica 5 Velho Nego Limite do parque nacional	Fonte: Carta topográfica, IBGE Buritis, SD-23-Y-D	Escala: 1:450.000
		Elaborado por: Ildelfonso Narvaéz O Engenheiro Agroflorestal Novembro, 2011	Projeção: SAD69. UTM Zona 23S

## ANEXO 4: Declaração de Significância do Parque

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas é a única unidade de conservação federal localizada na região dos Gerais, (sub-unidade do bioma cerrado que abrange cerca de 13 milhões de hectares na margem esquerda do São Francisco compreendendo o noroeste de Minas Gerais, o oeste da Bahia e indo até o sul do Piauí).

Também trata-se da única unidade de conservação que possui parcelas representativas da fitofisionomia de Carrasco, tipo de vegetação que possui elementos da flora e da fauna presentes no cerrado e na caatinga.

O Parque possui os tipos vegetacionais predominantes no cerrado, com destaque para suas exuberantes veredas, que aliás, se constituem em uma atração a parte pois, além de um grande número, existem em vários tamanhos e larguras.

Os levantamentos botânicos referentes à avaliação ecológica rápida resultaram na determinação de 623 espécies vegetais em 5 fitofisionomias principais (Cerrado *sensu stricto*, Campo Sujo, Matas de Galeria e Ciliares, Veredas e Carrasco). As espécies do Parque Nacional representam cerca de 70% das plantas presentes no Chapadão Ocidental da Bahia. As veredas e lagoas foram os ambientes com maior número de plantas raras ou endêmicas.

São bastante expressivas as populações de gramíneas e palmeiras, tais como taquari *Actinocledum verticillatum*, buriti *Mauritia flexuosa*, coco-cabeçudo *Butia capitata*.

Os levantamentos faunísticos referentes à avaliação ecológica rápida resultaram no registro de 62 espécies de peixes, nenhum introduzido, 22 espécies de anfíbios, 31 espécies de répteis, 244 espécies de aves e 56 espécies de mamíferos.

Foi registrada, no Parque, a descoberta de duas novas espécies para a ciência. Há o primeiro registro de um peixe do gênero *Laemolyta* na bacia do rio São Francisco e uma possível espécie nova de anfíbio, um sapo do gênero *Bufo*.

Os levantamentos detectaram, também, expansões na distribuição geográfica de espécies da fauna vertebrada já conhecidas. O bioma com maior número de registros novos de vertebrados no Parque foi a Mata Atlântica (três répteis/anfíbios e quatro aves) e suas diversas formações. O Cerrado (dois répteis/anfíbios e quatro aves) vêm logo a seguir, com a Floresta Amazônica (um peixe e duas aves) e a Caatinga (um réptil/anfíbio e duas aves) com número semelhantes de novos registros na localidade. Esse dado indica que, apesar da maior proximidade da caatinga, há uma influência significativa da Mata Atlântica no Parque no tocante a novos registros. Essa influência ocorre principalmente nas matas ciliares, conectadas entre si e possibilitando a expansão de espécies florestais oriundas do sudeste do Brasil. O rio São Francisco e sua floresta marginal deve ter sido a principal via de acesso deste grupamento no noroeste mineiro.

Também detectou-se, no Parque, a presença de várias espécies da fauna ameaçadas de extinção como: jacaré-coroa *Paleosuchus palpebrosus*, tatu-canastra *Priodontes maximus*, gato-palheiro *Oncifelis colocolo*, suçuarana *Puma concolor* e o cervo-do-pantanal ou suçupara *Blastocerus dichotomus*.

A população de arara canindé *Ara ararauna* no PNGSV é, possivelmente, a maior existente em uma área legalmente protegida no Brasil.

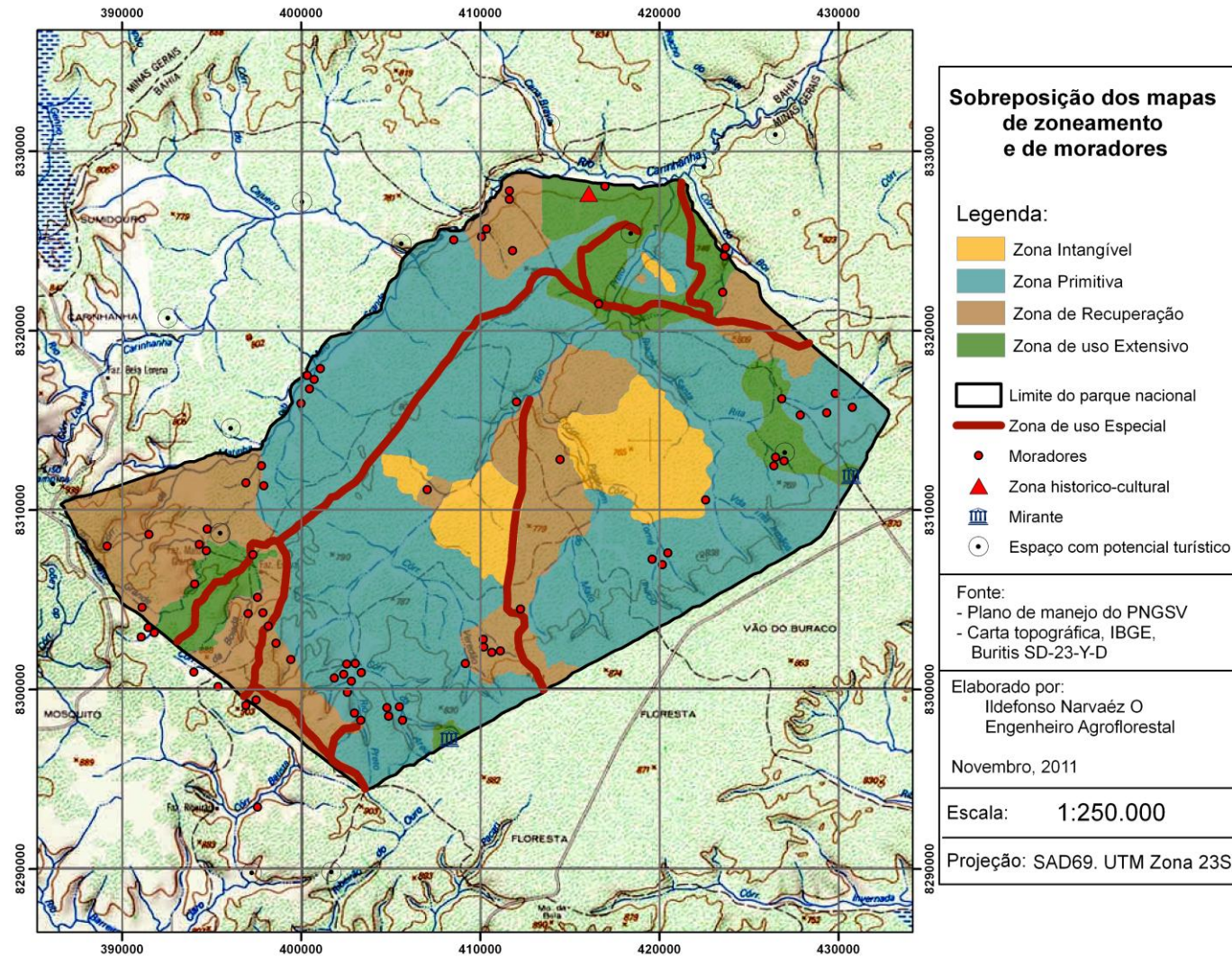
Outro aspecto importante do Parque refere-se ao seu sistema hidrológico que é abastecido pelo grande aquífero formado pelo arenito Urucuia, com grande capacidade de armazenamento de água.

Ressalta-se, ainda, o grande apelo sócio-cultural que a região do Parque possui. O nome do Parque é uma homenagem ao famoso romance escrito por Guimarães Rosa. A região do Parque está inserida nos ambientes naturais descritos no livro *Grande Sertão: Veredas*. Várias são as passagens do livro, que falam de locais existentes e de características culturais ainda hoje encontradas naquela região.

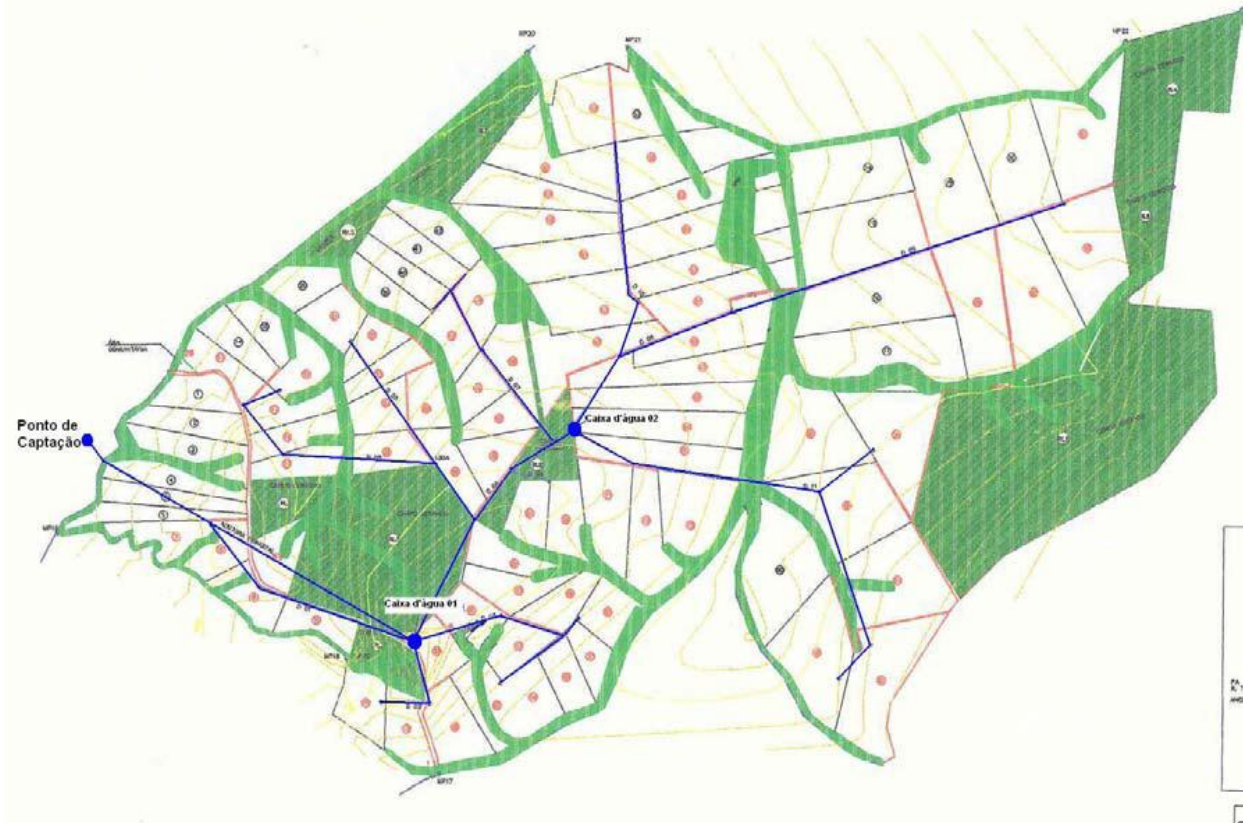
O trabalho de desenvolvimento do Parque deverá, necessariamente, aliar as riquezas ecológicas com a riqueza histórico cultural da região. São inúmeras as possibilidades de trabalhos voltados para o turismo eco-cultural, para a educação ambiental, para a pesquisa, dentre outros aspectos.

Fonte: Plano de Manejo/Funatura, 2003

## ANEXO 5: Sobreposição aproximada dos mapas de zoneamento e dos moradores no Parque



## ANEXO 6: Mapa de lotes do Assentamento São Francisco



Fonte: Funatura

## ANEXO 7: Fotos



1. Casa de de Dete e Sancler (outubro 2008)
2. Casa de farinha Chica (junho 2008)
3. Tapera no Parque, perto da Diamante (outubro 2008)
4. Casa de Seu Pedrinho (Estiva janeiro 2010)



1. Vereda da Estiva em Seu Pedrinho (janeiro 2007)
2. Chapada Gaúcha (julho 2007)
3. Tereza e Chico no pequizeiro que eles mais gostavam (setembro 2008)
4. Antigo brejo Velho Nêgo (Estiva janeiro 2010)



1. Dona Nica (julho 2007)
2. Dona Ermínia e Seu João de Alta (Estiva jan 2010)
3. Dona Lu e os netos (setembro 2008)
4. Chico (setembro 2008)



1. Vande, Ilda e filho (casa de Dete dezembro 2008)
2. Dete, Mariza e Sancler (dezembro 2006)
3. Seu Tasso e Seu Samu (Assentamento dez 2008)
4. Dona Plácida e Seu Jerominho (Chapada fev 2008)
5. Adelson, Daia, Léo e sobrinho Dete (Estiva jan 2010)







1. Dete, Mariza e Sancler  
(Assentamento dezembro 2008)
2. Ri, Mariza e Bob (Assentamento  
novembro 2008)
3. Seu Pedrinho (Estiva janeiro 2010)